UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Vanda Lúcia Praxedes

SEGURANDO AS PONTAS E TECENDO TRAMAS*: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*

Belo Horizonte
2008

VANDA LUCIA PRAXEDES

Segurando as pontas e tecendo tramas:
mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais
1770-1880

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

2008

Ficha Catalográfica

981.51
P919s
2008

Praxedes, Vanda Lúcia

Segurando as pontas e tecendo tramas [manuscrito] **:** mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880) / Vanda Lúcia Praxedes. - 2008.

669 f.

Orientadora: Júnia Ferreira Furtado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Mulheres chefes de família – Minas Gerais - Teses. 3. Minas Gerais – História - Teses. I. Furtado, Júnia Ferreira . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Tese defendida e aprovada em 16 / 12 / 2008

pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores doutores:

_____

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Orientadora

_____

Profa. Dra. Thais Velloso Cougo Pimentel
Representante Orientadora

_____

Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)

_____

Profa. Dra Andréa Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)

_____

Profa. Dra Liana Maria Reis (PUC- MG)

_____

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG)

2008

À
Jaci, minha mãe,
Tia Zizinha,
Vó Ana, Vó Carlota, Vó Lilinda e mãe Silvéria, (in memorian)._
Mulheres fortes que marcaram minha história e influenciaram de uma maneira ou de outra muitas escolhas que fiz. Me ensinaram muito do que sei e ajudaram a moldar muito do meu jeito de ser.
A vocês com imensa gratidão dedico este trabalho

Dedicatória Especial

A todas as mulheres, anônimas, que no passado construíram suas histórias, deixando rastros e vestígios para que eu pudesse construir outras histórias.

AGRADECIMENTOS

Para chegar até aqui andei por muitas estradas, enfrentei e venci algumas ciladas. Chorei por tanta coisa e sorri de tantas outras.

Ao longo desses últimos anos consumidos com a pesquisa e escrita da tese, muitas pessoas continuaram presentes, como sempre estiveram na minha história. Outras tantas entraram, outras mais entraram e saíram e algumas mal chegaram a entrar. De muitos me aproximei e de tantos outros distanciei. Tive que fazer várias travessias. Não posso dizer que foi fácil romper caminhos, saltar encruzilhadas. Algumas portas foram fechadas e tantas outras abertas. Muitos dissabores e decepções e muitas alegrias.

Nesse percurso perdi tio Henrique, o líder da minha torcida. Depois foram embora vó Carlota e vó Lilinda. Não viveram para ver o final desse trabalho. Tenho certeza teriam gostado muito. Contudo, não me tornei mulher "de tristes palavras". Só tenho a agradecer. Agradeço a Deus e a todas as pessoas que de um modo ou de outro cruzaram meus caminhos. Agora sei que tinham mesmo que estar ali.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da FAFICH/UFMG, seu corpo docente pela acolhida, em especial à Profª. Dra. Adriana Romeiro e Dr. Eduardo França Paiva pela participação em minha banca de Qualificação, cujas contribuições críticas enriqueceram o trabalho. Ao Professor Eduardo agradeço, ainda, o empréstimo de livros, teses e a acolhida sempre atenta e generosa.

À Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado, orientadora desta tese, pela confiança em mim depositada, pelo empréstimo de vários livros, pelo apoio constante e acima de tudo por compreender todos os percalços, inclusive os emocionais, meus sinceros agradecimentos.

Ao CNPq e FAPEMIG pela concessão da bolsa de estudo nos primeiros anos do doutorado.

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Alessandro da Seção de Ensino da Pós- Graduação, Valteir

e Kely e demais funcionárias da Secretaria da Pós-Graduação de História, pela cortesia no trato e colaboração.

Os acervos dos Arquivos, as bibliotecas, os seminários e encontros, os contatos, as trocas e auxílios de inúmeras pessoas aproximaram-me, ainda mais, do meu objeto de investigação. Portanto, a realização e conclusão desse estudo só foram possíveis com a participação de várias pessoas e instituições com quem partilho agradecimentos.

A todos que estiveram comigo nessa empreitada os meus agradecimentos.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro pela presteza e atenção.

À Maria Elizabeth M. Nascimento do Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte.

À Dom Paulo Lopes de Faria, Arcebispo de Diamantina, à época da pesquisa, agradeço a autorização para o acesso irrestrito ao acervo documental do Arcebispado de Diamantina.

Ao Monsenhor Flávio Carneiro do Arquivo Eclesiástico de Mariana.

À Carla B. Starling de Almeida, funcionária da IPHAN - Arquivo Casa Borba Gato, sempre prestativa e disposta a fornecer todas as informações solicitadas, além da amizade.

À Ivana Parrela, pela generosidade que lhe é peculiar, colocou-me a disposição o acervo do Arquivo de Pitangui para a pesquisa, mesmo sem ter terminado a catalogação. O acesso a essa documentação foi imprescindível para algumas conclusões da tese.

A Rosemary Amaral pela inestimável ajuda na transcrição de alguns documentos do Arquivo de Pitangui.

À Cleide do Fórum Edmundo Lins – Serro, pela presteza, atenção e acolhida, franqueando o acesso à documentação.

À Márcia Caetano Borges do Arquivo Público Municipal Olympio Michael Gonzaga de Paracatu - uma das poucas instituições públicas que possui um alentado acervo eclesiástico do século XVIII referente ao Tribunal Eclesiástico de Pernambuco - jurisdição a qual pertencia Paracatu até 1854 - cuja ajuda

na transcrição de diversos documentos foi fundamental para a finalização da tese.

Agradeço ainda a Profa. Dra. Selma Pantoja – UnB, a cessão de documentos e artigos publicados no exterior. Estes foram importantíssimos para a escrita do quinto capítulo da tese.

Ao Professor Antonio Manuel Hespanha, agradeço o envio de artigos que muito ajudaram na construção e reflexão das representações sobre as mulheres.

Ao Professor Renato Pinto Venâncio cujas sugestões, nas mesas de encontros e congressos, contribuíram para o enriquecimento desse estudo.

À Profª. Dra. Ceres Prado, pela versão do resumo da tese para o francês e a Walquíria França Vieira Teixeira e Miriam Santos Jorge pela versão para o inglês.

Ao Bruno Flávio L. Fagundes pela revisão da tese. Foi o olhar atento e competente sempre pronto a consertar alguma impropriedade.

À Inês Teixeira e Dayse Lúcide Santos pela leitura critica de partes do trabalho.

À Thalia Amaral Mourão pela digitação de imensos mapas de população.

Aos diversos colegas da Pós-Graduação, entre eles, Alex, Molinari, Huener, Bel, Samuel Oliveira, Mabel, Miriam Lott, Leonam, Renê e de modo especial, a Miriam Hermeto e Adriano Toledo pela generosidade de partilha de textos, livros e informações.

Ao Departamento de História da FAFIDIA/FEVALE/UEMG, ao Diretor Sergio Nascimento, à Coordenadora do Departamento de História, Mariuth Santos e aos Colegas Professores, em especial Dayse e Antonio Carlos, por toda colaboração durante todo esse processo de pesquisa e redação da tese.

Ao Rangel Cerceau Netto, serei sempre grata pela ajuda inestimável em diversas fases da pesquisa digitalizando documentos, pelas caronas e empréstimos de livros. Só posso dizer que Deus lhe pague por tudo.

Ao Luciano Cerceau, pelo empréstimo de alguns equipamentos que muito auxiliaram na digitalização de parte da documentação, no estágio inicial da pesquisa.

Ao Rodrigo Castro Resende por todos os socorros que prestou durante a execução desse trabalho.

À Maira Freitas, pelas sugestões bibliográficas, amizade, pela preocupação e cuidados. Agradeço o envio do escalda-pés, tão útil durante a maratona que enfrentei nestes últimos meses.

À Cristiane Viegas Andrade, agradeço a confecção de parte das tabelas.

Ao Marcelo Guerra Amaral – IGC, pela formatação e confecção dos mapas que compõem a tese.

Ao Edivaldo Venâncio Oliveira, taxista, amigo que ficava para cima e para baixo levando e trazendo documentos. Obrigado pela presteza e colaboração.

À Gedey Pimenta Galvão e Lívia Gabriele de Oliveira, minhas primeiras bolsistas de Iniciação à Pesquisa, pela colaboração quando foi necessário, pelas conversas, trocas e por terem suportado pacientemente meu falatório entusiasmado a cada nova descoberta.

Aos meus irmãos, em especial Zezé e Maria Antônia, agradeço pelo apoio, tantas vezes necessário, nas emergências e cuidados com meu filho e com a casa, em minhas prolongadas ausências a trabalho ou para a pesquisa e congressos. A Silmeire, pela colaboração nas tarefas doméstico-familiares.

Aos amigos mais chegados, família construída por laços parentesco, de afinidade, amizade ou de compadrio no decorrer dos anos, em especial aqueles que me acompanharam de perto, Ana Cláudia, Aracy Martins, Cida e Érico, Cirilo e Dalva, Cristina e Vinícius, Grácia, Inês, Lucília, Maria Alice, Miriam Jorge, Nilma Gomes,Padre Henrique Faria, Roberto e Cínthia, Neide e Maurício, Thalia e Renato, Santuza, Selso e Jaqueline, Tiago e Maria Helena, Walkíria e Kalu.

Se o tempo do doutorado foi um tempo de desventuras e percalços, foi também fecundo de alegrias, aprendizados, de crescimento profissional e aca-

dêmico. Por isso sempre serei grata aos pesquisadores do Programa Ações Afirmativas na UFMG, sediado na Faculdade de Educação, o convite para integrar à equipe como pesquisadora e pela confiança em mim depositada. Devo muito a esse Programa a permanência bem sucedida na Universidade bem como as condições necessárias para finalizar as pesquisas para a tese, uma vez que nos últimos anos do doutorado estive sem bolsa de estudos. Agradeço a todos os pesquisadores do Programa e, de modo especial à Professoras Dras. Nilma Lino Gomes, Aracy Alves Martins, Inês Teixeira, Miriam Lúcia Santos Jorge e aos diversos bolsistas, que de várias maneiras contribuíram para a minha formação acadêmica e humana.

A conclusão desse trabalho exigiu muito de mim. E, sem desmerecer a todos aqueles que me acompanharam durante esse tempo, com certeza eu não o teria finalizado, se na reta final eu não tivesse contado com a generosa ajuda de um grupo de pessoas, que mesmo estando apertados com suas inúmeras atividades acadêmicas, não mediram esforços e tempo para me ajudarem, fazendo o possível e o impossível para contribuir para fechamento da tese em tempo hábil. A todos vocês minha eterna gratidão. Em muitos momentos foi um alívio ouvir aquelas palavrinhas mágicas: "vou te ajudar" ou "precisa da minha ajuda?". Minha dívida com todos vocês é impagável.

À professora Dra. Clotilde Paiva, que com todo carinho me atendeu. Gentilmente disponibilizou o banco de dados do CEDEPLAR com as listas nominativas de 1831/1838/1840, das regiões de meu interesse. Sempre com o argumento de que o banco de dados foi financiado com dinheiro público e por isso tinha que servir e ser utilizado pela comunidade acadêmica. Para além desse compromisso ético e de sua extrema generosidade, ainda, elaborou pessoalmente parte das tabelas que foram utilizadas na tese. Obrigado por tudo.

Ao Professor Dr. Tarcísio Botelho agradeço pela competente ajuda não só no que se refere a cessão de listas nominativas já tabuladas, como o empenho em encontrar uma pessoa para efetuar a confecção de parte das tabelas utilizadas nesta tese. E, ainda, serei sempre grata pela escuta paciente e atenta às minhas aflições e principalmente por não ter permitido que diante das pressões

institucionais, eu desistisse desse trabalho, já na reta final como pretendia. Devo, ainda, agradecer pela leitura crítica do capítulo demográfico.

Ao amigo e Professor/Pesquisador Geraldo Fonte Boa – estudioso da história de Pará de Minas e região, organizador de um fabuloso acervo no Museu de Pará de Minas, sobre a história do centro-oeste mineiro, serei sempre grata pelas indicações de fontes nos arquivos de Pará de Minas e Pitangui, pelo incentivo e principalmente por dispor de seu precioso tempo para transcrever determinados inventários, testamentos e processos de divórcios imprescindíveis para a argumentação da tese. Foram tantos documentos que sem sua generosa ajuda não os teria transcritos em tempo hábil.

A Eugênia Ribeiro de Diamantina, um agradecimento especial, pela colaboração competente e irrestrita na transcrição de inúmeros documentos. A sua solidariedade, o seu entusiasmo e sua disponibilidade para escutar meus comentários sobre a pesquisa foram fundamentais para a execução deste trabalho. Sem a sua colaboração não teria sido possível usar vários documentos na tese. Pena que outros tantos ficaram sem ser usados.

A Ilva, Miriam Jorge, Dayse e Toninho presentes em todo o percurso, se tornaram indispensáveis nesta reta final, quero manifestar enfaticamente a minha gratidão por toda ajuda. Obrigada Miriam por ter se oferecido para fazer todas as traduções urgentes. Toninho por ter se oferecido para assumir os meus encargos didáticos nos últimos meses na FAFIDIA. Dayse pela leitura crítica e especialmente por ter-se deslocado de Diamantina a Belo Horizonte para ajudar na formatação da tese. A Ilva obrigado pela colaboração sempre incondicional.

Ao Maurício Augusto do Carmo e sua esposa Cláudia, minha base de apoio permanente nos assuntos de informática. Sempre de prontidão, principalmente nos finais de semana, quando sempre ocorria a pane no computador. Salvou-me várias vezes do desespero, quando eu achava que tinha perdido os arquivos.

A Roseli da Lojinha que ficava de prontidão aos domingos, foi meu porto seguro, fornecendo-me os suprimentos para que o trabalho não sofresse solução de continuidade.

Presente em todos os meus agradecimentos está a minha amiga e comadre Marciana Almendro, presença indispensável em todos os momentos, me socorreu em todas as emergências. Pude contar com seu apoio incondicional. Compartilhou comigo as duvidas, as angústias, causos, risos, as vitórias, além dos constantes almoços de domingo em sua casa, poupando-me desta lida "dita" feminina. A você sou sempre grata pelo privilégio de sua amizade. Obrigado pelo apoio constante e irrestrito.

Reservo para o final o agradecimento para duas pessoas muito especiais na minha história.

Geraldo o que vou dizer você bem sabe que traduz tudo: Aprendi as duras penas que não há amor fora da experiência do cuidado, "obrigado por ter dobrado os meus pára-quedas". Você tinha razão consegui.

Samuel, filho querido, por você e para você quero sempre "mirar a minha meta na lua, porque se eu errar, ainda acertarei as estrelas". Obrigado por você existir.

Apesar de todo esforço empreendido, este trabalho não está exatamente do jeito que planejei e quis escrever, mas diante das condições objetivas em que foi escrito, foi o melhor que pude fazer.

Obrigado a todos!

Eu vim de infinitos caminhos, e os meus sonhos choveram lúcido pranto pelo chão.

Quando é que frutifica, nos caminhos infinitos, essa vida, que era tão viva, tão fecunda, porque vinha de um coração?

E os que vierem depois, pelos caminhos infinitos, do pranto que caiu dos meus olhos passados, que experiência, ou consolo, ou prêmio alcançarão?

Cecília Meirelles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....23

1. A HISTÓRIA DAS MULHERES – O DEBATE HISTORIOGRÁFICO: IMPASSES, RECUOS E AVANÇOS.....35

1.1. História das mulheres e as relações de gênero: o debate internacional.....35

1.2. História das mulheres e as relações de gênero: o debate historiográfico no Brasil.....42

1.3. Desvendando a família brasileira: perspectivas teóricas.....51

1.3.1. A família como um fato da vida social.....58

1.3.2. Explicitando alguns conceitos.....60

2. MINAS GERAIS: CENÁRIO, PALCO E PROTAGONISTAS.....64

2.1. O cenário: descortinando territórios e possibilidades.....67

2.1.1. Comarca do Rio das Velhas.....69

2.1.2. Comarca do Serro Frio.....74

2.1.3. Arraiais, vilas e cidades: "territórios de contrastes".....77

2.2. As protagonistas.....99

2.2.1. Mulheres chefes de domicílios em Minas Gerais: o componente demográfico.....102

3. CHEFIA FEMININA, FAMILIAS MONOPARENTAIS: TEXTOS E CONTEXTOS.....118

3.1. Mulheres solteiras chefes de domicílio.....126

3.1.1. Mulheres solteiras sem filhos: chefes de domicílios unipessoais.128

3.1.2. Mulheres solteiras com filhos: histórias singulares e plurais.....133

3.1.3. Mulheres solteiras: chefes de domicílios de famílias clericais..... 153

3.2. Promessas não cumpridas, histórias mal vividas.....163

4. RUPTURAS CONJUGAIS VOLUNTÁRIAS E A CHEFIA FEMININA DE DOMICÍLIO.....175

4.1. Divórcio – do recesso privado do lar ao escândalo público.....175

4.1.1. Do quoad ergo Deum conjuxit, homo non separet ao quoad thorum et cohabitationem..... 179

4.1.2. Separações por mútuo consentimento..... 191

4.1.3. Mulheres como rés nos processos de divórcio..... 194

4.2. Separação informal: mulheres casadas com maridos ausentes e chefia feminina..... 203

5. RUPTURAS CONJUGAIS INVOLUNTÁRIAS E A CHEFIA FEMININA DE DOMICÍLIO..... 210

5.1. Viúvas chefes de domicílio: de regente de pessoas a administradoras de bens 213

5.2. As viúvas forras chefes de domicílio..... 229

5.3. De donas a mandonas: trajetórias de mulheres chefes de domicílio nas duas margens do Atlântico..... 235

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 249

FONTES E REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 252

ABREVIATURAS

ACMD – Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AEM – Arquivo Eclesiástico do Maranhão

AHP – Arquivo Histórico de Pitangui

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AMONG – Arquivo Municipal Olympio Michael Gonzaga – Paracatu

AN RJ – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM – Arquivo Público Mineiro,

BAT – Biblioteca Antonio Torres

BN – Biblioteca Nacional

CAB – Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

CEDIC– BH- Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

CEPRH – Centro de Estudo e Pesquisa Regional – Pará de Minas

CMS – Câmara Municipal de Sabará

CPO – Cartório do Primeiro Ofício

CSO – Cartório do Segundo Ofício

FEL – Fórum Edmundo Lins – Serro

MO –ACBG – Museu do Ouro – Arquivo Casa Borba Gato

MUSPAM – Museu de Pará de Minas

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1- Chefes de domicílios segundo faixa etária e sexo - p. 101

Tabela 2 – Chefes de domicílios segundo região e sexo - p. 102

Tabela 3 – Chefes de domicílios segundo região, cor e sexo - p. 103

Tabela 4 – Chefes de domicílio segundo tamanho domicílio e sexo - p. 107

Tabela 5 - Chefes de domicílio segundo faixa etária dos Chefes e tamanho dos plantéis - p. 113

GRÁFICO 1 – Ocupações chefes de domicílios - p. 109

LISTA DE MAPAS

Mapa da Comarca do Rio das Velhas - p. 71

Mapa da Comarca do Serro Frio - p. 74

Mapa dos Desmembramentos das Comarcas do Serro Frio e do Rio das Velhas - p. 76

Mapa área central de Diamantina - p. 85

Mapa da Evolução urbana de Sabará - p. 91

Mapa Cartografia das mulheres - p. 116

RESUMO

Esta tese discute questões referentes à chefia feminina de domicílio, no período de 1770 a 1880, em Minas Gerais.
Utilizando-se de várias fontes documentais, entre eles: testamentos, inventários, mapas de população, registros de batismos e cartas de legitimação, localizados em diversos arquivos mineiros, o estudo buscou evidenciar que as mulheres, chefes de domicílios, distinguiam-se por suas experiências, pela situação familiar, pela condição social, pela cor, por suas trajetórias e por suas ocupações. O universo das práticas sociais, que envolviam a atuação das mulheres, foi mais plástico do que aquele previsto nas normas e nos discursos, rompendo com a idéia de que o papel da mulher era aquele restrito à esfera privada, ao recesso do lar, o cuidado com a casa e filhos. O universo do homem estava ligado à esfera pública, à rua, ao trabalho e à vida social. Na prática esses papéis foram recriados, invertidos, improvisados, subvertendo a norma e o discurso e, inclusive no exercício de determinadas ocupações por mulheres.
Desenvolvo o argumento de que a chefia feminina dos domicílios, entre outros elementos, estava intimamente relacionada ao padrão de relação que essas mulheres estabeleceram com seus homens, alterando em larga medida o modelo de autoridade vigente, centrado apenas no masculino.
O trabalho procura desmistificar a idéia de que a matrifocalidade estava limitada apenas às camadas populares, mais especificamente às mulheres livres pobres, forras e escrava. O fenômeno abrangia mulheres de todas as condições sociais, inclusive as mulheres brancas, abastadas que gozavam de grande prestigio social.
Além disso, joga por terra um certo dualismo extremamente perverso tão presente no imaginário social brasileiro, que é a associação entre pobreza e chefia feminina, como se um fosse condição do outro. Sem negar as dificuldades enfrentadas por um grande contingente de mulheres, chefes de domicílio naquela sociedade, procurei romper com visões que tendem a reforçar estereótipos de vulnerabilidade e pobreza sempre relacionadas ao feminino.

Palavra-chave: chefe de domicilio – mulher – domicilio - matrifocalidade

ABSTRACT

This dissertation discusses issues related to female headed household, from 1770 to 1880, in Minas Gerais, Brazil. Based on various documental resources, such as wills, inventories, population maps, baptism registries and legitimating letters found in different archives in Minas Gerais, the study aimed at showing that women who were household heads distinguished themselves in society due to their experiences, family situations, social conditions, color, histories and occupations. The universe of social practices that involved female actions was more plastic than those predicted by norms and discourses, overcoming the idea that women's roles were constrained to the private life of the homes, to household chores and to the bringing up of their children, while men were related to the public spaces, to the streets, work and social life. In practice, these roles were recreated, inverted and improvised, subverting norms and discourses, including situations in which women took charge of some traditionally male occupations. I argue that the heading of households by women was, among other elements, inherently related to the types of relationships these women established with their men, which promoted large scale changes in the valid man centered authority pattern. This work aims at de-mythfying the idea that matrifocality was limited to popular layers, especially to poor and free, emancipated or enslaved women. The phenomenon also reached white rich women, with great social prestige. It also tears down the extremely perverse dualism of Brazilian social imaginary which associates poverty to female leading, as if one is the condition for the other. It does not deny the difficulties faced by a large contingent of women who headed their households in that society. I have tried to break up with the visions that tend to reinforce stereotypes of vulnerability and poverty always related to the feminine.

Key-words: feminine domicile, woman, domicile, matrifocality.

RESUMÉ

Cette thèse discute des questions sur la direction féminine du ménage, pendant la période de 1770 à 1880, dans le Minas Gerais, au Brésil.

En utilisant plusieurs sources documentaires dont des testaments, des inventaires, des cartes de population, des registres de baptêmes et des lettres de légitimation, localisées dans de différentes archives du Minas Gerais, l'étude a cherché à mettre en évidence que les femmes chefs de domicile se distinguaient par leurs expériences, par leur situation familiale, par leur couleur, par leurs trajectoires et par leurs occupations. L'univers des pratiques sociales qui impliquent l'action des femmes s'est révélé plus plastique que celui prévu dans les normes et les discours, en rompant avec l'idée que le rôle de la femme était celui restreint à la sphère privée, au sein du foyer, aux soins de la maison et des enfants et que le rôle de l'homme était ce qui relevait de la sphère publique, de la rue, du travail et de la vie sociale. Dans la pratique, ces rôles ont été recréés, inversés, improvisés, en bouleversant la norme et le discours, y compris dans ce qui concerne l'exercice de certaines fonctions par les femmes.

Le travail développe l'argument selon lequel la direction féminine des ménages est, entre autres éléments, intimement liée aux modèles des relations que ces femmes ont établi avec leurs hommes, en altérant, dans une large mesure, le patron de l'autorité en vigueur, qui ne se centrait que sur le masculin.

Le travail essaie de démythifier l'idée que la matrifocalité était restreinte aux couches populaires, plus spécifiquement aux femmes libres pauvres, affranchies et esclaves. Le phénomène atteignait des femmes de toutes les conditions sociales, même les blanches, des couches favorisées, qui jouissaient d'un grand prestige social.

Et plus, il jette par terre un certain dualisme extrêmement pervers si présent dans l'imaginaire social brésilien, qui est l'association entre la pauvreté et la direction féminine des ménages, comme si l'un était la condition de l'autre. Sans nier les difficultés auxquelles un grand nombre de femmes chefs de ménage faisaient face à cette époque-là, on a cherché à rompre avec les visions qui tendent à renforcer des stéréotypes de vulnérabilité et pauvreté toujours mises en rapport avec le féminin.

Mots clés : chef de ménage – femmes – ménage - matrifocalité

INTRODUÇÃO

> *Em 2000, o Brasil tinha 86,3 milhões de mulheres que representavam boa parte da força de trabalho no país; acumulavam tarefas e passaram a chefiar um maior número de domicílios. O aumento da chefia entre as mulheres refletiu diretamente no rendimento familiar, cuja contribuição feminina cresceu quase 56% no último Censo. Na comparação com os homens, as mulheres chefiavam domicílios com melhores condições de saneamento básico; eram mais escolarizadas; viviam mais e representavam a maior parcela entre a população idosa no país. [...] Além de diferenças entre homens e mulheres, é possível verificar disparidades em relação à cor: o número de mulheres pretas ou pardas vem caindo quando comparado às brancas. Já o número de domicílios chefiados por brancas cresceu 1,5 ponto percentual, enquanto pretas ou pardas reduziram sua participação em quase 2,0 pontos percentuais.*[1]

As informações acima ilustram a questão central discutida nesta tese: a chefia feminina de domicílios. Fenômeno cada vez mais em expansão nas várias partes do mundo, tem sido tratado como produto da sociedade contemporânea. Contudo, por tratar-se de fenômeno histórico e social, não esteve ausente das sociedades pretéritas, por isso mesmo presente na sociedade brasileira e, por extensão, na sociedade mineira desde o início da colonização. Enquanto parte dinâmica da nossa sociedade está em constante fluxo, modifica-se permanentemente e diversifica-se em diferentes épocas, culturas e povos, ao mesmo tempo em que permanece como parte constituinte da organização social ao longo do tempo.

Os índices divulgados em 2006 atestam que os domicílios chefiados por mulheres passaram de 18,1% para 24,9%. Um salto no tempo nos permite verificar que esse percentual aproxima-se do índice de mulheres chefes de domicílio,

---

[1] Estas informações divulgadas em 2006 fazem parte de um sistema de indicadores sobre os diversos aspectos associados ao desenvolvimento humano e social das mulheres no âmbito da família, do trabalho, da educação. Foram elaboradas a partir de microdados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceira com o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), uma iniciativa da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, órgão ligado diretamente à Presidência da República.

na sociedade mineira em 1832 que era de 26,2%. A constatação empírica de que a chefia feminina de domicílio é parte constituinte da história das mulheres, também em tempos pretéritos, instigou-me a investigar os elementos condicionantes desse fenômeno na sociedade mineira no período entre 1770 a 1880.

A leitura de diversas fontes documentais evidenciou que o universo cultural, as especificidades e singularidades do viver na colônia gestaram, criaram e "reforçaram o papel da mulher como mantenedora e guardiã do lar e dos destinos dos seus", como afirma Mary Del Priore,[2] alterando, em larga medida, o padrão tradicional de autoridade e de poder centrado apenas no masculino.

O argumento em questão é o de que as dimensões sócio-culturais e o padrão de relação que essas mulheres estabeleceram com os homens em geral, e com os seus homens em particular, constituíram elementos determinantes para a formação de lares matrifocais em Minas, contribuindo para o expressivo número de domicílios chefiados por mulheres. Entendi que se trata de fatores que iam além de questões como pressão demográfica e dificuldade de casamento entre desiguais apontadas pela historiografia. Mediante esses pressupostos, algumas questões nortearam o presente trabalho, tais como:

- a necessidade de se observar as diferenças de papéis sexuais enquanto construções culturais e históricas que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num único ponto, o masculino, mas presente na trama cotidiana;

- investigar e trazer à tona os componentes culturais e simbólicos que definiram e constituíram algumas famílias de forma matricentral, seja ela constituída por mulheres brancas livres ou negras e pardas forras;

- identificar e investigar se a matrifocalidade acompanhava o ciclo de desenvolvimento familiar, e se estava mesmo relacionado ao padrão de relação dessas mulheres com os homens, e vice-versa.

Em função dos objetivos propostos aqui e por acreditar que a leitura de um amplo conjunto de fontes documentais contribuiria para a compreensão e

---

[2] PRIORE, Mary del. Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.91, p.69-75, nov.1994.

desvendamento do universo multifacetado das mulheres, optei por trabalhar com um variado *corpus* documental encontrado nos arquivos mineiros, cariocas, portugueses e africanos. Compondo o rol de fontes referentes às duas comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio estão os *registros de casamentos, processos de banhos, pedidos de nulidade de casamento, divórcio, óbitos e* alguns documentos de irmandades que fazem parte do acervo do arquivo da Cúria de Belo Horizonte, Mariana e Diamantina, em Minas Gerais.

Do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) foram coletados alguns *processos De Genere* dos padres que eram filhos de mulheres chefes de domicílios, *processos de banhos* e algumas *devassas*.

No Arquivo Público Municipal Olympio Michael Gonzaga (APMOMG) de Paracatu foram coletados *inventários, testamentos, processos de banhos, promessas de casamentos, divórcios.*

No Arquivo Casa Borba Gato – Museu do Ouro, pertencente ao IPHAN, em Sabará, foram coletados *testamentos*, *inventários, justificações, cartas de alforria* e alguns *documentos avulsos.*

No Arquivo Histórico de Pitangui, foram coletados *inventários e testamentos.*

No Centro de Pesquisa e Estudos sobre História Regional (CEPHR) do Museu Histórico da cidade de Pará de Minas (MG) , foram coletados *inventários e testamentos e divórcios.*

Na cidade do Serro (MG) foram coletados documentos do arquivo do Fórum Edmundo Lins, entre eles os *inventários, alforrias* e *testamentos* existentes para o período estudado.

Na Biblioteca Antonio Torres, pertencente ao IPHAN, em Diamantina, foram coletados *inventários, testamentos e alforrias*.

Do Arquivo Público Mineiro (APM) foram coletados *inventários*, *testamentos*, *mapas de população*, além das Revistas. Ainda, microfilmes de *cartas de legitimação* do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino - Portugal, em poder daquele.

No Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, na documentação do Desembargo do Paço no Brasil, examinei algumas *cartas de legitimação de filhos* solicitadas por mulheres mineiras.[3]

Diante de variadas possibilidades metodológicas e da especificidade de cada fonte, recorri a diversas formas de análise dos dados recolhidos. Nesse caso, utilizei de várias técnicas e métodos que tem sido empregados na tentativa de captar a história de homens e mulheres e seus arranjos familiares no maior número possível de fontes. Um dos métodos utilizados é o de "ligação nominativa".[4] Optei por uma análise histórica voltada para a micro-história, na medida em que me interessava captar as experiências singulares, de modo a observar o que o particular tem de coletivo. Por meio da micro-análise, é possível focar a lente e acompanhar de perto diversas trajetórias de mulheres e suas famílias naquilo que elas têm de singular e de plural, sendo possível, às vezes, descobertas que não seriam feitas com outros métodos. Como destaca Jaques Revel essa

> escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico — o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra — a complexa rede de relações, a multiplicidade de espaços e tempos nos quais se insere (...) A análise micro-histórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula.[5]

---

[3] Devido ao fechamento do Arquivo Nacional para reforma, parte dessa pesquisa sofreu solução de continuidade.

[4] É um método que permite reconstituir a trajetória dos sujeitos em diversas etapas da vida através da ligação de nomes, como, por exemplo, nascimento, casamento, vida escolar, profissional, ou mesmo a reconstituição de diversas gerações familiares, como foi o caso de GUTMAN, The black family in slavery and freedon (1750-1925), 1977, recompondo famílias escravas nos Estados Unidos e SLENES em seu trabalho Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX, 1999.

[5] REVEL, Jacques. (Org.). Jogos de escalas: a experiência da mcro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998: "A história ao rés-do-chão". p.17. Citado por MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Niterói, RJ: UFF, 2006.

A maioria dos documentos — *testamentos, inventários, cartas de legitimação, processo De Genere*, transcritos na íntegra, — compõem a base de dados para análise de cunho qualitativo, e também foram utilizados para complementar algumas análises quantitativas.

Quanto à sistematização de todas as informações referentes à composição familiar, foi feita partir da montagem de fichas de família.

No que se refere às transcrições documentais realizadas nesse trabalho, optei por atualizar a grafia, para facilitar a leitura e compreensão dos relatos.

O marco espacial foram as regiões que originalmente pertenceram as comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio, que sofreram transformações substantivas ao longo de cento e dez anos, em virtude dos desmembramentos para a construção de outras comarcas. Transformações que, na medida do possível, fui pontuando quando se fez necessário. A escolha do espaço para o estudo não foi aleatória. Ela representou a continuidade às reflexões e às investigações que iniciei no mestrado. Outro fator a considerar é que essas regiões tiveram sua economia assentada basicamente na mineração e no abastecimento alimentar, representando bases econômicas que permitiriam detectar a constituição de domicílios em áreas urbanas e rurais.

No que se refere ao recorte temporal, a demarcação ficou entre 1770-1880.[6] Este período esteve associado aos propósitos da pesquisa, qual seja: identificar as mudanças e as permanências ocorridas no cotidiano das relações e nos vínculos familiares, na transição do século XVIII para o século XIX. Além de pretender analisar as transformações sociais e econômicas vivenciadas por essas famílias matrifocais no período e sua influência na composição dos domicílios, como também abarcar algumas gerações de mulheres chefes de domicílio dentro do mesmo núcleo doméstico-familiar.

A narrativa dos sujeitos foi o principal fio condutor do trabalho. Foi por meio delas que pude desvelar as condições, os contextos e as contingências em que ocorreram as formações de famílias matrifocais. Além disso, nelas foram

[6] No entanto, este período acima foi transposto quando se fez necessário para permitir a compreensão mais ampla do fenômeno.

também sendo revelados seus modos de vida, suas formas de subsistência, as lidas e lutas cotidianas, acordos e redes de solidariedade, disputas e conflitos que envolveram os homens e as mulheres que habitaram a Capitania / Província de Minas Gerais entre 1770 e 1880.

Algumas noções e conceitos que foram utilizados nesse trabalho, tais como *cenários* e *palcos*, mais do que conceitos foram apropriados mediante o pressuposto de que os sujeitos analisados são atores sociais, protagonistas de suas histórias, e em muitos casos fizeram escolhas, apesar das contingências.

Entendo a sociedade mineira como uma sociedade dinâmica, pulsante, miscigenada e híbrida, razão pela qual utilizo a noção de "universo cultural". Como afirma Eduardo Paiva, a sociedade mineira apresentava-se como universo marcado pela mistura, de etnias, informações, trocas, tradições, religiosidades, práticas, crenças e culturas, entre outros elementos, que se encarregavam de revelar uma sociedade configurada, também, por resistências, diferenças, distinções, hierarquizações, tolerâncias, intolerâncias, simbolismos, normas e conflitos.[7]

Pensar aquela sociedade como culturalmente híbrida significa pensar ainda que o hibridismo não eliminou espaços, vivências, práticas, crenças, ritos e rituais, gestos, atitudes, que se fizeram impermeáveis e permaneceram resistentes a alterações e adaptações. Coexistiram naquela sociedade um movimento contínuo que misturava heranças culturais diversas e outro constituído por resistências ao hibridismo, que mesmo não se configurando como movimentos antagônicos, apresentavam constantes embates entre si.[8]

Outro elemento que levei em consideração é o fato de que não existe "vivência homogênea". Os sujeitos são marcados por clivagens de gênero, gerações, idade, etnia, crenças e origem que demarcam e posicionam os indivíduos em seu meio social, além da distinção e forte hierarquização existente naquela

---

[7] PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

[8] PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 38.

sociedade. Saliento, ainda, que mesmo entre os grupos, houve diferenças e divergências internas, especialmente entre as mulheres chefes de domicílio.

Em vista disso, estive atenta a algumas categorias-chave, tais como: gênero, família, chefia de domicílio, gerações e idade. Estes dois últimos funcionam como pares conceituais relacionais e possuem dimensões fundantes na organização da vida social em diversas épocas e sociedades. Por serem tão evidentes, muitos estudiosos do tema não costumam referir-se a eles.

A constatação da existência de diversos lares onde a matrifocalidade atravessou gerações de famílias de mulheres impôs uma reflexão das categorias geração/idade, ainda que tenha sido de forma tangencial. Segundo Guita G. Debert, "enquanto as gerações têm como referência a família [...] as idades são institucionalizadas política e juridicamente".[9] Complementando a formulação de Debert, J. Luis Zárraga Moreno afirma "que toda geração é determinada pela sucessão de conjunturas históricas em que vive, ainda que o efeito de cada conjuntura seja distinto de acordo com a categoria de idade em que se encontra cada geração".[10] Acompanhando esse raciocínio, foi possível pensar que, no caso das famílias que estudo, a geração/idade esteve também associada à experiência vivida, o que me remeteu à idéia da existência de uma transmissão de saber e de experiências acumuladas de uma geração mais velha às gerações mais novas, o que foi traduzido por essas mulheres, entre outras expressões, por "confiada na educação que lhes dei" ou "pelo que ensinei".

Embora os sujeitos não pudessem escapar a determinadas contingências, considerei-os ainda como seres de ação e intenção e desejos, interpretando de algum modo suas experiências. Apesar de todas as contingências e limites daquela sociedade, como ficou evidenciado neste trabalho, os sujeitos foram capazes de agir de forma individual e às vezes de modo coletivo sobre as circunstâncias e imprevistos. E, nesse caso, a introdução da categoria *gênero*, mais do que teorizar sobre diferenças entre sexos, significou perceber as relações en-

---

[9] DEBERT, Guita Grin. Gênero e envelhecimento. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994. p.18.

[10] ZARRAGA MORENO, José Luís de. Generaciones y grupos de edad. Consideraciones teoricas. In: Atas del Congreso Español de Sociología, 4 sept., 1992, Madrid. p.28.

tre homens e mulheres como sendo social, histórica e culturalmente construídas.

Isto significou refletir que o viver em sociedade como homem e mulher não pode ser considerado algo natural e apenas determinado biologicamente, pois também está imbricado no meio social e cultural. Os papéis foram e vão se alterando no decorrer do processo histórico em virtude de clivagens sociais, tais como raça, etnia, origem, grupo social, entre outros. Não se pode perder de vista que tais categorias se encontram em estreita articulação no espaço social.

Nessa perspectiva, a categoria gênero também foi, é, e deve ser entendida como relacional, rejeitando a renitente "oposição binária masculino *versus* feminino". Tal relação possibilitou-me compreender que os exercícios sociais dos papéis podiam, e podem, ser vivenciados ou rejeitados tanto por homens, quanto por mulheres, visto que um não se constituía e nem se constitui sem a presença do outro. Nesse aspecto, analisar os papéis femininos trouxe, implícita, a análise dos papéis masculinos naquela sociedade mineira. Não só no sentido da constatação de campos de poder, mas muito mais: no sentido de buscar explicitar especificidades históricas e culturais da construção social das relações entre os sexos, inseridos numa dada ordem sócio-cultural, na qual foram percebidas as experiências, as acomodações e resistências dos homens e mulheres às suas próprias condições objetivas de existência.

Utilizar a categoria gênero significou ainda romper com explicações universalistas que tendem a naturalizar e simplificar as relações estabelecidas entre homens e mulheres, perpetuando a idéia do mundo como um ordenamento masculino, sujeito universal. Isso significou tentar desconstruir a noção, ainda recorrente, de que gênero refere-se apenas às coisas relativas à mulher, o que tem contribuído para visões estereotipadas de homens e de mulheres e a continuidade de discursos que hierarquizam os sujeitos.

Além do mais, vale ressaltar que procurei trabalhar do ponto de vista conceitual com algumas contribuições das análises de Joan Scott sobre a catego-

ria gênero,[11] pois esta incorpora questões inovadoras à discussão, embora seu campo privilegiado de análise seja o espaço público e a política.

Em vista disso, procurei dar ênfase aos pesquisadores e pesquisadoras que recorrem a outras esferas de análise, aqueles/as que procuram destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas pela sobrevivência, as resistências das mulheres no cotidiano. Entre eles destaca-se no plano internacional Michele Perrot, Arlete Farge, Natalie Davis, historiadoras que não se limitam a abordar a atuação das mulheres apenas na arena do público, ou no campo da política formal, como propõe Joan Scott. Recorrem, antes, a outras chaves de análise, acentuando a importância da história cultural e das representações para o avanço na discussão sobre gênero. Nesse aspecto, a categoria gênero seria uma forma de romper com certas propostas analíticas que não vêem outra realidade na relação entre os sexos senão naquele par relacional dominação/opressão.

Para Natalie Davis, por exemplo, a utilização da "categoria gênero significa combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres para compreender as significações do gênero no passado".

No plano historiográfico nacional, destaco Maria Odila Dias, Eni Samara de Mesquita, Joana Pedro e Raquel Soihet,[12] entre outras. Este grupo, especificamente, tem dado contribuições significativas no debate teórico sobre a categoria gênero, ao destacarem as mulheres como agentes históricos, não se atendo

---

[11] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995 e Feminism & History. Oxford, New York: Oxford University Press, 1996.

[12] DUBY. Georges, PERROT, Michelle. As mulheres e a história. Lisboa: Dom Quixote, 1995. PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. Revista Brasileira de História, v.9, n.18, São Paulo, ago-set.1989; O gênero na cidade. Histórias & perspectivas, Uberlândia, (24): 9-26, jan.jun, 2001; Os excluídos da História - Operários, Mulheres, Prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988. DAVIS, Natalie Zenon. Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França Moderna. São Paulo: Paz e Terra, 1990; Nas margens: três mulheres do século XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1997. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. SOIHET, Raquel. Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres na ordem urbana (1980-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; História, Mulheres, Gênero: contribuições ao debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). Gênero e Ciências Humanas: desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

apenas à esfera pública, mas também às múltiplas relações de poder na sociedade, nas relações sociais não-centradas num único ponto.

Sob a influência dos estudos e debates internacionais sobre gênero e história das mulheres, essas historiadoras sugerem a todos os estudiosos da temática que evitem abordagens reducionistas, como aquelas que buscam uma única explicação para as relações entre os sexos, e que, para tanto, utilizam o "binômio dominação/opressão" centrado exclusivamente no masculino, sem se levar em conta a "complexidade das formas de poder feminino".[13]

Os sujeitos aqui referidos foram vistos como homens e mulheres vivendo a constante tensão entre o instituído e o instituinte, a normatização e a liberação, poderes e contra-poderes, escolhas e contingências, fatos e possibilidades. Se, de um lado, vivenciaram e internalizaram valores, códigos e experiências, de outro foram capazes de recriá-los e reinventá-los continuamente, emendando os fios e refazendo a teia e a trama de suas vidas.

Este estudo ancorou-se em diversas áreas do conhecimento. Nesse aspecto, a Demografia Histórica, a Antropologia, a Sociologia, a História Social e a Micro-História fornecem os subsídios fundamentais para reflexão, análise e interpretação dos dados coletados. Uma vez que tematiza os arranjos familiares, chefia de domicílios e, em especial, a matrifocalidade, suas dimensões e seus contornos, ele se inscreve também no campo de estudos sobre as mulheres e a família. Com o auxílio desses referenciais espero ter conseguido, pelo menos em parte, realizar os propósitos desta tese.

Quanto à sua estruturação, ela constitui-se de cinco capítulos.

No primeiro discuto a historicidade do tema nas Ciências Sociais, situando-o na historiografia européia, hispano-americana e brasileira, e no campo da produção regional. Compondo o percurso do tema, procurei fazer uma reflexão teórico-conceitual em que apresento a noção de gênero, mulheres, a noção de família, de domicílio, de chefia feminina de lares, evidenciando potencia-

[13] SOIHET, Raquel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF, s.d. PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, Franca, São Paulo, v. 24, n.1, 2005, entre outras.

lidades e limites do uso de tais conceitos e definindo os critérios em que foram utilizados na tese.

Passando a outro plano de análise, o segundo capítulo teve o objetivo de fornecer uma descrição histórico-geográfica do espaço onde viviam as protagonistas, o palco e o cenário onde as tramas históricas se desenrolaram, num plano de análise mais quantitativa. Apresento de modo panorâmico as transformações espaciais ocorridas no território mineiro na longa duração entre 1770 e 1880. Tendo como fonte prioritária mapas de população, analiso o perfil sócio-demográfico das mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais e algumas regiões que foram selecionadas obedecendo a dois critérios: por estar situado na região de abrangência da pesquisa e em seguida por serem localidades em que as listas de habitantes em 1832 estavam completas. Privilegiei a análise das seguintes variáveis: estado conjugal, por faixa etária/sexo, região, cor e sexo, tamanho do domicílio e sexo, ocupações, o quadro geral de profissões, estrutura de posses, número de escravos — de modo a obter uma radiografia do núcleo doméstico-familiar e os meios de sobrevivência das chefes e de sustento da prole.

No terceiro capítulo, as mulheres solteiras chefes de domicílio e as condições objetivas que possibilitaram a constituição de seus domicílios matrifocais são o foco central da análise. As fontes analisadas evidenciaram que os domicílios de mulheres solteiras foram formados em contextos e condições distintas. Surgiam a partir de relações concubinárias esporádicas e/ou duradouras de mulheres com homens casados, viúvos e clérigos, ou por promessas de casamento não cumpridas. Desse modo, muitos lares de chefia feminina tiveram sua origem nas relações que estas mulheres estabeleceram com homens com impedimento jurídico ou canônico para contrair matrimônio ou com aqueles que efetivamente não quiseram casar. Neste capitulo, de cunho qualitativo, procurei desvendar e revelar a multiplicidade de experiências vividas por mulheres solteiras que resultaram em chefia de domicílio e em famílias “fracionadas”.

O quarto capítulo versa sobre as características dos domicílios cuja chefia feminina resultou das rupturas conjugais voluntárias. Para tanto, analisei

alguns processos de divórcios litigiosos ou por mútuo consentimento impetrados tanto no tribunal eclesiástico, quanto na justiça civil, no período entre 1770 e 1880, e aquelas situações de separação informal - de mulheres casadas com maridos ausentes. Os casos encontrados evidenciaram que essas ausências na maioria das vezes convertiam-se em abandono efetivo do lar pelo cônjuge, situações previstas ou não que fizeram parte do repertório de escolhas de muitas mulheres na sociedade colonial e imperial. Tais rupturas na maioria dos casos proporcionaram às mulheres não só autonomia para regerem suas vidas e seus negócios, como possibilidade de mudar substantivamente sua trajetória.

Por fim, no quinto capítulo concentro a análise na trajetória de vida de algumas mulheres chefes de domicílio cuja chefia resultou de rupturas conjugais involuntárias, neste caso a viuvez. Parti de pequenas biografias de algumas viúvas selecionadas entre as muitas existentes na documentação compulsada, trazendo à tona suas histórias experienciadas nas duas margens do Atlântico. Procurei ressaltar e dar visibilidade às suas conquistas, às rebeldias, às estratégias, à multiplicidade e à improvisação de papéis.

Retomando a questão central da tese — qual seja: as dimensões sócio-culturais inscritas no fenômeno da matrifocalidade — observei que o padrão de relação que essas mulheres estabeleceram com seus homens constituiu, também, elementos determinantes para a formação de lares matrifocais, alterando em larga medida o padrão tradicional de autoridade e de poder centrado apenas no masculino.

Compreender a dinâmica das organizações e arranjos familiares femininos e seus processos de constituição, em sociedades passadas, ilumina o momento presente, em que o fenômeno da matrifocalidade acentua-se cada vez mais.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DAS MULHERES
o debate historiográfico: impasses, recuos e avanços

A história é um objeto em construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras

Walter Benjamim

Nas últimas décadas do século XX, as Ciências Sociais foram responsáveis pela ampliação dos estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar e no trabalho, entre outros aspectos. Afirma-se que o movimento feminista e as transformações pelas quais passou a historiografia da década de 1960, aliadas às contribuições da História Social e Cultural e da Antropologia, foram responsáveis pela eclosão da História das Mulheres.

Torna-se necessário ressaltar, contudo, que a emergência da História das Mulheres como um campo de estudos, foi acompanhada pelas lutas e campanhas pela melhoria das condições de trabalho, promovendo vigorosa expansão dos domínios da História. Essa afirmação não pode e não deve ser entendida como operação linear, qual seja: uma "evolução do feminismo para mulheres e daí para gênero, ou seja: da política para a história especializada e daí para a análise", como afirma Joan Scott.[14]

1.1. História das mulheres e as relações de gênero: o debate internacional

O processo de emergência da História das Mulheres como campo fértil de estudos atrelado às lutas e campanhas por melhores condições profissionais foi acompanhado de acalorado debate, com questionamentos e divergências no interior do movimento feminista. A partir da década de 1960, especialmente nos Estados Unidos, o uso da categoria "mulher" passou a ser utilizada em contra-

[14] SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 65.

posição a categoria "homem", este entendido como categoria histórica universal. Nesse caso, a categoria mulher estava subsumida dentro da categoria "sujeito humano universal." O movimento feminista passou a fazer uso da categoria "mulher" para diferenciar-se da categoria "homem" como sujeito da história.[15]

Constatou-se rapidamente, contudo, que tal diferenciação não fora suficiente para dar conta da heterogeneidade e multiplicidade de reivindicações das mulheres no interior do movimento. A identidade de sexo não se mostrava eficaz para explicar as relações de poder e as diversas formas de opressão existentes nas diversas sociedades.[16]

Numa perspectiva de análise a *posteriori,* o que se observa é que no afã de enfatizar as diferenças nas relações entre os sexos, a categoria "mulher" não foi considerada como tão homogeneizante e universalista quanto a categoria "homem", que o movimento feminista contestava tanto.

No decorrer do tempo, verificou-se no cotidiano das lutas que as reivindicações de mulheres negras, mestiças, índias, pobres, trabalhadoras não eram necessariamente semelhantes às das mulheres brancas de camadas médias da população. O fato de ser mulher, de se identificarem como tal, não fazia com que as reivindicações fossem as mesmas. A descoberta da existência de clivagens de classe, raça, etnia e geração fizeram com que a categoria mulher fosse substituída por "mulheres".[17]

A idéia de uma identidade coletiva cai por terra, pois se observa que mesmo a categoria "mulheres" acaba por adquirir um significado tão homogêneo, unitário, quanto a categoria "homens". Constata-se que as mulheres não só

---

[15] RILEY, Denise."Am I that name?: feminism and the category of "women"in history. Minneapolis: University of Mennesota Press, 1988. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995; Feminism & History. Oxford, New York: Oxford University Press, 1996 e História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

[16] MOSSUZ-LAVAU, Janine et all. Quand les femmes senmêlent - genre et pouvoir. Paris: Éd. de la Martinière, 2004; MICHEL, Andrée. O feminismo: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, História, Franca, São Paulo, v.24. n.1, 2005.

[17] SOIHET, Raquel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF, s.d. MICHEL, Andrée. O feminismo: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, Historia, Franca, São Paulo, v.24. n.1, 2005, entre outras

eram diversas, como possuíam experiências e viviam histórias múltiplas em diversos tempos e espaços, o que impossibilitava a reivindicação de uma identidade única enquanto mulheres.

O reconhecimento da existência de múltiplas identidades entre mulheres e não de uma única, manteve um acirrado debate sobre a questão da "diferença dentro da diferença" evidenciando diferenças e divergências políticas no interior do movimento feminista.[18] Tal questão, constituiu, por assim dizer, o grande dilema no interior do movimento feminista. Embora se constatassem diferenças entre as próprias mulheres, conclui-se então que não era possível perder de vista as desigualdades e as relações de poder entre sexos.[19]

A percepção dos limites e dificuldades do uso da categoria "mulheres" foi o que levou especialmente as feministas americanas a utilizarem, a partir da década de 1980, a categoria "gênero" [20] e a buscarem a maneira e a "conveniência de articular o gênero como uma categoria de análise".[21]

Tais embates e debates na sociedade se refletiram na produção acadêmica, cujo desdobramento foi uma expressiva produção dos (as) historiadores (as) acerca das mulheres. Entretanto, para alguns (mas) historiadores (as),[22] o volume de estudos produzidos (pesquisas, teses, monografias) não significou torná-la parte integrante da disciplina histórica, pelo contrário, continuou a ser anexo, complemento da história dos "homens".

---

[18] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995; KLINGER, Nair. Família, mulher e gênero: considerações introdutórias à vista da historiografia. Cadernos CEDHAL, Série Pós-Graduação, São Paulo, 1986.

[19] MOSSUZ-LAVAU, Janine et all. Quand les femmes senmêlent - genre e pouvoir. Paris: Éd. de la Martinière, 2004; MICHEL, Andrée. O feminismo: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, Historia, Franca, São Paulo, v.24. n.1, 2005.

[20] Gênero - termo extraído tanto da gramática como dos estudos sociológicos sobre os papéis sociais determinados para homens e mulheres.

[21] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995; Feminism & History. Oxford, New York: Oxford University Press, 1996 e História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

[22] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995; Feminism & History. Oxford, New York: Oxford University Press, 1996. FARGE, A., PERROT, M., SCHMITT-PANTEL, P. et. al. Culture et pouvoir des femmes: essai d' historiographie. In: Annales ESC, L' histoire des femmes, mars/avril, 1986, n. 2, p. 271-293.

Tais inquietações foram expostas em 1986 em artigo escrito por historiadoras francesas. Nele destacavam, apesar do esforço empreendido, que a história das mulheres mantinha um estatuto marginal apenas tolerado, permanecendo como "trabalho de mulher".[23] Afirmavam que a solução para superar este estado de coisas seria o refinamento dos conceitos; conduzir a produção acadêmica com mais rigor e com olhar mais crítico. Em virtude disso, apontaram as fragilidades encontradas em diversos trabalhos realizados, entre as quais a grande ênfase nos estudos da maternidade, da sexualidade e da condição feminina. Nesses trabalhos, podia ser observada a constância de análises baseadas no binômio dominação/opressão, sem levar em conta as mediações e especificidades pelas quais a dominação ocorre. Detectaram, ainda, um grande número de trabalhos que enfatizavam discursos normativos que não consideravam práticas sociais, estratégias e formas de resistência a tais discursos e, fundamentalmente, a falta de reflexão teórico-metodológica.[24]

Dois anos após esse famoso artigo de Farge, Perrot e Schimitt, Joan Scott em 1988 nos Estados Unidos manifestou suas preocupações sobre questões em torno da História das Mulheres. Em parte, ela concordava com as francesas quanto à necessidade de superar o estatuto marginal da disciplina histórica por uma reflexão teórica que questionasse e mudasse os paradigmas históricos dominantes.

Para tanto, a autora avança a reflexão teórica ao destacar, pela primeira vez, a importância de se utilizar a categoria "gênero" na análise histórica, contudo apenas essa categoria não seria suficiente para dar fôlego ao debate. Seria preciso ultrapassar o que ela chamou de "usos descritivos de gênero", argumentando que apenas seu uso descritivo a tornaria uma categoria associada ao estudo das coisas que se referem às mulheres, não tendo força de análise sufici-

[23] FARGE, A., PERROT, M., SCHMITT-PANTEL, P. et. al. Culture et pouvoir des femmes: essai d' historiographie. In: Annales ESC, L' histoire des femmes, mars/avril, 1986, n. 2, p. 271-293.

[24] FARGE, A., PERROT, M., SCHMITT-PANTEL, P. et. al. Culture et pouvoir des femmes: essai d' historiographie. In: Annales ESC, L' histoire des femmes, mars/avril, 1986, n. 2, p. 271-293.

ente para questionar e transformar a disciplina histórica e os paradigmas dominantes.[25]

Embora Joan Scott privilegie apenas a política como campo de análise, aproxima-se, em parte, e complementa as constatações das historiadoras francesas quanto ao desequilíbrio existente na qualidade dos trabalhos produzidos no período referentes à história das mulheres e a seu estatuto menor no conjunto da disciplina. Segundo ela, o que podia ser aferido pelos programas universitários e pelas monografias produzidas sobre o tema. Essa situação evidenciava os limites da utilização de abordagens descritivas que não contribuíam para questionar "conceitos dominantes" com força e densidade capazes de abalar ou transformar esse poder. Ou seja: não foi suficiente os (as) historiadores (as) trazerem "à tona" as evidências de que as mulheres tiveram, e têm histórias, ou que tiveram papéis ativos nas mudanças políticas do mundo ocidental.[26] Grande parte dos historiadores, ainda segundo a autora, deixou de lado a história das mulheres, colocando-a em um território separado, alegando que "as mulheres têm uma história separada dos homens, portanto deixem as feministas fazer a história das mulheres".[27] Em virtude desse contexto, a autora sugere a necessidade de centrar a análise não apenas na relação entre experiência masculina e feminina no passado, como também na relação entre história pretérita e práticas atuais.[28]

É preciso levar em conta que a utilização da categoria gênero na análise histórica implica rejeitar preconceitos ainda existentes nos meios acadêmicos. Isso acontece especialmente entre os historiadores, para quem a categoria gênero refere-se exclusivamente a "estudo de mulheres". Segundo eles, não tem a ver com os "homens", perpetuando a idéia de que um nada tem a ver com o

---

[25] SCOTT, Joan. Feminism & history. New York: Oxford University Press, 1996. Gender: a useful category of historical analysis. p. 152-182. Este artigo foi escrito em 1988, traduzido no Brasil em 1990.

[26] SCOTT, Joan. Feminism & history. New York: Oxford University Press, 1996

[27] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995;

[28] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995;

outro. Esta postura é que contribui para a manutenção de visões estereotipadas sobre o homem e a mulher

Para além da idéia de teorizar sobre gênero, uma das importantes contribuições de Joan Scott foi apontar para a necessidade da rejeição do caráter fixo da oposição binária masculino *versus* feminino. Além disso, a importância de sua historização para decodificar a dimensão simbólica, a linguagem e os estereótipos social e culturalmente construídos existentes na relação entre os sexos, especialmente deslocando a construção hierárquica, em vez de acatá-la como algo óbvio e natural.

Reconhecer a contribuição teórica de Joan Scott para os estudos de gênero e mesmo para o conhecimento histórico, não significa, contudo, concordar estritamente com todos os seus argumentos e modelo de análise. Ao privilegiar apenas a esfera política e o público, seu modelo reduziria a possibilidade de desvendar e captar nuances da atuação das mulheres no cotidiano.

Embora só muito recentemente tenha incorporado a categoria de gênero na análise histórica,[29] nesse terreno a vertente francesa torna-se mais fértil para a reflexão histórica, trazendo a possibilidade de outros ângulos de análise, pois enfatiza a necessidade de encontrar as mulheres nos territórios onde ocorre grande evidência de sua participação. O esforço de ver as mulheres como agentes históricos não se deve ater unicamente à esfera pública, mas suscitar e fazer emergir outros espaços, como por exemplo o cotidiano, o privado, onde mulheres e outros segmentos marginais surgem com toda força na sociedade. É neces-

[29] Segundo Gabrielle Houbre, vários fatores relevantes contribuíram para o retardamento da utilização da categoria "gênero" nos meios acadêmicos franceses. Em primeiro lugar, porque a palavra em francês genre é também utilizada em outros sentidos, como, por exemplo: gênero literário, gênero histórico. Trata-se, portanto, de uma palavra que tem significado bastante preciso no vocabulário francês, o que demandaria tempo para que fossem incorporados novos sentidos; em segundo lugar por se tratar de uma palavra francesa, segundo ela percebe-se a existência de certa americanofobia, especialmente nos meios intelectuais. Atualmente, a palavra está se impondo mais em virtude de estar sendo considerada "termo neutro", o que permite que homens a utilizem com mais facilidade do que o termo "história das mulheres", por exemplo. Sobre o assunto ver: Revista de Estudos Feministas, v. 12, n. 2, Florianópolis, mai-ago, 2004. Ponto de Vista: A propósito da história das mulheres e do gênero: entrevista com Gabrielle Houbre.

sário ressaltar que o político não está ausente desses espaços, pois ali se desenvolvem múltiplas relações de poder.[30]

O risco de se buscar uma única explicação para a relação entre os sexos é desconsiderar a importância dos estudos culturais, que tem permitido explicar as múltiplas realidades, assim como abrir novas chaves de leitura, especialmente do passado. Torna-se necessário romper com o binômio dominação/opressão, constituído pela preponderância masculina. Essa é uma abordagem reducionista que descarta a complexidade da questão e as diversas formas de poder feminino.

A conclusão das historiadoras francesas é a de que se deve escapar da armadilha dominação/subordinação como espaço único de confronto. Afirmam que, apesar da dominação masculina, a atuação feminina pode ser sentida por meio de complexos contra-poderes, como por exemplo, o poder social sobre a família e sobre outras mulheres.[31]

A metodologia empregada por essas autoras parte do pressuposto do privado e do público como unidade coesa em vez do tradicional "público *versus* privado". Entretanto, essas historiadoras afirmam que tal proposta não deve ser entendida como adoção de uma postura conciliadora ou de justaposição cultural, abandonando a desigualdade histórica e a hierarquização de papéis exercidos por homens e mulheres.[32]

Vista nesta perspectiva, a "dominação masculina" deixa de ser a pedra de "tropeço" de toda a reflexão e análise históricas, mas um traço da relação social desigual. Ela dá margem ao desvelamento da montagem de peças da engrenagem social e possibilita a compreensão de seu funcionamento. Além disso, demarca as especificidades dos diversos processos históricos.[33] É neste ponto que as historiadoras francesas distanciam-se de Joan Scott. A proposta dessa

---

[30] SOIHET, Raquel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF, s.d.

[31] FARGE, A., PERROT, M., SCHMITT-PANTEL, P. et. al. Culture et pouvoir des femmes: essai d' historiographie. In: Annales ESC, L' histoire des femmes, mars/avril, 1986, n. 2, p. 271-293.

[32] FARGE, A., PERROT, M., SCHMITT-PANTEL, P. et. al. Culture et pouvoir des femmes: essai d' historiographie. In: Annales ESC, L' histoire des femmes, mars/avril, 1986, n. 2, p. 271-293.

[33] SOIHET, Raquel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF, s.d.

autora não dá espaço para que possam vir à tona estratégias e sutilezas presentes nas relações entre sexos, ficando ausentes conchavos, permissões, consentimentos e alianças por parte das mulheres.[34] Para Roger Chartier, a "aceitação, por parte das mulheres de certos cânones, não significa dobrarem-se a uma submissão alienante, mas constitui um recurso que lhes permitam subverter, ou deslocar a relação de dominação".[35]

Analisando o debate internacional em torno da história das mulheres e da utilidade da categoria gênero para a análise histórica, Joana Pedro afirma que o uso da categoria na produção historiográfica contribuiu para que os pesquisadores (as) analisassem não só as relações entre homens e mulheres, mas ainda como "as tensões e determinados acontecimentos foram produtores de gênero" em diferentes momentos históricos.[36]

Por conseguinte, a produção historiográfica sobre História das Mulheres cresceu muito nos últimos anos e assumiu um caráter plural, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados, especialmente no Brasil, onde a produção internacional se refletiu nos debates acadêmicos.

1.2. História das mulheres e as relações de gênero: o debate historiográfico no Brasil

A partir da década de 1970 no Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanharam os diferentes momentos dos movimentos sociais. Incluindo o de mulheres e feministas, esses movimentos apresentaram novas formas de atuação e de inserção das mulheres na sociedade.[37] A entrada "em cena" desses sujeitos sociais provocou o deslocamento do eixo de análise e de interesse nas pesquisas acadêmicas.

---

[34] SOIHET, Raquel. História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões. Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF, s.d.

[35] CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica, In: Cadernos Pagu - fazendo história das mulheres, 4, Campinas, Núcleo de Estudo/ UNICAMP, 1995. p. 40.

[36] PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, n. 1, Franca, 2005.

[37] Destaca-se nesse período a atuação das mulheres de periferia, através das comunidades de base da Igreja Católica, reivindicando ao Estado atendimento a demandas básicas, como melhores salários, creches, movimento contra a carestia, especialmente em São Paulo. Sobre o assunto ver, entre outros: TELES, Maria Amélia. Breve História do Feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Para Lilia Schwarcz & Letícia Souza Reis, as questões referentes a gênero e etnia só entraram na pauta dos historiadores a partir da década de 1970, na esteira do ressurgimento dos movimentos sociais organizados.

É nesse contexto que o foco de interesse das pesquisas volta-se para as relações de produção, mulher e trabalho no espaço urbano e rural, destacando-se os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti[38] e Eva Blay.[39]

Ao sair da esfera privada para reivindicar a esfera pública, a mulher ganhou visibilidade na esfera social e também acadêmica. Pesquisadoras buscaram resgatar essas mulheres que se tornaram visíveis na sociedade. Surge nesse período uma série de trabalhos e pesquisas que desvendam o universo das mulheres que se destacaram de algum modo na liderança dos movimentos operários, dos movimentos feministas, na luta pelos direitos das mulheres.[40]

Se, de um lado, os trabalhos nessa linha contribuíram para o crescimento da produção no campo da História das Mulheres, por outro constituíram uma "grande armadilha por relegar as outras mulheres a uma espécie de limbo".[41]

Segundo Maria Clementina da Cunha, tais estudos seriam "fruto de um entusiasmo militante [...] bandeira política transformada em instrumento de análise".[42] Traduzindo o debate, os trabalhos pioneiros nas academias traziam consigo a marca da militância e estavam especialmente atentos para identificar os sinais de dominação masculina, e até mesmo capitalista, sobre as mulheres, além de denunciar a opressão que incidia sobre elas. Os estudos sobre escravidão negra e sobre mulheres na indústria trouxeram novos temas aos estudos. Parte desses utilizava teorias marxistas como pressupostos de análise.[43]

---

[38] SAFFIOTTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1979; Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher - um estudo das operárias têxteis de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1981.

[39] BLAY, Eva A. Trabalho domesticado. São Paulo: Ática, 1978.

[40] Destaca-se o trabalho de Raquel Soihet sobre Bertha Lutz, como dissertação de mestrado na UFF, sob a orientação do brasilianista Stanley Hilton, entre outros.

[41] GONÇALVES, Andréa Lisly. História & gênero. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

[42] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. De historiadoras brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relação de gênero no Brasil (séc. XIX e séc. XX). Tempo, Rio de Janeiro, n. 5, 1988.

[43] Alguns trabalhos nessa linha são: BLANCO, Esmeralda B. O trabalho da mulher e do menor da indústria paulistana (1890-1920). Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1982; LEITE, Miriam M. A condição feminina no Rio de Janeiro - séc. XIX. São Paulo: Hucitec, 1984; MATTOSO, Kátia de Q.

No Brasil, se comparada a outros países como Estados Unidos e França, a entrada efetiva da história das mulheres na academia é relativamente recente. Começou de fato no final da década de 1970 e início da de 1980, motivada por novas tendências da historiografia — abertura para novas temáticas, novos objetos, sob influência de vertentes francesas, como a História Cultural, História Social e a Nova História. Destacam-se as contribuições de E. P. Thompson, que valorizava o enfoque do cotidiano e o resgate de trajetórias de pessoas e segmentos considerados "excluídos" da história. Acrescente-se a isso a abertura de cursos de pós-graduação em diversas universidades brasileiras.

Contudo, seguindo a tendência francesa, grande parte dos estudos no Brasil inicialmente não adotou a perspectiva de "gênero" e sim a de "mulher". Tal constatação levou Maria Clementina da Cunha, em 1988, a afirmar que a "expressiva produção dos historiadores das mulheres em nosso país adotou concepções essencialistas sobre a mulher".[44] E sua crítica ia além, ao afirmar que grande parte da historiografia brasileira que trabalhava com gênero manteve "a idéia de signos comuns atemporais e universais, compartilhados por todas as mulheres".[45]

O fato é que, na esteira das transformações sociais de fins da década de 1970 e início da de 1980, detecta-se um contínuo avanço da produção historiográfica brasileira, especialmente sobre família e população. No período, destaca-se o trabalho da professora Maria Luiza Marcílio intitulado *A cidade de São Paulo: povoamento e população - 1750-1850.*[46] Este trabalho aponta o contínuo e

---

Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982; COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1982, BERQUÓ, Elza. Os corpos silenciados. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n.3, 1982; PENA, Maria Valéria Juno. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina da constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981, entre outras.

[44] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. De historiadoras brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relação de gênero no Brasil (séc. XIX e séc. XX). Tempo, Rio de Janeiro, n. 5, 1988.

[45] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. De historiadoras brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relação de gênero no Brasil (séc. XIX e séc. XX). Tempo, Rio de Janeiro, n. 5, 1988.

[46] Este trabalho foi publicado a primeira vez em 1973, como tese, e em 1986 como livro. MARCÍLIO, Maria Luisa. A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850) São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1986.

elevado número de uniões estáveis sem legalização entre a população livre no Brasil colonial.

Para a autora, esse grande contingente de uniões estáveis não-legalizadas e o número também elevado de procriação fora do casamento cristão eram resultantes da dificuldade de realização de casamentos, seja em razão das exigências de vários papéis a serem apresentados pelos noivos, seja pelas altas taxas cobradas pela Igreja. Lembra, ainda, o fato de que os homens eram mais numerosos que as mulheres, o que desencadeava, segundo ela, grande número de amancebamentos.

Já nos anos 1980, tem-se o desenvolvimento de múltiplas abordagens. No âmbito da temática do trabalho feminino, procurou-se resgatar as diversas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano. Procurou-se, ainda, detectar e reconstruir a estrutura ocupacional feminina nas cidades, destacando sua inserção no espaço público onde as atividades ditas "femininas" adquiriam importância.

Nesse período, destaca-se o trabalho de Maria Odila Leite da S. Dias,[47] uma das pioneiras nos trabalhos sobre história das mulheres e relações de gênero. A autora detectou em seus estudos a presença de mulheres que viviam sozinhas com maridos ausentes, na população paulista do século XIX, afirmando, ainda, que o fenômeno de mulheres solteiras chefes de domicílio parece peculiar ao processo de urbanização como um todo na América Portuguesa.

Grande parte dos estudos, naquele momento, privilegiou o período colonial e os anos iniciais do século XIX. A tônica era a mulher no espaço urbano, em sua luta pela sobrevivência, pela manutenção da casa e da família — uma luta identificada, também, como manifestação de resistência.[48]

---

[47] DIAS, Maria Odila da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo – século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[48] RUSSELL-WOOD, A. J. R. Women and society in colonial Brasil. In: Journal of Latin American Studies, n. 91; KUSNESOF, Elisabeth. Household and economy and urban development – São Paulo 1765 to 1836. Bouder: Westiew Press, 1986; DIAS, Maria Odila da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo – século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984; LEITE, Miriam M. (org.). A condição feminina no Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: Hucitec, 1984; SILVA, Maria Beatriz N. da. O trabalho feminino no Brasil colonial (1765-1822) In: Anais da VIII Reunião da SBPH, São Paulo, 1989; SAMARA, Eni. As mulheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco/SECSP, 1989; FIGUEIREDO, Luciano R. Quitandas e quitutes. In: Ca-

Destacam-se, também, os estudos sobre o papel da mulher na família, sobre as relações vinculadas ao casamento, os arranjos familiares associados às dificuldades de casamentos, à maternidade e à sexualidade. Todos eles enfatizando a interseção entre privado e público, individual e coletivo, demográfico e político. Tais estudos utilizaram fontes ligadas à Igreja e ao Estado.[49]

Nesse aspecto, é importante enfatizar a contribuição de Beatriz Nizza da Silva[50] para o estudo da conjugabilidade, dos arranjos familiares e do casamento na historiografia brasileira. Essa autora contribuiu substancialmente para o entendimento dos diversos arranjos familiares no Brasil colonial, ao indicar diversas fontes existentes nos arquivos brasileiros para o estudo do sistema de normas jurídicas em relação ao casamento e do sistema de normas e comportamentos sociais. Ao debruçar-se sobre os diversos aspectos da vida conjugal, da família, da sexualidade e do concubinato, advertiu para a necessidade de um estudo mais verticalizado sobre a família brasileira, devido ao grande contingente de casamentos realizados pela "lei da natureza".[51]

---

dernos de Pesquisa, São Paulo, n.54, 1985. FIGUEIREDO, Luciano R. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: J. Olympio, EdUnb, 1993; HIGGINS, Kathleen J. "Lecentious liberty" in a Brazilian gold–mining region: slavery gender, and social control in eighteenth century Sabará – Minas Gerais. Pennsylvania State University, 1999. PAIVA, Eduardo F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

[49] ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres na colônia. São Paulo: José Olympio, 1193; CAMPOS, Alzira L. de Arruda. O casamento e a família em São Paulo colonial: conflitos e descaminhos. São Paulo; USP, 1986. (Tese, doutorado); PRIORE, Mary del. Ao sul do corpo. São Paulo: José Olympio, 1993; PRIORE, Mary del (org.) História das mulheres no Brasil. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001; GOLDSCHIMIDT, Eliana M. Rea. Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial. São Paulo: USP, 1990 (Dissertação, Mestrado); FIGUEIREDO, Luciano Raposo. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo:Hucitec, 1997; LONDOÑO, Fernando Torres. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Ed. Loyola, 1999; ALMEIDA, Ângela Mendes de. O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI a XVII. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). Cadernos CERU, SP, n. 18, maio/1993; SILVA, Maria Beatriz N. da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984; NOVINSKY, Ilan. Heresia, mulher e sexualidade. In: Vivências (História, sexualidade e imagens femininas). São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1980; VAINFAS, Ronaldo. (org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986; VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil: Rio de Janeiro: Campus, 1989.

[50] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da família no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; Vida privada e quotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

[51] Casamento pela lei da natureza: "O matrimônio é um contrato estabelecido: 1º pela lei da natureza, dependente só da vontade dos contraentes.." D. José da Cunha de Azeredo Coutinho,

Do mesmo modo, ao estudar a sociedade mineira Laura de Melo e Souza[52] chamou a atenção para a existência de famílias constituídas à margem do matrimônio, fonte de grande preocupação das autoridades mineiras do século XVIII. Uma das soluções encontradas foi impor, e ao mesmo tempo aceitar, os casamentos mistos. O termo refere-se ao casamento entre "desiguais", ou seja: grupos sociais diferentes.[53] No entanto, segundo a autora, ainda assim, existia um grande contingente de mestiços originados de uniões ilícitas, o que aumentava em Minas Gerais o número dos chamados "desclassificados".

Ronaldo Vainfas[54], por exemplo, afirma que os segmentos mais pobres da população no caso brasileiro deixavam de se casar. Isso não acontecia por terem escolhido outra forma de união diferente da do sacramento católico, ou pelas dificuldades financeiras e burocráticas, mas sim por viverem num mundo precário e instável marcado pela itinerância.

Em linhas gerais, a exceção de Ronaldo Vainfas,[55] os principais estudos desse período concluíram que os altos índices de concubinato na sociedade brasileira devia-se, basicamente, a questões em torno das dificuldades do casamento. Seja por estar restrito à elite branca, seja, ainda, por seus altos custos, dificuldades de casamentos entre desiguais e burocracia dos trâmites eclesiásticos.[56]

Os estudos e pesquisas posteriores, no entanto, relativizaram essas abordagens. Ao partirem da análise das diversidades regionais, apontaram diferenças significativas no acesso ao casamento entre diferentes grupos sociais.

Respostas dadas [...] às propostas feitas por alguns párocos, 1808. Citado por SILVA, Maria Beatriz N. da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz / EDUSP, 1984, p. 29.

[52] SOUZA, Laura de Melo e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[53]. Sobre o assunto ver: GOLDSCHIMIDT, Eliana M.R. Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial. São Paulo: FFLCH / USP, 1990. (Dissertação, Mestrado).

[54] VAINFAS, Ronaldo (org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[55] VAINFAS, Ronaldo (org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[56] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A.Queiroz; EDUSP, 1984. MARCÍLIO, Maria Luisa. MARCÍLIO, A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850) São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1973. MATTOSO, Kátia de Q. Família e sociedade na Bahia do século XIX. São Paulo: Corrupio, 1988.

Constataram, mais, que em algumas regiões as mulheres forras e escravas[57] foram as principais responsáveis pelo grande número de famílias organizadas fora do modelo preconizado pela Igreja e apregoado durante longo tempo como fundamento da organização familiar.

Já os estudos cujo marco temporal refere-se ao final do século XIX e ao começo do século XX enfocaram aspectos diversos, destacando a disciplinarização, os padrões de comportamento, os códigos de sexualidade e a prostituição. Foram priorizadas, nesses estudos, as fontes judiciárias e médicas.[58]

Nestas últimas décadas do século XX e início do XXI, nota-se que a História das Mulheres vem se consolidando como um campo de conhecimento na História.

Nesse cenário historiográfico, é importante destacar a contribuição dos trabalhos de Mary Del Priore.[59] Priore investigou a trajetória da mulher brasileira do início da colonização até o momento que precede a independência. Para tanto, colocou em evidência o gênero, em geral, e a mulher / mãe solteira. Para a autora, a Igreja empenhou-se em proteger essas mulheres, conclamando-as a redimirem-se de seus pecados por meio do exercício da maternidade e dos cuidados em torno da prole.

Contudo, apesar da ampliação dos enfoques, dos avanços nas perspectivas de análises, nos estudos comparativos de diversas regiões brasileiras que deram visibilidade à mulher em suas várias dimensões, nota-se que a introdução da categoria gênero no debate historiográfico, grosso modo, não conseguiu

---

[57] MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população: um estudo de demografia histórica e história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas, 1986. VENÂNCIO, Renato P. Nos limites da sagrada família: ilegitimidade e casamento no Brasil colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986; VAINFAS, Ronaldo (org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986. FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna, família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, entre outros.

[58] RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890 -1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; RAGO, Margareth. Os prazeres da noite – prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência – mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989; ESTEVES, Marta de Abreu. Meninas perdidas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[59] PRIORE, Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia, 1993. Ver da mesma autora História das mulheres no Brasil. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001

romper com a concepção naturalizada das relações entre os sexos e das diferenças de papéis entre homens e mulheres. Ou seja, grande parte dos trabalhos não conseguiu incorporar as contribuições teóricas com a introdução da categoria gênero na análise histórica, "confinando-se [os estudos apenas] ao campo da história das mulheres".[60] Haja visto o número reduzido de historiadoras brasileiras que trabalham, especificamente, com a história das mulheres e relações de gênero.[61] O que leva a crer que é possível que prevaleça no meio acadêmico a idéia de gênero como estudos relativos às mulheres. Nesse aspecto, é pertinente a crítica de Maria Clementina Cunha há quase vinte anos em artigo para a *Revista Tempo*: a de que boa parte dos "historiadores das mulheres adotou concepções essencialistas sobre a mulher".[62]

Andréa Lisly Gonçalves[63] aponta que os estudos "mais profícuos" são aqueles que enfatizam o caráter relacional nas vinculações entre sexos, levando em conta práticas culturais específicas, uma vez que "o processo de colonização do novo mundo coloca como objetos mais favoráveis as abordagens que [privilegiam] o caráter relacional com ênfase nas diferentes culturas, etnias e organizações societárias",[64] citando como exemplo os trabalhos de Sheila de Castro Faria,[65] Eduardo Paiva[66] e Júnia Furtado[67], eu incluiria, ainda, Luciano Figueiredo.[68] De fato, os estudos com enfoque no caráter relacional têm contribuído

---

[60] GONÇALVES, Andréa Lisly. História & gênero. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006; Núcleo de Estudos Contemporâneos. SEGRILLO, Ângelo. Entrevista com Raquel Soihet, NEC, Rio de Janeiro, 2002.

[61] Entre o expressivo número de historiadores/as no país, destacam-se: Maria Odila Dias da Silva, Eni de Mesquita Samara; Raquel Soihet, Maria Izilda de Matos, Miriam M. Leite, Margareth Rago, Joana Pedro.

[62] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. De historiadoras brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relação de gênero no Brasil (séc. XIX e séc. XX). Tempo, Rio de Janeiro, n. 5, 1988.

[63] GONÇALVES, Andréa Lisly. História & gênero. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

[64] GONÇALVES, Andréa Lisly. História & gênero. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

[65] FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF).

[66] PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

[67] FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Cia das Letras, 2003

[68] FIGUEIREDO, Luciano Raposo A. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF:EdUnb, 1993.

para evidenciar os "contra-poderes" exercidos pelas mulheres nas relações que estabelecem com os homens.

Nesse sentido, vale ressaltar os trabalhos de Eduardo Paiva e Júnia Furtado, que, embora não utilizem explicitamente a categoria gênero, incorporam suas contribuições, enfatizando o aspecto relacional e de poder presentes nas relações entre homens e mulheres. Deste modo, trazem avanços significativos para a compreensão do multifacetado universo das mulheres, reconstituindo vários aspectos da vida dessas mulheres a partir das relações que estabeleciam com os homens.[69]

Considerando o conjunto da produção historiográfica brasileira e latino-americana, Eni de Mesquita Samara pondera que estabelecer diferenças de comportamento e estratégias entre mulheres em função de classe, raça e etnia, gerou um contraponto que rompeu com visões estereotipadas sobre "condição feminina" no passado. Ficou claro que as mulheres nem sempre se adequaram a papéis prescritos.[70] Para a autora, as variáveis raça, classe e etnia permitem avançar na discussão sobre a "singularidade da inserção das mulheres nos processos históricos em curso". Também o é nos "estudos comparativos, permitindo nuançar as diferenças e ao mesmo tempo realçar e permitir o entendimento de pontos comuns das identidades femininas".[71]

Por um lado, os avanços na produção historiográfica sobre mulheres no Brasil nos últimos dez anos deveram-se ao aprofundamento da pesquisa empírica e a ampliação das fontes, e tornaram-se indispensáveis para que os poderes e lutas femininas fossem recuperados, mitos reexaminados e estereótipos revistos. Por outro lado, entretanto, tal produção reflete ambigüidades, paradoxos, impasses e tensões que permeiam a discussão da categoria gênero. E uma das

---

[69] PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001 e FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

[70] SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção de identidade de gênero na América Latina. Cadernos CEDHAL, Série Cursos e Eventos, USP, São Paulo, 1996.

[71] SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997. p.15. e SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção de identidade de gênero na América Latina. Cadernos CEDHAL, Série Cursos e Eventos, USP, São Paulo, 1996, p.20.

questões que atravessa essa discussão está na impossibilidade de trabalhar com categorias definitivas no campo historiográfico.[72]

Os estudiosos da história das mulheres e das relações de gênero continuam a apontar a necessidade de um aprofundamento da discussão teórica e interpretativa para fundamentar os estudos de gênero. Discussões interpretativas e conceituais que sirvam de ferramentas e suporte para a leitura das realidades históricas.[73] Para Maria Izilda Matos, a categoria gênero apresenta-se "como um campo controvertido, que se encontra em aberto, exigindo a continuidade do debate em torno de problemas, tais como os de definição, fontes, métodos e explicação".[74]

1.3. Desvendando a família brasileira: perspectivas teóricas

É notório que grande parte da produção historiográfica sobre a história das mulheres esteve quase sempre atrelada à história da família. Em muitos casos, é impossível dissociá-las, embora a história das mulheres tenha se constituído com o passar dos anos num campo autônomo de pesquisa e estudos.

Há muitas décadas, os estudiosos da história da família no Brasil têm trazido à tona discussões sobre os referenciais teóricos e métodos de análise com o objetivo de compreender as mudanças e permanências de determinadas estruturas familiares e de domicílio nos padrões de conduta e sua influência na dinâmica social. Apesar de variada abordagem e tendências analíticas diferenciadas, observa-se que a maioria tem concordado com o argumento da família como "instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade" que sofre influência e é capaz de influenciar a sociedade.[75]

---

[72] SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997, MATOS, Maria Izilda S. de. Por uma história da mulher. São Paulo: EDUSC, 2000.

[73] SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUSC, 1997, MATOS, Maria Izilda S. de. Por uma história da mulher. São Paulo: EDUSC, 2000.

[74] MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros. In: SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUSC, 1997. p. 106.

[75] TERUYA, Marisa Taira. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 2000. Anais

Os primeiros estudos de caráter ensaístico acerca da família, realizados entre a década de 1920 e 1950, marcaram profundamente a historiografia da família brasileira. Entre os diversos autores, destacam-se Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido.[76] Guardadas suas especificidades, esses estudos se voltaram para as famílias das camadas dominantes em virtude da importância de seu papel na fundação da "empresa colonial". Influenciaram todos os estudos posteriores, uma vez que, ou criaram ou reforçaram, e difundiram, o conceito de "família patriarcal". É na produção desses anos que se encontram as matrizes conceituais de um pensamento que vigoraria por décadas "acerca da natureza, estrutura, importância, função e conceito de 'família brasileira'."[77]

Em seu trabalho *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, Oliveira Viana desenvolveu o conceito de "clã parental" para pensar a família senhorial, vista como viga-mestra, embrião da "dinâmica e evolução" da história política brasileira. Para o autor, o fim desses clãs senhoriais se deu com o fim da escravidão, uma vez que a posse de escravos era a base do seu poder simbólico e econômico.[78]

Para Gilberto Freyre, responsável pela generalização da idéia da família patriarcal como dominante na sociedade brasileira, essa organização familiar era uma "dessas grandes forças permanentes". Em torno dela gravitou toda a sociedade brasileira durante quatro séculos. Conceito-chave, portanto, para a compreensão da formação da sociedade brasileira.[79] Para o autor, a família patriarcal assentava-se numa relação hierárquica entre desiguais que era identifi-

---

[76] Esse período foi caracterizado por Mariza Correa como o "período de grandes sínteses". Destacam-se, entre outros importantes trabalhos, os de Costa Pinto, Nestor Duarte, Alcântara Machado, Alfredo Ellis Jr, que, embora tratando de temáticas específicas, utilizam o patriarcalismo como referencial teórico.

[77] SAMARA, Eni de Mesquita. Família, mulheres e povoamento – São Paulo, século XVIII. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 17.

[78] VIANA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973, v. 1: Formação social, p.138.

[79] FREYRE, Gilberto. Sobrado e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14 ed. Revista. São Paulo: Global, 2003. p. 78. Publicada originalmente em 1936.

cada como "despotismo ou a tirania do homem sobre a mulher, do pai sobre o filho, do senhor sobre o escravo, do branco sobre o preto".[80]

O modelo de organização familiar observado era o da família extensa, aquela que, além do núcleo central formado pelo pai, mãe e filhos, incorporava os escravos, parentes e agregados. Esta família era ainda multiplicada por meio de casamentos, alianças, relações de compadrio e laços de solidariedade cujo resultado era o fortalecimento político da família patriarcal e baseada no latifúndio. Para Sérgio Buarque, as alianças realizadas por meio de casamentos levaram a constituição de diversas dinastias canavieiras e cafeeiras no sudeste brasileiro no século XIX.[81] Como Freyre, Sérgio Buarque entende que esta composição alargada da família e inseparável da empresa colonial e escravista é *locus* privilegiado da enorme autoridade do *pater-familias*.[82] A família foi entendida não só como "célula reprodutora" no seio da sociedade, mas sua organização constituiu a pedra angular da formação patriarcal do Brasil.[83]

A temática da família continua sendo discutida por vários autores nos decênios seguintes.[84] Na década de 1950, Antônio Cândido, em seu trabalho *The Brazilian Family*, reconhece a família como objeto central de seu estudo sociológico. Para o autor, a organização patriarcal da família era fundamental para compreender a moderna configuração da família. E mais: esta família teria so-

---

[80] FREYRE, Gilberto. Sobrado e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14 ed. Revista. São Paulo: Global, 2003. p. 83

[81] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 20 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jose Olympio, 1988. p. 49.Ver ainda: MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Niterói, RJ: UFF, 2006 (Tese, Doutorado em Historia). p. 12.

[82] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 20 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jose Olympio, 1988.

[83] TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O outro lado da família brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 47.

[84] Ver: WILLEMS, Emílio. A estrutura da família brasileira. Sociologia, v. XVI, n.4, 1954, p. 327-340; PIERSON, Donald. The family in Brazil, marriage, and family living. v. XVI, n. 4, 1954, p. 308-314. A partir da década de 1920, ganham destaque nos estudos sobre família, especialmente no campo sociológico, pesquisadores da Escola de Chicago. E mais tarde, na década de 1950, vamos ter Talcott Parson, cuja Teoria Funcionalista vai influenciar diversos estudos sobre família nuclear e sua relação com sociedades em processo de industrialização, como, por exemplo, GOODE, William. Revolução mundial e padrões de família. São Paulo: Edusp, 1969. Ainda para esse período, diversas obras foram elencadas por SAMARA, Eni de Mesquita. A história da família no Brasil. I: Revista Brasileira de História – famílias e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, n. 17, 1988, p.7-35.

frido transformações ao longo do século XIX e o resultado dessas mudanças seriam filhos menos dependentes do poder do patriarca, a perda gradativa de sua função produtiva e o enfraquecimento das relações de parentesco, embora tenha procurado manter a moral patriarcal.[85]

O conceito de família patriarcal cunhado por Freyre foi retomado por Cândido, propagando e disseminando essa linha interpretativa na historiografia brasileira. Tanto Cândido como Freyre foram alvos de críticas historiográficas nas décadas posteriores. As principais questões levantadas diziam respeito à generalização e ampliação do conceito de "patriarcalismo" para toda a sociedade brasileira do século XVI a XIX. A idéia de família patriarcal como retrato pronto e acabado da família brasileira perdurou por várias décadas nas interpretações e análises sobre a família, eclipsando as demais formas de organização familiar apontadas posteriormente em diversas pesquisas. O que se pretendeu a partir de então foi desvendar as condições históricas e particularidades regionais das famílias.[86] Em que pese as críticas a esses clássicos, é forçoso reconhecer que forjaram do ponto de vista teórico um modelo de família que ainda hoje influencia o pensamento sociológico brasileiro, ainda que relativizados.[87]

Ao pensar a família como representação do ordenamento social e de suas elites, estes autores perderam de vista a dinâmica da formação e organização da vida familiar brasileira de modo geral, resultando na exclusão de vivências familiares de outros grupos sociais.

A partir da crítica à hegemonia do modelo patriarcal e da revisão desses estudos pioneiros realizados entre as décadas de 1920 e 1950 é que foi possível retomar e incorporar definitivamente a história da família como objeto da His-

---

[85] Cf CÂNDIDO, Antônio. Ver ainda TERUYA, Marisa Taira. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 2000. Anais

[86] Uma excelente discussão historiográfica mais recente sobre a história da família no Brasil, ver: MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Niterói, RJ: UFF (Tese, Doutorado em Historia).

[87] Ver: BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. In: Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 6. Trabalhos recentes na História têm retomado a discussão freireana sobre patriarcalismo, entendido não como sinônimo de família extensa, mas de um sistema de valores que vai influenciar a vivência e estratégias familiares. Ver o trabalho de BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade – São João Del Rey – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

tória.[88] E talvez a crítica mais provocativa tenha sido a de Mariza Correia, quando chamou a atenção para a existência de outras organizações familiares, ao fazer a seguinte afirmação: "a 'família patriarcal' pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha".[89] É o que demonstrou, por exemplo, Eni Samara ao revelar a existência de famílias com estruturas mais simplificadas para a cidade de São Paulo. Segundo a pesquisadora, essa "constatação não invalida a concepção de família patriarcal usada por Gilberto Freyre para caracterizar as áreas de lavoura canavieira do nordeste". [90]

A partir de então, diversos métodos, abordagens e fontes vêm sendo freqüentemente pensados, utilizados e revistos a fim de dar conta das particularidades e transformações da família em diversas épocas e espaços.

Como resultado dessas revisões, diversos pressupostos teóricos foram deixados à margem, pressupostos novos foram estabelecidos e velhas questões retomadas a partir das décadas de 1970 e de 1980, dando origem a alentados estudos que evidenciaram o vigor e ineditismo de várias pesquisas sobre a família brasileira em diversas regiões do país. Nesse período, tiveram origem estudos na perspectiva da história social, tendo como suporte documental inventários e testamentos, dotes e contratos de casamentos, afastando-se das abordagens anteriores.[91] Outros estudos buscaram compreender o papel dos sexos, do

---

[88] No plano internacional, a França legou-nos duas vertentes para o estudo da família. A primeira delas, metodológica, com ênfase na análise demográfica sob a influência de Louis Henry e Pierre Golbert, e outra, teórica, capitaneada por Philippe Ariés, na perspectiva antropológica e da História Social. Este, ao enfatizar o sentimento e a privacidade como elementos definidores da família moderna, acabou por influenciar toda uma geração de pesquisadores europeus e brasileiros.

[89] CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Maria S. K. (org.). Colcha de retalhos. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.25. Citado por TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O outro lado da família brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp,2004. p. 48.

[90] SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, SEC-SP, 1989. p. 189. Citado por TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O outro lado da família brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 48.

[91] Enquadram-se nessa nova abordagem os estudos de NAZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformação (1600-1870). In: Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, 1988, n.17, p. 88-114. Ver da mesma autora: O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil (1600-1900). São Paulo: Cia das Letras, 2001. A autora procurou abordar na longa duração a instituição do dote, sua importância e sua contribuição na formação e manutenção dos núcleos domésticos, até seu progressivo desaparecimento no século XIX. Outro trabalho de destaque é o de KUZNE-

casamento, dos concubinatos, da sexualidade, do processo de transmissão de heranças em nossa sociedade,[92] atestando a importância da família na conformação da sociedade brasileira, na demarcação das fronteiras do território, na estruturação da vida comunitária, na criação e rupturas das redes de poder local e regional.[93]

Deve-se salientar, também, que a demografia histórica na década de 1980 foi fundamental para os avanços das investigações e da compreensão do significado da família na constituição da sociedade brasileira, possibilitou, ainda, a análise das estruturas de parentesco, da sociabilidade, do patrimônio familiar, consagrando entre os estudiosos da temática os métodos da Demografia Histórica, cuja contribuição foi decisiva para a aplicação de variadas tipologias de análise e elucidação de muitos casos. Desse período, destacam-se os pesquisadores Maria Luisa Marcilio, Iraci Del Nero da Costa e Eni Samara, que reavaliaram, levantaram questões, testaram e aprimoraram os métodos de análise das estruturas demográficas da população e de questões referentes à composição dos domicílios no período colonial, tendo como marcos espaciais Minas Gerais e São Paulo.[94] Esses e outros estudos foram desenvolvidos sob a influência do

---

SOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In: Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, 1988, n.17, p. 37-63.

[92] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. Rio de Janeiro: T.A.Queiroz, 1984; CAMPOS, Alzira L. de Arruda. O casamento e a família em São Paulo colonial: conflitos e descaminhos. São Paulo: USP, 1986. (Tese, doutorado).; DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo. São Paulo: José Olympio, 1993; GOLDSCHIMIDT, Eliana M. Rea. Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial. São Paulo: USP, 1990 (Dissertação, Mestrado); FIGUEIREDO, Luciano Raposo. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da família no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. LONDOÑO, Fernando Torres. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999; ALMEIDA, Ângela Mendes de. O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI a XVII. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). Cadernos CERU, SP, n. 18, maio/1993; SILVA, Maria Beatriz N. da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984;

[93] METCALF, Alida. Family and frontier in colonial Brazil – Santana do Parnaíba, 1580-1822. Berkeley: University of California Press, 1992; BOXER, Charles R. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. São Paulo: Ed. Nacional; Edusp, 1973; MELLO, Evaldo Cabral de. O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1989, entre outros.

[94] MARCILIO, Maria Luisa. População e sociedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984; SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e família - São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero e

Cambridge Group for History of Population and Social Structure — cujo pesquisador mais expressivo foi Peter Laslett e seu modelo de análise do grupo doméstico[95] — e do demógrafo francês Louis Henry[96], do *Institute National des Études Demographiques*, cujos trabalhos inspiraram e forneceram métodos necessários para a verticalização da temática, seja pela aplicação do seu método de reconstituição das famílias com base nos registros paroquiais, seja pela adaptação do método à realidade brasileira. Possibilitou, ainda, enfatizar os dados quantitativos, o desenvolvimento de análises comparativas, mediante ampliação das regiões pesquisadas. Tais tipologias serviram para jogar por terra modelos de interpretação baseados apenas no *patriarcal*, até então prevalecente na historiografia brasileira.[97]

A diversidade de arranjos e tipos familiares apontados pela vasta literatura sobre a família brasileira — ancorada em correntes de pensamento de diversas áreas, tais como a Antropologia, Sociologia, Demografia e História, especialmente nos últimos anos — tem revelado a polissemia do conceito, ressaltando a necessidade de pluralização do mesmo, dadas as diferenças e a variabilidade dos conceitos no tempo e no espaço. Tais conclusões informam que a ten-

---

SEC- SP, 1989;COSTA, Iraci Del Nero da. Minas Gerais: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

[95] O Cambridge Group for History of Population and Social Structure – mais conhecido no Brasil como "Grupo de Cambridge", surgiu em 1964 na Inglaterra. Laslett estabeleceu que o grupo familiar co-residente como seu foco de investigação, e não a rede de parentesco ou as relações familiares entre diferentes domicílios. Sua proposta de análise do grupo doméstico foi a que mais influenciou os pesquisadores brasileiros. A adoção dessa tipologia de análise do grupo doméstico possibilitou a constatação, especialmente na região sudeste, do predomínio de domicílios com família nuclear, simples, pequena, propiciando o questionamento da noção de domicilio extenso como sinônimo de "família patriarcal". Contudo, a utilização da tipologia teve que sofrer uma série de adaptações para se adequar à realidade brasileira, uma vez que a proposta de Laslett foi criada para algumas realidades européias, e esta não previa a presença no domicílio de agregados, escravos ou mesmo o caso de mulheres solteiras com filhos ilegítimos, fato corriqueiro na sociedade brasileira.

[96] Um dos mais conhecidos demógrafos do Institute National des Études Demographiques, responsável pela utilização e difusão do método de reconstituição de famílias. O método permite a análise da estrutura e composição dos domicílios. Entretanto, esta tipologia não possibilita o estudo do ciclo de vida da família e nem do grupo doméstico, sendo alvo de críticas desde o final da década de 1970. Ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande. Quarenta anos de demografia histórica. In: Revista Brasileira de Estudos da População, v. 22, n. 2, São Paulo, jul/dez. 2005.

[97] Para um estudo mais atualizado sobre demografia histórica e história da família, ver: FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, C. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

tativa de definição precisa do conceito de família é uma tarefa complexa e pode resultar infrutífera na maioria das vezes.

1.3.1. A família como fato da vida social

A família ao longo da história está em constante movimento. Transforma-se permanentemente e diversifica-se nas diferentes épocas, culturas e sociedades. Além dessa mutação no tempo, as famílias não são iguais. Distinguem-se nos ordenamentos sociais, etnias, gênero, grupos domiciliares, tamanho, períodos, condição social e contextos sócio-históricos, dentre outras circunstâncias.

Mesmo diante de suas múltiplas configurações, a família permanece como grupo primário do relacionamento humano, um dos espaços de socialização dos sujeitos, um dos motivos pelos quais é preciso compreendê-la em sua historicidade e dinâmica.

A tendência à naturalização da família, a idéia de parentesco, da divisão de papéis e de suas hierarquias internas como fenômenos "natural" constituíram durante longo tempo obstáculos para sua análise como construção histórico-social, sendo vista como imutável. A noção de família marcadamente biológica e como natural, vista como "sociedade formada naturalmente pelo pai, pela mãe, filhos que vivem reunidos na mesma habitação, que vivam separados" ou também como "todas as pessoas de um mesmo sangue e parentela como irmãos, netos, cunhados, genros e primos" definidos por Eduardo Faria em 1853 é reducionista e não favorece em nada a compreensão de seu papel social.[98] Já Moraes e Silva, por exemplo, considera como família "as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, pais de família, mas mais estritamente se diz do pai, da mãe e filhos que vivam na mesma casa, ou em diversas casas, os parentes e aliados".[99] Para o autor, a família pode ser ampliada para além do domicílio da família nuclear, como a casa de outros

---

[98] FARIA, Eduardo. Dicionário da Língua Portugueza. 2 ed. Lisboa: Typographia Lisboense de José Carlos d'Aguiar Vianna, 1850/1853, v. 3, p. 32.

[99] Cf. SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da Língua Portugueza, 6 ed. Lisboa: Typographia de Antonio Jose da Rocha, 1858, v. 2, p. 10.

parentes, mas também a de aliados. Ou seja: a noção de família passa a ser entendida por meio de alianças.

A instituição familiar entendida como construção sócio-histórica, desprendendo-a de seu caráter aparentemente natural, ganha outras feições, traçadas em novos fenômenos culturais. A inserção da família no território da cultura a desatrelou de conceitos marcadamente biológicos.[100] Sua retirada do campo biológico para o terreno cultural, a partir da compreensão do parentesco como laço social, ampliou a visão sobre seu raio de ação e sua importância na dinâmica social, dando-lhe novos contornos, bem como criou novas possibilidades de análise.

Nessa perspectiva, o grupo doméstico-familiar perde seu exclusivo caráter de unidade econômica, de instância de produção, para instaurar-se também como espaço de uma complexa e diversificada combinação de autoridade, hierarquias, afeto, amor, temor, *locus* de trocas, de compartilhamento de segredos, de sobrevivência econômica e emocional e produção de cultura.[101] Posteriormente, com a ampliação física das casas, torna-se o espaço privado do indivíduo.[102] Como observou Mark Pôster, a história da família é longa, não-linear e nem homogênea, ao contrário, coexistiram e coexistem padrões familiares distintos, cada qual com sua história.[103] De forma análoga, Giselda Hironaka salienta que "a família é entidade histórica, ancestral como a história, interligada como os rumos e desvios da história, ela mesma, mutável na exata medida em

---

[100] A esse respeito, em seus trabalhos na década de 1960 Levi-Strauss já percebia o fenômeno de "desnaturalização da família", retirando-a do campo biológico para inseri-la no terreno cultural. (Cf Les structures élémentaires de la parente, Paris: Mouton, 1967).

[101] LEVI-STRAUSS, C. A família: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Marta, 1980: A família, p. 7-28. O autor apresenta a noção de vínculos afetivos que se estabelecem na unidade familiar, afirmando que os membros de uma família estão unidos, entre outras coisas, por "uma quantidade variável e diversificada de sentimentos psicológicos tais como amor, afeto, respeito e temor", p.16. Também ARIÉS, Felipe chama a atenção para o fato de que o surgimento da família nuclear burguesa traz em seu bojo uma complexa combinação de autoridade e amor paternal.

[102] Cf. PERROT, Michele (org.). História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia da Letras, 1991.: A vida em família; PROST, Antoine. História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia da Letras, 1992.: Fronteiras e espaços privados.

[103] POSTER, Mark. Teoria crítica da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história através dos tempos".[104]

Na longa duração, são perceptíveis a mutação e variabilidade histórica da organização familiar, adaptando-se às condições sociais de cada tempo, sociedade e contexto sócio-cultural, desafiando qualquer conceito generalizante e homogêneo, especialmente na sociedade brasileira. O entendimento de família como fato da vida social, presente em diversas sociedades e culturas, não apenas reforça sua elasticidade, como evidencia a riqueza de sua realidade empírica. Como resultado da criação humana, ela tem sofrido rupturas e modificações, mas carrega permanências e uma forte carga de representações e hierarquizações.

Observa-se que ao longo do tempo a família se mantém, e é reforçada, como o grupo primário de convivência e dos relacionamentos íntimos, e, apesar de atrelada à esfera privada, vincula-se à esfera pública, à cidade. Nela, as fronteiras entre público/privado se entrecruzam, interpenetram-se, ora se separam. Objeto de intervenção do Estado e da Igreja na tentativa de moralizar os costumes, disciplinar a sociedade no passado, a família permanece como grupo de referência para milhares de indivíduos e *locus* especial de sociabilidade e educação.[105]

1.3.2. Explicitando alguns conceitos

Como dito anteriormente, a família entendida como agente ativo no meio social sofre influência e influencia as mudanças sociais. Ela é traspassada por elementos, dimensões, processos que a configuram desde sua origem.

Esse interesse acentuado nos últimos anos pelo estudo da família e da mulher tem resultado em um número cada vez maior de pesquisas, especialmente as regionais, e na exigência de explicitar a noção de família e sua distin-

---

[104] Cf. HIRONAKA, Giselda. M.F.Novaes. Família e casamento em evolução. Revista Brasileira de Direito de Família, n.1, abr/ma/jun, 1999. p.7.

[105] Sobre a temática em questão ver: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; PRAXEDES, Vanda Lucia. Temporalidades da família: traçados da arquitetura do tempo na vida dos professores. Belo Horizonte: s.e, 2007. mimeo.

ção de parentesco em geral. Constata-se a busca de interpretação da diversificada realidade familiar brasileira a partir do contexto no qual ela se constituiu e das variáveis através das quais ela opera, e não a partir de modelos construídos para a realidade européia, embora se reconheça sua contribuição teórico-metodológica para o avanço e desenvolvimento dos nossos estudos e pesquisas para o conhecimento sobre a família brasileira pretérita.

Nesse aspecto, parece-me importante esclarecer que a noção de família apropriada nesse trabalho será, principalmente, a formulada por Eunice Durhan,[106] em que família é entendida como "grupos sociais, estruturados através das relações de afinidade, descendência e consangüinidade que se constituem como unidades de reprodução humana", diferenciando-se, portanto, do *parentesco*. Este se refere à "ordenação das relações de afinidade, descendência e consangüinidade que regula as relações entre famílias e determina as formas de herança e a sucessão" na formulação dessa autora,[107] com a qual compartilho.

Entendida como construção histórica e unidade de reprodução, a família se constitui, também, como grupo doméstico e domiciliar. Contudo, estes grupos podem ser ampliados, incluindo outras pessoas, como por exemplo os agregados, comumente listados na composição dos "fogos" ou domicílios.

Para alguns estudiosos, a expressão de época "fogo" é sinônima de domicílio, a casa, e às vezes de família. O que pode variar é a noção de domicílio, que para muitos reflete não só a existência de uma casa ou edificação, mas o conjunto de pessoas co-residentes. Isso independe dos laços existentes entre estes.[108] Ou ainda: o fogo como "unidade básica de reconstrução da família, e também unidade de reprodução",[109] ou mesmo como "a casa e mais o arranjo socioeconômico dos membros da família".[110]

---

[106] DURHAN, Eunice Ribeiro. Família e casamento. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 1982. p.32.

[107] DURHAN, Eunice Ribeiro. Família e casamento. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 1982. p.32.

[108] TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O outro lado da família brasileira. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

[109] SAMARA, Eni Mesquita de. A mulher, o poder e a família. São Paulo - século XIX. São Paulo: Marco Zero, SECSP, 1989.

[110] CAMPOS, Alzira L. de A. O casamento e a família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos. São Paulo: FFLCH / USP, 1986. p. 180-181. (Tese, doutorado).

Sendo as listas nominativas, especialmente as de 1831/1832 e 1838/1840, uma das fontes privilegiadas desse estudo, tomo a noção de domicílio como o grupo doméstico de co-habitantes no mesmo espaço, ou seja, a casa, por ser a formulação teórica mais apropriada, uma vez que foi construída a partir das fontes em análise.

Outro aspecto ou dimensão a ser levada em consideração à família, são as questões relativas à idade e geração de seus membros. Esse par conceitual se apresenta na sociedade e de resto no seio da família como realidades que se movimentam, complementam, tensionam e conflitam, trazendo ao universo familiar maior complexidade. A idade, como reconhece os antropólogos, é um "componente bio-socio-histórico estruturador na organização social e as gerações são parte ativa na dinâmica coletiva que as impele e lhes imprime continuidade social; ambas as esferas realizadoras das relações de poder na sociedade".[111] E na família, eu diria. É impossível menosprezar sua importância analítica, uma vez que também constroem e produzem diferenças e desigualdades sociais. No grupo familiar há divisão de idades e gerações que interfere e modifica os lugares e papéis de seus membros, mudando sua condição individual, seus tempos e os contornos gerais das famílias.[112]

Desse modo, pais formam uma geração, seus filhos outra e os pais dos pais outra, e a partir dessa classificação são formulados princípios gerais e regras de comportamento em relação a essas diferentes gerações. Está implícita a existência de uma relação de desigualdade e subordinação entre gerações. Pois é de se supor que uma geração mais nova demonstre respeito e consideração com os parentes e pessoas de geração mais velha, como por exemplo os pais, e extrapolam o âmbito da relação de parentesco. Em geral exige-se respeito para com as pessoas mais velhas, ou seja, de geração ou idade dos pais na maior parte das sociedades, quer sejam nas pretéritas, quer sejam nas atuais. Portanto, faz parte das estruturas familiares a convivência intergeracional a partir de pais e

---

[111] MOTTA, Alda Britto da. Geração, a "diferença" do feminismo. www.desafio.ufba.br/g17.001.html.Acesso em julho. 2007.

[112] HAREVEN, Tâmara K. Tempo de família e tempo histórico. Questões & Debates, Curitiba, v.5, n.8,p.326, jun.1984.

filhos, constituindo-se cadeias de ascendência e descendência de famílias, e estas convivências sofrem constantes deslocamentos no meio familiar, pois os filhos em geral tornam-se pais, os pais tornam-se avós.

Observa-se que o ciclo de vida e tempos da família constituem-se de "interações, encontros, desencontros, sincronias e assincronias de gerações".[113] Convivência intergeracional em que as gerações adultas estão sempre recebendo as novas, transmitindo-lhes a memória cultural e familiar, os saberes, as experiências que são compartidas em contextos de entendimento, às vezes de obediência e de confronto entre o *emergente*, o *novo* e o *já existente* . Contextos de um dado momento que é presente, mas que envolvem diversos desejos, visões de mundo e temporalidades, passado e futuro, tradição e projetos, condições já existentes, que já estão postas e novas possibilidades. Espaços onde as gerações mais novas, vão sendo introduzidas na história social e familiar, e na própria cultura.[114]

Pois ao contrário de outros agrupamentos de convivência humana com os quais as pessoas se relacionam apenas em determinados períodos de sua trajetória ou etapas da vida, de modo geral a família acompanha ou mantém vínculo entre seus membros em todas as fases da vida, qual seja, do nascimento à morte.

---

[113] Sobre o assunto ver: TEIXEIRA, Ines Assunção de Castro. Tempos enredados: teias da condição professor. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1998. (Tese, Doutorado); TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; PRAXEDES, Vanda Lucia. Temporalidades da família: traçados da arquitetura do tempo na vida dos professores. Belo Horizonte: s.e, 2007. mimeo.

[114] Sobre o assunto ver: TEIXEIRA, Ines Assunção de Castro. Tempos enredados: teias da condição professor. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1998. (Tese, Doutorado); TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; PRAXEDES, Vanda Lucia. Temporalidades da família: traçados da arquitetura do tempo na vida dos professores. Belo Horizonte: s.e, 2007. mimeo

CAPITULO II

MINAS GERAIS
CENÁRIO, PALCO e PROTAGONISTAS

> *....Finalmente, decidi abrir a caixa. Ao fazê-lo, fui atingido pela poeira de duzentos anos de história. Era como mergulhar fundo nos meus ancestrais [...] Creio que naqueles instantes o encantamento me pegou. [...] Retirei os objetos vagarosamente [...] Em pouco tempo percebi que os objetos falavam uns com os outros, e comigo .....*
>
> *Allen Kurzweil*

Para além de conceitos utilizados nas artes cênicas, palcos, cenários, enredos, protagonistas são utilizados neste trabalho como metáforas a fim de situar espaços, territórios geográficos e simbólicos em que se dá a ação de diversas mulheres, o tablado onde elas estão em cena, tecendo a trama de suas vidas. Tramas finamente enredadas, inclusive, na relação que estabelecem com os homens.

Estão em cena homens e mulheres, brancos, pretos, mulatos, mestiços entendidos como atores sociais, protagonistas de enredos que são continuamente criados e recriados ao longo de suas trajetórias de vida e, apesar de todas as contingências e limites, são criadores e criaturas de histórias, sejam elas individuais e coletivas.

Entre 1770 e 1880, Minas Gerais é o palco e território no qual se desenrolam diversos enredos. Vilas, arraiais, freguesias remanescentes das antigas comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio compõem o cenário, um universo sócio-cultural complexo, vivo e dinâmico que não se restringe a modelos específicos, mas, antes, resultado da mescla de várias culturas, valores, costumes, caracterizado por mediações, hibridismos, permeabilidades, rupturas e permanências.[115]

---

[115] PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

A descoberta do ouro e diamantes em Minas Gerais definiu em boa medida os contornos geográficos, influenciou a forma de ocupação e a distribuição da população em torno do território. O ouro e os diamantes conformaram o urbano e promoveram o adensamento populacional.[116] Aliada às migrações internas das populações locais e regionais, havia ainda a migração transatlântica de várias procedências. Para cá acorreram homens da administração colonial metropolitana que muito frequentemente deixavam para trás as famílias, magistrados, militares e clérigos que, certamente, vislumbravam não só a possibilidade trabalho, como de enriquecimento, além de uma leva significativa de cativos, fazendo com que a capitania abrigasse o maior contingente populacional de todas as suas unidades administrativas.[117]

Tendo como mola propulsora a economia de mineração, o primeiro traçado do urbano nas Minas se entranha ao longo dos Setecentos e Oitocentos em um dinâmico e complexo processo de formação socioespacial. Quase toda a malha urbana de Minas Gerais foi se "formando ao longo dos caminhos, estradas, encruzilhadas, nas encostas dos morros ou nas travessas dos cursos d'água, à margem dos locais onde o ouro e diamante, naquele momento, podiam ser encontrados em abundancia".[118] Os rios e a proximidade dos caminhos foram elementos centrais nas fixações de vários povoados, tendo influenciado a própria arquitetura, que refletiu as condições geográficas, econômicas e sociais da época.[119] Entretanto, ainda que reconhecendo a centralidade da mineração, não

---

[116] CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003. http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf (acesso em 13/11/2007)

[117] FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses e enfermidades de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. Sobre a dinâmica populacional em Minas Gerais, ver ainda: PAIVA, Clotilde de Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese, Doutorado); LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo: Pioneira, 1982.: Ocupação, povoamento e dinâmica populacional.

[118] SILVA TELLES, A ocupação do território e a trama urbana. Revista Barroco, n.10, Belo Horizonte, 1978. Citado por MELLO, Suzy. Barroco mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[119] Sobre o assunto, ver: MELLO, Suzy. Barroco mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985.

se pode perder de vista a existência de outra frente de ocupação do território mineiro: a pecuária.

O desenvolvimento da pecuária, pelo vale do São Francisco para atender às "demandas do complexo açucareiro",[120] promove uma frente de ocupação do território mineiro, ainda que, forçoso seja reconhecer, tenha se processado de forma muito mais lenta do que a mineração, cuja ocupação foi rápida e intensiva. Para Ângelo Carrara, a história da conquista e ocupação do vale do São Francisco,

> inicia-se com o prontuário das entradas e bandeiras que, em Minas, a expedição de Espinosa inaugura no meio do século XVI, e encerra-se com a fixação dos currais de gado de Matias Cardoso e dos Figueiras, nos fins do século XVII, já na intersecção com a historia da mineração.[121]

Ainda segundo o autor, os últimos trinta anos do século XVII foram decisivos no processo de ocupação da região entre a "barra do Rio das Velhas até Carinhanha". Nesse momento, o rio das Velhas aparece protagonizando o cenário, cujo enredo já é por demais conhecido.[122] O grande fluxo migratório provocado pela corrida do ouro em fins do século XVII em Minas Gerais coloca o rio das Velhas em evidência na área mineradora do centro de Minas.

Em larga escala no território colonial, ocorre a partir desse momento a desarticulação dos núcleos coloniais instalados nos séculos anteriores, em virtude do êxodo migratório de boa parte de seus habitantes para a região das mi-

---

[120] Sobre o assunto, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial – Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790. Niterói: UFF, 1990. PAIVA, Clotilde de Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH / USP, 1996. (Tese, Doutorado) p.34.

[121] CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. Varia Historia, v.23, n.38, Belo Horizonte, jul / dez, 2007, p.576.

[122] Sobre a pecuária e processo de ocupação no norte e sertão mineiro, ver ainda: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese, Doutorado em Historia); _____ . Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais; séculos XVIII e XIX. Mariana: EDufop, 1999; _____ . Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. Ciência e Trópico, Recife, v.29, p.61-124; ABREU, João Capistrano de. Capítulos da história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Edunb, 1982.

nas de ouro, especialmente Minas Gerais. Segundo Rafael Straforoni, "o rápido crescimento demográfico ocorrido nas Minas de ouro produziu um verdadeiro despovoamento dos antigos núcleos coloniais, muitos dos quais [...] padeceram na total desarticulação produtiva na virada do século XVII para o XVIII...",[123] provocando substanciais transformações na formação socioespacial, institucional e na paisagem humana da região ao longo do século XVIII e no século XIX, cujo movimento interno de ocupação passa a ocorrer no sentido "centro para periferia",[124] tendo a região mineradora e as vilas do ouro como o eixo central.[125]

No intervalo de cem anos, o território mineiro se transformaria numa velocidade extraordinária, promovendo não só o redesenho de sua economia e estrutura demográfica, como produziria a "primeira articulação macro-regional do território brasileiro". [126]

2.1. O cenário: descortinando territórios de possibilidades

A noção de território a que me refiro não diz respeito apenas a um espaço geográfico. Um dos territórios para os quais historiadores devem deitar os olhos é também o território relacional. O que está em questão não é apenas o território enquanto "conjunto físico de paisagens materiais, mas o território enquanto expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território nestas circunstancias é proximidades, atores e interações".[127] Pode ser

---

[123] STROFORINI, Rafael. Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territorial brasileiro. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona, v.X, n. 218 (33), ago, 2006. p.10.

[124] Ver: PAIVA, Clotilde de Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

[125] Sobre o assunto, ver: MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 2001 (Texto para discussão n.164).

[126] CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003. http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf (acesso em 13/11/2007)

[127] Cf. REIS, José. Uma epistemologia do território. In: http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf. Consulta realizada em 21/8/2007.

compreendido, ainda, como resultado de apropriações e domínio de um dado espaço, localizando-se num campo de correlações de forças, disputas, relações de poder econômico e político.[128] De tal ordem que "os processos sociais produzem, [dão significado], modificam, sustentam, reforçam e conservam determinado território".[129]

De um lado, deve-se reconhecer a "natureza matricial" do território e sua relevância enquanto "ordem material e socioeconômica", pois os arraiais, vilas, cidades não são apenas construtos conceituais, são antes realidades materiais. De outro, a compreensão do território implica em conhecimento de suas territorialidades, que "estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos". Nessa perspectiva, o território das Minas é composto por "múltiplas territorialidades".[130]

O conceito de território ganha expressão e significado a partir das condições históricas em que foram forjadas as diretrizes políticas portuguesas de dominação sobre os extensos domínios ultramarinos. Diretrizes que tiveram continuidade no Brasil após a Independência.[131] O território não é algo dado, nem estático e homogêneo, posto que é lugar construído historicamente, "um lugar em que se inscrevem relações de poder. Mas antes de tudo um lugar em que se define a morfologia das relações de poder".[132] Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, o Brasil, como de resto o território

---

[128] SAQUET, Marcos. O território: algumas interpretações. Texto debate Seminário Pós-Graduação. Presidente Prudente: UNESP, 2003. p.3.

[129] ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. Anais do Encontro da ANPPAS, Brasília, DF, 2006; CORAGGIO, José I. Territórios en transición. Critica a la planificación regional en América Latina. Quito: Ciudad, 1987: Sobre la espacialidad social y el concepto de région.

[130] GIL, Isabel Castanha. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 7, n.4, p.5-19, jan/jul, 2004. Ver ainda: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. Anais do Encontro da ANPPAS, Brasília, DF, 2006;

[131] ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. Anais do Encontro da ANPPAS, Brasília, DF, 2006;

[132] Cf. REIS, José. Uma epistemologia do território. p.11. In: http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficinas /226/226.pdf. Consulta realizada em 21/8/2007.

mineiro, continua alvo de ocupação, reconhecimento, definição de marcos fronteiriços e marcos referenciais e expedições de exploração e científicas.[133]

O processo de urbanização ocorreu, se implementou e se efetivou não só através da intervenção do aparelho estatal, mas também devido à diversificação das atividades produtivas, quer seja nas áreas urbanas então existentes, quer seja nos inúmeros espaços que foram criados, alterando sensivelmente a paisagem política, econômica e socioespacial. Acompanhada da agricultura e do comércio, a mineração motivou o crescimento de diversos arraiais e vilas, muitas das quais se tornaram cidades-pólo na primeira metade do século XIX. A orientação da política territorial da capitania e posterior província mineira se manifesta nas medidas político-administrativas adotadas no sentido de delimitação de fronteiras e criação de novas comarcas, bem como na criação e elevação de arraiais a vilas e de vilas a cidades. Nesse estudo, privilegiam-se o território e as territorialidades que nos anos finais do século XVIII pertenciam administrativamente às comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio.[134]

2.1.1. Comarca do Rio das Velhas

Considerada uma das regiões mais povoadas de Minas Gerais, a antiga comarca do Rio das Velhas possuía 99.576 habitantes em 1776, sendo que 15% deste contingente populacional era composto de brancos, 34% de pardos e 51% de pretos.[135]

Situada no centro-norte da capitania de Minas Gerais, a comarca foi criada em 1711 e recebeu o nome de comarca do Rio das Velhas por ser banhada

---

[133] Segundo Espindola, "esta política se manifesta nas decisões e ações dirigidas aos sertões do Rio Doce". Sobre o assunto, ver: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. Anais do Encontro da ANPPAS, Brasília, DF, 2006.

[134] Uma ressalva necessária: embora haja alentados estudos já consolidados na área de Demografia realizados por pesquisadores mineiros vinculados ao CEDEPLAR/ FACE/UFMG que trazem a baila nova proposta de regionalização para Minas Gerais no século XIX, nesse estudo não se adotará tal perspectiva, devido aos propósitos de nosso estudo.

[135] ROCHA, Joaquim José da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.182.

em grande parte de sua extensão pelo rio de mesmo nome. No mesmo ano foram também criadas as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes.[136]

Até 1720, a comarca do Rio das Velhas era a maior também em extensão territorial, quando teve parte de suas terras desmembradas para a criação da comarca do Serro Frio e, novamente em 1815 para a criação da comarca do Paracatu. No sentido sul-norte, a comarca era cortada pelo rio São Francisco, em cujas margens e afluentes foram se instalando povoações. Paralela à ocupação urbana ocorrida na região mais central, e ao sul na região-limítrofe com a comarca de Vila Rica, impulsionada pela produção aurífera, predominou a atividade mineradora. Nas áreas do entorno e mais sertanejas, estabeleceram-se roças e fazendas voltadas para a criação de gado, especialmente a região de Pitangui.

Em virtude de sua extensão, chegou a ter como limite, ao norte, a capitania do Pernambuco e as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes; na banda oriental, a comarca do Serro, que anteriormente pertencia a do Rio das Velhas; e no ocidente a capitania de Goiás. Além disso, estava muito bem posicionada geograficamente, tornou-se ponto de convergência para a rota central do comércio centro-sul da capitania.[137] No aspecto sócio-econômico, apresentava um perfil diversificado, pois abarcava tanto áreas urbanas quanto rurais, e uma parcela do sertão do rio São Francisco.[138]

---

[136] Cf. COSTA, Toponímia de Minas Gerais. 2 ed. revista e atualizada por Joaquim Ribeiro Filho,1997 e CARVALHO, Comarcas e termos; creações, suppressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915), 1920.

[137] Sobre o perfil geoeconômico da comarca e suas potencialidades, cf. o alentado trabalho produzido por FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses e enfermidades de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2006.

[138] Além de estudos já consagrados sobre a comarca, tais como os de PAIVA, HIGINS, MAGALHÃES, NOGUERÓL, nos últimos anos tem surgido uma série de trabalhos cujo objeto de estudo é a comarca do Rio das Velhas, que, aliados aos demais citados, vêm produzindo novos conhecimentos sobre a mesma. Dentre eles destaco: SILVA, Flávio Marcus. Da terra, o poder. A produção agropastoril e o mercado interno como estratégias de controle sócio-político em Minas Gerais no século XVIII, 2000; CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e de pessoas, 2002. MIRANDA, Daniela. Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara, 2002; PRAXEDES, Vanda Lucia. A teia e a trama da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 2003; FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses e enfermidades de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2006. GONÇALVES, Jener Cris-

Em 1777, a comarca contava com uma vila-sede, a "cabeça da comarca" — Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, considerada a mais importante. Existiam outras freguesias e distritos densamente povoados, como São Gonçalo da Contagem e a Capela Nova do Betim. Também faziam parte da comarca, o julgado de Paracatu — que se tornou vila do Paracatu do Príncipe em 1798, desmembrada da comarca em 1815 — São Romão, Papagaio e Curvelo. Contava, ainda, com os registros de Sete Lagoas, Jaguará, Zabelê, Onça, Pitangui e Olhos D'Água. Fazia ainda parte da comarca as seguintes vilas: Vila Nova da Rainha ou Caeté. Mais a noroeste de Sabará, encontrava-se a vila de Pitangui.[139]

A organização administrativa da capitania/província e os limites e contornos geográficos de cada comarca mudaram sucessivamente durante o século XIX. Em 1870, após diversos desmembramentos para a criação de novas comarcas, a região remanescente da antiga comarca do Rio das Velhas ficou composta por Sabará,[140] Caeté e Santa Luzia. O julgado de São Romão, Guaicuí, passam a fazer parte da recém-criada comarca de São Francisco. Paracatu e Patos passam a integrar a comarca de Paracatu. Cria-se a comarca de Piracicaba com Concei-

---

tiano. Justiça e Direitos Costumeiros: Apelos Judiciais de Escravos, Forros e Livres em Minas Gerais (1716-1815). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006. (Dissertação, Mestrado); ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. Medicina Mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. (Dissertação, Mestrado); CORRÊA, Carolina Perpétuo. Por que eu sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado); SANTOS, Raphael Freitas. Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas - 1713-1773. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado); NETTO, Rangel Cerceau. Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGHis/UFMG, 2008. (Coleção Olhares);

[139]Cf. CARVALHO, Theófilo Feu de. Comarcas e termos: creações, suppressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos de Minas Gerais (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1920; ROCHA, Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica de MinasGerais..., 1995, p.110-111e 117.

[140] Em 1830, a vila de Sabará possuía os seguintes termos: arraial do Pompeu; arraial de São Gonçalo; arraial da Lapa; arraial do Taquarussu de Baixo; paróquia de Lagoa Santa; paróquia de Matosinhos; arraial da Quinta; arraial do Fidalgo; arraial da Roca Grande; arraial de Curvelo; arraial de Trahiras; arraial de Taboleiro Grande; arraial e matriz de Congonhas; arraial de Macacos; arraial e matriz do Rio das Velhas; arraial de Santa Rita; arraial e matriz do Rio das Pedras; arraial de São Vicente; arraial e matriz de Curral del Rey; arraial do Brumado; arraial de Santo Antônio de Venda Nova; arraial de Matheus Leme; arraial da Contagem das Abóboras; arraial de Piedade do Paraopeba; arraial do Aranha; arraial de Sete Lagoas; arraial de Burity s; arraial de Bicas; arraial de Itatiaiussu; arraial de Santa Luzia do Rio Manso; arraial da Capela Nova de Betim; arraial de Santa Quitéria

ção, desmembrada do termo de Caeté, comarca do Rio das Velhas. Pará de Minas, Bonfim e Santo Antônio do Monte passam a integrar a comarca de Pitangui.

PARTE DE CAPITA
PARTE DEL RIO
ESCALA DE LEGUAS.
PARTE DE LAS MONTES
PARTE DE VILLA RICA

2.1.2. Comarca do Serro Frio

A antiga comarca do Serro Frio, situada a nordeste de Minas Gerais, foi criada e demarcada por provisão régia de 17 de fevereiro de 1720, como resultado do desmembramento da comarca do Rio das Velhas, tendo por cabeça a Vila do Príncipe. Posteriormente foram incluídos ainda a vila do Bonsucesso de Minas Novas e o julgado de Barra do Rio das Velhas. Entretanto, de 21 de maio de 1729 a 10 de maio de 1757 a vila do Bonsucesso de Minas Novas ficou subordinada ao governo da Bahia, embora ainda sujeita à jurisdição do ouvidor da Vila do Príncipe. Abrangia uma vasta área, fazendo divisa com a capitania do Espírito Santo e Bahia.

Tinha sob sua jurisdição vilas e arraiais, sendo o de maior destaque o arraial do Tejuco. A comarca em 1777 tinha como principais termos Tejuco, Minas Novas e a Vila do Príncipe, que funcionava como sede jurídico-administrativo da comarca.[141] Em relação às demais comarcas, a do Serro Frio era a menos povoada, concentrando boa parte da população no entorno das áreas mineradoras de Milho Verde, Tejuco, Gouveia, São Gonçalo, Vila do Príncipe, entre outros. Foi, contudo, a que mais experimentou um "crescimento contínuo desde o século XVIII e assim permaneceu ao longo do século seguinte".[142]

Segundo Júnia Furtado, inicialmente a população foi atraída para a região diamantífera em virtude do ouro encontrado no entorno da Vila do Príncipe. Os diamantes só seriam descobertos na década de 1720. Em vista do acelerado crescimento da extração de diamantes, a necessidade de exercer o controle da produção e o preço no mercado internacional, em 1731 o governo português decide demarcar o distrito diamantino, dificultando o acesso às lavras, cobrando altas taxas de capitação.[143] Os limites da demarcação foram incessantemente modificados para abarcar os novos achados. Por fim, em 1772, por decreto, a

---

[141] CARVALHO, Theófilo Feu de. Comarcas e termos: creações, suppressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos de Minas Gerais (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1920. p.64

[142] FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. p.45.

[143] FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. p.25.

extração dos diamantes é declarada monopólio real, criando a Real Extração, que vai vigorar até as primeiras décadas do século XIX.

Em 1870, a comarca do Serro Frio vai encolhendo para dar lugar a outras comarcas, que vão absorvendo vilas e arraiais antes pertencentes ao Serro Frio. Sua parte noroeste foi desmembrada e passa a pertencer à comarca do Rio São Francisco. Um novo rearranjo administrativo da província custou-lhe a região de Minas Novas, São João Batista e Araçuaí, que passou a integrar a comarca do Jequitinhonha. Além de Grão Mongol e Rio Pardo, que passam a fazer parte da comarca do Rio Pardo. Reduzida a menos de um terço de seu antigo território, a comarca, depois de crescer volta a ter seu núcleo inicial, ao norte o arraial do Tejuco e mais ao sul o termo da freguesia de Conceição do Mato Dentro, elevada à condição de vila em 1840 e em 1851 a de cidade.[144]

Até início do Novecentos, não existiam efetivamente na carta geográfica de Minas Gerais as delimitações das zonas fisiocráticas. Ao comentar sobre a nova lei de divisão administrativa do Estado de Minas em 1911, Daniel de Carvalho diz que:

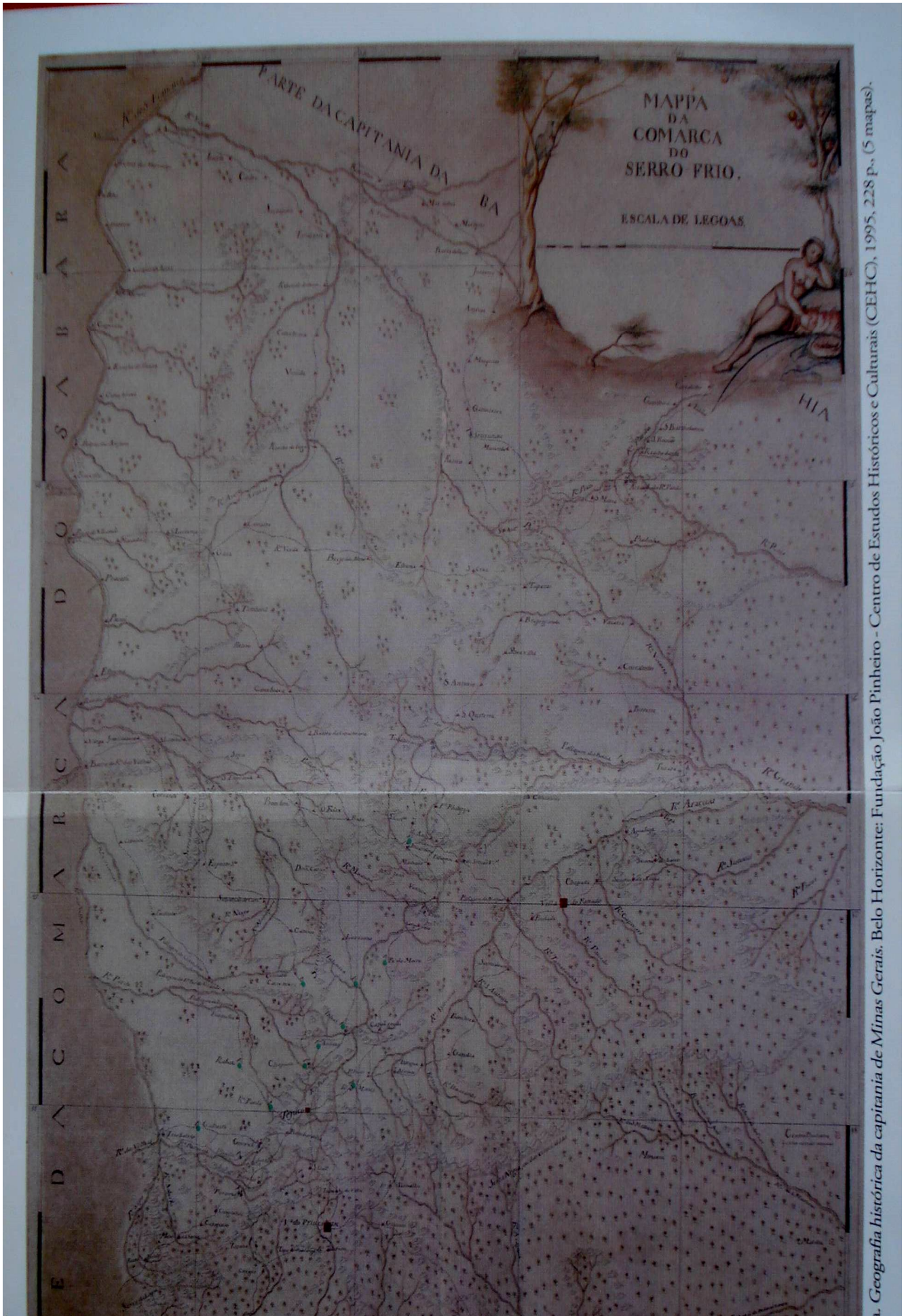
> prevaleceu, *ainda*, o critério político, o parecer de cada um dos deputados e senadores, o desejo ou o capricho do chefe local. Basta dizer que, de acordo com essa lei, muitas fazendas pertencentes a um município ficaram "encravadas" dentro de outro. Que houve um distrito com a povoação da sua sede dentro das divisas do distrito vizinho e que, finalmente, houve distrito sem contigüidade territorial (...) [145] [grifos meus]

O comentário de Daniel de Carvalho evidencia que o emaranhado das divisões jurídico-administrativas e eclesiásticas do território mineiro, até aquele momento, dizia muito mais da extensão das tramas do poder e do jogo político do que realmente da circunscrição dos limites administrativos e geográficos.

---

[144] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995. p.91-92.

[145] Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura. "A nova divisão administrativa do Estado de Minas Gerais".1924 (Prefácio) Citado por MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho da Cruz. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas tendências. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002. p.7.



Geografia histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), 1995, 228 p., (5 mapas).

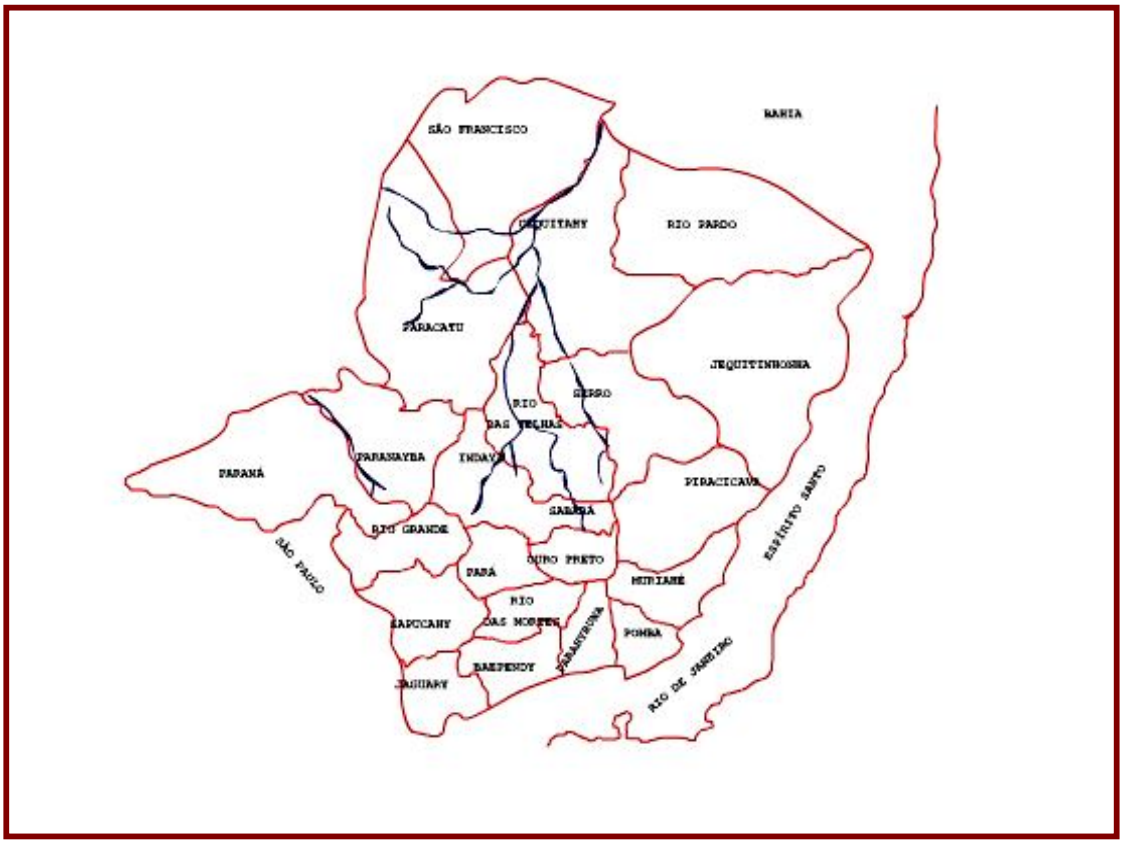
2.1.3. Arraiais, vilas e cidades: “territórios de contrastes”

Apesar de uma herança colonial comum, cujo nascedouro é a atividade mineratória, os arraiais, vilas e posteriormente cidades mineiras, guardavam diferenças regionais tanto no que se refere à dinâmica econômica, quanto a composição da população. Essa diferenciação pode ser creditada à conjunção de uma série de fatores: de um lado, a forma como se organizou e se desenvolveu a exploração aurífera, reconhecidamente uma herança do século XVIII, e, de outro lado, os múltiplos aspectos de ordem geográfica influíram nas especificidades e dinâmicas econômicas regionais.[146]

Entre 1770 e 1880, marco temporal deste estudo, verifica-se a ocorrência sistemática de intervenções na formação administrativo-espacial, conferindo novos contornos, divisões administrativas e espaços de poder ao território mineiro. Tais intervenções se traduziram na criação de uma rede de vilas e, posteriormente cidades, provendo, à medida que findava o século XVIII e avançava o XIX, uma nova ordem na organização político-administrativo do espaço. Ao mesmo tempo em que se processava o constante desmembramento das Comarcas para formação de outras. As modificações efetuadas podem ser observadas no mapa a seguir.

[146] PAIVA, Clotilde de Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002

Desmembramentos das Comarcas: Rio das Velhas e Serro Frio—1770 a 1880



Fonte: Amaral, Marcelo Guerra. IGC/UFMG

Também a paisagem humana, assim como a econômica, estava muito longe de ser homogênea. Pelo contrário, sua principal característica a diversidade.[148] A região enfocada nesse estudo ganha importância não só por ser o

[147] CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003. http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf (acesso em 13/11/2007) p.36. Ver ainda: PAIVA, Clotilde de Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002; MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 2001 (Texto para discussão nº 164);

[148] CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003.

espaço por onde circulavam as mulheres em questão, como também por sua diversidade regional, étnica, cultural, demográfica e de desenvolvimento, fenômeno que se acentua ao longo do XIX, abrangendo também o setor econômico, como a mineração, o comércio, o artesanato, a agricultura, a pecuária. A capitania, e posterior província mineira, apresentava-se como um "território de contrastes", pois apresentava "desenvolvimento regional desigual e organização econômica heterogênea, estrutura demográfica espacialmente diferenciada".[149] É nessa diferenciação dos espaços socioeconômicos e da paisagem humana onde reside a chave para a compreensão de uma sociedade em permanente construção. Aí, talvez, esteja de fato, sua peculiaridade.[150]

A maioria dos arraiais e vilas de maior destaque nas regiões pesquisadas se transforma em cidades ao longo do século XIX. Essas vilas e arraiais, especialmente as originárias das áreas mineradoras, apresentam traçados muito semelhantes, ruas, becos, ladeiras, morros, travessas. Seus arruamentos formam o cenário composto por casas de morada —assobradas, de telhas, de capim — seja para moradia permanente, seja para as domingueiras, dias santos e festejos suntuosos ou não — pela praça ou largo da Matriz, igrejas, capelas e passos, chafa-

---

http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf (acesso em 13/11/2007) p.36. Ver ainda: PAIVA, Clotilde de Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002; MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 2001 (Texto para discussão nº 164);

[149] PAIVA, Clotilde de Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002. p. 54

[150] Ver: FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses e enfermidades de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. Sobre a dinâmica populacional em Minas Gerais, ver ainda: PAIVA, Clotilde de Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese, Doutorado); LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo: Pioneira, 1982.:Ocupação, povoamento e dinâmica populacional; MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no "grande empório do norte": o surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. Anais do IX Seminário sobre economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR 2001; PAIVA, Clotilde de Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002; MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 2001 (Texto para discussão nº 164); PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

rizes, fontes e bicas vendas de secos e molhados, a retalho, boticas, tavernas, lojinhas e cômodos de comércio, cadeia, casa da câmara, da Intendência. Algumas delas atravessadas por córregos, fontes, poços d'água e bicas onde se lavam as roupas e outros trastes da casa, espaços de sociabilidade e ponto de encontro das mulheres e dos burburinhos das conversas.[151] No seu entorno, nos arredores, próximos ou léguas de distância, estão as casas de vivenda, rocinhas e fazendas, às vezes conjugadas com terras de minerar, áreas de currais, engenhos, moinhos e plantações .

As vilas e cidades são espaços onde gravitam diversas pessoas, entre elas os funcionários da administração pública, que circulam nos prédios onde funciona o aparato burocrático-administrativo. As vilas e cidades são locais de moradia e trabalho, são espaços para a realização e fechamento de negócios, troca de informações, espaços de chegada e de saída, de circulação e integração de várias gentes, moradores ou não. Algumas vilas e arraiais, por sua centralidade, quer econômica, quer administrativa, sobressaíram tanto tanto que ofuscaram a vila principal, como, por exemplo, Vila Rica em relação à Mariana, e o arraial do Tejuco em relação à Vila do Príncipe, sede administrativa da comarca do Serro Frio.

A Vila do Príncipe – Serro

Inicialmente arraial de Lavras Velhas do Serro ou Ribeirão das Lavras Velhas, a cidade do Serro estava situada entre as margens dos ribeirões auríferos Lucas e Quatro Vinténs. Estende-se pelo "dorso e pela encosta de um grande morro", cresceu em sentido longitudinal na direção leste-oeste.[152] Foi erigido arraial em 14 de março de 1702 como parte da comarca do Rio das Velhas. Em 29 de janeiro de 1714, o antigo arraial passou à categoria de vila com a denominação de Vila do Príncipe, ainda pertencente à comarca do Rio das Velhas. E

[151] Para Michele Perrot, o vínculo entre as mulheres e a água "é immemorial". Ver: um espaço feminino típico: o lavadouro. In. PERROT, Michele. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 356.

[152] FILHO, Aires da Mata Machado. Arraial do Tejuco, cidade Diamantina. 3 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p.272.

tornou-se cidade pela lei n.94, de 6 de março de 1838 [153] com o nome de Serro.[154] De passagem pela Vila do Príncipe em 1817, Saint Hilaire relata que:

> A maioria das casas é caiada, e os portais e caixilhos das janelas são, geralmente, pintados de cinzento imitando o mármore [...] Das janelas que se abrem para o campo goza-se de agradável panorama: avistam-se as casas próximas entremeadas de massas espessas de verdura formada pelo arvoredo dos jardins; mais adiante descortina-se o vale estreito que se estende ao pé da cidade e em cujo fundo corre o Quatro Vinténs.[155]

Em relação a sua população, no recenseamento de 1872 foi atribuído à paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Serro, mais as regiões integrantes ao município do Serro, uma população total estimada em 58.016 habitantes, incluindo-se as freguesias: Nossa Senhora da Conceição do Serro, Santo Antônio do Rio do Peixe, Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde, São Sebastião da Corrente, Santo Antônio do Peçanha, Nossa Senhora da Penha do Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio das Pedras, São Miguel e Almas e Nossa Senhora do Patrocínio do Serro. Esta estimativa certamente seria maior caso não tivesse, ainda, ocorrido o desmembramento da então cidade de Diamantina.[156]

Já em 1890, estima-se que a paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Serro, concentrada na Vila do Príncipe, tinha em torno de 17.392 habitantes,

---

[153] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995. p.340-341. Ver ainda: COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. 2 ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. p.439.

[154] Em 1830, faziam parte do termo da Vila do Príncipe: arraial de Tapanhoacanga; arraial de Santo Antonio do Rio do Peixe; arraial de Itambé; arraial de Andrequice; arraial de São Gonçalo do Milho Verde; arraial do Inhay; arraial e matriz de Conceição do Mato Dentro; arraial do Córregos; arraial de São Domingos; arraial de Nossa Senhora do Porto de Guanhaes; arraial de Congonhas; arraial do Parauna; arraial do Bomfim de Macaúbas; arraial de Formigas; arraial de Matozinhos da Barra; arraial e matriz da Barra do Rio das Velhas; arraial das Dores do Taboca; arraial do Coração de Jesus; arraial do Curimatay; arraial e matriz de Peçanha; arraial e matriz do Rio Vermelho; arraial e matriz de São Gonçalo do Rio Preto; arraial e matriz do Tejuco; arraial de Gouveia; arraial e matriz do Morro do Pilar; arraial e matriz de Contendas; arraial de São José das Pedras dos Angico; arraial e matriz de Mon.

[155] SAINT-HILAIRE, Auguste de.Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. v.1. Belo Horizonte: Ed.Itaitaia, 1975.

[156] Biblioteca Nacional – BN, Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. 25/03/1855. Anexo sem número de paginas; Sobre os desmembramentos, ver: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). 2 v. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. Ver ainda VELLOSO, Andre; MATOS, Ralfo. A rede de cidades no Vale do Jequitinhonha. In: VII Seminário sobre a Economia Mineira, v 1, Diamantina, 1998.

sendo 48% mulheres, número de habitantes que, somado ao dos distritos, perfazia um total aproximado de 75.070, sendo 38.818 homens e 36.252 mulheres.[157] De um período a outro, observa-se um crescimento significativo da população. Sobre a Vila do Príncipe, José Joaquim da Rocha fez o seguinte comentário:

> o clima é temperado e os seus habitantes vivem abundantes de todos os víveres necessários para o seu sustento; as terras são de excelente produção e nelas plantam milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar, que são os frutos que fertilizam as minas; e os lavradores ou roceiros não usam nas suas culturas de outras qualidades de plantas...[158]

Este quadro, em fins do século XVIII, evidencia que a atividade agrícola esta dividindo espaço com a mineração. Quadro que se prolonga na primeira metade do século XIX. A produção de alimentos concomitante com outras atividades econômicas fica evidenciada por diversos estudos sobre a região, nas análises de inventários e testamentos de habitantes do lugar, bem como a existência de unidades produtivas mistas, com inúmeros engenhos[159] produzindo açúcar em consórcio com outras produções agrícolas.[160] Diante da retração da atividade mineradora ao longo do século XIX, diversas unidades passaram cada vez mais a conjugar o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar com a pro-

---

[157] Revista do Arquivo Público Mineiro – doravante APM, População de Minas Gerais. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. v.3, p.495

[158] ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEP; FJP; CEHC, 1995. (Coleção Mineiriana, Série Clássicos)

[159] PAIVA, Clotilde Andrade. Engenhos de cana e população no século XIX mineiro: notas sobre a expansão da produção aguardenteira. Belo Horizonte: CEDEPLAR. s/d,. mimeo. Em 1836 havia no Serro 99 engenhos, sendo 24 movidos a água e 67 a bois. Em 1855, havia 30 movidos a água e 79 movidos a bois, perfazendo um total de 109 engenhos; GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro, a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais entre o Setecentos e o Novecentos e do complexo mercantil da Província de Minas Gerais. São Paulo: FFLCH / USP, 2004. (Tese, Doutorado)

[160] Sobre o assunto, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. MENESES, José Newton Coelho de. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000.

dução de alimentos e pecuária.[161] A produção agrícola tinha em Diamantina um dos principais mercados consumidores.

A mineração do ouro e diamantes foi, sem dúvida, a atividade econômica predominante da região no século XVIII e a responsável pelo desenvolvimento de outras importantes atividades econômicas no século XIX. A forma como a economia e a população foram estruturadas no século XVIII permitiu uma expansão econômica baseada na mineração entre as décadas de 1830 e 1850, sustentada pela produção agrícola e comércio.

O arraial do Tejuco – Diamantina

Suplantando as demais regiões mineradoras em termos de controle e fiscalização, Diamantina se tornou conhecida mundialmente por suas riquezas minerais desde 1730, quando a Coroa Portuguesa declarou o diamante como propriedade real, e as terras do arraial foram demarcadas e o acesso à região controlado como formas de se evitar o contrabando. Por ordem real de 1771, foi criada a Real Extração, que impôs o monopólio sobre a produção mineral. Por mais de cinqüenta anos foi uma das grandes fontes de renda da população proprietária de escravos, inclusive várias mulheres obtinham seu sustento com a renda de aluguéis de escravos para a Real Extração.[162]

Apesar de ser um centro econômico dinâmico, entreposto comercial com fortes ligações comerciais com a praça mercantil do Rio de Janeiro, o arraial do Tejuco esteve sob o regime de administração especial e, por razões óbvias, somente a 4 de junho de 1832 foi elevado à categoria de vila com o nome de Diamantina, emancipando-se do Serro. Em 1831, o arraial do Tejuco — como ficou

---

[161] Sobre o assunto, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. MENESES, José Newton Coelho de. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000. Para o século XIX, ver: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenhos e casas de negócios nas Minas oitocentistas. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 6, 1992. Diamantina: Anais .... Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1992.

[162] Sobre o assunto, cf. FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. 1996; FERNANDES, Antonio Carlos. O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. (1864-1917). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado). p. 67, entre outros.

conhecido no período colonial — passa a categoria de Vila Diamantina e em março de 1838 foi elevada à categoria de cidade, também com o nome de Diamantina, pela lei n.94 de 6 de março de 1838.

Com a liberação da mineração a partir de 1830, número significativo de cativos deixou de estar disponível para aluguel na Real Extração, e se deslocou para outras atividades econômicas, muitos deles se dedicando à agricultura da cana-de-açúcar, feijão e milho, além da pecuária bovina e a produção de toucinho. Mas a mineração não deixa de ser a base da economia.[163] Em virtude do diamante e de uma rede de comércio com o Rio de Janeiro, a partir de 1840 Diamantina se consolida como entreposto comercial e importante mercado consumidor da produção do norte da província, especialmente produtos agrícolas. Em relação à economia diamantinense, José Joaquim da Rocha conta que

> a terra é de pouca produção, por ter falta de águas, ainda que os seus habitantes são providos de tudo o que é necessário para o seu sustento, por haverem socorros de outras partes, que com muita abundância concorrem a vender àquele lugar (...) [164]

Em torno da mineração no Distrito Diamantino, formou-se um núcleo de atividades agrícolas que garantia seu abastecimento alimentar. Em seu entorno formou-se expressivo setor produtor de ferro, mobiliário, algodão e cerâmica, essenciais à manutenção e expansão da atividade principal mineradora, bem como algumas áreas se especializaram na criação de gado e na lavoura.[165] Eram

---

[163] FERNANDES, Antonio Carlos. O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. (1864-1917). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado). p. 70. OLIVEIRA, Lívia Gabriele. Monografia de Final de Curso de Graduação em História. Diamantina, FAFIDIA/FEVALE, 2007.

[164] ROCHA, Joaquim José da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.133.

[165] MENESES, José Newton Coelho de. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000; MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no "grande empório do norte": o surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. Anais do IX Seminário sobre economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2001, FERNANDES, Antonio Carlos. O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de consti-

plantados milho, feijão, arroz, mandioca. Os mantimentos que abasteciam o arraial provinham de roças que ficavam entre 10 a 25 léguas de distância, como Rio Vermelho, Peçanha e Araçuaí, além de tabaco e algodão produzido na região de Minas Novas, cuja comercialização extrapolava a comarca, além da oferta de toucinhos, rapaduras, carnes de boi, couros e cavalos. Por isso, a lavoura de subsistência não deve ser vista como mero apêndice da mineração, uma vez que foi capaz de produzir excedentes que eram comercializados em outras regiões.[166]

Entre os anos de 1830 e 1860, observa-se rápido crescimento demográfico, aliás, uma tendência observada desde o século XVIII. Em uma análise da população da Vila Diamantina em 1832, temos aproximadamente 12.470 habitantes livres e, desse contingente, mais ou menos 47,4% eram homens e 52,6% mulheres. Entre a população cativa, estimava-se mais de 9.000 sendo escravos. Já em 1890, essa população salta para 17.930, sendo 9.170 homens e 8.810 mulheres. Considerando a população da cidade mais seus respectivos distritos, temos aproximadamente 42.414 habitantes, sendo que 49% composta por mulheres.[167]

A publicação *Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Diamantina*,[168] de 1846, com normas visando o ordenamento urbano que continham multas e punições para quem as desrespeitassem, é um forte indicativo da preocupação de disciplinar e ordenar a população em franco crescimento.

Transformada em sede do bispado através da lei imperial n.693 de 6 de agosto de 1853, confirmada em 1854 pela Bula Pontifícia de Pio IX, somente em 1863 D.João Antônio dos Santos chega para assumir a direção do bispado, vacante durante dez anos. A partir de então, tem-se uma nova configuração jurídico-eclesiástica, tendo Diamantina como centro de poder religioso regional.

---

tuição da modernidade em Diamantina. (1864-1917). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado). p.70.

166 MENESES, José Newton Coelho de. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000; MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no "grande empório do norte": o surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. Anais do IX Seminário sobre economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2001,

167 RAPM, População de Minas Gerais. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. v.3, p.476.

168 Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina - ACMD. Posturas da Câmara Municipal da Cidade Diamantina. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Souza, 1846.

Segundo Antônio Carlos Fernandes, a euforia urbana é interrompida no final da década de 1860, quando ocorre uma crise geral no setor minerador de diamantes. Com a abertura das minas na África do Sul, o valor do diamante no mercado mundial caiu sensivelmente e a elite diamantinense, capitaneada por Dom João Antônio dos Santos, traça projetos de diversificação da economia para diminuir os impactos da crise.

Diamantina: Área central e ajacências

Alguns monumentos de Diamantina:
1 - Igreja São Francisco
2 - Museu do Diamante
3 - Catedral
4 - Igreja N. Sra. das Mercês
5 - Igreja N. Sra. do Carmo
6 - Igreja N. Senhor do bonfin
7 - Igreja N. Sra. do rosário
8 - Igreja do Amparo
9 - Mercado Municipal

Fonte: d'ASSUMPÇÃO, Lívia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas, Revista do Departamento de Historia, n.9, 1989. p. 140.

Vila do Fanado de Minas Novas

Através da criação de gado nas fazendas estabelecidas na região ao longo dos séculos XVII e XVIII, deu-se a ocupação dessa região. Favorecida por sua centralidade geográfica, posto que localizada no centro do nordeste mineiro, Minas Novas e seu termo tornaram-se o ponto de encontro de duas importantes frentes de ocupação do território brasileiro: a pecuária e a mineração.[169] Assim, em 1728, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, por Alvará nesse mesmo ano. Em 1730, o Arraial foi elevado a categoria de Vila.[170]

Além de ponto de encontro de frentes de ocupação, essa região foi, segundo João Valdir de Souza, também o ponto de encontro de duas frentes de expansão religiosa. Uma, capitaneada pelo bispado da Bahia — a que acompanhava a ocupação da margem direita do rio São Francisco; outra, capitaneada pelo bispado do Rio de Janeiro, anteriormente, e pelo de Mariana, a partir de 1745 — a que acompanhava a atividade mineradora.[171] Fato que provocou séria confusão no que se refere ao pertencimento e foro eclesiástico das paróquias da região. Ao longo do século XVIII, o arcebispado baiano foi criando paróquias na região.

Entretanto, a criação e importância do arraial do Fanado está intimamente ligada à descoberta do ouro pela bandeira de Sebastião Leme do Prado, que em meados de 1727 sai do Serro Frio, segue pelo ribeirão de Itamarandiba e chega à região do Fanado. O arraial ali formado recebera o nome de Minas Novas, onde foi erguida uma capela para Nossa Senhora de Bom Sucesso. Em

---

169 Ver SOUZA, João Valdir de. Igreja, educação e práticas culturais: mediação religiosa no processo de produção e reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro. São Paulo: PUC-SP, 2000. (Tese, Doutorado): Capítulo I: A região – mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas.

170 Ainda sobre Minas Novas ver: SANTOS, Dayse Lúcide da Silva. Jequitinhonha em Histórias, os caminhos do Vale. Relatório de Pesquisa. Projeto: Testemunhos do Vale do Jequitinhonha, Diamantina, 2007, CDroom.

171 Da mesma forma que havia as comarcas administrativas, existiam as comarcas eclesiásticas. A responsabilidade de administrar e fiscalizar o cumprimento das normas referentes ao Direito Eclesiástico e obrigações litúrgicas cabia aos vigários da Vara, considerado na hierarquia católica da época a maior autoridade da comarca eclesiástica, abaixo apenas do arcebispo e do bispo. Sobre a administração eclesiástica, ver: SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

1729, foi expedida uma ordem para a ereção da vila do Fanado de Minas Novas. Objeto de disputa entre os governos de Minas e da Bahia, a recém-criada vila ficou judicialmente pertencendo à comarca do Serro Frio, capitania de Minas Gerais, e militar e administrativamente sujeita ao governo da capitania da Bahia.[172]

Em 13 de maio de 1757, a Coroa, por causa dos "descaminhos que há, de muitos diamantes, que aparecem fora de contrato [...] houve por bem separar do governo da Bahia as referidas Minas Novas do Fanado e que fiquem unidas, com as tropas que nela se acham, à comarca do Serro Frio e governo de Minas Gerais".[173] Com a descoberta de diamantes na região, a área mineradora do termo de Minas Novas passou, também, a fazer parte do Distrito Diamantino criado em 1731, cujos limites foram sempre alterados em função de novos achados.

A região, todavia, só ganha visibilidade histórica em decorrência da atividade mineradora, e desse modo a criação de gado passa a ser de fundamental importância para o abastecimento alimentar e fornecimento de matéria-prima para a fabricação de utensílio na área mineratória.[174] Paralelo a isso, foi se estabelecendo uma variada agricultura de subsistência que servia de apoio tanto à expansão da pecuária, quanto da mineração, imprimindo maior dinamismo a região.

Cabe salientar o desenvolvimento da cultura algodoeira, que também fez a fama da região durante o século XIX. Esta atividade era explorada principalmente por mão-de-obra familiar e escrava e se desenvolveu no termo de Minas Novas pela conjunção de diversos fatores: boas condições climáticas, garantia de alta produtividade, baixo investimento, uma vez que não exigia capital avultado, permitindo seu cultivo por produtores de pequeno porte, podendo ser utilizada mão-de-obra tanto escrava, quanto livre, sobretudo a feminina, além da possibilidade de produção consorciada com lavouras de milho e feijão, se

---

[172] Ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.204.

[173] RAPM, v. II, 1897, p. 94.

[174] FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996.

beneficiando da existência de um mercado tanto interno quanto externo, o que garantia o consumo.[175]

Em 9 de março de 1840, por intermédio da lei provincial n.163, a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas foi elevada à categoria de cidade com o nome de Minas Novas.[176]

Vila de Nossa Senhora da Conceição - Sabará

Como suas congêneres vila do Ribeirão do Carmo e Vila Rica, a vila real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará foi criada em 1711, a 16 de julho, pelo governador Antônio de Albuquerque, que

> neste arraial e barra de Sabará... presentes em uma Junta... as pessoas e moradores do dito arraial e distrito dele, e do Rio das Velhas... que tinha determinado a levantar uma povoação e vila neste dito distrito e arraial, que compreendesse os arraiais sobreditos, por ser o sítio mais capaz e cômodo para ela... e desejavam que esta nova vila se intitulasse Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, por ser a padroeira da sua paróquia.[177]

A vila surge como resultado de uma série de núcleos e arraiais, como os dois Arraiais Velhos, o da Roça Grande, o do Caquende, o do Largo do Rosário, o do Morro da Barra, o da Igreja Nova e o da Igreja Velha, e o arraial de Tapahuacanga, onde, em 1717, se construiu a igreja do Ó.[178] Situada à margem direita do rio das Velhas, o termo incluía as freguesias de Santo Antônio da Roça

---

[175] FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. MENESES, José Newton Coelho de. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000; MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no "grande empório do norte": o surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. Anais do IX Seminário sobre economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2001, FERNANDES, Antonio Carlos. O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. (1864-1917). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado). p.70.

[176] Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.204.

[177] RAPM, Efemérides Mineiras, v.III citado por Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.291.

[178] Cf. MELLO, Barroco mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Grande, a noroeste; a de Nossa Senhora da Conceição de Raposos, mais ao sul; a de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, a oeste; a de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas, a sudoeste; a de Santo Antônio do Rio das Velhas e a de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, ao sul.

Devido a sua localização geográfica privilegiada, a vila real de Sabará alcançou a condição de sede administrativa e judicial da comarca. Segundo Maira de Oliveira Freitas, a organização de seu espaço urbano possui um diferencial que a distingue das demais vilas coloniais, que é o fato de os centros espiritual e administrativo — o temporal, terem sido constituídos em localidades distantes uma da outra. De modo geral, os edifícios administrativos estavam instalados próximos à matriz e/ou igrejas de ordens terceiras, como por exemplo ocorreu em Diamantina.[179]

Em 1778, a vila real de Sabará possuía 850 fogos e a freguesia tinha 7.656 almas,[180] tendo um vigário da Vara com jurisdição eclesiástica que abrangia o termo de Vila Nova da Rainha. A vila contava com as ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis e as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de São Francisco dos Pardos e de Nossa Senhora das Mercês dos Crioulos, com suas respectivas igrejas.[181]

Sobre os moradores de Sabará, Saint-Hilaire observou que, em relação à província mineira, era o lugar onde tinha encontrado os homens mais polidos e instruídos, que sabem latim e de boa aparência, embora menos afetuosos que os habitantes do Tejuco.[182] A afirmação de Saint-Hilaire, certamente refere-se aos contatos estabelecidos com a elite local, que, desde a primeira metade do século

---

[179] Cf FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses e enfermidades de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. p. 54.

[180] ROCHA, Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica e histórica de Minas Gerais. Estudo Crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995 p. 110.

[181] Para esse período, Caio Boschi, acrescenta ainda as irmandades de Nossa do Amparo, de Santa Cecília e a do Santíssimo. SAINT-HILAIRE, August de. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974. p.76. Sobre o assunto cf. BOSCHI, Os leigos e o poder: irmandade e política em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

[182] SAINT-HILAIRE, August de. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974. p.76.

XVIII, costumava enviar seus filhos para estudar em Coimbra.[183] Saint-Hilaire foi hóspede do Sr. Teixeira, na época juiz de fora.[184]

Em relação à população de Sabará e seus distritos, em 1890 contava aproximadamente com 77.731 habitantes, sendo que deste total mais ou menos 495 eram mulheres.

Como no Distrito Diamantino, foi no entorno da área mineradora da região de Sabará onde se formou um núcleo de atividades agrícolas que garantia seu abastecimento alimentar. Nos terreiros e pomares plantam-se uvas, árvores de espinho — laranja, lima, limões — produz ainda milho, arroz e feijão e cana-de-açúcar. Sabará possui, também, número significativo de tabernas, lojas de comestíveis e fazendas, e na rua do Fogo havia casas que comercializavam toucinho. Mas toda a produção é para consumo interno. Segundo Saint-Hilaire, Sabará "não exporta os produtos da lavoura, nem da indústria". As transações mercantis ocorrem há três léguas, em Santa Luzia, que funciona como verdadeiro entreposto comercial.[185] Sabará foi elevada à categoria de cidade pela lei n.93, de 6 de março de 1838.

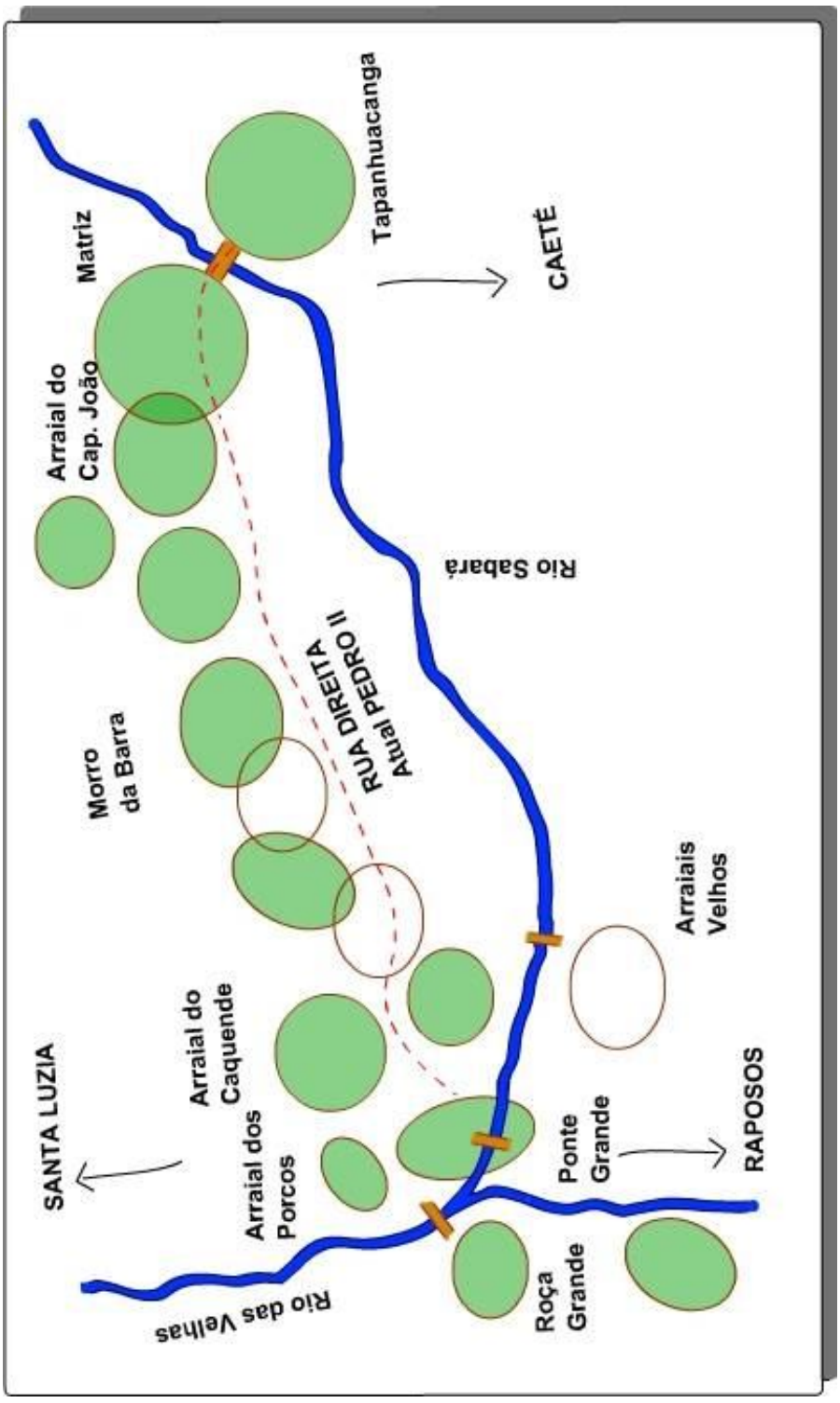
---

[183] Sobre a formação da elite mineira setecentista, estudantes em Coimbra, ver: VALADARES, Virginia Maria. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado).

[184] Refere-se ao Dr. José Teixeira Fonseca de Vasconcelos, Barão de Caeté, uma das figuras políticas proeminentes na Corte. Estudou Cânones em Coimbra.

[185] SAINT-HILAIRE, August de.Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia, 1974. p.76.

Esquema de evolução urbana de Sabará.



Fonte: MELLO, *Barroco mineiro.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Confecção / desenho Marcelo Guerra Amaral, IGC / UFMG.

Vila do Pitangui

Situada na região centro-oeste de Minas Gerais, tornou-se vila em fevereiro de 1715 e paróquia colativa no ano de 1724, por carta-régia.[186] Os achados auríferos foram comunicados ao rei pelo governador Dom Braz Baltazar da Silveira por meio de uma carta, enviada em setembro de 1713, e, apesar da resistência dos paulistas que aí se achavam instalados, ocorreu um grande fluxo de pessoas para a região. O que deu a vila de Pitangui a fama de "vila turbulenta", devido a diversos conflitos entre estes e os reinóis, e aos motins dos primeiros anos de existência da vila.

Pelas encostas do morro e pelas margens dos cursos d'água ergueram-se casas, erigiram-se capelas e fixaram-se famílias. Pitangui expandiu-se rapidamente e logo se tornou o grande centro irradiador de povoamento, especialmente por ser porta de entrada para o sertão e confluência de caminhos que ligavam o sul ao norte/nordeste, por onde se expandia.[187] Em 1746, vários[188] moradores, mineiros e negociantes, figuravam na lista dos homens mais abastados da capitania.

Em 1790, Pitangui e seus distritos possuíam aproximadamente 28.371 habitantes, apresentando um equilíbrio entre homens e mulheres, cada um com 50%.

A topografia da região, com suas extensas planícies, campos e terras férteis, favorecia a agricultura e a criação de gados, atraindo desde as primeiras décadas do século XVIII portugueses e outros já radicados em outros centros mineradores.

Entre 1730 e 1802, constatam-se inúmeros pedidos de novas sesmarias ou de pedidos de confirmação da posse da terra, sob alegação de já estar vivendo e cultivando a terra há muitos anos, inclusive mulheres. Como é o caso, por

---

[186] COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. 2 ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997; BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.256.

[187] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.256-257.

[188] RAPM, População de Minas Gerais, Ouro Preto, 1898, v.3, p.486.

exemplo, de Isabel Felícia da Silva, que em 1771 solicita ao rei que lhe faça a mercê de lhe confirmar a doação em sesmaria de meia légua na freguesia de Pitangui. Solicita ainda as providências necessárias para a medição e demarcação de suas terras, que, de um lado, confrontam com as de sua mãe, D. Flausina Rodrigues da Silva, e de outro com sesmarias de Francisco Rodrigues Guimarães, entre outros. Ainda em 1771 Isabel Felícia obteve a carta de confirmação de sua sesmaria, registrada no livro de registro de sesmarias, à fl.146, em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.[189]

Casos como o de Isabel não foram raros, entre as diversas solicitações de sesmarias na região. Entre 1730 e 1802, encontram-se outras mulheres, como Ana Barbosa da Silva, nas margens do Marmelada; Ana Batista de Santo Inácio, no Capim Branco; Inês Clara de Jesus, no Ribeirão dos Veados.[190]

Tais pedidos evidenciam a presença ativa das mulheres no processo de povoamento e na alavancagem da economia agrícola no território mineiro. Assim, o volume de terras agricultáveis fez da vila e seu entorno importante centro de abastecimento alimentar, por ter abundância de "pesca e caça, com muitas fazendas de gado, que abastecia não só de carnes e toucinhos, como também de aguardente de cana e açúcar, a comarca e boa parte da capitania"[191]

Entre 1836 e 1855, a economia canavieira está em expansão na província. Tem-se noticia de exportação de rapaduras de Januária para as províncias da Bahia, Piauí e Pernambuco, por meio de barcos.[192] No caso de Pitangui, além das fazendas de gado, chama à atenção na região a produção de aguardente e açúcar. Segundo José Joaquim da Rocha

---

189 Arquivo Histórico Ultramarino, doravante AHU, Caixa 99, doc. 41, 1770. Documentação microfilmada, encontra-se em poder do Arquivo Público Mineiro, por meio do Projeto Barão do Rio Branco, mais conhecido como Resgate.

190 Nas comarcas de Vila Rica e na do Rio das Mortes, Regina Mendes de Araújo detectou no período entre 1726 e 1760, aproximadamente 20 pedidos de confirmação de sesmaria feitos por mulheres. Ver ARAÚJO, Regina Mendes. Proprietárias de escravas e de terras da Vila do Carmo e Vila de São João Del Rei (1718-1761). Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambu, MG, setembro, 2006. BARBOSA, Waldemar de Almeida. A decadência das Minas e a fuga da mineração. Belo Horizonte: Belo Horizonte: UFMG, 1971. p. 56.

191 ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEP; FJP; CEHC, 1995. p.117 (Coleção Mineiriana, Série Clássicos)

192 Arquivo Público Mineiro, doravante - APM, Seção Provincial, códice 657, 570.

> as aguardentes de cana, que se fazem nas vizinhanças de Pitangui, são as mais nomeadas em todas as Minas e a de que usam a maior parte de seus povoadores. Igual singularidade tem o açúcar fabricado nos mesmos engenhos e conduzido por vários negociantes que costumam vendê-lo pelas comarcas vizinhas (...) [193]

No caso de Pitangui em 1836 registravam-se 93 engenhos, em 1855 saltando para 231 engenhos em atividade na região, cuja forças-motriz eram água e animal.[194] Pode-se afirmar que a produção de rapadura e aguardente certamente respondia pelo crescimento de um mercado consumidor dentro e fora dos limites da região, como afirma José da Rocha, o que coincide com o relato de diversos viajantes que diziam estar a rapadura e aguardente entre os alimentos mais consumidos pela população.[195] A vila de Pitangui foi elevada à categoria de cidade pela lei n.731, de 16 de março de 1855.

Vila do Paracatu do Príncipe - Paracatu

A origem do antigo arraial de São Luis e Santana das Minas de Paracatu parece estar intimamente ligada à presença de diversos homens que vieram para a região a partir da Bahia, via São Romão, que foram povoando a região. Entre os moradores, muitos naturais do Reino. Nas primeiras décadas do século XVIII, há notícias de moradores na cabeceira do Paracatu, de fazendas de gados "vacum e cavalar" e constantes pedidos de sesmaria por homens e algumas mu-

---

[193] ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEP; FJP; CEHC, 1995. p.118 (Coleção Mineiriana, Série Clássicos)

[194] Constata-se também a presença de engenhos no Serro, Sabará, Santa Bárbara, Caeté, região que fazem parte do marco espacial desse estudo.

[195] PAIVA, Clotilde Andrade. Engenhos de cana e população no século XIX mineiro: notas sobre a expansão da produção aguardenteira. Belo Horizonte: CEDEPLAR. s/d,. mimeo.

lheres, sob alegação de estarem ali instalados em sítios criando gado e plantando roças.[196]

Credita-se ainda o povoamento da região ao fato do arraial estar postado num entroncamento de quatro diferentes para Goiás que ali faziam a junção em Paracatu: a picada de Goiás, cuja construção foi autorizada por Gomes Freire em 1736; a de Pitangui a Goiás, autorizada por requerimento, na mesma data, a Domingos de Brito e sócios; a que atravessava São Romão, onde "desembocavam os caminhos de Minas, Bahia e Pernambuco"; e por fim o caminho que "transpunha o São Francisco na passagem do Espírito Santo", próximo à barra do Abaeté. Embora fossem as rotas mais usadas no caminho para Goiás, o caminho da picada de Goiás e a que atravessava São Romão.[197]

Segundo Olympio Gonzaga, em 1734 foram "edificadas as primeiras casas, entre a barra do córrego Pobre com o córrego Rico", destacando que o povoado da banda do córrego Rico foi fundado pelos Caldeiras Brant, recebendo o nome de arraial de Sant'Anna.[198]

A descoberta do ouro por José Rodrigues Fróis é comunicada ao governador Gomes Freire em 1744, dizendo que "nas cabeceiras do Paracatu se tem descoberto ouro em grande conta, tanto pela parte donde corre o dito rio, como pelo caminho de São João del Rei a Goiás, e que nos ditos distritos tem se juntado uma grande porção de povo".[199] Ao comunicar os achados ao rei, Gomes Freire afirma ter acorrido para Paracatu gente das comarcas das Minas, Goiás, São Paulo, Bahia e Rio, registrando "mais de dez mil almas".[200] Em relação as demais áreas mineradoras, a descoberta do ouro no vale do rio Paracatu ocor-

---

[196] APM, Seção Colonial, Códice 21, fl.66-66v, 42, fl.96;80, fls.28,145-178v; 85,fls.39-42; 129 fl. 117-137; RAPM, v. IX, p. 423, 430,440,444.

[197] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.236-237.

[198] GONZAGA, Olympio. Memória Histórica de Paracatu. Uberaba, MG: Typ. Jardim e & Comp., 1910. 2 ed. Prefeitura Municipal de Paracatu,1988. O autor cita como fonte o Arquivo da Matriz de Paracatu, 25/08/1791.

[199] APM, SC, códice 69, fl.44. Citado por BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

[200] APM, SC, Códice 45, fl. 47. Citado por BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

reu tardiamente, mas logo a região ganhou visibilidade histórica, o que lhe valeu a alcunha de "princesa do sertão.[201]

Apesar de sua importância para a região, o antigo arraial do Paracatu tornou-se vila pelo alvará de D. Maria I, em 20 de outubro de 1798. Pertencia administrativamente à comarca do Rio das Velhas e passou a denominar-se vila do Paracatu do Príncipe. Pelo mesmo alvará foi criado na vila o lugar de juiz de fora, do cível, crime e órfãos, para o qual foi nomeado o Dr.José Gregório de Moraes Navarro, que fora encarregado de instalar a vila. A mesma foi instalada com o nome de vila do Paracatu do Príncipe.[202]

Em relação à região, José Joaquim da Rocha relata que o terreno é plano, agradável, mas "os ares são quentes, o terreno seco e falto de águas; os moradores são mimosos de peixes, carne, caça, bananas, melancias e uvas duas vezes por ano".[203]

Do ponto de vista eclesiástico, a região de Paracatu estava sob a jurisdição do bispado do Pernambuco. Devido à distância, o vigário da Vara acabava tendo poder idênticos ao de bispo e incorrendo em abusos. Criada em 1755, a paróquia de Paracatu esteve atrelada à diocese de Olinda até 1854, quando passou a pertencer à diocese de Diamantina.[204]

Do ponto de vista administrativo, a vila de Paracatu tornou-se cabeça de comarca em 1815, ao ter seu território desmembrado da do Rio das Velhas para a criação da comarca de Paracatu, pelo alvará de 17 de maio de 1815.[205]

---

[201] Ver PIMENTEL, Helen Ulhôa. A construção das diferenças: casamento e sexualidade em Paracatu – MG, no século XVIII. Brasília: UnB, 2006. (Dissertação, Mestrado em História)

[202] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995. p.238-239.

[203] ROCHA, Joaquim José da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.112.

[204] Em 1929, tornou-se sede de prelazia sob a direção dos carmelitas, e em 1962 foi elevada à categoria de sede de bispado. Em relação à capitania, e posterior província, de Minas Gerais persistiu durante longo tempo uma confusão notável de jurisdição eclesiástica. Mesmo depois da criação do bispado de Mariana em 1745, tinha-se vilas, cidades, cujas paróquias estavam sob jurisdição do bispado da Bahia, como o caso de Minas Novas e Paracatu a Pernambuco até meados do século XIX.

[205] CARVALHO, Feu de. Comarcas e termos; creações, supressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915), 1920. p.29

Em relação ao perfil demográfico dos habitantes, a vila do Paracatu possuía em 1800 aproximadamente 2.917 pessoas. Sendo 2.116 livres e 821 cativos. No que se refere à cor dos habitantes, tem-se o seguinte quadro: entre os livres, tem-se 266 brancos, 12,5%; 1.026 mulatos, 48,5%; 824 negros, 39%. Entre os cativos, tem-se 25 mulatos, 3%; e 796 negros, o que corresponde a 97%.[206]

Nessa região a paisagem humana é bastante diversificada, tendo a predominância dos mulatos entre os livres, e sua presença entre os cativos. Fica evidente que se está diante de uma sociedade marcada pela mestiçagem. As mulheres chefes de domicílio serão tratadas no próximo capitulo. Num quadro mais geral, observa-se que a região estudada é de fato uma "terra de contrastes", cuja marca é a diversidade. São acentuadas as diferenças regionais quanto à composição da população segundo a cor, origem, idade, nível de desenvolvimento e composição dos domicílios. A idéia da diversidade é a chave de compreensão desses complexos "territórios" em que as mulheres construíram suas histórias.

2.As protagonistas

As pesquisas históricas, especialmente as de caráter demográfico, revelam que no Brasil em geral, Minas Gerais em particular, desde o período colonial tem existido lares encabeçados por mulheres. Suas proporções é que têm variado de região para região, período histórico e camadas sociais, realidade muito distante, portanto, do modelo que pretendia ser hegemônico, baseado na tríade: *pai provedor*, *mãe submissão* e *filhos obedientes*.

O número significativo de mulheres chefes de domicílio regendo sua vida e a dos seus familiares subverte as diversas imagens idealizadas e construídas sobre as mulheres no decorrer do tempo, vistas como "*imbecillitas,* frágeis, passivas, lascivas e más", discursos oriundos da tradição judaica, tradição fortemente arraigada na cultura religiosa ocidental e amplamente divulgada pelo mundo conhecido por meio dos tratados de Teologia Moral e pelos manuais de confessores. Encarregados de traduzir os valores morais e culturais referenda-

[206] APM, Ouro Preto, Ano II, ano 1896, p. 365.

dos pela tradição judaico-cristã que enfatizava a inferioridade feminina, esses compêndios tiveram, segundo Manuel Hespanha, "efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade da mulher".[207] Imagens que os discursos paulinos e agostinianos se encarregaram de propagar, e cujos ecos se fazem ouvir ainda hoje. O discurso e imagens sobre a mulher, sobre a condição feminina, deslindam do universo religioso para o filosófico-jurídico, encontrando, de certo modo, guarida nos textos de Direito em geral e de Direito normativo-institucional. Para Manuel Hespanha,

> o Direito participava deste sistema de pré-compreensões profundas sobre a identidade feminina e a natureza dos sexos e recebia dele as suas intuições fundamentais. No entanto, como saber prático de um mundo social em que as mulheres eram mais do que seres passivos e menorizados, o direito — que, de resto, partia dos dados da cultura romana sobre o gênero, muito mais igualitária do que a cultura judaica —diferenciara-se como sistema produtor de imagens sobre o feminino.[208]

Ainda segundo o autor, o Direito desvinculou-se da visão extremada sobre a incapacidade feminina, reforçada em várias passagens das escrituras sagradas e da patrística, e desenvolveu sistemas de valoração próprios que permitiram a integração de situações da prática, como, por exemplo, as da mulher proprietárias de bens,[209] entretanto seu entrelaçamento com o religioso não consegue escapar da ambigüidade.

No Brasil, como de resto as demais sociedades americanas de tradição ibérica, difundiu-se, especialmente a partir do século XVIII, a concepção de que mulher honrada era aquela que reprimia seus instintos e desejos, mulher recatada que escondia seu corpo porque tinha ciência de seu poder de sedução. No século XIX, consolidou-se como ideal de mulher aquela que aceitava a sexuali-

---

[207] HESPANHA, Antonio Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, s.d, mimeo. Texto cedido pelo autor.

[208] HESPANHA, Antonio Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, s.d, mimeo. p. 1.

[209] HESPANHA, Antonio Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, s.d, mimeo. p. 1.

dade como função reprodutora, a honrada e virtuosa.[210] Nessas diferentes imagens e discursos criados e difundidos em sua maioria por homens, constata-se, de um lado, uma identificação "por contrastes", discursos que, no mais das vezes, dizem e revelam muito mais *de quem fala* do que efetivamente *de quem se fala*; de outro lado, a construção de imagens femininas polarizadas — em uma ponta a mulher branca vista como "recatada, casta, preguiçosa, recolhida, modesta" e na outra, as negras e mestiças, relacionadas, por seus traços físicos, à imoralidade, à frouxidão de costumes e valores morais, contrapondo-se às brancas — uma evidente e (de) formada associação de atributos físicos a definições de caráter. Imagens muito difundidas pela literatura dos viajantes no século XIX,[211] cujas representações foram reforçadas na historiografia brasileira, especialmente por Gilberto Freyre.[212]

Freyre reconhece a presença de mulheres chefes de domicílio, de famílias matrifocais, mas considera esses casos exceções e justifica-se afirmando que

> matriarcas houve, no Brasil patriarcal, apenas como equivalentes de patriarcas, isto é, considerando-se matriarcas aquelas matronas que por ausência ou fraqueza do pai ou do marido, e dando expansão à predisposições ou característicos masculinóides de personalidade, foram às vezes 'os homens de suas casas'[213]

Nesse aspecto, Guacira Louro, em outro contexto, esclarece que as mulheres eram vistas como "desviantes, como uma ameaça aos arranjos sociais e à hierarquia de gêneros de sua época", por causa disso "escapavam à representa-

---

[210] ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. São Paulo: Ed. José Olympio, 1993. p.120.

[211] Ver WALSH, Robert Rev. Notices of Brazil in 1828 and 1829. Boston: Richardson, Lord & Holbrock, William Hyde, Crokin & Brewster, and Carter & Balcocok, 1831, 2v.; MARJORIBANCKS, Alexander. Travel in souter and América. London: Smpkni, Marshall and Co., 1853; citado por QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeiros do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

[212] FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14 ed. revista. São Paulo: Global, 2003.

[213] FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14 ed. revista. São Paulo: Global, 2003.p.82

ção do senso comum sobre o feminino", escapavam ainda da representação daqueles que, supostamente, "detinham a autoridade para dizer o que era ser mulher". Por não corresponderem a papéis socialmente prescritos, isso conduzia a uma "outra representação: a de mulher-homem".[214] Como enxergou Gilberto Freyre.

A significativa presença feminina encabeçando os lares escapou ou foi escamoteada do olhar dos viajantes e de outros estudiosos da sociedade brasileira, sendo considerada como desvio da norma, como anomalia.

2.2.1. Mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais: o componente demográfico

Para se conhecer o perfil das mulheres chefes de domicílio, utilizei como base documental, prioritariamente, as listas nominativas da população dos anos 1831/1832, em primeiro lugar de Minas Gerais como um todo, depois algumas localidades que fazem parte desse estudo, privilegiando algumas informações sobre essas mulheres que considerei relevantes para o trabalho.

Levando-se em conta as informações contidas nas listas nominativas em 1831/1832 em Minas Gerais, 74% (57.462) dos chefes de domicílios eram homens, enquanto 26% (20.211) eram mulheres, o que vale dizer que quase um terço das famílias mineiras, naquele momento, estava sendo dirigida por mulheres. No que se refere às mulheres, certamente esse não é um percentual desprezível, levando-se em conta, inclusive, que a maioria delas estava inserida em diversas atividades produtivas para prover sua subsistência e a dos familiares sob sua responsabilidade.

Em relação ao estado conjugal, num total de 20.211 mulheres chefes de domicílio, detectou-se que 49% (9.872) eram solteiras; uma pequena parcela, 8% (1.620), eram casadas; as viúvas correspondiam a 41% (8.373); sobre o restante, ou seja, 2% (346), não constavam informações.

---

[214] LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In. PRIORE, Mary del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 1997. p. 469.

Os dados encontrados evidenciam que grande parte das mulheres chefes de domicílios em Minas Gerais era solteira, seguido das mulheres viúvas e em menor número as casadas. No caso das mulheres casadas, cabe uma ressalva: provavelmente são mulheres com maridos ausentes, seja por motivo de trabalho ou abandono. O cruzamento desses dados com os encontrados nas demais fontes analisadas neste trabalho[215] indicam que um significativo número de domicílios de mulheres casadas com marido ausente foi em função de abandono do lar.

Além dessas informações, tem-se a faixa etária das mulheres chefes de domicílio em comparação com os homens.

TABELA 1

Chefes de domicílios segundo faixa etária e sexo
Província de Minas Gerais, 1831-1832 (%)

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Faixa etária do chefe de Domicílio	10 a 14	29	21	50
		0,1%	0,1%	0,1%
	15 a 24	4.672	998	5.670
		8,1%	4,9%	7,3%
	25 a 34	14.896	3.258	18.154
		25,9%	16,1%	23,4%
	35 a 44	14.344	4.699	19.043
		25,0%	23,2%	24,5%
	45 a 59	14.614	5.999	20.613
		25,4%	29,7%	26,5%
	60 e/ou mais	8.787	5.203	13.990
		15,3%	25,7%	18,0%
	Sem informação	120	33	153
		0,2%	0,2%	0,2%
Total		**57.462**	**20.211**	**77.673**
		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Minas Gerais, 1831/1832. Tabela elaborada pela Profa. Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/FACE/UFMG.[216]

[215] Testamentos, inventários, pedidos de sesmaria, cartas de legitimação, processos de divórcio, provisão de tutela.

[216] Agradeço a Profa. Clotilde Paiva as discussões e sugestões para o trabalho, bem como a confecção dessa tabela.

Na tabela 1, observa-se que, embora significativo o número de mulheres na faixa etária entre 25 e 34 anos, a maior concentração de mulheres está situada nas faixas entre 35 e 60 anos ou mais, o que corresponde a 78,6% das mulheres. Considerando as informações constantes nas demais fontes documentais, pode-se afirmar que nesta faixa etária estão incluídas aquelas mulheres solteiras, mulheres com marido ausente, mas, principalmente, viúvas que não iriam contrair segundas núpcias.

Na tabela 2, há os dados desagregados de algumas das regiões[217] de abrangência do estudo, para as quais havia listas nominativas em 1831/1832. Apresenta-se a proporção de mulheres chefes de domicílio em relação aos homens.

TABELA 2

Chefes de domicílios segundo a região e o sexo
Província de Minas Gerais, 1831-1832.

Município	Sexo							
	Homem		Mulher		s/i			
	N	%	N	%	N	%	Total	%
Caeté	1401	69,0	613	30,0	3	1,0	2017	100
Minas Novas	836	79,4	217	20,6	-	-	1053	100
Paracatu	797	81,0	186	19,0	-	-	983	100
Pitangui	485	73,2	177	26,8	-	-	662	100
Sabará	2654	65,2	1421	34,8	-	-	4075	100
Vila do Príncipe	993	70,1	423	29,9	-	-	1416	100
Total	7166		3037		3		10206	100

Fonte: Lista Nominativas de Habitantes de Minas Gerais, 1831/1832.[218]

De modo geral, mesmo desagregados, os dados apontam índices parecidos para Minas Gerais como um todo. À exceção de Paracatu, Minas Novas e Pitangui, que apresentam proporção mais baixa, nas demais localidades as mu-

[217] Implícito nesse conceito de região, a idéia da diferenciação dos espaços. Neste caso, diferenciações dos perfis por região.

[218] Agradeço ao Prof. Tarcísio Botelho as discussões, a leitura crítica desta seção, sugestões, bem como o empenho pessoal em conseguir um profissional para fazer a tabulação dos dados das listas nominativas.

lheres chefes de domicílio representam percentuais em torno de um terço ou muito próximos a um terço da população total.

Para permitir melhor visualização por região em relação à cor dos chefes de domicílios, os dados também estão desagregados por município.

TABELA 3

Chefes de domicílios segundo a região, a cor e o sexo, Província de Minas Gerais, 1831-1832						
Município	**Cor/raça**	**Sexo**				
		Homem		**Mulher**		**Total**
		N	**%**	**N**	**%**	
Caeté	Branco	416	29,2	92	15.0	508
	Preto	14	1,0	12	2.0	26
	Crioulo	198	14,2	143	23.0	341
	Pardo	739	52.7	342	55.3	1081
	cabra (misto)	17	1.2	19	3.0	36
	Africano	15	1.0	2	1.0	17
	Outros	1	0.7	1	0.7	2
	Total	**1400**	**100**	**611**	**100**	**2011**
Minas Novas	Branco	249	29.9	44	20.2	293
	Preto	3	0.3	2	0.9	5
	Crioulo	50	6.0	25	11.5	75
	Pardo	496	59.5	131	60.4	627
	cabra (misto)	36	4.3	15	7.0	51
	Total	**834**	**100**	**217**	**100**	**1051**
Paracatu	Branco	422	53.3	49	26.8	471
	Preto	4	0.5	-	-	4
	Crioulo	31	3.9	16	8.8	47
	Pardo	319	40.5	105	57.4	424
	cabra (misto)	2	0.2	-	-	2
	Africano	11	1.4	13	7.0	24
	Outros	2	0.2	-	-	2
	Total	**791**	**100**	**183**	**100**	**974**
Pitangui	Branco	274	56.5	84	47.8	358
	Preto	9	1.9	1	0.5	10
	Crioulo	29	6.0	19	10.8	48
	Pardo	172	35.4	72	40.9	244
	cabra (misto)	1	02	-	-	1
	Total	**485**	**100**	**176**	**100**	**661**
Sabará	Branco	657	24.8	204	14.5	861
	Preto	34	1.3	20	1.4	54

	Crioulo	313	11.8	310	21.8	623
	Pardo	1550	58.5	820	57.8	2370
	cabra (misto)	72	2.8	50	3.5	122
	Africano	17	0.6	10	0.7	27
	Outros	5	0.2	5	0.3	10
	Total	**2654**	**100**	**1421**	**100**	**4075**
Vila do Príncipe	Branco	243	24.5	67	15.9	310
	Preto	10	1.0	4	0.9	14
	Crioulo	149	15.0	100	23.7	249
	Pardo	517	52.2	213	50.5	730
	cabra (misto)	40	4.4	21	5.5	61
	Africano	23	2.2	8	1.9	31
	Outros	7	0.7	9	2.1	16
	Total	**989**	**100**	**422**	**100**	**1411**

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Minas Gerais, 1831/1832.

Em relação à cor das mulheres chefes de domicílio, observa-se na tabela um perfil diversificado, entretanto notam-se algumas similaridades na paisagem humana concentrada da seguinte forma: a região de Caeté, Sabará e Vila do Príncipe — regiões consideradas de nível de desenvolvimento alto[219] — apontaram para alto percentual de mulheres pardas, seguidas de crioulas e em terceiro lugar as brancas, embora com percentuais diferenciados. Ou seja: essa região caracterizava-se pela menor proporção de brancas entre as chefes de domicílio e alta concentração de mulheres pardas (mestiças) e crioulas.

A partir da terceira metade do século XIX vai diminuindo o número de lares femininos chefiados por africanas, ocorrendo o conseqüente aumento do percentual de crioulas. Verifica-se uma crescente "crioulização", o que não quer dizer que essa intensificação tenha ocorrido somente entre as mulheres. Tarcísio Botelho, por exemplo, em pesquisa sobre a região de Montes Claros entre 1810 e 1888 revelou que havia um equilíbrio de faixas etárias entre os sexos entre os crioulos. Para o autor, esse fenômeno seria indício de reprodução natural, resul-

[219] Trata-se de critério de regionalização proposto por Clotilde Paiva para compreensão da dinâmica econômica mineira no século XIX, destacando a diferenciação dos espaços econômicos e socio-demográficos. Nesse sentido, as regiões foram divididas por nível de desenvolvimento econômico: alto, médio e baixo. Uma análise verticalizada dos critérios e parâmetros utilizados para essa regionalização, cf. PAIVA, Clotilde de Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese, Doutorado).

tado de investimento e estratégias tanto de grandes, quanto dos pequenos plantéis.[220]

A região de Minas Novas e Paracatu — regiões tidas como de baixo desenvolvimento — apresenta grande percentual de mulheres pardas, em seguida das brancas e em terceiro as crioulas. Nesta região a menor proporção é de crioulas, porém acompanhado de uma proporção alta de pardas, seguida por brancas. As duas regiões evidenciam a manutenção das relações entre desiguais desde o século XVIII, pois a mestiçagem se mantém. E, por fim, na região de Pitangui — também classificada como região de alto desenvolvimento — as mulheres brancas estão em primeiro lugar, seguidas das mulheres pardas e por fim as crioulas. Neste caso, o maior percentual de brancas entre chefes de domicílio revela que a mestiçagem entre essa população foi historicamente mais baixa. Fato que se confirma quando se faz o cruzamento de testamentos e inventários da região. A proporção de mulheres brancas é muito maior.

Para Clotilde Paiva, a explicação está no fato da região sudoeste — e aí se inclui Pitangui — ter uma tradição agrícola que remonta ao século XVIII, tornando-se centro produtor de "víveres e outros produtos agropecuários para se abastecer e às áreas mineradoras", fato observado também pelos viajantes. Segundo a autora, essas atividades provavelmente dependiam menos da mão-de-obra escrava, reduzindo, conseqüentemente, a entrada da população de cor, e, claro, a tendência à mestiçagem.[221] Aliados a esses elementos de ordem econômica, creio deve-se atentar para os de ordem cultural. Há de se pensar qual teria sido o peso e influência da "cultura paulista" na região? Uma vez que a região foi originalmente formada por paulistas e boa parte deles permaneceu e constituiu família na região. Os documentos coletados da região para essa tese sugerem algumas particularidades que, devido a uma série de fatores, nesse trabalho não é possível trazer à tona. Entretanto, exige um estudo detalhado sobre as mulheres chefes de domicílio dessa região, até mesmo em virtude de casos de

---

[220] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et.alii. (orgs.). História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH, 2001.: A escravidão em Minas Gerais.

[221] Cf. PAIVA, Clotilde de Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH / USP, 1996. (Tese, Doutorado). p.134.

chefes de domicílios com maridos vivos, estudo que retomarei em momento oportuno.

Em relação às mulheres africanas, a maior proporção nesse momento, 1831/1832, está localizada na região de Paracatu, seguida de Sabará e, por último, Vila do Príncipe. Importante ressaltar isso. Esses dados representam um instantâneo e se modificam para outros anos, pois o perfil populacional não é algo estático, é dinâmico e fruto de uma série de variáveis e conjunções de ordem econômica, social, e também conjuntural, que interferem na dinâmica populacional, inclusive favorecendo a mestiçagem. É evidente que tais transformações na paisagem demográfica são traduzidas pelo crescimento populacional e pela dinâmica das alforrias, alterando, basicamente, a proporção da população livre. No caso específico das mulheres, haverá maior presença de mulheres negras, crioulas e pardas entre a população livre, aumentando esse percentual.

Os dados das listas nominativas, aliados aos dos testamentos e inventários, apresentam resultados que jogam por terra a idéia de que os lares matrifocais eram exclusivamente compostos por mulheres negras, pardas e mestiças e marcados pela pobreza. Demonstra ainda que o perfil demográfico não é homogêneo, apresentando diferenciação de região para região.

No que se refere aos homens, destaca-se o perfil demográfico similar para a região de Caeté, Sabará, Minas Novas e Vila do Príncipe, em que há chefes de domicílio pardos em maior número, seguidos de brancos e em menor proporção de crioulos; a região de Pitangui e Paracatu apresenta maior proporção de homens brancos, em segundo lugar os chefes pardos e, em número bem menor, os crioulos.

Quanto ao grupo doméstico-familiar, apresenta variações quanto ao tamanho, como se pode ver na tabela 4.

TABELA 4

Tamanho dos domicílios				
Chefes de domicílios segundo o tamanho dos domicílios e o sexo Província de Minas Gerais, 1831-1832				
Município	**Tamanho do domicílio**	**Homem**	**Mulher**	**Total**
Caeté	1 indivíduo livre	111	125	236
	2 indivíduos livres	241	149	390
	3 a 5 indivíduos livres	589	224	813
	6 a 12 indivíduos livres	437	109	546
	13 + indivíduos livres	23	6	29
	Total	**1401**	**613**	**2014**
Minas Novas	1 indivíduo livre	78	40	118
	2 indivíduos livres	189	44	233
	3 a 5 indivíduos livres	330	99	429
	6 a 12 indivíduos livres	236	34	270
	13 + indivíduos livres	3		3
	Total	**836**	**217**	**1053**
Paracatu	1 indivíduo livre	37	35	72
	2 indivíduos livres	124	39	163
	3 a 5 indivíduos livres	351	76	427
	6 a 12 indivíduos livres	279	36	315
	13 + indivíduos livres	6		6
	Total	**797**	**186**	**983**
Pitangui	1 indivíduo livre	17	34	51
	2 indivíduos livres	109	43	152
	3 a 5 indivíduos livres	216	72	288
	6 a 12 indivíduos livres	138	28	166
	13 + indivíduos livres	5		5
	Total	**485**	**177**	**662**
Sabará	1 indivíduo livre	237	275	512
	2 indivíduos livres	484	297	781
	3 a 5 indivíduos livres	1094	607	1701
	6 a 12 indivíduos livres	802	227	1029
	13 + indivíduos livres	37	15	52
	Total	**2654**	**1421**	**4075**
Vila do Príncipe	1 indivíduo livre	129	133	262
	2 indivíduos livres	174	84	258
	3 a 5 indivíduos livres	381	150	531
	6 a 12 indivíduos livres	294	52	346
	13 + indivíduos livres	15	4	19
	Total	**993**	**423**	**1416**

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Minas Gerais, 1831 / 1832.

Os dados constantes na tabela 4 evidenciam que, nas regiões estudadas nesse trabalho, a grande maioria dos domicílios femininos tinha em média de 3 a 5 indivíduos livres. De modo geral, esses domicílios eram compostos pela mãe e filhos, ou mãe, filhos e avós; às vezes a chefe do fogo com irmãs ou irmãos, como, por exemplo, o domicílio de D.Joaquina Peres do Lago, branca, 58 anos, solteira e fazendeira. Em seu domicílio vivia Antonio Peres do Lago, branco, 56 anos, solteiro, provável irmão que atuava como administrador de sua fazenda.[222] Possuía cinqüenta e sete escravos com diversas ocupações.

Chama a atenção ainda um grande número de domicílios unipessoais, ou seja, aqueles com apenas uma pessoa: a própria chefe. Cruzando os dados com inventários ou testamentos, detectei que parte desses domicílios unipessoais era composto por de viúvas que, no momento do censo, encontrava-se na fase do ciclo doméstico, em que os filhos já haviam se casado e estavam em seus próprios domicílios. Tem-se, por exemplo, diversos domicílios unipessoais, como o de Felícia Martins, de 56 anos, viúva, crioula liberta, que trabalhava como fiadeira; ou Tereza Gregória, parda, 46 anos, solteira, que atuava como fiadeira.[223] Nota-se que no quadro de transformação econômica e demográfica, a partir da segunda metade do século XIX, começa a aumentar consideravelmente o número de domicílios unipessoais, ou seja, com mulheres sozinhas no domicílio, especialmente na faixa etária acima de 55 anos.

Entre os domicílios extensos, encontra-se o de D.Anna Angélica de Siqueira, branca, 70 anos, solteira, mineira. Possuía trinta escravos e ainda duas agregadas: Maria Felisberta, branca, 40 anos, solteira, costureira com duas escravas e Maria Emília, branca, 37 anos, solteira, costureira com três escravos. Prováveis filhos no domicílio: Justino Eulário, Joaquim Ricardo, Jose Agostinho de Siqueira, Antonio Neves com sua mulher Maria Cândida com dois filhos.[224]

---

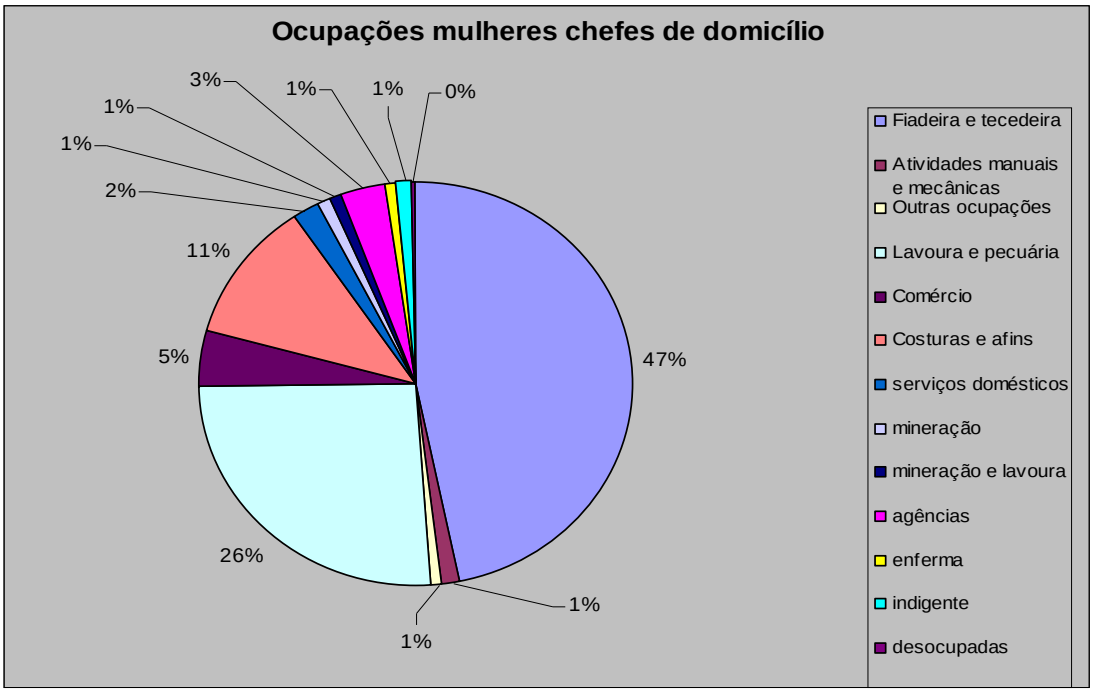
[222] APM, MP, Cx.6, doc.7, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1832, Paróquia de Matozinhos.

[223] APM, MP, Cx.6, doc.7, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1832, Paróquia de Matozinhos.

[224] APM, MP, Cx.6, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1831. Santa Rita, Sabará.

No que se refere à ocupação das mulheres, observa-se, em Minas Gerais, a existência de uma estrutura ocupacional diversificada, em que a maioria das ocupações está concentrada em cinco grupos principais: fiação, tecelagem e costuras; lavoura e pecuária; comércio, mineração. O gráfico abaixo indica as diversas ocupações das mulheres chefes de domicílio.

GRÁFICO 1



Fonte: Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1831/1832.

O gráfico 1 evidencia que grande parte das mulheres chefes de domicílios vivia de ofícios do setor têxtil: eram fiandeiras, rendeiras, tecelãs, e perfaziam um total de 6.925 mulheres, no total de 47% das mulheres trabalhadoras. Por isso, não era raro encontrar domicílios como o de D. Joaquina da Graça, moradora na vila de Santa Luzia, solteira, com 63 anos de idade, fiadeira. Possuía no domicílio duas escravas africanas, Maria e Tereza, de 46 e 70 anos respectivamente, também solteiras e fiadeiras, ou como Rita Perpétua, moradora de Congonhas do Sabará, atual Nova Lima, mulher parda, com 40 anos de idade, solteira, fiadeira. Vivia em seu domicílio com suas prováveis filhas: Ana

Perpétua, 26 anos de idade, solteira, parda, também fiadeira e Cipriana Perpétua, 25 anos, solteira, fiadeira, e mais sete crianças, de idade entre 12 e 1 ano, mas não foi possível identificar se eram filhas de Ana Perpétua e/ou Cipriana. Constava, ainda nesse domicílio, uma agregada, Joana Martins, mulher parda de 64 anos, solteira, também fiadeira.[225] É possível que Joana seja mãe de Rita Perpétua, a chefe do domicílio, embora não tenha sido identificada assim pelo recenseador. Tinha-se, ainda, Ana Joaquina, preta, viúva, 31 anos de idade, rendeira. Viviam em seu domicílio os prováveis filhos: Sabino Venâncio, preto, 16 anos de idade e Joaquim Mariano, 13 anos, alfaiates, e Carlota Maria, 11 anos, que era fiadeira. Contavam com um casal de escravos no domicílio. É provável que todos contribuíssem com seus trabalhos para a manutenção do domicílio.[226]

Tanto no Período Colonial, quanto Imperial, as fiadeiras e tecedeiras estão presentes nas unidades domésticas mineiras. Nesta ocupação, a predominância feminina é incontestável, envolvendo prioritariamente mulheres livres, agregadas, e em menor proporção as escravas.[227] Aliado a isso, deve-se lembrar que Minas Gerais, segundo Douglas Libby, nas primeiras quatro décadas do século XIX a produção era dispersa por diversas regiões da província, mas havia algumas regiões que se destacam, algumas delas nas regiões abrangidas por esse estudo, como Minas Novas, boa parte das regiões do vale do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, no entorno de Paracatu e Sabará. Provavelmente, uma cena muito comum seria chegar em um domicílio da região de Sabará, da Vila do Príncipe e em Minas Novas, e encontrar as mulheres fiando o algodão, outras fazendo renda, enquanto outras cosiam.

Como pode ser observado no gráfico 1, a segunda maior ocupação entre as mulheres chefes de domicílio era a lavoura e pecuária,[228] absorvendo 3.800

---

[225] APM, MP, Cx. 35, doc.19, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1832, Santa Luzia.

[226] APM, MP, Cx.6, doc.7, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1832, Paróquia de Matozinhos.

[227] Sobre o tema ver: LIBBY, Douglas Cole. Introdução. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. XL, 1995; _____. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais, Estudos Econômicos, São Paulo, v.27, n.1, p.97-125, jan/abr, 1997.

[228] No grupo de Lavoura e Pecuária, foram computadas as mulheres identificadas nas seguintes ocupações: lavradora, agricultora, roceira, criadora etc.

chefes mulheres, o que corresponde a 26% do total de mulheres chefiando domicílios, como, por exemplo, o domicílio de D.Escolástica Maria Jardim, moradora no Arraial Velho, freguezia de Conceição de Raposos, vila de Sabará, de 75 anos de idade, viúva, branca, com ocupação identificada como roceira. Viviam em seu domicílio os prováveis filhos: Francisco Amâncio Vieira, branco, de 39 anos, solteiro; D.Ana Clara, 47 anos, branca, solteira; D.Escolástica, 46 anos, branca; D.Luisa Ignácia, solteira, 41 anos, branca. No seu domicílio, viviam, criados, ainda três pessoas: Mariano, branco, de 22 anos, solteiro; Manoel dos Santos, 23 anos, solteiro e D.Maria, de 21 anos, solteira, além de 25 escravos.[229] Também D. Maria Moreira da Silva, moradora de Matozinhos, viúva branca de 60 anos de idade, vivia de sua roça com sua filha.[230]

Em relação à faixa etária, as mulheres chefes de domicílios ocupadas em lavoura e pecuária — as identificadas como lavradoras, num total de 2.760 — 35,2% estavam na faixa de 45 a 59 anos e 35% contavam com 60 anos ou mais, e bem mais abaixo, com 19,3%, estavam as de faixa etária entre 35 e 44 anos.

As costureiras, num total de 1.652 — ou seja: 11% das mulheres chefes de domicílio — faziam desse ofício seu meio de sobrevivência. Como, por exemplo, no domicílio de D.Maria Evangelista de Almeida, moradora em Santa Luzia, solteira, com idade de 45 anos, branca, costureira. Vivia ainda no seu domicílio D.Joaquina de Almeida, 52 anos, também solteira e costureira, provavelmente irmã de D. Maria. Havia ainda doze escravos no domicílio e, entre eles, um era alfaiate e uma fiadeira.[231]

Destaca-se ainda no gráfico 1 que 5% (688) das mulheres chefes de domicílio, estavam ocupadas com o comércio, seja como negociantes, vendas, estalagem, entre outras. Entre os diversos domicílios, tem-se o de Francisca Custódia, branca, viúva, que vivia como estalajadeira, com a ajuda de cinco escravos, sendo três mulheres e dois homens, ou mesmo o de Maria Fernandes, mulher

---

[229] APM, MP, Cx.6, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1831, Arraial Velho, Freguezia de Conceição de Raposos, Vila de Sabará.

[230] APM, MP, Cx.6, doc.7 Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1832, Matozinhos.

[231] APM, MP, Cx.35, doc.19, Listas Nominativas dos Habitantes de Minas Gerais, 1831, Santa Luzia.

parda, solteira, com 48 anos, que vivia como taberneira, contando com a ajuda do escravo João, crioulo, 29 anos, solteiro, que servia a casa.

Muitas mulheres também viviam de suas agências da mineração, às vezes conciliando duas atividades, como mineração e lavoura. Outras viviam do ofício de parteira, como Escolástica Rodrigues do Prado, mulher parda, viúva de 67 anos. Possuía quatro escravos, sendo duas mulheres, uma angola e outra crioula, e dois homens angolas.

Algumas viviam com a herança de seus maridos, outras tocavam os negócios herdados dos maridos, vivendo do comércio, proprietárias de lavras de minerar, sítios e/ou fazendas, várias delas com engenhos de cana, produtoras de açúcar e aguardente ou somente aguardente, transformando suas "rocinhas" em verdadeiras unidades de produção, tanto no século XVIII, como no século XIX.

Embora em número reduzido, observa-se a presença de mulheres em atividades ditas "masculinas", tais como: mineração, extrativismo; cerâmica (barro); pecuária, tropeirismo.[232]

Muitas vezes adversas à necessidade de sobrevivência e manutenção da família, as condições de existência levaram muitas mulheres a assumirem atividades que eram prerrogativas "masculinas". Segundo Samara, "no Brasil, especialmente no meio urbano, o exercício de papéis informais, improvisados, servem para desmistificar a rígida divisão de tarefas e incumbências concebidas no modelo patriarcal de família".[233]

Outras ficaram impedidas de trabalharem devido a enfermidades. De acordo com as listas nominativas, a maior parte dessas mulheres se situa na faixa etária de 60 anos ou mais, em média 63%, depois, num patamar muito abaixo, estão aquelas na faixa de 45 a 59 anos, 14,1%, e mulheres na faixa de 35 a 44

---

[232] MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz; LIMA, Maurício Antonio de Castro. Branco mais que preto é igual a cinzento? Sexo e cor em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, ABEP, set.2004.

[233] SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. História, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993.

anos, 11,7%; na faixa de 25 a 34 anos, o percentual cai para 9,4% e é irrisória a incidência na faixa etária entre 15 a 24 anos.

Em suas ocupações, as mulheres se dividiam em dois grupos: aquelas que viviam de seus ofícios para sobreviverem — como fiadeiras, rendeiras, tecedeiras, costureiras e muitas outras atividades manuais e mecânicas, algumas contando com escravos na empreitada e uma maioria que não possuía escravos; as do grupo de proprietárias, de fazenda, roças, comércio e mineração.

No que se refere a posse de escravos entre as mulheres nota-se que exceto aqueles domicílios que não tem escravos, que correspondente a 73% (14.635) do total das chefes em Minas Gerais, a média de escravos por grupo doméstico varia de 01 a 3 escravos.

TABELA 5

Tamanho dos domicílios							
Chefes de domicílios segundo faixa etária das chefes e o tamanho dos plantéis Província de Minas Gerais 1831/1832							
Faixa Etária da chefe		**Tamanho dos plantéis**					**Total**
		Sem escravo	**1-3 escr**	**4-10 escr**	**11-49 escr**	**50 e mais**	
Faixa Etária da chefe	15 a 24	891	74	31	2	0	998
		6,2%	2,6%	1,7%	0,3%	0,0%	4,9%
	25 a 34	2.747	341	131	36	3	3.258
		18,6%	11,9%	7,2%	5,1%	7,3%	16,2%
	35 a 44	3.696	567	338	94	4	4.699
		25,0%	19,9%	18,5%	13,2%	9,8%	23,3%
	45 a 59	4.169	938	632	244	16	5.999
		28,3%	32,9%	34,7%	34,4%	39,0%	29,9%
	60 e mais	3.232	929	690	334	18	5.203
		21,9%	32,6%	37,9%	47,0%	43,9%	25,8%
Total		14.735	2.849	1.822	710	42	20.157
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Listas Nominativas 1831/1832.

No que se refere ao tamanho dos planteis, observa-se pela tabela 5 que o maior percentual de proprietárias de escravos está concentrado em duas faixas etárias: de 45 a 59 anos e 60 anos e mais. Fato, também, observado na análise dos inventários e testamentos. Confrontando esses resultados com os testamentos e inventários, observei que nesta faixa etária estava localizado o maior numero de viúvas. Pode-se inferir que o recebimento de herança do marido ou de sua meação deixava um boa parcela de mulheres em situação econômica vantajosa. Entre as solteiras, também um certo conforto financeiro nesta faixa etária era mais recorrente, inclusive para as forras. Acumular algum patrimônio demandava tempo.

Também não é desprezível o número de mulheres, chefes de domicílio donas de um plantel entre 4 a dez escravos. Em geral este era o plantel de algumas mulheres fazendeiras, ligadas ao comercio e negociantes de médio porte que conseguiram acumular um significativo patrimônio, ou mesmo mulheres chefes de domicílio como Rita Paes Gouveia. Essa mulher crioula, solteira, nascida em Sabará, em 1774, morava sozinha no Arraial do Tejuco, em sua casa na rua do Bonfim, área mais central do Arraial. Como não tinha filhos deixou o seu patrimônio composto por uma morada de casas, trastes de casa e mais oito escravos para seu sobrinho. Fazia parte das Irmandades das Mercês e das Almas.[234] Contudo, como ser verá mais a frente não foi a única.

A análise da documentação evidencia que mesmo de modo lenta, se comparado com os homens, as mulheres vão ampliando sua participação no grupo de proprietários de escravos.

Ainda que 73% das mulheres não tenha sido proprietária de escravos é possível problematizar a idéia de feminização da pobreza tão enraizado no pensamento social brasileiro. Creio mesmo que naquela sociedade a noção de po-

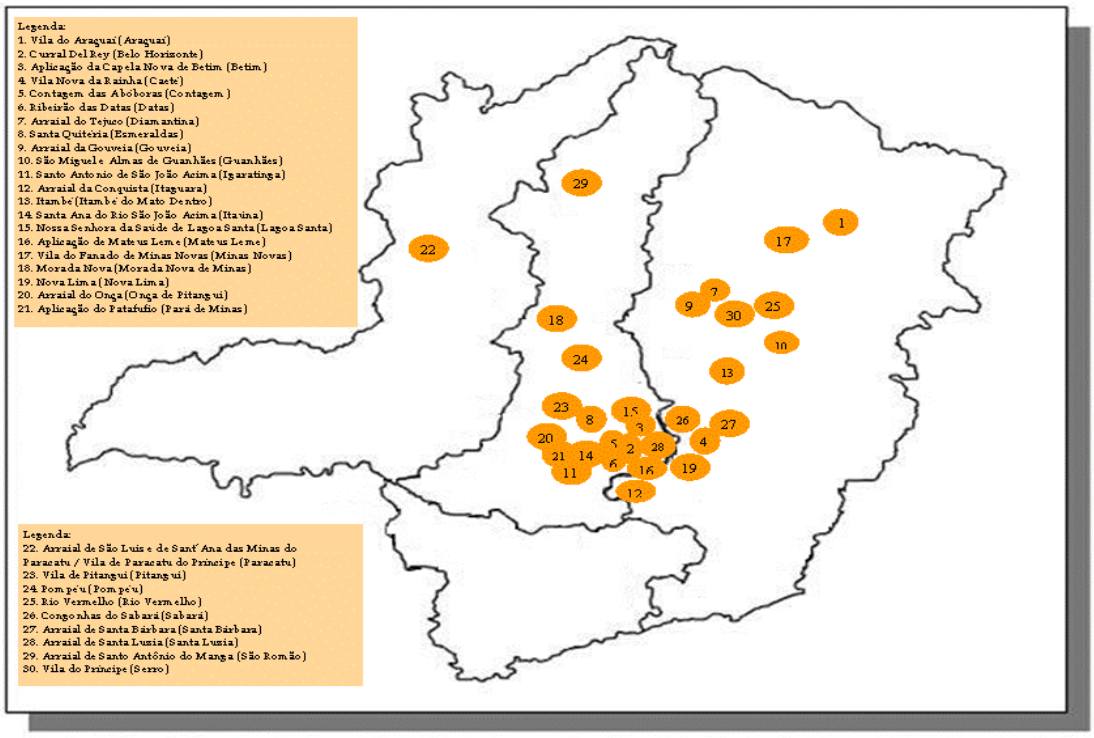
[234] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Cx. 108. doc. 9 f.3, 1774. Detalhes sobre a trajetória dessa e de outras mulheres de cor no Arraial do Tejuco ver: FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX.. São Paulo: Anna Blume, 2002, v. 1, p. 497-511; Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantina. In: Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001

breza precisa ser matizada. Num exame atento nas listas nominativas da um número muito baixo de mulheres foram consideradas pobres pelo recenseador.

O número de mulheres forras bem sucedidas, especialmente, na região de Diamantina no final do século XVIII e ao longo do XIX, desmente a visão de que essas mulheres, ao utilizarem o seu pecúlio para comprar alforria, teriam engrossado a fileira das mulheres despossuídas. Não descarto da existência de mulheres pobres em Minas Gerais, mas não creio em pobreza generalizada. Como afirma Sheila Faria, do ponto de vista material é muito difícil crer que mulheres que possuíam escravos, fizerem inventários possam ser consideradas pobres.[235]

No mapa abaixo a distribuição espacial das mulheres, chefes de domicílio, pesquisadas em Minas Gerais, no período de 1770 a 1880.

Cartografia das Mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais



Fonte: Adaptado de BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1995.

[235] FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Sinhas pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: UFF, 2004. p.114.

CAPÍTULO III

CHEFIA FEMININA, FAMILIAS MONOPARENTAIS: textos e contextos

Pois não somos tocados por um sopro do ar que não foi respirado antes?
Não existem, nas vozes que escutamos, eco de vozes que emudeceram?
Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer?
Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa

Walter Benjamin

No Brasil, e especialmente em Minas Gerais, diversos estudos confirmam o predomínio de famílias matrifocais no século XVIII.[236] Relações concubinárias e ligações transitórias, em sua maioria resultaram em filhos ilegítimos, aumentando significativamente a prole considerada ilícita, a existência de diversos arranjos familiares e a chefia de domicílios por mulheres.[237]

A constatação desse grande número de domicílios chefiados por mulheres em Minas Gerais no século XVIII foi identificada como resultado da flexibilidade social da área mineradora, se comparada ao nordeste açucareiro, segundo Eni de Mesquita Samara, pois:

---

[236] RAMOS, Donald. Mariage and the family in colonial Vila Rica. Hispanic América Historical Review, 55 (2), p.200-225, 1975. FIGUEREIDO, Luciano R. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997; MARCÍLIO, Maria Luisa. A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850) São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1974; PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX.. São Paulo: Anna Blume, 2002, v. 1, p. 497-511.

[237] FIGUEIREDO, Luciano R. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII, Hucitec, 1997; LONDOÑO, Fernando. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia, 1999; PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001

> a vida urbana e a concentração de habitantes de origens variadas tornava o ambiente da região mais propício aos desvios de conduta que à obediência da norma. Esse conjunto de fatores refletiu no desenvolvimento de formas alternativas de trabalho e de organização dos domicílios. Solteirismo, concubinato, ilegitimidade e um número significativo de mulheres chefiando famílias passaram a compor o quadro social desse período em Minas Gerais [238]

À medida que avançava o século XIX, o cenário pareceu não se alterar muito. As listas nominativas referente a Minas Gerais nos anos de 1831/1832, como já dito anteriormente, demonstram que quase um terço dos chefes de domicílios era mulheres, quadro que se repete para outras regiões brasileiras, como atesta o trabalho de Samara sobre São Paulo no século XIX e que fornece algumas informações importantes a este propósito.

> (...) É importante destacar, igualmente, a chefia feminina de domicílio, que aparecia em maior número, especialmente na zona urbana. Em Santana de Parnaíba, por exemplo, o censo de 1820 mostra-nos que no campo havia 31% de mulheres [chefiando seus domicílios]. Na área da cidade, entretanto [havia 69% das mulheres] atuando como cabeças do lar. Essa imagem da mulher trabalhadora, atuando como chefe de domicílio, cuidando do lar e dos filhos, era muito comum na São Paulo do século XIX, assim como ocorria nas Minas Gerais do final do período colonial. Do mesmo modo, havia um grande número de mulheres ligadas a uma série de atividades informais: doceiras, engomadeiras, cozinheiras, costureiras, rendeiras, tecelãs e 'donas' de pequenas indústrias domésticas [239]

A autora credita os índices significativos de mulheres chefes de domicílio à: dificuldades econômicas, urbanização incipiente e migração masculina

---

[238] SAMARA, Eni de Mesquita 1999. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. Estudos CEDHAL nº 10, Humanitas, São Paulo, 1999. p.30.

[239] SAMARA, Eni de Mesquita 1999. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. Estudos CEDHAL nº 10, Humanitas, São Paulo, 1999. p. 48-49.

para a abertura de novas áreas de lavoura seriam as maiores razões para explicar a presença feminina nas chefias de domicílio.[240]

Em relação a Minas Gerais, alguns estudos apontam que a elevada proporção de chefia feminina está relacionada, entre outras razões, ao grande número de relações consensuais e/ou esporádicas e a grande concentração dessas mulheres nos centros urbanos.[241]

Os dados coletados nos testamentos reforçam os resultados apontados pela análise das listas nominativas. É grande o índice de mulheres solteiras chefiando domicílios em Minas Gerais entre fins do século XVIII e meados do século XIX, fato verificado inclusive por pesquisas realizadas em diversas regiões mineiras, como São João del Rei, Vila Rica, Sabará, Diamantina, entre outras.[242]

Também na tentativa de compreender e buscar explicações para o grande contingente de mulheres chefes de domicílio na sociedade mineira, Donald Ramos comparou Minas Gerais com a região do Minho, em Portugal, e aponta algumas semelhanças entre as duas regiões.

---

[240] SAMARA, Eni Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa do Brasil no século XIX. História, São Paulo, v. 12, p.49-61, 1993.

[241] BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais – São João Del Rey (século XVIII e 1ª. metade do século XIX). Anais de Resumos e CDRoom, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte: ABEP, 2000; FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF), FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, Iraci Del Nero da. Minas Gerais: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982; Sousa, Laura de Melo e. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[242] BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais – São João Del Rey (século XVIII e 1ª. metade do século XIX). Anais de Resumos e CDRoom, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte: ABEP, 2000; FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF), FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - século XVI e XIX. São Paulo: Anablume, 2002; Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantina. In: Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, PAIVA, Eduardo F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995; Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. PRAXEDES, Vanda Lúcia. A teia e a trama da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais (1770-1840). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado).

> Em Minas Gerais, como no noroeste de Portugal, as mulheres formavam a base funcional para a sociedade. Elas chefiavam seus domicílios fora do matrimônio, ganhavam suas vidas o melhor que podiam para tocar seus lares e, freqüentemente, tinham filhos. A predominância demográfica da mulher era talvez o mais importante aspecto notável no novo ambiente socioeconômico[243]

Eni Mesquita Samara encontra mais explicações para esse fenômeno, ao afirmar que:

> (...) o índice de solteirismo era bastante alto nas cidades e explicável em parte pelas dificuldades econômicas, pelo alto custo do casamento, pela falta de pretendentes e pela morosidade dos processos nupciais. Além disso, os homens se queixavam dos deveres e obrigações impostos pelos casamentos e preferiam viver solteiros ou mesmo concubinados. Esses arranjos familiares alternativos eram bastante costumeiros e provavelmente muitas mulheres recenseadas como chefes de família eram mantidas à distância pelo branco proprietário (..).[244]

Entretanto, creio que esse argumento de Eni Samara explica somente parte do alto índice de mulheres chefes de domicílio, e somente o caso de solteiras que, provavelmente, aplica-se para uma camada dessas mulheres apenas. Ao que parece, a autora leva em conta apenas escravas.

Eni Samara, assim como Klaas e Ellen Woortmann concordam que a manutenção do domicílio feminino por um provedor masculino, mesmo que distante, retirava-lhes o caráter de chefe do domicílio, e, segundo o argumento de Klaas e Ellen Woortmann, "a mulher era seguramente subordinada à autoridade de seu mantenedor, que a 'possuía' em caráter exclusivo".[245] Embora reconheça que parte dessas mulheres possa estar mesmo sendo mantidas de alguma forma por homens que vivem à distância — e as histórias de vida de al-

---

[243] RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. Hispanic American Historical Review, v. 73, nº 4 (639-662), 1993. p.643.

[244] SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa do Brasil no século XIX. História, São Paulo, v. 12, p.53, 1993.

[245] WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina, conceitos, contextos e circunstâncias. Brasília: UnB, 2004. (Série Antropologia). Mimeo. p.16.

gumas mulheres sugerem isso — a meu ver, ainda que fosse integral, a manutenção econômica não retira a condição de chefe de domicilio da maioria dessas mulheres, pois diante da diversidade de experiências das mulheres e heterogeneidade na composição dos domicílios, levei em conta outras dimensões que extrapolam a provisão.

Nesse aspecto, cabe esboçar algumas reflexões a respeito do termo "chefia feminina". Deve-se ter em mente que a chefia feminina é um fenômeno que engloba aspectos tanto econômicos quanto culturais e simbólicos. Além dos diversos estudos e trabalhos a esse respeito, a documentação coletada evidencia que mulheres não constituem um grupo uniforme e homogêneo. Que estas mulheres não viviam da mesma maneira e muito menos compartilhavam as mesmas visões de mundo (provavelmente até sobre elas mesmas) é um fato inconteste, embora algumas experiências as aproximassem, especialmente mulheres que tinham vivido a condição de escravas. Algumas mulheres eram casadas, um número significativo eram viúvas e a grande maioria era solteira. Mesmo entre as solteiras, há diferenças que as distinguem entre si e as posicionam de forma diferenciada na sociedade. Suas experiências vividas são perpassadas por outras dimensões além de gênero, raça/etnia, geração/idade, que podem contribuir para o entendimento do termo "chefia feminina".

De modo geral, esse termo está associado à negação do masculino, seja em virtude da ausência do marido/parceiro no domicílio, seja pela condição de solteiras, viúvas ou casadas com maridos ausentes. Todavia, este tipo de entendimento parece-me um pouco limitado para abarcar toda a complexidade e riqueza da experiência humana vivida detectada em algumas fontes, já que não leva em consideração a diversidade de vivências experimentadas por essas mulheres naquela sociedade. Na formulação de Thompson, a abordagem da experiência vivida traz uma junção dos termos "experiência" e "cultura". Segundo ele:

> as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...) Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obriga-

> ções familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores (...)[246]

Thompson salienta que a experiência está sempre aberta à indeterminação e aos tempos históricos, visto que é fruto da ação de sujeitos sociais concretos: seres de ação, de intenção, de desejo e vontades, [247] ainda que sob determinadas contingências.

Para o entendimento da chefia feminina, além da noção de experiência, torna-se necessário delimitar outras categorias de análise, tendo como suporte, não somente determinados referenciais teóricos, mas, também, o material empírico, a fim de tentar responder algumas questões, como por exemplo: qual a referência que se deve tomar para falar de "chefia"? O grupo doméstico ou família? A chefia deve estar mesmo relacionada somente à provisão econômica ou ela diz respeito também a uma autoridade moral e simbólica? É possível ocorrer chefia feminina com a presença masculina no domicílio? É possível ocorrer mais de uma chefia, no caso em que o domicílio é co-habitado por mais de uma geração de mulheres? Que experiências vividas levaram essas mulheres a se transformarem em chefes de domicílio? Estas são algumas indagações que tentarei responder neste capítulo, tendo como referência as fontes compulsadas.

Delimitando algumas categorias e observando a configuração doméstico-familiar evidenciada nas fontes, tornou-se mais apropriado utilizar como parâmetro o grupo doméstico e a considerar tanto a provisão econômica como a autoridade moral e simbólica, atributos da chefia feminina. Entendo que esse também é um espaço hierarquizado, onde se travavam relações de poder, confrontos e negociações.

Tendo como referencial o material empírico, resolvi utilizar a tipologia adotada por Luisa Carvalho[248] para identificar e analisar o quadro referencial

---

[246] THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 189.

[247] THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

[248] CARVALHO, Luisa M.S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. In: Revista de Estudos Feministas. RJ: IFCS/UFRJ, v. 6, n.1, 1998.

da chefia feminina, por ser a mais apropriada aos propósitos desse estudo. A autora caracteriza a condição de chefia a partir de três tipos: a) aquela que se dá pela ausência do parceiro, sem obrigatoriamente acontecer a manutenção feminina; b) aquela em que há ausência masculina e manutenção feminina; c) aquela em que há manutenção feminina, não implicando necessariamente a ausência masculina. O que não quer dizer que possa existir outras configurações que não foram apreendidas neste trabalho, em virtude da especificidade das fontes.

Ao se levar em conta que os domicílios de modo geral, e os chefiados por mulheres, não são unidades estáticas, deve-se considerar que eles tomam diversas feições ao longo do tempo, em virtude de uma série de eventos, como, por exemplo, migrações, morte e nascimento de seus membros, separações e novos casamentos, e diversas outras situações relacionadas à história de vida e trajetória de seus membros. O núcleo doméstico-familiar é, pois, marcado por uma injunção e conjunção de forças voluntárias e involuntárias que controlam e de certo modo determinam o ritmo, os eventos e o tempo de família.[249] Ainda assim, para o período e região em estudo, foi possível detectar a existência dessas características ou tipos nos domicílios monoparentais com chefia feminina, em virtude do cruzamento de fontes.

Esse esforço de análise não deve ser entendido, entretanto, como tentativa de homogeneização que caiba em modelos,[250] porque observam-se ainda diferenças no que se refere às famílias monoparentais de chefia masculina e feminina. De modo geral, os pais viúvos tendiam a deixar as crianças aos cuidados de parentes, compadres ou filhas mais velhas, nesse sentido é possível detectar a presença de genros nos domicílios, tendo um padrão que os antropólogos denominam "uxorilocal", ou esses viúvos voltam a se casar em pouco tempo, ficando a nova mulher encarregada de criar a prole, como foi o caso de Ma-

[249] HAREVEN, Tamara. Tempo de família e tempo histórico. In: História: questões e debates. Curitiba, 5 (8): 3-26, jun/1984, p. 13.

[250] Listas nominativas, mapas de população, testamentos, inventários, pedido de provisão de tutelas, cartas de legitimação, processos de divórcio, pedido de sesmarias, entre outras.

noel de Souza Ferreira, que, após seis meses da morte de sua mulher Narciza Francisca, crioula forra, mãe de seus sete filhos, já se casava de novo.[251]

Em menor proporção, havia aqueles que, ao ficarem viúvos, preferiam acabar de criar a prole contando com a ajuda de uma escrava, como foi o caso de Dr. Joaquim Soares de Menezes, advogado formado em Coimbra, pardo, residente no distrito de Santo Antônio da Mouraria da freguesia de Raposos. Em 1787, sua esposa Caetana Ribeiro da Costa, parda, mãe de dez filhos entre 19 e 2 anos, fez a venda de sua meação a seu marido, alegando estar doente de cama, em virtude de complicações do parto.[252] Na lista nominativa de 1831, Dr. Joaquim estava com 58 anos, viúvo, tendo consigo no domicílio nove filhos com idade entre 26 e 1 ano, além das escravas Tereza e Engrácia, de 34 e 26 anos respectivamente, os escravos José, de 23 anos e Lauriano de 9 anos, e um agregado, Manoel do Nascimento, pardo, solteiro, de 21 anos, oficial de Justiça.[253] Pelo espaço entre uma data e outra, é de se prever que ou sua esposa se restabeleceu e veio a falecer por volta de 1830 — aumentando ainda mais a prole — ou o Dr. Joaquim Soares de Menezes enviuvou duas vezes.

Nas famílias monoparentais, na maioria das vezes a chefia masculina era derivada da viuvez, enquanto constatei a ocorrência de múltiplas razões ou variáveis, voluntárias ou involuntárias no caso de chefia feminina. A chefia feminina poderia ocorrer entre mulheres solteiras, por escolha ou impossibilidade de se ter o parceiro em sua companhia, o que ocorria no caso de mulheres casadas com maridos ausentes ou em virtude de rupturas conjugais, motivadas por viuvez ou divórcio. E, claro, exceto as razões involuntárias, todas as outras estavam relacionadas ao padrão de relação afetiva que estas mulheres estabeleciam com os homens. A partir dessas variáveis, analisadas a seguir, é possível desvendar a multiplicidade de experiências vividas que podem aproximar ou distanciar essas mulheres.

---

[251] Museu do Ouro, Arquivo da Casa Borba Gatao, doravante, MO,ACBG, Inventário, Narciza Francisca, (59)01 (25)08, 1785.

[252] MO, ACBG, Inventário, Caetana Ribeiro da Costa, (12)08 (61)05, 1787.

[253] APM, MP, Caixa 6, Relação dos Habitantes do Distrito de Santo Antonio da Mouraria, do Arraial Velho, da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição dos Raposos, Termo da Fidelíssima Villa de Sabará, 1831, fogo n. 21.

3.1. Mulheres solteiras chefes de domicílio

Num interessante trabalho sobre a invenção da "solteirona" na sociedade brasileira, Cláudia Maia chama a atenção para o fato de que a estigmatização da mulher solteira chamada pejorativamente de "solteirona" e vista como problema social está intimamente relacionado ao projeto de "modernidade burguesa", em que a família legalmente constituída passa a ser alvo de preocupação, intervenção e investimento do Estado republicano. A família passa a ser vista como a célula *mater* da sociedade, fonte formadora de cidadãos, *locus* privilegiado para a disciplina, controle e discurso sobre a sexualidade e reprodução.[254]

Até então se pode dizer que o solteirismo de um modo geral foi usado para definir e nomear mulheres que não eram casadas. Contudo, segundo Ronaldo Vainfas, desde o século XV o termo "mulher solteira" tem um tom depreciativo no vocabulário da sociedade portuguesa. Termo encontrado nas diversas fontes documentais do período colonial, ele podia indicar "mulher que nunca casou, mulher que não tem marido" como também "mulher pública, no sentido de meretriz", entre outras, enquanto "celibatária" se referia à "mulher que aspirava casar-se ou que optara pela castidade sem ingressar na religião''.[255]

De modo geral, nos estudos sobre mulheres referentes ao século XVIII até as últimas décadas do século XIX, o termo "solteirona" não aparece de forma recorrente, e sim "solteira", e nem aparece nos documentos coevos que tenho o costume de manusear para Minas Gerais, talvez porque ainda não tenha, no século XVIII, a conotação "desprezível" e pejorativa que vai aparecer depois na produção discursiva em fins do século XIX e início do século XX, como espécie de árvore que não deu fruto.

---

[254] MAIA, Cláudia de Jesus. A invenção da solteirona: conjugabilidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Brasília, DF: UnB, 2007. (Tese, Doutorado) p. 53.

[255] VAINFAS, Ronaldo. Trópicos do pecado: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.69. Citado por MAIA, Cláudia de Jesus. A invenção da solteirona: conjugabilidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Brasília, DF: UnB, 2007. (Tese, Doutorado), ver também, MENDONÇA, Pollyana Gouveia. Sacrílegas famílias: conjugabilidade clericais no Bispado do Maranhão no século XVIII. Niterói, RJ: UFF, 2007. (Dissertação, Mestrado em História). p.90.

Segundo Cláudia Maia, a exceção ainda parece ser Gilberto Freyre, no capítulo "A mulher e o homem" de *Sobrados e Mucambos*, quando descreve a solteirona como "vítima do patriarcalismo em declínio [...] abusada não só pelos homens como pelas mulheres casadas". E ainda: "as solteironas eram pouco mais que escravas na economia dos sobrados".[256]

Ainda em relação ao grande numero de mulheres solteiras chefes de fogos,[257] alguns trabalhos com ênfase na dinâmica regional são bastante elucidativos. Silvia Brügger, por exemplo, em seus estudos referentes a São João del Rei, afirma que o solteirismo foi predominante nas áreas urbanas e não foi empecilho para mulheres constituírem suas famílias, mesmo que consideradas ilícitas diante do padrão familiar vigente. Assim, destaca a autora:

> os fogos chefiados por mulheres, na Vila de São João del Rei, eram na maioria dos casos, compostos por solteiras (58,57%). Nos demais distritos, as mulheres chefes de domicílio eram, principalmente viúvas (54,71%) e apenas 36,47% eram solteiras. Esses números indicam que era na área urbana que as mulheres solteiras encontravam meio mais propício para garantir sua sobrevivência ou que, ali, talvez o casamento fosse menos necessário para seus projetos de vida [258]

A partir da análise das fontes, pude constatar que por trás desse conjunto expressivo de mulheres solteiras que chefia seu domicílio no período em foco, há algumas variáveis que se apresentam bem mais complexas do que aquelas já apontadas pela historiografia, visto que, para além dos componentes demográficos e jurídico-burocráticos, ficam evidentes outras dimensões sócio-

[256] FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1951. p.308-309. citado por MAIA, Cláudia de Jesus. A invenção da solteirona: conjugabilidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Brasília, DF: UnB, 2007. (Tese, Doutorado)

[257] O termo fogo, recorrente na documentação do século XVIII e XIX, equivale a domicílio. Nas listas nominativas do século XIX, o termo "fogo" está associado ao grupo doméstico coresidente com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe. Sobre o assunto, ver PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p.97.

[258] BRÜGER, Silvia M. Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850). In: Anais do IX Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2000.p. 49.

culturais inscritas no fenômeno e que envolveram decisões, estratégias e ações que certamente influíram de modo determinante na trajetória de vida familiar dessas mulheres e dos domicílios, conseqüentemente. Encontram-se, entre elas, mulheres brancas, negras e pardas, ricas, pobres, remediadas.

3.1.1. Mulheres solteiras sem filhos – chefes de domicílios unipessoais

Diversas mulheres solteiras viviam sozinhas em suas unidades domésticas, caracterizadas como "domicílios unipessoais", ou apenas na companhia de seus escravos em seus domicílios, especialmente quando mais velhas. Estavam sós, porque o ciclo de vida familiar estava em outra fase, os filhos já haviam se casado e tinham seus próprios domicílios, ou porque haviam falecido ou porque muitas dessas mulheres não tiveram filhos. Neste caso, a expressão "sozinha" não remete à idéia de solidão, ausência de contato e de redes de sociabilidades, como a primeira vista pode-se supor. Veja, por exemplo, Ignês Moreira Só, mulher branca, residente no arraial do Tejuco. Ignês, em 1832, estava com aproximadamente 70 anos de idade, nunca se casara, vivia em uma casa na rua do Bonfim com 13 escravos[259] e tinha como vizinha sua irmã Thomazia Moreira Só, que na época contava com 66 anos, também solteira, que também vivia com seus escravos, no total de 10.[260] Quando fez seu testamento em 1847, já estava muito mais velha, sua irmã Thomázia já havia falecido, contava com apenas 3 escravos em seu domicílio — as crioulas Jacinta e Bárbara e o crioulo José e dependia de outras pessoas para dirigir seus negócios. Deixa como herdeira Dona Carolina Augusta da Fonseca, sob a alegação de que

> não sendo da minha família, lhe pertence por meu dever, pelos socorros que de seu marido tenho recebido, no decurso desses dez anos, tendo seu dinheiro emprestado, sem algum vencimento do suprimento que me tem feito e há de fazer até o fim da minha vida, não tendo eu até o presente sofrido a menor fal-

[259] APM, MP, Relação dos Habitantes da paróquia do Santo Antonio do Tejuco, 1832.
[260] APM, MP, Relação dos Habitantes da paróquia do Santo Antonio do Tejuco, 1832.

> ta, pela exatidão com que me supre e administra o que me pertence.[261]

É provável que cada uma das irmãs tenha ido viver em seu próprio domicílio, mudando-se do arraial de Araçuaí para o arraial do Tejuco após a morte da mãe D.Gertrudes Gonçalves Meira em 1789.[262] Gertrudes Gonçalves era viúva de João Moreira Só, vivia em seu sítio junto ao rio Jequitinhonha, no arraial de Araçuaí, onde chefiava seu domicílio e sua família. Era proprietária rural e comerciante no arraial de Araçuaí, onde também criava porcos.[263]

Também Joaquina Simplícia de Avellar, solteira, mulher branca, não tinha filhos. Vivia em seu domicílio na rua da Caridade em Diamantina, já elevada à categoria de cidade, tendo como companheira sua prima e amiga Maria Ferreira Rabelo há mais de trinta anos e a quem nomeou como herdeira. Seu maior bem era a casa onde vivia, tinha um cômodo de negócio composto de uma venda e sobrevenda e mais um cômodo interno, provavelmente a renda dos aluguéis era parte do seu sustento e não faz menção a escravos. É possível que soubesse ler e escrever, uma vez que assinou seu testamento.[264]

Um número significativo de mulheres chefes de domicílio que viveram na região de abrangência deste estudo, não tiveram filhos, o que contribuiu para aumentar sensivelmente o número de domicílios unipessoais e ampliar o número de herdeiros entre afilhados/as, crias da casa, amigos/as e parentes, tais como primos/as, irmão, irmãs ou os filhos de irmãs, como, por exemplo, o caso de Ignês Perpétua de Araújo Meirelles, que sempre viveu no estado de solteira e, por não ter herdeiros forçados, nomeou como herdeira sua sobrinha Theresa Quintina Meirelles de Magalhães, filha de sua irmã Maria Aureliana, "pelo amor que lhe tenho como tia e madrinha e por tal a criado desde a mais tenra infância".[265]

---

[261] Biblioteca Antônio Torres, doravante BAT, Cartório do Primeiro Ofício, CPO, Testamento, maço 26, n. 253, 1847. p. 6-6v.
[262] BAT, CPO, Testamento, maço 25, n. 159, 1789
[263] BAT, CPO, Inventário, maço 25, n. 159, 1789.
[264] BAT, CPO, Testamento, maço 95, 1879.
[265] BAT, CPO, Testamento, maço 94, 1874.

Também se observa nessa categoria de solteiras, chefes de domicílios, um grande número de mulheres forras, o que diferencia substancialmente a forma de constituição de domicílios, pois os domicílios unipessoais, aqueles em que as pessoas estão sozinhas na residência, aparecem em menor proporção entre as fontes coletadas se comparados aos que têm a presença de filhos e/ou agregados, como o caso de Domingas Gonçalves da Fonseca, natural da Costa da Mina, batizada numa freguezia do arcebispado da Bahia, solteira, preta forra, que veio para "estas minas como escrava de Manoel Fonseca Filgueiras, que me libertou sem interesse algum depois de nove anos e sempre tenho residido nesta freguezia de Nossa Senhora da Conceição desta Vila do Sabará".[266]

Procedente da mesma região de Domingas, a Costa da Mina, Maurícia Gonçalves Galvão, preta forra, moradora da vila de Pitangui, era chefe de seu domicílio e de seu destino, até ser considerada demente. Essa devota de Sant'Anna e de Nossa Senhora do Rosário, de cuja irmandade era irmã de compromisso, ao ditar seu testamento em 1798 possuía 10 escravos, sendo quatro homens e seis mulheres, uma casa de morada coberta de telhas, além de jóias e outros utensílios. Deixa registrada como última vontade para o testamenteiro a incumbência de coartar os escravos João negro, Domingos crioulo, Francisca, Mariana e Maria crioula e alforria para Joana mulatinha, Rita crioula, Antonio crioulo, Patrício crioulo e Marta crioula. Deixa para Rita e Francisca, crioulas, metade de sua casa de morada, para "morarem nelas e como suas ficam para todo o sempre", a outra metade da casa foi dada em esmola a Nossa Senhora do Rosário.[267] Surpreendentemente, pelo que pude observar no processo de inventário, Maurícia Gonçalves foi declarada demente e nomeado o testamenteiro capitão Domingos Alves de Oliveira como curador, que ficou encarregado do inventário.

Ao lado das minas forras, as de nação benguela tiveram oportunidade de acumular o pecúlio que lhes garantiam a compra de sua alforria, bem como a propriedade de bens com que viviam com relativo conforto. Dentre elas desta-

[266] MO, ACBG, Testamentos. Domingas Gonçalves Fonseca,
[267] Arquivo Histórico de Pitangui – AHP, Testamento, 1798.

ca-se Maria de Azevedo, preta forra, moradora no arraial do Tejuco, sem filhos, que possuía uma chácara e dois escravos, além de outros utensílios de casa.[268]

Ainda no se que refere a mulheres solteiras chefes de domicílio, sem filhos, moradoras do Tejuco, tem-se o caso, ainda, da mulata Ignês de Santa Luzia, filha natural de D. Maria da Conceição, mulher branca. Ignês, em 1774, com a mãe já falecida, residia sozinha no domicilio localizado no arraial de Baixo, distrito do Tejuco.[269] Tanto a mãe quanto a filha foram tratadas como "Dona", o que revela um signo de distinção. Segundo Júnia Furtado, o fato da mãe de Ignês ser branca, certamente lhe garantia a aceitação no meio social.[270] O mesmo ocorre com Anna Perpétua Ludovina, mulher branca cujo domicílio era vizinho de D. Ana Marcelina. Solteira, sem filhos, em 1832 estava com aproximadamente 56 anos e vivia em seu domicílio com catorze escravos.[271]

Já Joana Francisca Guimarães, preta, solteira, sem filhos, em 1774 residia na rua São Bartolomeu, área da região central do arraial do Tejuco, em casa alugada vizinha da de Tereza Francisca, preta, esta moradora em casa própria. Tudo indica que no decorrer dos anos Joana conseguiu acumular pecúlio, pois em 1781 constava que era proprietária de uma morada de casas no arraial do Tejuco e de sete escravos.[272]

No período entre 1770 e 1870, chama a atenção o número de mulheres solteiras em domicílios sem filhos, tanto de mulheres mais novas, quanto daquelas que seguramente já tinham passado do ciclo de fertilidade. É necessário, claro, lembrar que a unidade doméstica registra somente um determinado instantâneo do ciclo de vida dessas mulheres, apenas um momento. E como o ciclo de vida familiar comporta uma série de variações — pois são atravessados por

---

[268] BAT, CPO, Inventário e Testamento, maço 58, n. 457, 1820.

[269] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Caixa 108, doc. 9,

[270] Ver: FURTADO, Júnia F. Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.81-121; FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2002. p.497-511.

[271] BAT, CPO, Inventário, maço 9, 1852, 1859; CPO, Testamento, maço 92, 1846; APM, MP, Relação dos Habitantes de Santo Antonio do Tejuco, 1832.

[272] Fórum Edmundo Lins-FEL, Serro, Testamento 016, livro 23. fls. 195-198, 1781.

uma série de eventos e ritos de passagem que vão desde o nascimento, casamento, separações e mortes, entre outros — talvez não fosse o mais adequado utilizá-lo como parâmetro para essas inferências. Sim, é possível concordar com esse argumento, mas somente em parte, porque essas limitações podem ser resolvidas com o cruzamento de fontes, como está sendo feito neste trabalho. Por isso, ao acompanhar a trajetória[273] de algumas mulheres, percebem-se muitos casos em que elas continuavam solteiras após um espaço de mais de trinta anos e, ao fazerem seus testamentos, já estavam numa faixa etária em que seguramente o casamento estava fora de seus horizontes. Um caso exemplar é o de Maria Fernandes Chaves, filha de Tereza, mina, já falecida, que foi escrava de Florência Chaves. Moradora na rua do Carmo em Sabará, Maria Fernandes sempre viveu no estado de solteira, nunca teve filhos, não tendo herdeiros diretos institui como herdeira Ana Fernandes Chaves, criada em sua casa como exposta.[274] Além das mulheres analisadas nesta seção, foram encontradas muitas outras em condição similar à de Ana Fernandes.

Outra questão a ponderar é que não se deve estabelecer uma relação direta entre ser solteira e chefia de domicílio. Há um número significativo de domicílios formados por díades duplas, ou seja, mãe, filhos, avós ou mãe, filhos, avó, agregados, escravos com famílias, tornando a composição do domicílio mais complexo — certamente não são poucos os casos, basta verificá-los nas listas nominativas. Podem ser encontradas mulheres solteiras, em um dado momento de suas vidas, vivendo com parentes tais como irmãos, tios, primos, ou como agregadas, que compunham o domicílio de outrem, como, por exemplo, Clara Josefa Francisca de Andrade, moradora do arraial do Tejuco.

Clara acionou a Justiça no Reino para solicitar o direito de receber o legado deixado por seu tio, irmão de sua mãe, o coronel Manuel Marinho de Castro, no valor de 2.000 cruzados, cuja importância o testamenteiro não queria pagar, sob o argumento de que a verba tinha sido deixada com o fim de ser utilizada para "tomar estado" — de casamento ou religioso. Clara alega que "não

---

[273] Entende-se como "trajetória de vida" um conjunto de eventos que fundamentam e dão significado ao ciclo de vida de uma pessoa.

[274] APM, CMS. Códice 111, f.245, Testamento, Maria Fernandes Chaves, 1837.

pretende casar e nem tem vocação para religiosa e já tem mais de 30 anos", e quer receber a herança, pois o testador deixou o legado pensando em sua subsistência. E diz mais: que "é órfã e vive na casa da irmã e do cunhado Guilherme Mainarte". Mas ao que parece, o testamenteiro e o juiz de órfãos tinham o entendimento de que ela só poderia receber caso se casasse ou se se tornasse religiosa.[275] Pode ser que o argumento de não pretender casar fosse apenas recurso de retórica para obter o legado, mas sua afirmação encontra eco na documentação.

Aumenta significativamente o número de testamento de mulheres solteiras, sem filhos inclusive, a partir da segunda metade do século XIX. Neste caso é possível aventar algumas hipóteses: estariam essas mulheres deixando de ter uma vida sexual ativa, vivendo como celibatárias no sentido mesmo do termo? Ou houve maior difusão de métodos contraceptivos naturais? Ou as mulheres vislumbravam nos estudos e na atividade de professoras uma forma de autonomia e condução de suas vidas? Ou seria a conjunção de todos esses elementos?

3.1.2. Mulheres solteiras com filhos – histórias singulares e plurais

Além de domicílios com chefes solteiras sem filhos, encontram-se número significativo de mulheres chefes de domicílio com filhos em seu núcleo doméstico em todas as regiões, tendo como base as fontes pesquisadas, especialmente entre mulheres forras. Na impossibilidade de analisar neste trabalho todas as experiências detectadas na pesquisa, o farei por amostragem.[276]

Tem-se como exemplo a trajetória de Josefa Pires, preta forra vinda da Costa da Mina, já tinha netas casadas quando relatou sua história para o testamenteiro. Josefa saiu da Costa da Mina, chegando à cidade da "Bahia de Todos os Santos", onde foi comprada e transferida para Minas Gerais. Foi batizada no "sertão do rio de Contas". Em Minas, estabeleceu-se no arraial de Santa Bárba-

[275] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Caixa 112, doc.55.

[276] Deixo de analisar, entre outras histórias de vida, a de Chica da Silva. Embora emblemática, entendo que já foi produzido um alentado trabalho pela professora Júnia Furtado em Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

ra, próximo a Sabará. Depois de alguns anos conseguiu acumular capital suficiente para pagar sua própria alforria, adquirir bens e criar os filhos. Pois, segundo declaração da mesma, "todos os bens que possuo foram adquiridos pelo meu trabalho e indústria nessas Minas....". Revela ainda que

> nunca foi casada, sempre me conservei no estado de solteira e tenho um [filho] pardo e assim mais duas filhas – uma parda e outra crioula -, aquele e estas são meus filhos nas Gerais e a todos os três nomeio e instituo por meus legítimos e vivos herdeiros nas duas razões dos meus bens (...) [277]

Entre os bens de Josefa, havia sete escravos, o que evidencia que seu trabalho e indústria nestas minas lhe garantiram manter seu lar e criar os filhos com relativa autonomia.

Já Ana Maria da Conceição, mulher parda, em 1774 vivia sozinha sem filhos, em casa própria na rua do Rosário, no arraial do Tejuco, tendo como vizinha outra parda Maria Pereira, que também vivia sozinha em uma casa alugada, assim como várias mulheres pardas e pretas que moravam na mesma rua.[278] Tanto ela, quanto outras companheiras, viviam em casas próprias, enquanto certos homens "bons", doutores, comerciantes, viviam em casa alugadas.[279] Ao que parece, Ana Maria da Conceição não ficou muito tempo sem companhia no domicílio. Em 1805, o sargento-mor Francisco José de Aguillar, homem solteiro, deixou registrado em testamento que Francisco, José Luis, Joa-

---

[277] MO, CPO, Testamento, códice 48, fls 64-69, 1771.

[278] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Caixa 108, doc. 9,

[279] Para melhor conhecimento do universo das mulheres forras em Diamantina, confira os trabalhos da professora Júnia Furtado, que, já há alguns anos, vem produzindo alentadas pesquisas sobre essas mulheres. Entre eles: FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.) O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2002. p.497-511; FURTADO, Júnia F. Introdução e Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.13-19, 81-121. E para o universo cultural das mulheres forras para a comarca do Rio das Velhas, Sabará, ver PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; PAIVA, Eduardo F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

quim e Thomazia eram seus filhos naturais com Ana Maria da Conceição, moça solteira. Já adultos, os filhos solicitaram a V. Alteza Real a graça da legitimação e reconhecimento como filhos do sargento-mor para serem seus herdeiros.[280]

Outra história que chama a atenção é a de Vitória Maria, parda forra, moradora de Raposos com seus três filhos pequenos, Joaquim, Ignês e José. Em 30 de outubro de 1770, o Dr. José Caetano de Oliveira, advogado, morador em Sabará, por intermédio do vigário geral da comarca apresentou um requerimento solicitando reconhecimento da paternidade dos filhos de Vitória Maria e retificação na certidão de batismo dos filhos.[281] Dr. José Caetano fazia parte da elite letrada e do círculo de advogados formados em Coimbra, entre 1755 e 1784, moradores da região central de Sabará. Neste caso específico, fica evidente que o domicilio "fracionado" [282] foi resultado do estabelecimento de relação afetiva entre desiguais, tanto no que se refere à condição social quanto racial.

Esse tipo de relação, acompanhada do reconhecimento dos filhos de suas parceiras, se, de um lado, parecia conduzir à formação de domicílios monoparentais com a chefia feminina, por outro, como afirma Júnia Furtado, mesmo que tal arranjo trouxesse vantagens do ponto de vista econômico e social, não deixava de ocorrer uma "dupla exploração de cunho sexual e racial", uma vez que essas mulheres jamais alçavam à condição de esposa e muito menos adquiria direitos sobre meação e herança integral, tendo que se contentar, no máximo, com parcela da terça e um ou outro bem por doação intervivos.[283]

Entre outras experiências vividas por mulheres forras chefes de domicílio, encontra-se a de Isabel Gouveia de Vasconcelos, solteira, crioula forra. Isabel viveu no Rio de Janeiro, na freguesia de São Gonçalo, como escrava do casal capitão Aires de Vasconcelos e sua mulher Úrsula Gouveia, de quem herdou o nome e comprou sua alforria por cinqüenta oitavas de ouro. Em Minas Gerais, passou a residir na vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, em uma casa

---

280 AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Cx.174, doc.23.

281 CEDIC-BH, Cúria Metropolitana de BH, Livro de Registro de Batismos, Raposos, 1762-1806.

282 Termo cunhado por FIGUEIREDO, Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

283 FURTADO, Júnia F. Introdução e Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.85.

na rua das Bananeiras. Exercia o ofício de parteira, além de fabricar sabão e pão-de-ló, certamente para completar a renda, de modo a dar conta de criar seus três filhos. Certamente para ajudá-la na complementação da renda, contava com quatro escravos de sua propriedade.[284] Experiências similares ocorreram em diversas regiões de Minas, com o que temos diversas Quitérias, Bonifácias, Joanas e várias Marias de todos os santos, santas e Nossa Senhoras: de São José, de São Gonçalo, de São Domingos, assim como de Santa Luzia, Santa Quitéria, Santa Rosa ou das Dores, do Amparo, da Anunciação, da Purificação, entre outras.

O número significativo de forras chefiando domicílios, especialmente em final do século XVIII e no decorrer do século XIX, sugere que a alforria,[285] além de proporcionar a estas mulheres a tão sonhada liberdade, na maioria dos casos era o passaporte para a constituição de domicílio próprio e autonomia na condução de sua vida e dos negócios. Entretanto, a ascensão social de mulheres forras não foi uma prerrogativa de Minas Gerais, mas senão da sociedade brasileira como um todo, e foi recorrente em muitas regiões brasileiras. Como exemplo, entre os diversos casos ocorridos em Salvador, tem-se o da ex-escrava Petronilha de Jesus. Em seu inventário aberto em 1826, essa africana forra, quitandeira, residente em Salvador, registrou, além de enorme quantia em dinheiro, duas casas de morada, 15 escravos e diversas jóias de alto valor.[286]

Um dos consensos na historiografia sobre o século XVIII é o fato de mulheres terem sido, majoritariamente, beneficiadas com a alforria. Para a segunda

---

[284] MO, ACBG, CPO, Testamento, 22 (35). f. 73. Citado ainda por ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2008. (Dissertação, Mestrado em História). p.174-175.

[285] A carta de alforria constituía uma espécie de "salvo-conduto" que possibilitava os sujeitos transitarem livremente de um local a outro. A carta de liberdade, ou mesmo a "carta", como era familiarmente conhecida, não só se traduzia em materialização da liberdade desejada e obtida, como também constituía o único documento efetivamente capaz de distinguir os forros dos escravos.[285] Esta deveria acompanhar os libertos diariamente, inclusive para evitar serem presos por suspeita de serem escravos fugitivos. O "papel", a "carta" eram palavras que possuíam um sentido quase mágico, tal como afirmou Jean-Pierre Albert, a carta de alforria aproximava-se "aos amuletos que os escravos traziam consigo e no interior dos quais guardavam orações dedicadas a santos católicos ou trechos dos livros sagrados dos muçulmanos". Ver: Jean-Pierre Albert, "Approches anthropologiques de l´ecriture ordinaire", in: Martine Poulain (direc). Lire en France aujourd'hui. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1993. p. 186.

[286] Citado por MATTOSO, Katia Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.30.

metade do século XIX, este cenário parece se alterar. Num total de 344 cartas examinadas para a região diamantífera, entre 1850 e 1888, detectei um relativo equilíbrio entre homens e mulheres que foram alforriados.[287] Peter Eisenberg em seu estudo sobre alforrias em Campinas também detectou relativa equivalência entre os sexos dos alforriados no período entre 1798 e 1888.[288] Ao estudarem as alforrias na freguesia de São João Del Rei, Douglas Libby e Clotilde Paiva informam alguns motivos pelo qual mulheres foram bem sucedidas na obtenção de alforrias. Para eles,

> Não há duvida que as mulheres tiveram mais sucesso que os homens no aproveitamento das oportunidades que conduziam à alforria. As razões para tal sucesso feminino eram múltiplas, mas, com certeza, uma das mais importantes foi a possibilidade de estabelecer relações com homens livres, relacionamento estes que muitas vezes produziam filhos, bem como níveis de afeto, ambos capazes de resultar em alforria (...) Por outro lado é preciso lembrar que em muitos centros urbanos das Minas colonial as mulheres escravas eram particularmente ativas no comércio de rua e outros pequenos empreendimentos ... Tais oportunidades para acumular economias através dos rendimentos que excediam os pagamentos aos senhores. As economias podiam ser utilizadas na autocompra (...) [289]

Além das razões aventadas para o número significativo de manumissão feminina, destacamos que em nosso estudo foram detectados inúmeros agradecimentos a ex-escravas que haviam prestado serviços que se traduziam nas expressões: concedo-lhe a alforria "por ter me ajudado a criar meus filhos", "por ter me acompanhado durante a minha vida e doença", "por ter amamentado meu filho", e muitas outras expressões similares que evidenciam a proximidade no dia-a-dia entre ex-escravas e antigas proprietárias. Mas nem por isso obtive-

---

[287] Sobre as alforrias em Diamantina, ver: PRAXEDES, Vanda Lúcia; OLIVEIRA, Lívia Gabriele. "Em busca da liberdade": práticas de alforrias na região diamantífera (1850-1870). In: PROEX – UEMG. Construção de Identidade e inclusão social do afro-brasileiro. p.9-50

[288] EISENBERG, Peter. Ficando livre: alforrias em Campinas no século XIX, Estudos Econômicos, São Paulo, 17(2): 175-216, maio/ago, 1987, p.266.

[289] LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São João Del Rey em 1795. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 17, n, 1-2, jan/dez, 2000 (17-46) p. 30.

ram alforrias gratuitas, em muitos casos essa especificidade na prestação de serviços acabou por render-lhes, sim, a alforria mediante autocompra, esta condicionada ao falecimento das proprietárias.

Entretanto, ao observar as diversas modalidades de alforrias, um caso em especial chamou-me a atenção. A história da alforria de Perpétua, registrada em cartório em 1872, é lapidar não só pelo fato de ter vários donos e ter sido alforriada por um dos donos em sua parte — o que lhe colocava numa condição singular, a de "meio forra" — mas por trazer à tona algumas das estratégias para se obter a alforria.

O padre José Virgolino de Paula e outros herdeiros de D. Tereza de Paula quiseram dar liberdade a Perpétua, mediante a quantia de oitocentos mil reis. Segundo ele,

> (...) como legítimo co-herdeiro, por ser filho legítimo da dita finada e desejando satisfazer a vontade de minha mãe e atendendo aos bons serviços prestados pela referida escrava, cedo em benefício de sua liberdade, a parte que tenho nela *e desde já poderá começar a agenciar subsídios ou esmolas para preencher o valor supra dito de oitocentos mil réis para satisfazer os demais herdeiros.* Diamantina, 01 de fevereiro de 1870 (...) [290] (grifos meus)

Perpétua conseguiu ainda que as herdeiras, D. Henriqueta Augusta de Figueiredo Paula e Maria Carolina de Paula, abrissem mão do pagamento de suas partes, o que facilitou seu processo de alforria. O certo é que a dita escrava apresentou ainda uma lista constando 37 assinaturas, perfazendo um total de 53$000 mil réis para complementar o pagamento de sua liberdade. Tudo leva a crer que Perpétua seguiu o conselho do padre José Virgolino e buscou agenciar subsídios ou esmolas para criar um fundo visando à obtenção de sua alforria.[291]

---

[290] BAT - Diamantina, Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, Cartas de Liberdade, maço 42, livro 18, fls.6v -7, 09/09/1872.

[291] Nos últimos anos têm surgido vários e importantes estudos sobre alforria em Minas Gerais. Entre eles destaco: LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São João Del Rey em 1795. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 17, n, 1-2, jan/dez, 2000 (17-46); SOUSA, Laura de Melo e. Coartação – problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; PAIVA, Eduardo França. Um as-

O que este documento apresenta de revelador é a existência de "redes de sociabilidades" que, desdobradas em laços comunitários, ou quem sabe familiares, permitiam especialmente às escravas se apropriarem de recursos monetários, além daqueles oriundos de seu trabalho e indústria, sob a forma de empréstimos, doações de terceiros, para alcançar seu objetivo: a liberdade. Essa sugestão do padre evidencia que era prática usual naquela sociedade a utilização de lista de contribuição com o fim de arrecadar fundos para alforria.

Retomando a questão da chefia feminina entre mulheres forras solteiras, nos mapas de população e demais documentos pesquisados encontram-se muitos lares formados por díades maternas duplas, com até três gerações de mulheres, sob a liderança da mais velha, em geral a avó. Contribui para essa formação o empenho das avós de alforriarem membros da família e reuni-los em seu domicílio. Como foi o caso de Caetana Rodrigues, preta forra, que, em 19 de maio de 1777, pagou pela alforria de sua neta Quitéria, filha de Mariana, crioula, tendo como testemunhas dois homens "bons" da elite sabarense, o Dr. Jerômino Gomes Pereira Jardim, formado em Coimbra, e Domingos da Silva Couto, sob a alegação de "que era de sua muito livre vontade libertar a dita inocente, como se forra nascesse".[292]

A preocupação das avós com o futuro dos netos — procurando garantir-lhes desde a alforria até mesmo alguns legados em dinheiro — foi recorrente, especialmente quando era credora dos filhos ou dos genros, e de modo geral heranças eram deixadas para as filhas das filhas. Notava-se ainda uma preocupação em garantir que o pai não usufruísse dos benefícios e que pagasse suas dívidas para que fossem revertidas em benefícios para os netos. Clara Maria de Miranda, por exemplo, em seu testamento redigido em 1799, declara que "os juros de sua dívida [de Antonio da Mata] ficarão de esmola para os netos João

---

pecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, n.2, p.47-53, 1995; GONÇALVES, Andréa Lisly. As margens da liberdade. Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado); FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a história do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, entre outros.

[292] CEDIC-BH, Livro de Registro de Batismos, 1762-1806.

Pedro e Mariana Antonia, filhos de sua filha Maria com Antonio da Mata Carrão"; além dos juros da dívida receberiam mais quinhentos mil réis.[293]

Já no domicilio de Rita Perpétua, parda, 40 anos, moradora em Congonhas do Sabará, atual Nova Lima, solteira, fiadeira, teríamos díades maternas duplas, pois contava com Ana Perpétua, de aproximadamente 26 anos, parda, solteira, e Cipriana Perpétua, solteira, 25 anos, também fiadeiras — e tudo indica que são as filhas de Rita — além de oito crianças. Essas crianças têm idades que variam de 1 a 12 anos, todos pardos e, provavelmente, filhas de Cipriana. Vive no domicílio, ainda, uma mulher que tanto pode ser agregada como mãe de Rita, Joana Martins, parda, solteira de 64 anos de idade. Se assim for, ter-se-ia ali a presença de quatro gerações: a primeira formada por Joana (bisavó), Rita, avó, Cipriana e Ana, filhas de Rita e netas de Joana, e as crianças, prováveis filhas de Cipriana, netas de Rita e bisnetas de Joana. Essa formação domiciliar pode ser encontrada em outras regiões mineiras e também em outras capitanias / províncias e segundo Maria Odila Dias:

> a autoridade das chefes de fogos extensivos matrifocais fazia-se sentir ao aceitarem e darem proteção do uso costumeiro aos netos ilegítimos, muitos dos quais eram criados por avós. Eram também elas que decidiam o destino a ser dado às crianças após o nascimento, no caso de serem dadas para terceiros, enjeitadas, expostas. Além disso, eram agenciadoras do trabalho infantil, distribuindo pelas vizinhanças crianças entre sete e doze anos, para auxiliar nas tarefas domésticas ou comerciais. [294]

Para Tâmara Hareven, a família era uma instituição que funcionava como unidade coletiva e as funções e papéis dos membros no seio familiar eram determinados a partir dessas bases e as relações entre seus membros baseadas em obrigações mútuas e sancionadas pela sociedade. No mais das vezes, as obrigações para com parentes transcorriam por toda a vida.[295] Especialmente

---

[293] MO, ACBG, CPO, Livro de Testamentos, 54 (73), fl, 217v, 1799.

[294] DIAS, Maria Odila L. S. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 136,142.

[295] HAREVEN, Tâmara K. Tempo de família e tempo histórico. Questões & Debates, Curitiba, v.5, n.8,p.326, jun.198414-17.

entre os mais pobres, a família é entendida como uma ordem moral,[296] onde, além da chefe, todos os componentes se movimentam e trabalham para sua manutenção.

Pois se observa que, para algumas mulheres, a alforria não significou efetivamente a melhoria de sua condição de vida, como se pode pensar à primeira vista. Em seu estudo sobre Chica da Silva, Júnia Furtado demonstra que a muitas mulheres após receberem a alforria "viam-se juntar o estigma do sexo ao da cor e da condição (...)",[297] evidenciando as dificuldades enfrentadas por algumas mulheres ex-escravas quando se viam inseridas no mundo dos livres. Dificuldades que refletiam, também, na manutenção do domicílio e da prole, reproduzindo a desigualdade social e racial, o que acentuava o quadro de pobreza e incertezas diante do futuro.

Sheila de Castro Faria[298] explica o baixo índice de casamento entre as forras a partir da hipótese de que "haveria entre as forras africanas uma opção pelo não casamento", hipótese também aceita por Sílvia Maria Jardim Brugger[299] para São João Del Rei. Quando Sílvia Brugger refere-se ao comportamento conjugal das mulheres forras, questiona: "se o casamento, na maioria das vezes naquele período, era um negócio, em que interessaria às mulheres forras africanas um casamento, se já conheciam a prosperidade econômica?" [300] Não foi incomum em São João del Rei, casos como o de Roza Moreira de Carvalho, mina, que

---

[296] Moral entendida como "um conjunto de regras de condutas socialmente aceitas". Sobre a família como ordem moral, ver: SARTI, Cyntia A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

[297] FURTADO, Junia F. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o avesso do mito. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

[298] FARIA, Sheila de C. "A mulher africana: alforria e formas de sobrevivência - séculos XVII ao XIX", Projeto de Pesquisa do Centro de Estudos Afro-Asiático, UFF, Niterói,1999; FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF).

[299] BRUGGER, Sílvia M. Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais – São João del Rey (século XVIII e 1ª. metade do século XIX). Anais de Resumos e CDRoom do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, ABEP, 2000, p. 21.

[300] BRUGGER, Sílvia M. Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais – São João del Rey (século XVIII e 1ª. metade do século XIX). Anais de Resumos e CDRoom do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, ABEP, 2000. p. 21

> aos 75 anos de idade chefia um fogo grande e complexo. Embora Roza fosse registrada como solteira, residiam com ela suas três filhas de meia idade[...] Roza era proprietária de 21 escravos [...] e alugava mais dois cativos[...] As filhas de Roza constam como proprietárias de mais 14 escravos [301]

É pertinente considerar que algumas preferissem ter seus filhos sem se unir pelo sacramento do matrimônio com seus companheiros e, até mesmo, ter filhos e não quererem companheiros. Uma hipótese que se torna mais plausível ainda a partir de casos como o de Roza Carvalho e do que Eduardo França Paiva analisou[302] para a comarca do Rio das Velhas e para São João Del Rei: um número significativo de mulheres forras, solteiras e bem-sucedidas economicamente.

Ora, o casamento não estava ausente da vida de muitas mulheres forras, entretanto, muitos desses casamentos foram tão desastrosos do ponto de vista financeiro, social, não lhes acrescentando, segundo Júnia Furtado, "nem patrimônio e nem status", como no caso de Maria Vaz da Conceição, negra, viúva do oficial de carapina Antonio da Costa, também negro, que, além de ter ela mesma comprado sua alforria, todos os bens que possuía tinham sido adquiridos com seu trabalho antes do casamento. Quando faleceu, possuía uma casa de morada, três escravos e três oitavas de ouro lavrado. Se a negra forra Maria Vaz esperava com o casamento ter um tipo de apoio na velhice, nem isso teve, pois o marido faleceu primeiro.[303] Portanto, é perfeitamente plausível que conhecendo de perto as experiências e uniões mal-sucedidas de diversas com-

---

[301] Citado por LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São João Del Rey em 1795. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 17, n, 1-2, jan/dez, 2000 (17-46) p.34-35. Ver ainda, para São João Del Rei, o trabalho de FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF), cujo original em meu poder foi gentilmente cedido pela autora, a quem agradeço.

[302] PAIVA, Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

[303] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, doravante, AEAD, Livro de Registros de Óbitos do Tejuco, Cx.521, fls 49-50. Maiores detalhes sobre a história de Maria Vaz da Conceição, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a história do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.97.

panheiras, aliados a uma cultura em que a linhagem e não casamento era valor para muitas dessas africanas, a grande maioria tenha preferido mesmo não se casarem.

Eliane Lopes[304] explica essa ausência de casamentos entre forras a partir de costumes africanos. Para ela, a ilegitimidade da prole não foi problema entre algumas nações africanas que para cá vieram e formaram famílias. Nestes casos, o sangue e a linhagem eram transmitidos pela mãe, cabendo muito mais à família da mãe a educação e a manutenção das crianças.

Os novos estudos africanos têm propiciado a difusão de novos conhecimentos sobre o continente, trazendo em seu bojo revelações sobre os sistemas de parentesco organizados em linhagens, tanto patrilineares, quanto matrilineares. Hoje se sabe da existência entre os yorubás na África, do grupo conhecido como *omo iya* — filhos da mesma mãe — cujo foco de poder e relações estavam centrados na figura materna. Essas mulheres que aqui foram chegando, donas de tradições e de culturas distintas das européias, vindas de muitas nações africanas que vivenciavam um sistema de filiação matrilinear, adotavam a poligamia, sob diversos aspectos possuíam outro modo de ver e de viver a relação com parentes e com os filhos e recriaram aqui várias de suas formas de viver. Embora no Brasil a Bahia tenha sido o maior centro de influência da cultura yorubá, sabe-se que não ficou restrita àquela região. Mesmo que em menor proporção, em Minas Gerais, e especialmente na região em foco nesse estudo, esta cultura esteve presente. E, nesses casos, a "tradição africana" reconhecidamente implicou em díades maternas e matrifocalidade.

Nesse aspecto, compartilho com a tese Eliane Lopes[305] e de Sheila Faria,[306] o costume, aliado à uma conjunção de fatores já explicitados, podem ter contribuído para a opção pelo não-casamento dessas mulheres escravas e forras de algumas etnias africanas e compartilhado por muitas de suas descendentes.

---

304 LOPES, Eliane Cristina. O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume / FAPESP,1998, p.205.

305 Ver LOPES, Eliane Cristina. O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume / FAPESP, 1998, p. 205.

306 Ver FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF).

Outra constatação é que, se, de um lado, tem-se domicílios formados originalmente por díades maternas com chefia feminina solteira, cujos descendentes se casam formando famílias nucleares, por outro, ao se acompanhar a trajetória de algumas famílias, percebe-se a recorrência de díades maternas matrifocais que vão sendo reproduzida no decorrer de duas e até três gerações. Menos comum foi a de quatro gerações de um mesmo tronco familiar.

A família de Rosa Serqueira, por exemplo, era uma dessas em que havia duas gerações de mães solteiras. Rosa Serqueira viveu na região do rio de São Francisco, barra do Cariranha, onde nasceu e viveu sua filha Josefa Maria de Abreu. Josefa relata que

> sempre me conservei no estado de solteira e na qual tive doze filhos e todos estão vivos e se acham *debaixo do meu domínio* a saber: Maria Sebastiana de Abreu; Joana Rosa; Ana Joaquina; Mônica Agostinha dos Santos; Efigênia dos Reis; Vitória do Espírito Santo; Elena Juliana dos Santos; Rita Joana; Maria Damasia França; Maria Angélica de Jesus; Bonifácio José dos Mártires; Manoel do Espírito Santo. Declaro que todos são filhos nomeados e os instituo por meus universais herdeiros das duas partes e dos remanescentes de minha terça [307] (grifos meus)

Para criar esses doze filhos, Josefa Abreu teve que contar com a ajuda da escrava Maria, a quem concede alforria "pelos bons serviços prestados que a dita me tem servido e haver me ajudado a criar os meus filhos". Deixa, ainda, a sua filha mais velha encarregada de, na sua falta, continuar a dirigir a família não só do ponto de vista econômico, administrando os bens, como da autoridade simbólica e moral para manter a família unida, confiando na "boa economia com que sempre a eduquei." Fica evidenciado que Maria Sebastiana, como filha mais velha, foi criada e educada para assumir o papel e a autoridade exercida pela mãe, o que denota aquilo que venho observando também em outras fontes: nos lares matrifocais, ocorre uma transmissão de saberes e conhecimentos que tem como matriz referencial a experiência vivida e que serve como referência simbólica e modo de viver guiado por esses ensinamentos, um saber ancestral

[307] MO, ACBG, CPO, Códice 39, fls. 124-125, Testamento, Josefa Maria de Abreu,1784

transmissível de geração para geração, mantendo-se vivo na tradição e cultura familiares.

Para todas as filhas deixa a seguinte solicitação "recomendo como boas filhas e pela criação que lhes dei, que nunca se desagreguem, antes sim, uma ajudando umas as outras, para tomarem estado de casadas ou como Deus for servido".[308] Pois parece que foi esta unidade que permitiu a Josefa com a ajuda da escrava Maria dar conta da manutenção e criação desses doze filhos. Do mesmo modo, Domingas Moreira dos Santos, solteira, filha natural de Leonor Moreira, moradora na vila de Sabará[309]; Ana Rosa dos Santos, solteira, filha natural de Maria dos Santos, moradora no arraial do Rio das Pedras; [310] Joana Rodrigues Pereira, filha natural de Paula Rodrigues Pereira, moradora em Sabará,[311] entre outras, pertenciam à segunda geração de díades maternas, mulheres chefes de domicílios.

No caso da família Miranda/Silva que viveu na região de Sabará, foi um caso raro de díades maternas matrifocais, cuja matrifocalidade atravessou quatro gerações de mulheres, de bisavós, avós, mães, filhas, netas.[312] No caso dessas mulheres, estas eram portadoras de alguns signos de distinção que lhes conferiam prestígio social, eram tratadas como donas, relacionavam com a elite local e muitas delas sabiam ler e escrever.

Sobre a primeira delas, D. Gertrudes Mariana Correia de Miranda, muito pouco pude saber, a não ser pela existência de suas duas filhas, D. Ana Maria Teles da Silva e D. Joana Ribeiro da Silva. Em 1804, quando D. Ana Maria Teles da Silva fez seu testamento, sua mãe D. Gertrudes e sua irmã Joana já tinham falecido.[313] D. Ana era natural de Santa Luzia, solteira, teve quatro filhos, Francisca, João, José e Manoel, e não declarou o nome do pai de nenhum deles.

---

[308] MO, ACBG, CPO, Códice 39, fls. 124-125, Testamento, Josefa Maria de Abreu, 1784.
[309] APM, CMS, Códice 111, fl. 42, Testamento, Domingas Moreira dos Santos, 1805.
[310] APM, CMS, Códice 111, fl. 238, Testamento, Anna Roza dos Santos, 1835.
[311] APM, CMS, Códice 111, f. 196, Testamento, Joana Rodrigues Pereira, 1823.
[312] LONDOÑO, Visita pastoral a São Luís de Vila Maria do Paraguay em 1785, 1986, mimeo, detectou para o Mato Grosso essas cadeias de mães solteiras, mas, ao que me parece, de duas e três gerações.
[313] APM, CMS, Códice 111, f. 31, Testamento, D. Ana Maria Teles da Silva, 1804.

Além dos filhos, residia em sua casa o sobrinho José Manoel da Silva, filho de sua irmã Joana. D. Ana Maria declarou em testamento:

> (...) É minha vontade e espero que o dito meu sobrinho José Manoel e meus filhos façam boa sociedade de que até aqui tem feito, conservando a minha filha Francisca na companhia de todos eles, o que rogo hajam de fazer minha vontade, respeitando todos a seu primo José Manoel e que se conservem todos na morada de casas em que comigo estão morando até o presente para cujo fim é minha vontade e nomeio tutor do que for menor, para que outro não seja, senão o meu sobrinho José Manoel fiada que [por causa da] criação que lhe dei me haja de agradecer e assim se comportando em tudo como espero do seu amor (...)[314]

D. Ana nomeou como testamenteiro e tutor de seus filhos o sobrinho José Manoel, que conhecia toda a rotina da família e pessoa de sua inteira confiança, como demonstrou ao declarar que

> (...) tenho comunicado ao dito meu sobrinho algumas disposições particulares por *confiar dele todo o segredo, sem que ele seja obrigado a declarar em juízo, nem fora dele a causa que lhe fica encarregado*, senão apenas de deferir juramento se tem cumprido ou não (...) [315] (grifos meus)

D. Ana Teles lhe confiava seus segredos e suas disposições particulares e misteriosas, afirmando, inclusive, que ele não seria obrigado a declarar nada em juízo e nem fora dele sobre a causa de que ficou encarregado. O sigilo se apresenta como forma de preservar a intimidade e os segredos de família. É, segundo Arlete Farge, "o escudo diante do entrelaçamento entre a vida pública e a vida privada, que [de outra forma] não teria como dissimular".[316]

---

[314] APM, CMS, Códice 111, f. 31, Testamento, D. Ana Maria Teles da Silva, 1804.
[315] APM, CMS, Códice 111, f. 31, Testamento, D. Ana Maria Teles da Silva, 1804.
[316] FARGE, Arlete. Famílias: honra e sigilo. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.) História da vida privada: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Guardar segredo implica conhecer o outro, exige discrição. Pois o que não é ocultado, pode-se saber, mas o que não se revela é o que não se deve saber. Por isso, guardar segredo transforma a atitude de quem o guarda e também sua relação com os outros. Muitas famílias se tornavam cúmplices e solidarizavam-se em torno de segredos que deveriam ficar inacessíveis aos que não foram escolhidos, aos que não pertenciam ao núcleo dos que deveriam ser os guardiães dos grandes e dos pequeninos segredos. Elemento de aprofundamento de uma relação, o segredo podia ser, ainda, motivo de afastamento de outros com quem não se pode compartilhar uma determinada situação ou sentimentos. O segredo tem a força de uma confissão para um sacerdote. É um conhecimento que jamais poderá ser compartilhado socialmente, e foi em virtude de muitos desses segredos que famílias foram preservadas e unidas. E José Manoel era um desses guardiões dos pequenos e grandes segredos familiares, por diversas gerações, porque também tinha os seus. Esse mesmo papel foi desempenhado por José Ferreira, escravo de Catarina Teixeira da Conceição.

Catarina, solteira, nascida em Sabará, mãe de nove filhos, também tinha seus segredos, pois deixou em testamento a seguinte informação:

> Declaro que o meu escravo José Ferreira, pardo, o deixo por meu falecimento forro e liberto de toda a escravidão para livremente poder gozar de sua liberdade com o encargo, porém de acompanhar os meus filhos e defendê-los em algumas demandas que sobrevirem por meu falecimento, *porque só ele é que sabe e tem inteira informação de todos os particulares* e dependências de minha casa. Espero que ele não obre e nem pratique o contrário e nem mesmo se mostre ingrato e fazendo os meus testamenteiros e herdeiros o poderão reduzir à escravidão [317] (grifos meus)

Se, de um lado, ter incumbência de guardar certos segredos aproximava os dois Josés, José Manoel e José Ferreira, por outro lado a condição social e jurídica abria um fosso entre eles. José Manoel era homem branco, livre, advogado e fazia parte do círculo de letrados de Sabará, enquanto José Ferreira era

[317] MO, ACBG, CPO, 41 (60) f. 31-35. Testamento, Catarina Teixeira da Conceição, 1787.

pardo, escravo de D.Catarina. Ter prestado bons serviços, compartilhado as intimidades de sua senhora, virou o calcanhar de Aquiles de José Ferreira, tornando-o duplamente escravo. Está submetido a uma condição a que não se sabe quando será, pois são demandas que poderão sobrevir.

D. Catarina possuía mais cinco escravos, o que coloca José Ferreira numa situação singular e especial entre os demais cativos. Tinha conhecimentos de detalhes da vida privada de sua senhora, que nem mesmo os testamenteiros, um alferes e dois sargentos-mores tinham. Havia por parte da proprietária uma relação de dependência, mas também de confiança, e estabeleceram no contato cotidiano regras de convivência baseadas, também, no compartilhamento, e certamente D.Catarina necessitou de muita ajuda para criar nove filhos. No entanto, José Ferreira não foi o mais beneficiado, pois tinha de conviver com uma promessa de alforria que só se concretizaria depois de cumprir as disposições de sua dona, num tempo sabe-se lá quando.

Voltando à família Miranda/Silva, consta no testamento que D. Ana vendeu todos os seus bens a José Manoel, com um tempo de dois anos para um primeiro pagamento livre na forma de escritura de notas, passada em cartório do capitão Bernardino de Senna e Costa. Como condição para a venda, exigiu de José Manoel que conservasse em sua companhia os filhos dela e que utilizasse o restante do pagamento para a manutenção e a criação de "meus filhos, seus primos, a quem sustentará e vestirá como um bom pai de família e isso será levado em conta no preço da venda (...)" [318] D.Ana finalizou seu testamento dizendo que seria feito inventário apenas

> do pagamento da escritura de notas, como era sua vontade e como nele contém tudo o que eu havia ditado a Felipe Monteiro dos Santos, a quem pedi que escrevesse e assinasse como testemunha e que também assinei com meu nome inteiro como costumo por saber ler e escrever [319]

[318] APM, CMS, Códice 111, f. 31, Testamento, D. Ana Maria Teles da Silva, 1804.
[319] APM, CMS, Códice 111, f. 31, Testamento, D. Ana Maria Teles da Silva, 1804.

A trajetória de vida de D.Anna Telles da Silva, sua instrução e seus bens contribuem para desmistificar a relação automática entre pobreza e chefia feminina de lares. Mais ainda, rompe com a idéia cristalizada de que relações ilícitas, ilegitimidade, famílias matrifocais ocorriam apenas no universo das mulheres consideradas mais pobres, seja como escravas e como forras. O que na realidade, também não se confirma para as forras, pois boa parte delas havia ascendido social e economicamente, estando, no mais das vezes, em melhores condições financeiras do que uma boa porção de mulheres brancas.

Ponto também importante é o que diz respeito ao tratamento de "dona" recebido por Ana Teles, evidenciando sua distinção social, ao mesmo tempo em que joga por terra a idéia de "dona" como sendo tratamento dispensado àquelas que encarnavam a representação ideal de mulher: recatada, comedida e casta.[320] D.Ana era solteira, filha de mãe solteira, já provinha de uma lar caracterizado por "díade materna",[321] e assim foi seu lar como o foi o de sua filha D. Francisca Antônia de Miranda.

D. Francisca Antônia de Miranda, filha natural de D.Ana Maria Teles da Silva, fez seu testamento em 08 de dezembro de 1814.[322] De acordo com seu inventário *post-mortem*, faleceu a 24 de dezembro do mesmo ano.[323] Assim relatou D.Francisca sobre sua condição de vida "no estado de solteira em que tenho vivido, combatida e vencida pela fragilidade do meu sexo, tive os filhos Luis, Carlota e Carlos, que estão em minha companhia e foram batizados como expostos por honestidade". Como sua mãe D.Ana, D.Francisca não revelou a paternidade dos filhos e nomeou, também, José Manoel da Silva, seu primo, para primeiro testamenteiro. Em segundo lugar, nomeou seu filho Luís Antônio da Silva, em terceiro o irmão Manoel Rodrigues e, em quarto, a prima D.Maria Joaquina.

---

[320] Em contexto diferente, o mesmo ocorreu com Chica da Silva, no Tejuco. Em função de sua trajetória de vida Chica da Silva recebeu o tratamento de D. Francisca. Ver FURTADO, Junia F. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o avesso do mito. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

[321] Sobre o assunto, ver Woortmann, Klaas. A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: CNPq, 1987.

[322] APM, CMS, Códice 111, f.142, Testamento, D. Francisca Antonia de Miranda, 1814.

[323] MO, ACBG, CSO, (54)34, Inventário, Francisca Antonia de Miranda, Sabará, 1814.

O primo José Manoel, que fora tutor dela e de seus irmãos, José e Manoel Rodrigues, também foi agora escolhido para ser o tutor dos seus filhos menores, com inteira liberdade para administrar suas heranças, zelando pela criação e educação deles, até que fossem adultos. Como fizera sua mãe, D. Francisca lembrou-se, ainda, de solicitar a José Manoel que fizesse o melhor para os filhos dela, da mesma forma que ele havia feito por ela, pois a ele devia

> (...) possuir em paz e sossego o pouco que tenho e estou certa de que não fará menos em favor e benefício dos ditos meus herdeiros e da conservação das suas legítimas. E aos mesmos herdeiros peço a eles como mãe que se unam e vivam em paz entre si, respeitando e obedecendo ao dito meu testamenteiro e tutor e seguindo os seus ditames como quem fica representando a minha pessoa (...) [324]

Era também ao primo que ela confiava seus segredos, assim como o fizera outrora sua mãe. D.Francisca também o encarregou de disposições particulares que não se encontravam descritas no testamento e, mais uma vez, ele não seria obrigado a declará-las em juízo. Tudo indica que José Manoel sabia quem era o pai de seus filhos. Mais uma vez esta família compartilhava novos segredos no intuito de preservar a intimidade, uma vez que Carlos Antonio da Silva, o filho caçula de D.Francisca, ao se ordenar padre em 1831 não revela sua condição de filho ilegítimo, diz apenas que foi exposto na casa de D.Ana Maria Teles da Silva, que era sua avó. Diante desse fato, pode-se inferir que os outros filhos de D.Francisca também tenham sido expostos na casa da avó, pois não justificaria expor apenas o filho caçula.

Para compor o processo de *genere et moribus*[325] aberto pelo bispado de Mariana, Carlos Antonio apresentou a cópia da certidão com o seguinte teor:

> Assento de batismo da Matriz, fl.187, de seguinte teor - aos onze dias do mês de dezembro de 1803, na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, batizei e pus os santos óleos a Carlos, inocente exposto a casa de D. Anna Maria Teles, foi padrinho o cirurgião-mor Antonio

[324] APM, CMS, Códice 111, f.142, Testamento, D. Francisca Antonia de Miranda, 1814.

[325] Processo de habilitação De Genere, Vitae et Moribus – Processo de inquirição de testemunhas, instaurado pela Igreja Católica, com a finalidade de investigar os antecedentes da família e do candidato a sacerdote, para saber se existe algum impedimento canônico para a ordenação.

> Manoel Gomes da Motta, desta freguesia, de que fiz o assento. Sabará, 09 de abril de 1829 [326]

Com a presente certidão e ao omitir sua origem como filho de mãe solteira e, provavelmente confirmado pelas testemunhas, Carlos evitaria uma inquirição que pudesse trazer à tona a real condição da família desde D.Gertrudes, sua bisavó, garantindo a manutenção dos segredos de família. Sua mãe, D.Francisca, declarou ainda que era para inventariar "... toda a roupa branca de meu uso e demais uso ainda de seda e só a repartirá pelos meus herdeiros atendendo a que puder servir a cada um deles ... " [327]

D.Francisca solicitou a José da Rocha Lima que redigisse seu testamento, declarando ao final que "... por achar conforme o ditei e dispus nele assinei ...". Em seu inventário, somando o valor das diversas jóias, das imagens, das louças da Índia e de Macau, dos móveis e imóveis, e de mais dez escravos chegou-se a importância de 1:236$822 (hum conto, duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte dois réis).[328]

A outra mulher da família Miranda/Silva é D.Maria Joaquina da Silva, cujo testamento foi redigido em 1818. Nascida em Sabará, filha natural de D.Joana Ribeiro da Silva e prima em primeiro grau de D. Francisca Antonia de Miranda. Ela se apresentava dizendo que:

> sempre vivi no estado de solteira no qual pela fragilidade do meu sexo e como criatura humana sujeita às contingências deste enganoso mundo tive os filhos seguintes: Júlia casada com Antônio de Souza Carvalho, Feliciano, Cândida e José [...] Instituo como meus testamenteiros em primeiro [lugar] o Senhor Tenente Coronel Antônio da Costa, em segundo o Sr. José Manoel da Silva, meu irmão e, em terceiro meu filho Feliciano José Silva e em quarto o Tenente Antônio Martins da Fonseca ...[329]

---

[326] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, AEAM, Armário 12, pasta 0289, Processo De Genere et Moribus, 1831.
[327] APM, CMS, Códice 111, f. 142, Testamento, D. Francisca Antonia de Miranda, 1814.
[328] MO, ACBG, CSO (54)34, Inventário, D. Francisca Antonia de Miranda, 1814.
[329] APM, CMS, Códice 111, f.167, Testamento, D. Maria Joaquina da Silva, 1818.

D.Maria Joaquina tinha e mantinha seus livros de conta corrente e assentos, como era o costume de diversas famílias da época, e declarava em seu testamento:

> (...) os bens que possuo de raiz, móveis e semoventes, escravos e dívidas que me devem são os que se achar por meu falecimento, dos quais sabe muito bem o meu segundo testamenteiro [José Manuel] tanto de portas para dentro e fora o constante dos assentos, papéis e de um livro ou caderno pelos quais se regularão os meus testamenteiros, tanto a respeito do que possuo e se me devem, como aos que devo (...) [330]

José Manoel da Silva era seu irmão e, como as demais mulheres da família, D. Maria Joaquina via nele seu fiel guardião. Como as demais mulheres da família Miranda/Silva, D.Joaquina também sabia ler e escrever e fazia questão de deixar isso claro. Sua filha Júlia é a primeira mulher da família, quebra a formação familiar como díade materna, que assim se constituía há quatro gerações.

D. Carlota Joaquina da Silva é última mulher da família Miranda/Silva a ser enfocada. Filha de D.Francisca Antonia de Miranda, irmã do padre Carlos Antonio da Silva e Luis Antonio da Silva, D.Carlota em 1847, solteira, compareceu diante do reverendo Manoel de Castro Guimarães, na matriz de Sabará, para reconhecer o menino Carlos como seu filho natural.[331]

No caso da família Miranda/Silva, pode-se perceber que *o dar, receber e retribuir* era uma referência simbólica fundamental, haja vista o modo como cobravam e retribuíam a José Manoel. Nascido em Sabará, filho natural de D.Joana Ribeiro da Silva, esse homem fez seu testamento no dia 8 de fevereiro de 1834, dez dias antes de falecer.[332] Declarou em seu testamento que sempre viveu no estado de solteiro e nesse estado teve uma filha de nome Carlota, com Maria Araújo da Conceição. Ao que tudo indica, essa filha morava com a mãe e foi fruto de uma relação esporádica. Seu primeiro testamenteiro foi o padre Carlos Antônio da Silva, filho de D. Francisca, sua prima, que ele ajudou a criar.

---

[330] APM, CMS, Códice 111, f.167, Testamento, D. Maria Joaquina da Silva, 1818.
[331] CEDIC – BH, Livro de Registro de Batismos, Sabará, 1823-1867.
[332] APM, CMS, Códice 111, f. 229, Testamento, José Manoel da Silva, 1834.

Exercer o papel de provedoras, provavelmente, não configurou um problema para as mulheres da família Miranda/Silva. Parece que o problema era manter a dimensão de respeitabilidade atribuída à presença masculina no lar. No caso das mulheres da família Silva, ficou evidente que o irmão, sobrinho e primo José Manoel foi o escolhido para cumprir esse papel.

Ainda em relação às mulheres solteiras chefes de domicílio, um dado relevante é o caso daquelas que tiveram como parceiros homens com algum impedimento canônico para se casarem, como, por exemplo, os sacerdotes. Estas eram consideradas concubinas de padres.

3.I.3. Mulheres solteiras, domicílios de famílias clericais

Na sociedade brasileira colonial, a imagem construída da mulher concubina de padre era a de uma mulher branca, livre, solteira ou viúva, provavelmente de condição social abastada, que vivia com discrição e recato, pois também interessava a ela manter as aparências e não despertar a atenção da comunidade.[333] Os relacionamentos de religiosos com mulheres leigas que conseguiam manter o sigilo e discrição poderiam durar toda uma vida. Segundo Eliana Goldschimidt, "os padres desfrutando de prestígio perante a sociedade e privilégio de defesa na Justiça eclesiástica, recebiam vista grossa para seus envolvimentos amorosos quando as evidências fossem disfarçadas com certa compostura".[334]

No caso mineiro, de um modo geral, os intercursos sexuais de religiosos eram, via de regra, aceitos e tolerados pela comunidade, desde que os mesmos não se descuidassem dos paroquianos e mantivessem a piedade, o fervor e o zelo apostólico e litúrgico. Em geral os processos que envolviam delitos da carne abertos no tribunal eclesiástico tinham como pano de fundo o descaso no

---

[333] SILVA, Maria Beatriz N. da. A imagem da concubina no Brasil colonial. In: COSTA & BRUSCHINI. (Orgs.). Rebeldia e submissão,1989, p. 17-60; GOLDSCHIMIDT, Eliana M. R. Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. p.165.

[334] GOLDSCHIMIDT, Eliana M. R. Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. p.164.

atendimento aos paroquianos e na administração dos sacramentos.[335] Sob o manto da Igreja-mãe e escudado no argumento da "fragilidade humana e miséria", o clero justificava a perda da castidade e se julgava vítimas da debilidade e fraqueza da carne.[336]

Klaas e Elen Woortmann, não consideram essas "famílias naturais" como matrifocais, pois "a mulher e os filhos, e não só nos casos dos clérigos, viviam em casas separadas, onde eram teúdas e manteúdas por homens casados (exceto os padres)".[337] Não se pode negar este tipo de arranjo em que a mulher e filhos viviam em casas separadas, sendo mantidos por homens casados. Luciano Figueiredo criou o termo "família fracionada" para identificar esse tipo de arranjo, já que não dá para negar que de fato ele existiu.[338] Mas há também indícios de que um número significativo de domicílios de mulheres que se relacionavam com homens casados ou com eclesiásticos eram matrifocais, mesmo que fossem mantidas de alguma forma por esses homens. O fato da ausência quase constante do homem levava as mulheres a gerirem o domicílio, até porque, no caso dos eclesiásticos, uma presença mais efetiva no domicílio tendia a levantar suspeitas, e um dos requisitos para se manter a relação era a discrição, evitando ocasião para falatório e desconfiança.

Ademais, na perspectiva de análise adotada e evidenciada pelas fontes, a chefia e autoridade feminina fundamentava-se na transmissão de valores,

---

[335] O Titulo XXIV da legislação eclesiástica "Dos Clérigos Amancebados" trata do concubinato de religiosos. Ver: GOLDSCHIMIDT, Eliana M. R. Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822). São Paulo: Annablume / FAPESP, 1998. p.133. Na legislação civil, previa-se para as barregãs, concubinas de clérigos, pagamento de multa, e vários tipos de degredos. Sobre o assunto, ver: Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro V. Ainda sobre o concubinato clerical, ver: NETTO, Rangel Cerceau. Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo:Annablume; Belo Horizonte:PPGH / UFMG, 2006. p.107-108; VILLALTA. Luiz Carlos. A "torpeza diversificada dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados em Minas Gerais (1748-1801). São Paulo: FFLCH / USP, 1993. (Dissertação, Mestrado).

[336] Diversas pastorais foram dirigidas ao clero no sentido de orientá-lo sobre o sacerdócio e suas duras exigências. Pois o fogo das paixões e o vício da carne tornavam o sacerdócio um "peso capaz de oprimir e derribar o homem mais forte e mais robusto", dizia o D. Luís de Brito Homem em 1804. Citado por LONDOÑO, Fernando Torres. A outra família: concubinato, igreja e escândalo na Colônia. São Paulo: Ed.Loyola, 1999. p.81.

[337] WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. Brasília: UnB, 2004. (Série Antropologia). Mimeo.

[338] FIGUEIREDO, Luciano Raposo A. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

normas e responsabilidade pela organização e/ou sobrevivência econômica da prole, ocorrendo, em virtude disso, modificações significativas nas atribuições e papéis familiares e no padrão tradicional de autoridade vigente. O que em alguns casos poderia ocorrer mesmo com o homem presente no domicílio.

Embora relações consensuais ou esporádicas entre clérigos e mulheres leigas fossem recorrentes ao longo dos séculos XVIII e XIX — em todas as regiões do Brasil, e em Minas Gerais em especial — poucas foram as mulheres nominadas na documentação. Contudo, as poucas que foram nominadas parecem corresponder a essa imagem — brancas, livres e solteiras. Fato que não se confirma para as que mantiveram relações apenas esporádicas com padres. De modo geral, as mulheres ficavam mais expostas a propostas e à tentativa de sedução por parte do padre, que se aproveitava do momento da confissão, instante de contato mais íntimo com a penitente. Ciente do risco de comprometer o sacramento da penitência com as "propostas indecorosas" por parte do confessor, durante o século XVIII a Igreja combateu o crime de solicitação, que podia ocorrer tanto na igreja, quanto nos conventos e em casas de recolhimentos, aonde os padres tinham livre acesso.[339] Para Kátia Mattoso,

> o tipo de relações que os padres manifestaram com as pessoas do sexo oposto, nada tiveram de fortuitos ou de acidentais, e na maioria dos casos verdadeiras famílias 'naturais' se constituíram em torno dos párocos das freguesias de Salvador. Essas constatação se confirma ainda se atentarmos para o fato de que a maioria dos padres tiveram seus filhos com a mesma mulher.[340]

Foi o caso de Maria Joaquina Caldeira, mulher solteira que mantinha seu domicílio em Vila Nova da Rainha. Teve como parceiro o reverendo Joa-

---

[339] Sobre o crime de solicitação, ver: LIMA, Lana Lage da Gama. O padre e a moça: o crime de solicitação no Brasil no século XVIII. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 1986/1987, Tomo XXXV; da mesma autora, ver: A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial. São Paulo: FFLCH/USP, 1991. (Tese, Doutorado).

[340] MATTOSO, Kátia Q. Párocos e vigários em Salvador no século XIX: as múltiplas riquezas do clero secular da capital baiana. Tempo e Sociedade, v. I, n. 1, 1982. p.20.

quim Anastácio Marinho Silva, que era o pai de seu filho.[341] Ao reconhecer o filho José Severino, o padre afirmou que Maria Joaquina era uma mulher de "comportamento louvável" e que certamente a teria desposado não fosse o impedimento das ordens.[342]

Lapidar é o caso de Ana da Cruz Ribeira, nascida e batizada no arraial do Brumado, na capela de Santo Amaro, freguesia de Santa Bárbara, filha de Ignácia da Cruz Ferreira e de Jerônimo Ribeiro de Castro, ambos falecidos**.** Em seu testamento declara:

> (...) que nunca fui casada e *sempre me conservei no estado de solteira,* em qual tive dois filhos, um macho e uma fêmea, a saber o macho faleceu com a idade de sete anos pouco mais ou menos e se apelidava Luiz, hoje só existe a fêmea Maria Antonia da Cruz Pereira, de idade de mais de vinte anos, a qual a emancipo, neste testamento, *por ter idade, capacidade e boa economia para reger os bens* que por meu falecimento lhe ficarem, e a instituo por minha herdeira e testamenteira..."[343] (Grifos meus)

Por meio de testamento, Ana Ribeira nomeia sua filha como testamenteira. Ficando evidente que a filha foi escolhida pela mãe por seus atributos de "capacidade e boa economia para reger os bens". É atribuído à filha o desempenho de um papel que, via de regra, naquela sociedade era visto como masculino. Este relato, certamente, pode ser visto como evidência de que na chefia do domicílio, a autoridade fundamentava-se não só na responsabilidade pela sobrevivência econômica da prole, mas, provavelmente, na transmissão de valores e normas, ocorrendo modificações significativas nas atribuições, nos papéis familiares e no padrão tradicional de autoridade vigente na sociedade colonial, e mesmo imperial.[344]

---

[341] AHU, Caixa 158, doc. 25, Lisboa, APM–MG, CD 47, Projeto Barão do Rio Branco, Escritura de Filiação, Reverendo Joaquim Anastácio Marinho e Silva, 1800.

[342] Os homens, em sua maioria padres, quando declaravam o nome da mãe dos filhos no pedido de legitimação, para conseguirem o intento, justificavam que as mães tinham comportamento exemplar e eram solteiras sem impedimento algum.

[343] MO,ACBG, CPO (37) 55, , Testamento, Ana da Cruz Ribeira, 1783.

[344] PAIVA, Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.157, 228-232; PRAXEDES, Vanda Lúcia. A teia e a trama da "fragilidade

Contudo, é por meio dos percalços resultantes de sua vida afetiva relatados no testamento que se pode entender como se constituiu seu domicílio, tornando-se a chefe. Em seu testamento, solicita à filha que não entre em "demandas por quantias módicas" na Justiça, antes, sim, deve pagá-las. Ana Ribeira já estava com causas arroladas na Provedoria dos Defuntos e Ausentes, e estas se achavam na Junta de Apelação na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e, certamente, não queria ser protagonista de outra, pois segundo ela,

> (...) o Ajudante Antonio Felis, como comprador e testamenteiro do Reverendo Antonio Pereira Henriques, esse pretende propor causa sobre certos bens e escravos que uns eu paguei e outros deu-me aquele falecido, *com quem tratava ilicitamente em remuneração aos desvelados serviços que lhe fiz de portas adentro e fora em anos continuados* ao qual não devo cousa alguma, antes é o falecido que me ficou a dever, que *eu por não falar em matérias de que me envergonhava e muito menos trazer à memória aquilo que sempre desejei ocultar,* me fiquei no prejuízo de muitas oitavas que o mesmo me estava a dever. É minha vontade que minha herdeira e testamenteira deixe perder as oitavas que o mesmo falecido me devia, pois não quero que do meu nome se lembre em papéis (...)[345]

Ana da Cruz Ribeira não gostava de falar de coisas que a envergonhava, talvez por questão de pudor ou honra. Certamente, por esse motivo não queria que sua história, seu nome ficassem registrados em papéis. Preferia perder suas oitavas a ver seu nome exposto em virtude da relação que sempre quis "ocultar".

No caso de Ana da Cruz Ribeira, a leitura do documento não me permite inferir se o reverendo era pai de seus dois filhos, é provável que sim, e que a ruptura entre o casal possa ter sido traumática. O testamenteiro do sacerdote

---

humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais - 1770-1850. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2006. (Dissertação, Mestrado); PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 48.

[345] MO,ACBG, , CPO (37) 55, Testamento, Ana da Cruz Ribeira, 1783. Uma análise mais acurada da questão das dívidas no século XVIII na comarca do Rio das Velhas, ver: FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade - Estratégia patrimonial, propriedade senhorial e posses de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2006.

parece querer reaver escravos que estão de posse de Ana. Para este intento, é possível que o testador não tenha deixado nenhum legado para Ana e afirmado não ter herdeiros em virtude do celibato. Contudo fica evidente que houve por parte de Ana da Cruz investimento nessa relação amorosa, prova é que tentou ocultá-la e tudo indica que não foi só por pudor e honra. Há indícios de que esta relação veio à tona, ou melhor, foi publicizada apenas após a morte do padre Antônio Pereira, em virtude das possíveis contendas judiciais com o testamenteiro. É muito provável que essa relação tenha durado "continuados anos" em virtude da discrição de Ana da Cruz. O episódio revela, ainda, que o reverendo, certamente, não cumpriu as expectativas que Ana depositava na relação, tendo ficado no prejuízo financeiro e emocional, do que resultaram frustrações e decepções para Ana da Cruz.

Diferente desfecho teve a relação de Ignácia Maria com o padre Miguel de Morais do Rego, do bispado do Maranhão. Mesmo este tendo sido acusado de "viver amancebado há bastante anos com público e notório escândalo com quatro ou cinco filhos", mantendo a concubina e os filhos na sua roça situada acima do rio das Bicas, "donde o dito padre vai todas as vezes que quer estar". No domicílio na roça residiam Ignácia com os filhos, os agregados, uma prima dela e um "moleque dele".[346]

Segundo Pollyanna Mendonça, a vida do padre Miguel com a família foi detalhadamente descrita pelos depoentes no processo movido contra o padre por viver em concubinato. Pela riqueza de detalhes dos depoentes, nota-se que a comunidade não só orava, mas vigiava e especulava sobre a vida do casal. Uma das testemunhas chegou a afirmar que o padre era tão preocupado com a família que, quando estava atuando como vigário da freguesia dos Vinhais, — certamente mais retirado da roça onde a família residia — assistia-os com tudo que era necessário: "de lá mandava frangos e galinhas, farinha, lenha e índios, para o que a denunciada carecia". A preocupação chegava ao ponto do sacerdote ter alertado Ignácia várias vezes para que cuidasse para que nada faltasse à

[346] Arquivo Eclesiástico do Maranhão – doravante AEM, Livro de Registro de Denúncias, n.242, n.7, 1762. Citado por MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Sacrílegas famílias: conjugabilidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII. Niterói, RJ: UFF, 2007. p.104.

família, a tal ponto que a mesma chegou a pedir Simão Couto "coisas emprestadas até o padre lhe mandar". Outra testemunha afirmou que chegou a presenciar "várias vezes estar a denunciada doente ou fazer-se doente dizendo que era melancolia, mas tanto que chegava o padre com palavras e afagos amatórios, logo se tornava boa".[347]

A publicidade nesse caso evidenciou a relação duradoura do casal, que, devido aos "impedimentos canônicos", jamais alcançaria o casamento. Todas as demais mulheres que viveram este tipo de relação sabiam que nunca poderiam ter o casamento como perspectiva. Não é bem o caso de Ignácia, mas o resultado desse tipo de vínculo amoroso ou afetivo-sexual, na maioria das vezes, era a formação de famílias monoparentais e matrifocais.

Em Minas Gerais, em muitos casos, além de não ser provida com o sustento, a mulher teve que fazer, às próprias custas, alguns investimentos, como foi o caso de Maria Constância da Silva, que teve dois filhos do padre Francisco de Paula Jorge, presbítero do Hábito de São Pedro. Constância teve que trabalhar para ajudar o padre a comprar uma escrava de nome Maria, para esta cuidar da criação das crianças que ficaram sob a responsabilidade do pai.[348] Por causa disso, o padre Francisco prometeu a alforria a Maria, com a condição de a mesma cuidar e servir a esses dois herdeiros, Francisco e Maria, até eles completarem a idade de 25 anos. Embora o religioso tivesse outra filha, de nome Francisca, do seu relacionamento com Clemência Maria de Jesus, e ela vivesse na mesma casa, a mesma não iria ter os serviços e cuidados da escrava Maria. É de se supor que era pelo fato de Maria Constância ser a mãe das duas crianças é que tenha comprado a escrava com seu "suor e indústria".

Outras mulheres deixaram apenas rastros e surgem nos silêncios dos documentos. Estão presentes e aparecem pelo que não foi dito delas. Algumas viveram, por exemplo, relações fortuitas ou de concubinato com padres que não puderam ou não quiseram oferecer-lhes relação estável em troca do não casa-

---

[347] AEM, Livro de Registro de Denúncias, n.242, n.7, 1762. Citado por MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Sacrílegas famílias: conjugabilidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII. Niterói, RJ: UFF, 2007. p.104-105.

[348] BAT, CPO, maço 94, Testamento, Francisco de Paula Jorge – Pe, 1858.

mento. Alguns padres que reconheceram e legitimaram a prole, quando citavam a condição das mães, omitiam seus nomes. Outros, sequer faziam referência a elas.[349] Em outros casos, a mulher só aparece quando, metaforicamente falando, grita.

Para Kátia Mattoso, ao se pensar a realidade baiana, chega-se à conclusão de que era difícil saber com certeza de qual camada social provinham essas mulheres. Entretanto, ao analisar os nomes "das mães citadas por alguns padres no testamento, verificamos que a maioria deles são representativos das camadas médias baixas da população livre de Salvador".[350] Afirma, ainda, que para essas mulheres a relação com um sacerdote podia representar um meio de ascensão social para elas e para os filhos, e em muitos casos uma relativa segurança para o futuro. Em relação às mulheres, não posso fazer tal assertiva, mas em relação aos filhos, e até mesmo netos, sem dúvida, salvo raras exceções, significaram ascensão social e econômica, garantia de continuidade de estudos, entre outras vantagens.

Segundo Ann Twinam de modo geral na America Hispânica as mulheres que tiveram relação sexual com padres se encontravam muito mais distantes do código de honra daquela sociedade. Além delas não terem a opção do casamento, o que levava o Conselho das Índias a ser mais relutante em conceder legitimidade a seus filhos. Ainda segundo a autora, as petições de legitimação revelaram que raros eram os casos de mulheres que publicamente desafiavam os códigos de honra, quer civis quer eclesiásticos, para ter relações sexuais com clérigos e homens casados.[351]

No caso de Ana Emerenciana de Jesus, filha legitimada em 1792 pelo padre Frutuoso Gomes da Costa morador do arraial do Tejuco,[352] significou ser

---

[349] Sobre o processo de apagamento da mulher e dissimulação de evidências, ver FURTADO, Junia F. Chica da Silva e o contratador de diamantes: o avesso do mito. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

[350] MATTOSO, Kátia Q. Párocos e vigários em Salvador no século XIX: as múltiplas riquezas do clero secular da capital baiana. Tempo e Sociedade, v. I, n. 1, 1982. p.20.

[351] TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989. p.143-144.

[352] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Caixa 137, doc. 54, Pedido de Reconhecimento e Legitimação, Pe. Frutuoso Gomes da Costa, 1792.

a única herdeira de seus bens, entre eles, moradas de casas de sobrado defronte a capela de Santo Antônio, no centro do arraial.[353] Ana foi o resultado da relação do capelão com Maria Gomes Ferreira, solteira, moradora do arraial do Tejuco. Entretanto, o que se sabe de Maria Gomes é o que o padre Frutuoso quis deixar registrado quando fez a legitimação da filha. Quanto a padre Frutuoso, era capelão curado no arraial do Tejuco, nasceu na freguesia de São Caetano, termo de Mariana, filho legítimo de Frutuoso Gomes da Costa e Rosa Maria de Santa Rita, já então falecidos.[354] Em 1774, morava na rua Direita, em casa própria, na companhia dos pais e uma irmã.[355]

Já no caso de D.Clara, D.Manoela, D.Symphorosa, Protázio Celso, Philomena, D.Jovita e D.Veridiana, todos eles, sete ao todo, eram filhos do padre José Joaquim Ferreira Guimarães. Com a morte do pai, cada um dos filhos, herdeiros nomeados no testamento, recebeu o montante de 1:747$071 reis após a partilha dos bens inventariados. O padre Joaquim Guimarães, natural de Pitangui, estava morando na fazenda chamada Bom Retiro, localizada em Santo Antônio do São João Acima, quando, já enfermo, redigiu seu testamento, a 21 de dezembro de 1864. Possuía 13 escravos, mas pelo que consta alforriou somente Claudina, crioula, "pelos bons serviços que me tem prestado". Como muitos outros casos, o padre Joaquim teve o cuidado de não fazer nenhuma referência à mãe ou às mães de seus filhos.[356]

No caso de Maria Margarida da Conceição, os maiores beneficiários da herança de seu pai foram seus cinco filhos, netos do vigário Paulino Alves da Fé, pois veio falecer antes de seu pai. O vigário Paulino, como vários de seus pares, também fez questão de não nomear a mãe de sua filha, preferindo dizer apenas que era "mulher desimpedida". Em seu testamento, o eclesiástico refere-se ao fato de ter a filha do seguinte modo:

---

[353] BAT, CPO, maço 23, n.149, letra F, Inventário, Reverendo Frutuoso Gomes da Costa, 1816.
[354] BAT, CPO, maço 23, n.149, letra F, Testamento, Reverendo Frutuoso Gomes da Costa, 1816.
[355] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Caixa. 108, doc. 9, f.1, 1774.
[356] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Doc. FFPN – Inv. 2617, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

> com grandíssimo vexame e milhares de arrependimento declaro, que tendo sido agredido e vencido pela natural e comum fragilidade humana, dela resultou-me uma filha de nome Maria Margarida da Conceição, nascida de mãe desimpedida, exposta que foi em casa do finado Valeriano Francisco da Silva, e casada que foi com Benvindo Gonçalves dos Reis, a qual, neste testamento reconheço por minha filha, e como ela já seja falecida, a declaro e instituo minha legítima herdeira nas pessoas de seus filhos, que reconheço por meus netos e como tais herdarão (...)[357]

Com a morte do avô padre, José Gonçalves, Maria Benvinda, Maria José, Maria das Dores, todos casados, e o menor Cândido, seus netos, coube a cada um o montante de 8:883$962 réis, distribuídos entre bens imóveis, ações, apólices, objetos e utensílios, além de certa quantia em dinheiro. O neto caçula, Cândido Gonçalves, investiu parte da herança na sua educação e formou-se em Farmácia em Ouro Preto, estabelecendo-se no distrito, que hoje é a cidade de Papagaios. Foram também beneficiados com a fortuna do vigário Paulino, um seu afilhado e Maria Rita, filha de seu ex-escravo Antônio Francisco, pelos muitos favores que lhe devia. Como prova de agradecimento, deixou para Maria Rita as duas casas com seus quintais no referido Largo do Rosário, cujo valor perfazia o montante de 10.794$953 réis. Parte de sua herança foi investida, também, na sua educação, formando-se no magistério.[358]

Pode-se detectar nesses casos um processo de apagamento da presença da mulher, estratégia muitas vezes conveniente para o sacerdote e endossada pela Igreja. Outras vezes, trata-se de um procedimento visando a proteger a honra feminina, no caso de moça solteira ou mulher casada. O nome da mulher e da mãe fica ausente no testamento, na carta de legitimação. Porém, a memória

---

[357] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Testamento, Inventário, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

[358] Observando os Mapas de População de Minas Gerais do século XIX, detecta-se um número significativo de mulheres chefes de domicílio com filhos na escola. Nos testamentos, especialmente no decorrer da segunda metade do século do século XIX observa-se por parte das mulheres uma preocupação em investir nos estudos ou com a educação dos filhos e afilhados. O interessante estudo de Marcus Vinicius Fonseca destaca que no século XIX em Minas Gerais há uma presença majoritária de negros nos espaços de educação formal, ou seja nas escolas elementares mineiras. E que a educação era identificada como o espaço de afirmação social. Sobre o assunto ver: FONSECA, Marcus Vinícius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. São Paulo: FE, USP, 2007. (Tese, Doutorado).

da mulher sobrevive na existência do filho, ilícito diante das leis civis e da Igreja. Essa mesma estratégia de ocultar o nome da mulher por parte dos padres, foi constatada por Eliana Goldschimidt[359] para a capitania de São Paulo, como para outras regiões brasileiras. Nestes casos, a mulher fica ausente dessas histórias, mas não pela falta, mas por aquilo que é produzido sobre elas.

3.2. Promessas não cumpridas, histórias (mal) vividas

O significativo número de mulheres solteiras chefes de domicílio, com filhos, detectado nas pesquisas para boa parte da sociedade brasileira, e especialmente para a sociedade mineira, não deve ser encarado como indício de que o casamento não era considerado como valor naquela sociedade. Se para alguns grupos o casamento poderia não ser prioridade, este não estava ausente na perspectiva de vida de muitas mulheres, fossem negras, brancas, pardas, mulatas, solteiras ou viúvas.

Instituído por Jesus Cristo como um dos sete sacramentos,[360] o matrimônio passou a ser visto pela doutrina católica como meio de frear os impulsos sexuais e o desregramento. Nos ensinamentos paulinos era o mal necessário para "evitar todo o desregramento tenha cada homem a sua mulher e cada mulher o seu marido". O matrimônio católico pode ser definido como a união de um homem e de uma mulher, com a finalidade de procriação[361] e seu caráter sacramental e de consentimento mútuo foi reafirmado no Concílio de Trento. A partir de então, o casamento passa a ser um ato de natureza pública e institucional, sendo considerado um fato jurídico-eclesial válido ao ser celebrado pela Igreja com a presença de testemunhas, "sendo precedido da/pela publicação de três banhos e seguido do registro nos livros paroquiais".[362]

---

[359] GOLDSCHIMIDT, Convivendo com o pecado na sociedade paulista (1719-1822), 1998, p.165.

[360] Sacramento – signo visível e exterior de uma manifestação interna de crença e fé naquilo que não é visto com os olhos, mas com o core, cuja finalidade é se chegar à santidade.

[361] Sobre o matrimônio, histórico, ritos e contexto mineiro, ver: LOTT, Mirian Moura. Na forma do ritual romano: casamento e família – Vila Rica (1804-1839). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. p.71-74.

[362] Ver: GOLDSCHMIDT, Eliana M.R. Redes de solidariedade e questões matrimoniais na São Paulo colonial. São Paulo: CEDHAL/USP, 1996. Texto n.2, (Série Seminários Internos) p. 1.

Apesar do Concílio de Trento ter sublinhado o caráter voluntário, e consentimento dos nubentes para a celebração e validade do casamento, dispensando a autorização dos pais para sua realização, o acordo matrimonial estava de modo geral nas mãos dos pais da noiva e na maioria das vezes obedecia a interesses familiares, especialmente entre as elites locais. Essa contradição entre a norma e o costume não raro gerou tensões entre sacerdotes legalistas no cumprimento das instruções pastorais e os interesses de grupos familiares em diversas regiões mineiras. Resultou, ainda, em alguns processos de anulação de casamento, pela ausência de consentimento mútuo dos nubentes.[363]

Nesse aspecto exemplar é o caso de Maria da Costa Faria, filha do capitão João da Costa Faria e de Teodósia Maria da Conceição. Maria caiu de amores pelo advogado Plácido de Oliveira Rolim,[364] morador do arraial do Tejuco, filho do sargento-mor José de Oliveira e Silva, membro da elite local, e com ele teve o menino Carlos, que foi exposto na casa de Gertrudes Pereira do Sacramento.[365] Segundo Maria, sendo ela solteira e desimpedida contraiu o "sacramento do matrimônio com João da Costa Raposo contra a vontade dela, [porque] foi violentamente constrangida por seu pai", por causa disso não chegou a consumar o matrimônio, quer "por ajuntamento, quer por cópula carnal". Diante desse fato, entrou com o pedido de libelo no juízo eclesiástico para nulidade do casamento, ocasião em que o dito João confessou e "por conveniência de ambos se separaram, por escritura". É provável que o casamento forçado pelos pais possa ter a ver com fato de não aceitarem sua relação com o Dr. Plácido.[366]

Em 1804, morava na vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas, solteira — o casamento com João foi anulado — enquanto o Dr. Plácido

---

[363] Vale destacar que o estudo de Dayse Lúcide Santos apontou que o período de 1863 a 1933, os processos de nulidade de casamento registrados no Bispado de Diamantina só ocorreram no final do século XIX. SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003.

[364] Nos autos da devassa da Inconfidência, é apontada uma amante forra do Dr. Plácido de Oliveira Rolim, que colaborou com a fuga do companheiro, além de ter destruído documentos comprometedores. Não tenho elementos para afirmar que se trate de Maria da Costa Faria, para isso seria necessário tempo para a realização de outras pesquisas, o que não foi possível no âmbito desta tese. Ver: ADIM, 369-370, 375-377, citado por REIS, Liana. A mulher na inconfidência mineira (Minas Gerais – 1789), Revista do Departamento de Historia, n. 9, 1989, 86-95.

[365] BAT, CPO, maço 93, Testamento, Pe. Carlos da Silva e Oliveira e Rolim, 1855.

[366] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Cx.169, doc. 44, Pedido de Legitimação, 1804.

atuava como advogado no Serro, onde entrou com pedido de legitimação real de seus seis filhos com Maria no Desembargo do Paço, o que evidencia a relação duradoura. Além de Carlos, que se tornou padre, tiveram mais cinco filhas: Maria Carlota da Silva, Floriana, Claudiana da Silva Oliveira Rolim, Cândida e Plácida da Silva.[367] Pelo inventário e testamento de Plácida da Silva Rolim em 1838, o testamenteiro capitão Jacinto Pereira da Silva aparece como seu irmão junto com Claudiana, o que sugere o nascimento de um sétimo filho após 1804.

O fato de existir interferência dos pais nas escolhas dos cônjuges para as filhas causava estranheza em alguns viajantes, acostumados com a relativa liberdade de escolha dos solteiros por matrimônios fundados em critérios afetivos. Esse tipo de arranjo levou Alexander Marjoribanks a suspeita de que esse costume brasileiro podia levar a relações fora do matrimônio, pois "se homens e mulheres casam-se com quem não amam, eles amarão aqueles com quem não se casam". No caso de Maria e Plácido, a estratégia dos pais para desmanchar uma relação, forçando o casamento com outro, não funcionou.

Casos deste tipo ilustram e evidenciam que existia naquela sociedade um "clima ideológico" favorável ao casamento religioso como instituição moralizadora dos costumes, válido para todas as camadas sociais. Este clima poderia induzir o estabelecimento de relações mais íntimas, visando, inclusive, a obter promessas de casamento entre moças casadoiras e rapazes mais afoitos, ou seja: a promessa de casamento futuro virava moeda de troca entre casais. Segundo Mirian Lott, "os esponsais, representando a promessa de casamento de futuro, apesar de serem considerados insatisfatórios pela Igreja, tornando ilícito que os noivos passassem a manter relações sexuais e até morarem juntos", eram largamente difundidos na sociedade mineira.[368] Nesse aspecto, muitos homens chegavam a manter relações sexuais com as mulheres, entretendo-as com promessas de casamento

A experiência vivida pela viúva Isabel dos Santos Furtado, domiciliada em Santa Bárbara, freguesia de Caeté, sem filhos, porém criando uma menina

---

[367] AHU, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Cx.169, doc. 44, Pedido de Legitimação, 1804.

[368] Ver: LOTT, Mirian Moura. Na forma do ritual romano: casamento e família – Vila Rica (1804-1839). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH / UFMG, 2008. p.68

de nome Maria, de 11 anos de idade exposta em sua casa, é reveladora. Ela pode fornecer pistas de como certas mulheres, até mesmo por necessidades individuais, acabaram levando adiante determinadas relações na esperança de casamento. Isabel relata assim sua experiência

> (...) logo depois do falecimento de meu marido, entrei na amizade de Ignácio José de Araújo Lima o qual continuei pelo espaço de 30 anos com pouca diferença, lavando, cozendo, engomando e fazendo-lhe todos os demais serviços, digo ofícios próprios de meu corpo, digo sexo e condição até mesmo *com esperança de casamento* com que ele me entreteve chegando ao ponto de nos proclamarmos e meio tempo depois o mesmo me deu uma morada de casas no Arraial de Santa Bárbara, doze cabeças de gado e todos os meus lavrados que tudo me pertence e cujo produto ele inverteu em sua utilidade e da sua casa pagando com o dinheiro dos meus lavrados [...] dando-me depois disso como em pagamento o escravo e uma morada de casas sitas na Rua do Fogo desta Vila, das quais me passou e delas esteve de posse longo tempo cujo papel me tirou de uma caixa em dias do ano passado de 1829, introduzindo-se nas ditas casas a título de as retificar em meu benefício. Meu testamenteiro a vista dessa minha declaração procurará haver as ditas casas e seus rendimentos pelos meios legais, pois na realidade me pertencem as mesmas casas por me haverem sido dadas em pagamento do que me devia, ficando eu lesada em todos os mais serviços que no curso de 30 anos lhe prestei e de que se esqueceu.[369] (grifo meu)

Isabel, em seu testamento, justifica que, durante trinta anos, permaneceu nessa relação, mesmo vivendo em casas separadas, chefiando seu domicílio, mas cumprindo com zelo o que considerava sua obrigação como mulher, na esperança de casar-se com Ignácio Lima. Ao final, isso não ocorreu, restando a indignação diante do tempo perdido e a angústia diante da possibilidade de perder, inclusive, os bens materiais. Observando o inventário da testadora e seu patrimônio, fica evidente que não conseguiu reaver os bens.[370] O que para Isabel representou uma experiência, pode-se dizer, desastrosa. Alem de não alcan-

[369] APM, CMS, Códice 111, f.218v, Testamento, Isabel dos Santos Furtado, 1830.
[370] MO, ACBG, CSO (63) 22, Inventário, Isabel dos Santos Furtado, 1830.

çar seus objetivos, pois Ignácio não cumpriu a promessa, ainda teve perda patrimonial.

Em outros casos, a promessas de casamento não cumpridas, levaram algumas mulheres mineiras aos tribunais eclesiásticos para tentar alguma compensação pela desonra. Para a ruptura dos esponsais, havia punições que iam de penas pecuniárias variáveis, de acordo com a qualidade da culpa, até prisão e degredo.[371] Assim procedeu Tomázia da Silva Rosa, vivendo na casa de Maria do Nascimento, moradora nessas Minas do Paracatu. Disse ao juiz do tribunal eclesiástico que

> Manoel da Silva Barbosa, morador na [região] do Pituba, destas mesmas Minas, a solicitou de amores debaixo da promessa de casamento, passando-lhe por escrito houvera pouco mais de um ano, de sua própria letra e sinal, cujo escrito e suas promessas ela suplicante aceitou e a levou de sua honra e virgindade. E querendo a suplicante com efeito que o suplicado desse cumprimento às ditas promessas e [...] de a receber como se obrigava pelo seu escrito, a anda enganando, sem querer lhe dar cumprimento. Razão por que recorre a suplicante que é moça pobre e órfã [372]

O casamento, para muitas mulheres, especialmente na condição de pobre e órfã, podia representar uma garantia mínima de sobrevivência, ter um espaço próprio, como deixar a condição de agregada em domicílio alheio. Se para algumas mulheres o casamento poderia significar perda de autonomia, de status e financeira, para outras mulheres, aquelas despossuídas de bens, havia de lutar de todas as maneiras para garantir sua subsistência, ainda que a alternativa fosse o casamento, mesmo que com um homem simples, mas que pudesse ampará-las de alguma forma.

Entretanto, nem todas as mulheres, mesmo as relativamente pobres, buscavam o casamento como meio de proteção e sobrevivência. Na vida cotidi-

---

[371] Ver: LOTT, Mirian Moura. Na forma do ritual romano: casamento e família – Vila Rica (1804-1839). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH / UFMG, 2008. p.68.

[372] Arquivo Municipal Olynpio Michael Gonzaga – doravante, AMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Promessa de casamento, Cx.13, maço 5, 1764.

ana, em muitos casos é provável que a assertiva "antes só do que mal acompanhada" fosse usada rotineiramente pelas mulheres ou por pessoas do círculo de convivência, procurando dissuadi-las a não efetivarem as bodas.

Curiosamente, José de Oliveira Vilanova, morador em Paracatu, compareceu ao tribunal eclesiástico solicitando providências para efetivar seu casamento com Ana de Jesus. Diz José que

> Ana de Jesus, moça solteira, desde a sua meninice prometeu ao suplicante casar-se com ele e com efeito reciprocamente [...] em cuja fé sempre o suplicante com a sua pobreza a tem assistido com o seu sustento até a poder receber por sua legítima mulher e porque o suplicante não tem dúvida de cumprir sua promessa, se impossibilita de fazer a respeito, [porque] pessoas tentam impedir a execução desse sacramento. Que é necessário que venha a presença de vossa senhoria [solicitar] ser ela depositada em casa em que não possam chegar as sugestões de quem a desvia (...)[373]

Ao que parece, pessoas da vila estavam tentando convencer Ana de Jesus a não se casar com José Vilanova, e ele, rapidamente, antes que ela fosse plenamente convencida, correu ao tribunal eclesiástico pedindo providências no sentido de livrá-la dos maus conselheiros. Infelizmente, o processo estava muito danificado e não pude saber o desfecho do caso. Diferente do caso de Ana de Jesus, Mariana da Costa, crioula forra, é quem recorre ao tribunal eclesiástico para fazer valer a promessa de casamento contraída com Martinho Alves. Mariana da Costa, crioula forra conta que

> tendo feito reciprocamente promessas de casamento a Martinho Alves, contraindo entre ambos esponsais, foram à presença de V. Rvdm[a], que mandando proceder as perguntas judiciais se julgaram os esponsais firmes e procedendo-se as sentenciações que manda o sagrado concílio tridentino, depois do que tendo Manuel Alves Duarte, senhor do esposo de futuro da suplicante notícia de que se efetuaria o matrimônio e não lhe sendo nos referidos autos facultado por direito de permissão, para impedir o matrimônio, tanto pelo contrário quis proceder inconsiderada-

[373] AMONG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Promessa de casamento, Cx.15, maço 6, 1786.

> mente no caso de ocultar o esposo da suplicante, ameaçando-o com uma rigorosa prisão em que se acha do que se segue que não pudesse a suplicante receber como deve o seu esposo, e porque o matrimônio debaixo da pena de censura, não se deve impedir.[374]

Com base nesses elementos é que Mariana recorreu ao tribunal para fazer cumprir uma decisão do próprio tribunal, que reconheceu a validade dos esponsais nas promessas recíprocas, uma vez que existia o consentimento mútuo dos noivos. Desse modo, o juízo eclesiástico e "a suplicante fez notificar ao suplicado no prazo de três dias a apresentar o seu dito esposo, debaixo da pena de ex-comunhão e agravação de mais censuras, não impedindo de sorte nenhuma mesmo o matrimônio (...)".[375]

A história de Mariana da Costa, crioula forra, é importante especialmente por trazer à tona aquilo que os historiadores de maneira geral já sabiam sobre as dificuldades e interferências dos senhores, na constituição de famílias escravas. Entre outros elementos que poderiam estar interferindo nesse processo, fica evidente que o principal empecilho para autorizar o enlace residia no fato de Mariana ser uma mulher forra. Isso, em médio prazo, representava um problema em duas direções: a primeira, no fato de que os filhos do casal seriam livres, uma vez que a mãe era forra, a segunda — ainda que não fosse relevante, pois dependia em parte da vontade do senhor — é que havia uma grande possibilidade de Mariana conseguir acumular pecúlio para eventualmente alforriar o esposo. Na visão do proprietário, esse casamento representaria ao longo do tempo diminuição natural do número de escravos, os eventuais filhos de Martinho Alves não seriam seus escravos, ao passo que isso ocorreria caso a mulher escolhida fosse escrava.

Não foram somente promessas não-cumpridas que levaram mulheres ao tribunal eclesiástico, muitas vezes compareciam como rés, acusadas de cri-

---

[374] AMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Promessa de casamento, Cx.13, maço 8, 1767-1769.

[375] AMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Promessa de casamento, Cx.13, maço 8, 1767-1769.

mes de concubinato, incesto, mal viver, dentre outros, trazendo à tona, e publicizando, dramas familiares que não podem ficar restrito ao âmbito doméstico por sua dimensão. Maria Borges, moradora no bairro do Jerônimo, no arraial de São Luis e Sant'Ana das Minas do Paracatu, com três filhas moças, jamais poderia imaginar que, ao acolher em sua casa seu sobrinho Pedro Pereira, filho de sua irmã Rita da Costa, sua vida de modo geral e sua vida doméstica virariam de ponta a cabeça. Esse sobrinho, segundo testemunhas, era um

> sujeito de mau procedimento, de mau viver, que com valentias e arroubos ameaçava aos que os repreendiam de seus fatos escandalosos e de tal modo que depois de compreendido em estupros com que violentara as denunciadas [Paulina e Brígida] nunca recebeu repreensões, nem ainda de sua mãe a qual chegara a amaldiçoá-lo [...]que o denunciado [Pedro] nunca vivera em companhia da sua mãe e irmão, sendo este já casado e arranjado, e sim se introduzira na casa vivendo de portas para dentro como se fora filho dos pais das denunciadas [suas primas] e debaixo da fidelidade de parente [as] estuprara, as quais pariram do denunciado, cujas crianças enjeitaram (...)[376]

Segundo testemunhas, quando a mãe das moças soube da sua desonra, logo o lançou para fora de casa, o qual a "ameaçou com arrojos da mesma sorte que sempre ameaçou a todos que o repreendiam". Na realidade, parece que não foi tomada providência antes porque a família ficou com medo das ameaças do rapaz e medo de mais desonra.

Outra testemunha disse que

> os pais muitas vezes procuraram evitar a desonra de sua casa, mas que nunca haviam conseguido pelos receios que tinham de maior descrédito por causa das valentias e ameaças com que o denunciado [Pedro] metia terror a todos, não só da casa dos pais das denunciadas [Paulina e Brígida] como ainda dos seus próprios pais e demais moradores naquele bairro de Caetitu (...)[377]

[376] AMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Devassas, Caixa 3, maço 128, 1780.
[377] AMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Devassas, caixa 3, maço 128, 1780.

Segundo Leila Algranti,[378] nas sociedades ibéricas e suas colônias no século XVIII, acentua-se a valorização da honra feminina. Esta tem origem tanto religiosa, quanto cultural. A associação entre pecado e sexo sem o motivo da procriação é uma das razões dessa valorização. A honra feminina está diretamente ligada às relações entre os sexos e era vista como "bem pessoal de cada mulher", mas era "propriedade da família" e também um "bem público, porque estava em jogo a preservação dos bons costumes exigidos pelo código de moral".

A preocupação em não manchar ainda mais a honra familiar fez com que essa violência, que ocorria na residência das moças, tenha perdurado cerca de mais ou menos cinco anos. Ao que parece, o fato começou a se tornar público e notório quando Pedro tentou estuprar a irmã mais nova, chamada Úrsula. Esta chegou a dar-lhe "chineladas na cara". Paralelo a isso, Paulina teve outra criança do dito Pedro, enjeitando-a na casa de Martinho Ribeiro, no Saco dos Bois, que se tornou público. Essa conjunção de fatores fez com que Paulina e Brígida, filhas de Maria Borges, fossem denunciadas e presas na cadeia pública do arraial, acusadas pelo tribunal eclesiástico de crime de incesto, pois o dito Pedro era primo, portanto parente de primeiro grau. Ao serem inquiridas, as duas irmãs afirmaram que

> por suas fragilidades e sem conhecimento da gravidade de seus delitos por serem criadas em um *sertão deserto e sem comunicação* e, outrossim, obrigadas e atemorizadas com as ameaças que o dito parente lhes oferecia e por ser ele revoltoso, destemido e valente sem que tivessem abrigo para onde se refugiarem, confessavam a culpa que resultou na denúncia e pelo presente termo se obrigavam a cumprir o castigo que fosse arbitrado atendendo o relatado e serem mulheres sem conhecimento algum da dita culta e violentadas daquele mau homem e serem muito pobres.[379] (grifo meu)

---

[378] ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. São Paulo: Ed. José Olympio, 1993.

[379] AMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Devassas, caixa 3, maço 128, 1780.

Nota-se que aliado ao argumento constantemente usado — o da fragilidade, neste caso a fragilidade feminina — surge um novo, que é a idéia do sertão como "grandes vazios, incultos e desabitados", como lugar do atraso, da falta de progresso, de baixa civilidade, rudeza e falta de instrução.[380] Aparece a idéia do sertão como discurso da falta, discurso sobre espaços e pessoas, apropriado pela elite letrada, que tanto serve para nominar e subalternizar pessoas que habitavam a região, quanto para justificar a falta de conhecimento e de instrução, como no caso das irmãs.

Pedro Pereira fugiu e ainda não havia sido encontrado quando o juízo eclesiástico solicitou que Paulina e Brígida fossem depositadas em "casas de pessoas honestas, casadas, de boa fama, crédito e honra". Foram condenadas a cumprir oito anos de degredo no arraial de São Romão, além da multa de dez mil réis cada uma para as despesas da Justiça. Essas mulheres sofreram violências, estupro, tiveram que assinar termo de culpa pelo crime de incesto: na realidade, o tribunal eclesiástico as transformou de vítimas em rés.

A experiência dessas mulheres sumaria, em boa medida, a vida de outras mulheres chefes de domicílio que experimentaram a ambigüidade característica do ser humano, o dilema entre valores dominantes, normas e papéis prescritos, produzindo deslocamento de papéis e de eixos de poderes e a vivência de outra realidade no dia-a-dia.

Essas realidades não é de todo estranha na América Hispânica. Muitas mulheres se viram constrangidas a viverem como noivas pelo resto de suas vidas, em virtude de promessas não-cumpridas, ampliando o repertório e diversidade de experiências, que culminaram na chefia feminina de domicílio. Casos como o de D. Maria Josepha Perez de Balmaceda, moradora de Havana, não foram incomuns.

D. Maria Josepha, durante o namoro, obteve do seu noivo Pedro Dias de Florência, por escrito, uma promessa de casamento antes de se entregar a ele. O casal viveu junto durante anos e dessa relação tiveram três filhos. Finalmente,

---

[380]Spix e Martius, PRIORE, Mary del. Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000. p.80.

"depois do nascimento de Pedro Antonio, o dito tentou muito honestamente cumprir com a palavra dada a Doña Maria Josepha", arrumaram a casa e começaram a se preparar para o casamento.[381] Pouco tempo antes da cerimônia, Dom Pedro cancelou todos os preparativos e mudou-se para a Espanha, para um novo emprego, mas antes viajou para o México a fim de assumir o cargo. Durante anos continuados entrou em contato com Dona Maria, implorando-lhe para que se juntasse a ele para se casarem. Ela, no entanto, muito provavelmente cansou-se das promessas não cumpridas e alegando medo do mar desistiu do casamento.[382] De acordo com as testemunhas

> D.Josefa nunca permitiu que seus parentes ou pessoas locais se esquecessem que era uma mulher noiva. Ela manteve a promessa de casamento escrita por seu amante amarrada em uma esfera que ela amarrou ao rosário que ela usava ao redor do pescoço, e ela constantemente o desamarrava e lia para os parentes e para os oficiais da cidade [...] muitas vezes dona Maria leu aquele papel na presença desta testemunha e toda sua casa e sua família, e muitas outras pessoas... e até muitos anos depois da ausência e morte (de seu noivo) Dona Maria carregava ao redor de seu pescoço, o que provava sua boa fé e sua esperança bem fundada de que se casaria.[383]

Prosseguindo, para Ann Twinam a promessa de casamento revestia a relação dessas mulheres de certa legitimidade, já que haviam entregue sua virgindade em troca de uma promessa sólida de casamento, fator que as distanciava das demais mães solteiras que tiveram relações sexuais sem nenhuma garantia ou possibilidade de um remoto casamento, estas sim mulheres desonradas.

---

[381] AGI, Santo Domingo, 425, n.2, 1741. Citado por TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.135.

[382] AGI, Santo Domingo, 425, n.2, 1741. Citado por TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.136.

[383] AGI, Santo Domingo, 425, n.2, 1741. Citado por TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.136.

Entretanto, socialmente essas mulheres solteiras, eternamente noivas, ficavam numa posição ambígua na sociedade. E com o decorrer dos anos, na medida em que ficava evidente que esses noivados não se converteriam em casamento, a situação dessas mulheres se tornava cada vez mais difícil. Essa ambigüidade terminava quando essas mulheres chegavam à meia idade e descobriam que suas esperanças jamais se realizariam. A situação dessas mulheres complicava ainda mais quando se davam conta que as seguranças de um casamento legal, como a herança do esposo ou a manutenção das crianças, lhes eram negadas.

O abandono e as promessas não-cumpridas se transformavam em amargura, o que azedava completamente a relação entre a mulher solteira e o eterno noivo, culminando em separações litigiosas, afetando negativamente a relação entre pai e filhos resultante dessas uniões. Ficando a mulher quase sempre responsável pelo domicílio e pela manutenção da prole, e não raro tendo que trabalhar.

Para Ann Twinam,[384] casos como o de D.Josefa e outras evidencia que a tensão entre honra e sexualidade afetou as mulheres de todos os níveis sociais. Ela conclui que foi a partir dos códigos canônicos, civis e mesmo do costume do povo, que surgiram os padrões para medir e vincular a honra das mulheres às relações sexuais, assim como originaram estratégias para transgredirem, e ainda assim conseguirem ser vistas como mulheres honradas.

Experiências de vida como essas se tornam mais complexas numa sociedade hierarquizada e de traços patriarcais, especialmente quando se observa que essa realidade era recortada por clivagens de gênero, condição e etnia. Demonstra, ainda, que em certos casos promessas não-cumpridas podem modificar trajetórias e aumentar a proporção de mulheres chefes de domicílios.

---

[384] TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.118-155.

CAPÍTULO IV

RUPTURAS CONJUGAIS VOLUNTÁRIAS E A CHEFIA FEMININA DE DOMICÍLIO

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como relampeja no momento de um perigo.....

Walter Benjamim

O universo das práticas sociais que envolviam a atuação das mulheres foi mais plástico do que os termos escritos nos discursos. Os dados constantes nos inventários, testamentos e outras documentações consultadas para Minas Gerais, no período estudado, rompem com a idéia de papéis masculinos e femininos prescritos socialmente. Desconstrói a idéia de que o papel da mulher era aquele restrito à esfera privada, ao recesso do lar, ao cuidado com a casa e filhos e o do homem o que estava ligado à esfera pública, à rua, ao trabalho e à vida social. Na prática esses papéis foram recriados, improvisados, subvertendo a norma e o discurso.

A partir da segunda metade do século XIX, acelerou-se o processo de complexificação da sociedade mineira. Agora sociedade imperial, respira ventos liberais, onde sobressaem valores europeus. Continua uma sociedade em movimento, miscigenada e híbrida, onde coexistiam culturas, crenças e ritos diversos, que carrega consigo uma forte herança do período colonial: sociedade marcada por "múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança",[385] múltiplas hierarquias marcadas pela distinção de raça, cor, sexo e condição social.

[385] SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 209-210.

No interior das instituições, especialmente Estado e Igreja, continua ocorrendo a sistematização de valores que vão sendo continuamente apresentados à sociedade por meio de normas morais, projetos ideológicos mediante princípios e práticas. As famílias e as relações vão se transformando a partir de novos valores que se entrelaçam com antigos: é a transformação dos costumes. O aumento de óbitos masculinos e separações contribuiam cada vez mais para a modificação do estado conjugal de diversas mulheres, cujo resultado mais imediato é a ruptura dos papéis de gênero, estruturados tradicionalmente de acordo com a tríade: *pai provedor*, *mulher dona do lar* e *filhos obedientes*, alterando profundamente a arquitetura, o ritmo, o modo de vida do domicílio, redesenhando novos papéis.

4.1. Divórcio – do recesso privado do lar ao escândalo público

Como instituição divina, a Igreja Católica se opunha ao divórcio por princípio, "o que Deus uniu, que o homem não separe", mas como instituição terrena teve de se render às evidências diante de contingências como opção pela vida religiosa e fracassos inerentes à vida conjugal que conduziam à quebra das solenes promessas do casamento: "prometo ser *fiel* na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, amar-te e *respeitar-te* todos os dias da vida".

Do ponto de vista acadêmico, alguns autores que se debruçaram sobre o estudo do divórcio nas diversas sociedades ocidentais perceberam que transformações sócio-políticas, religiosas, revoluções, conflitos armados e movimentos sociais influenciaram os índices de divórcios em diversas e distintas regiões. Dentre esses autores, destacam-se Lawrence Stone, Roderick Phillips e Joan Perkin.[386]

A grande contribuição do trabalho de Roderick Phillips foi tentar compreender o que de fato significava o fim de um casamento entre as gerações pretéritas e só a partir daí foi possível detectar que não só as expectativas deposi-

[386] PHILLIPS, Roderick. Putting asunder: a history of divorce in westerm society. New York: Cambridge University Press, 1988; STONE, Lawrence. Road to divorce: England 1535-1987. Oxford: Oxford University Press, 1990; PERKIN, Joan. Women and marriage in nineteenth century England. Chicago: Lyceum, 1989.

tadas no casamento, mas também as relações de gênero gestadas no interior do matrimônio aliadas ao contexto sócio-econômico e familiar, contribuíram para o fim de um casamento. Desse modo, pode fazer uma diferenciação entre o divórcio e o que ele chama de *marriage breakdow,* que pode ser traduzido como *crise do casamento.*

Mais preocupado com o viés da cultura e da mentalidade, Lawrence Stone estava interessado em compreender as lentas e irregulares modificações dos costumes e valores morais no que se refere às relações entre os sexos até chegar à igualdade entre eles, do ponto de vista jurídico, para, desse modo, explicar a ambigüidade e complacência das leis inglesas referentes ao casamento.

No caso de Joan Perkin, seu foco de estudo era a mulher, especialmente a da Era Vitoriana. O divórcio foi tratado de forma tangencial ao fazer o traçado histórico das leis relativas à mulher, o trabalho, à família e, daí, conseqüentemente o divórcio. Mas demonstra como as relações e papéis de gênero, de certo modo, determinaram os rumos do divórcio na sociedade inglesa, acompanhando inclusive a trajetória dos movimentos que culminam com a aprovação do divórcio em 1857.

Entre historiadores brasileiros, os estudos recentes sobre o divórcio podem ser identificado em duas categorias de abordagem. A primeira, aquela em que situa o divórcio como parte intrínseca das discussões sobre família, a mulher e o casamento,[387] na qual me incluo, e que eventualmente escreve sobre o divórcio como tema tangencial, o que parece ser a grande maioria. Neste caso, o divórcio incorpora estudos sobre mulher, família e casamento, devido a neces-

---

[387] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz. EDUSP, 1984; _____ . Divorce in colonial Brasil: the case of São Paulo. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.313-340; SAMARA, Eni de Mesquita. Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo do século XIX. Estudos Econômicos, n.13, 1893, p.787-797; _____ . As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero / Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 1989; MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Fronteiras do desejo: amor e laço conjugal nas décadas iniciais do século XX. São Paulo: FFLCH / USP, 1999; SOUZA, Maria Cecília Cortez de. Crise familiar e contexto social: São Paulo, 1890-1923. São Paulo: FFLCH / USP, 1989; LOPES, SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões da vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado); GOLDSCHMIDT, Eliana M.R. Redes de solidariedade e questões matrimoniais na São Paulo colonial. São Paulo: CEDHAL / USP, 1996. Texto n.2, (Série Seminários Internos) p. 22-25.

sidade de compreender quais eram os elementos que geravam tensões na relação a dois. A segunda abordagem é aquela em que a temática do divórcio é o foco central da discussão, é especificamente o objeto de estudo, onde família, mulher, casamento são temas periféricos.[388] O estudo centrado no divórcio recupera sua historicidade no período de 1700 a 1822 por meio de um alentado estudo da temática, o que possibilitou traçar um perfil dos casos e dos atores envolvidos, estabelecendo uma tipologia e padrões de comportamento.

Para Cécile Dauphin, o fenômeno do divórcio no final do século XIX adquire uma proporção "exponencial". Observa que o direito do divórcio ou a separação de pessoas legitima uma situação que não é nova, o abandono, pois "é a mulher maltratada e não a mulher enganada que pede a ruptura".[389]

Guardadas as especificidades locais e regionais, e diversidades de períodos históricos, estes estudos, de um modo geral, além de desvendarem tensões existentes no interior do casamento, mudanças de costumes ao longo do tempo e sutis alterações na legislação em relação à condição feminina, revelam a preponderância das mulheres como autoras dos processos; a existência de separações de mútuo consentimento, apenas variando a proporção — para mais ou para menos, de uma região para outra — e como este foi um importante recurso na resolução de conflitos e tensões familiares.

A Igreja Católica e sua legislação, no caso brasileiro, permitiam que casais se separassem primeiro de leito, depois de casa — era a chamada "separação perpétua" em três casos, prevista nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: a primeira, "quando ambos, marido e mulher, de mútuo consentimento professam em religião aprovada, ou a mulher somente, ordenando-se o marido de Ordens Sacras"; a segunda, "a fornicação culpável de qualquer gênero, em a qual alguns dos casados se deixa cair ainda por uma só vez, cometendo

---

[388] COSTA, Raquel Rumblesperger Lopes D. da. Divórcio e anulação de matrimônio em São Paulo colonial. São Paulo: FFLCH / USP, 1986, (Dissertação, Mestrado); LOPES, Cristiane Fernandes. Quod Deus conjuxit homo non separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938). São Paulo: FFLCH / USP, 2002. (Dissertação, Mestrado).

[389] DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. História das mulheres no ocidente 3. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999. p.489

formalmente adultério carnal"; e a terceira, "as sevícias graves e culpáveis, que um deles comete".[390] Nenhum caso dava direito a novo casamento.[391]

4.1.1. *Do quoad ergo Deum conjuxit, homo non separet ao quoad thorum et cohabitationem*

A maioria dos processos de divórcios requeridos no período e regiões estudadas neste trabalho foi iniciada por mulheres brancas, de várias condições sociais, até porque, quando a requerente não era branca, esse fato nunca ficava evidenciado nos processos. A legislação eclesiástica apresentava um discurso ambíguo e oscilava entre a ênfase na condição subalterna e incapacidade do sexo feminino, ora na sua condição frágil, obediente, que necessita de proteção e de tutela. À vista disso, petições requeridas por mulheres deveriam apresentar, do ponto de vista discursivo, argumentos irrefutáveis (aqueles aceitos pela Igreja), deixando evidente que exercia o papel que lhe cabia, e acompanhado de testemunhas idôneas — para não correr o risco de não conseguir seus objetivos. Fato que, pelos processos analisados, parece não ter passado despercebido aos representantes da maioria delas. Como se pode inferir do processo de Lucinda da Costa, moradora no termo da vila de Paracatu, em 1768, que diz:

> sendo ela casada e recebida em face da Igreja com João Correa Barbosa, *obedecendo-lhe, servindo-o e amando como fazem as mulheres honradas e conforme sua qualidade, obedece a seu marido* que a trata como escrava e que a persegue, dando-lhe muitas pancadas, puxando-lhe pelos cabelos e arrancando facas para a matar e por várias vezes se tem visto em perigo de vida [...][392] (grifo meu)

---

[390] Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – CAB, Livro I, Tit. LXXXII, p. 305-317.

[391] Sobre o divórcio na região de Diamantina, ver o trabalho de: SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões da vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado). Num âmbito mais geral, ver ainda: ALMEIDA, Angela Mendes. Família e história – questões metodológicas. Conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa redonda "Uma visão multidisciplinar da família brasileira", organizada pela ABED/CFED/UFV, 12/09/2001; GOLDSCHMIDT, Eliana M.R. Redes de solidariedade e questões matrimoniais na São Paulo colonial. São Paulo: CEDHAL/USP, 1996. Texto n.2. (Série Seminários Internos) p.22-25.

[392] APMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Caixa 16, maço 3, Processo de divórcio, 1768.

Nota-se que o discurso foi adequado para que o divórcio pudesse ser aceito pela Igreja e pela sociedade de modo geral: uma mulher que vivia com honradez e sofria sevícias e corria risco de vida. Foi enfatizada sua honra e qualidade. Foi ressaltado que possuía qualidades pessoais, sociais e morais que a distinguiam de outras mulheres, que não era qualquer uma. A honra permanecia como força vital, a pessoa adquiria outro status por adotar cânones do comportamento honrado. Em termos sociais, isso significava seguir exercendo determinados papéis prescritos dentro do sagrado matrimônio. Portanto, a virgindade não era a única condição para a honra. Homens e mulheres casados deviam observar determinadas regras de conduta dentro daquele estado para preservar a própria honra, bem como a honra da família. Regras que eram similares tanto para as sociedades do império português do além-mar, quanto para a hispânica,[393] porque assentada na mesma matriz reguladora, tanto do comportamento sexual, quanto social — a Igreja, com a conivência do Estado.

No caso brasileiro, as Constituições Primeiras deixava claro que,

> se um consorte tratar o outro mal, de modo que sua vida seja posta em perigo por viver junto ou se esse perigo for eminente que não pode continuar junto, e no caso de haver demora da justiça para resolver a questão, o consorte pode separar por sua própria autoridade e não poderá ser restituída ao outro[394]

As petições de um modo geral apresentavam as mulheres no papel de esposas ciosas de seus deveres conjugais, diligentes no governo da casa, como num jogo de imagens invertidas, indicando que cabia ao homem corresponder com conduta moral condizente a imagem apresentada pela mulher.

Joana de Souza Pereira, moradora no arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, casada com o capitão José Rodrigues da Silva, compare-

---

[393] TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989.

[394] CAB, Livro I, Tit. LXXII, Item 316 – Citado por SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Divorce in colonial Brasil: the case of São Paulo. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989. p.313-340.

ceu ao auditório eclesiástico para fazer uma denúncia contra seu marido e solicitar o divórcio. De imediato, faz sua apresentação dizendo que "sendo casada em face da Igreja com José Rodrigues da Silva, *obedecendo-lhe, servindo-o como fazem as mulheres honradas ao seu marido* desde o ano de 1757"[395] (grifo meu). Justifica seu pedido de divórcio alegando que:

> desde que passara a andar mal encaminhado com uma sua escrava mulata de nome Rosa, [...] a tem tratado mal, dando-lhe pancadas, tratando-a com palavras menos decentes e infamantes, e que lhe fez várias feridas por todo o corpo, abrindo-lhe a cabeça, de que levou vários pontos e que a mataria se não tivesse sido acudida por algumas pessoas. [...] chegou a lhe colocar em perigo de vida, batendo-lhe com um pau, fazendo-lhe várias nódoas e pisaduras pelo corpo e a ferindo com uma tesoura na intenção de matá-la (...)[396]

Prosseguindo sua história, disse que tão logo teve melhora resolveu fugir para o arraial e estava procurando o tribunal para que providenciasse que ela "fosse depositada em casa honesta", e que se achava na casa do genro, enquanto estava ali para tratar do processo de divórcio e justificar as sevícias que seu marido lhe fazia. Solicitava ainda que o tribunal mandasse lhe entregar suas roupas, trastes e escravas. Em geral, as mulheres eram instruídas *como fazer*, *o que falar* e *como agir* diante do tribunal, especialmente pelo sacerdote no confessionário.

Segundo o depoimento de várias testemunhas, era "público e notório que a autora sustentava a si e aos seus filhos pelo trabalho de suas mãos". Outra informou que "em certa ocasião presenciara [...] a autora chamar a João da Silva Guimarães para este lhe comprar um pouco de pano de linho para se custear a si e a seus filhos [...] como de fato o comprou, dando-lhe em pagamento um cordão de ouro"[397]

---

[395] APMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Processo de Divórcio, Caixa 16, maço 03, 1770.
[396] APMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Processo de Divórcio, Caixa 16, maço 03, 1770.
[397] APMOMG – Paracatu, Tribunal Eclesiástico, Processo de Divórcio, Caixa 16, maço 03, 1770.

Em maio de 1770 foi decretada sua separação, tendo sido o réu condenado a sustentar Joana e seus filhos. O réu tentou recorrer da sentença, mas o tribunal manteve a sentença. Denota-se que Joana, mesmo antes do divórcio, já era responsável pelo seu domicílio, devido ao abandono de seu marido.

Nos processos de divórcios que envolviam maus tratos físicos, a grande questão que se apresentava para a Igreja e para os advogados do tribunal eclesiástico era estabelecer as fronteiras entre o que era o dever marital de corrigir a esposa, "sofreando-a com sofreguidão", com castigos, e as sevícias, ou os maus tratos e violência impostos pelo marido, sem que houvesse tido algum tipo de provocação por parte da mulher.

A maioria dos casos de pedido de divórcio impetrados por mulheres foi motivada por maus tratos e infidelidade. O caso de D. Rosália Farnese de Araujo é revelador, pois traz dois elementos novos para a análise. De um lado, dá indícios de que, nos casos de desenlace dos filhos, a mãe acolhe os filhos, especialmente as filhas, em seu domicílio novamente, transformando a configuração doméstico-familiar. E, de outro, revelam que as tensões e conflitos que atravessam as relações conjugais, entre elas o adultério, no momento em que se deslocam do espaço privado para o público trazem à tona o que antes eram apenas rumores, murmúrios e falatórios cotidianos, o que acaba exigindo imediata mobilização do restante da família. Foi o que fez D. Maria Farnese quando da separação, e posterior divórcio, de sua filha D.Rosália.[398] Eis o enredo da história de D. Rosália.

Em 1876, D. Rosália, compareceu ao juízo eclesiástico do Serro para impetrar uma ação de divórcio contra seu marido, o alferes Joaquim Ferreira de Araújo, com quem estava casada desde primeiro de julho de 1855, portanto há vinte e um anos, justificando sua ação. Após o casamento, viveu algum tempo "na maior e mais bela harmonia com o réu, amando-se reciprocamente". Entretanto, da parte dele,

---

[398] Os processos de divórcios referente a cidade de Diamantina foram cedidos por Dayse Lucide Santos. Foram utilizados por no estudoSANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões da vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado).

> começou a enfraquecer esse laço que os ligava como duas almas em um só corpo. E o réu desprezando o seu amor sincero da autora e os deveres maritais, começou a desencaminhar a D.Florisbela Ferreira Campos, casada como o Major Belisário Moreira Pinto. D. Florisbela sendo de pouca idade, deixou-se levar pelas seduções e começa a ter com ele relações ilícitas, isto em fins do ano de 1859 ou princípios de 1860 [399]

Segundo o relato de D.Rosália, ao saber da infidelidade da esposa "a quem amava extremosamente", o major, na noite de 20 de fevereiro de 1860, saiu tresloucadamente para acertar contas com o alferes Joaquim Ferreira, seu marido, dando-lhe um tiro de pistola quando este estava ao "pé da matriz". Por esse desatino, o major foi a julgamento, em 27 de março, por tentativa de homicídio e absolvido por unanimidade, pois o júri entendeu que se tratava de um crime em "defesa de seus direitos e da sua honra, tendo certeza do mal que este propusera a evitar, na falta absoluta de outro meio menos prejudicial".[400] E, ainda para continuar garantida a defesa de sua honra, o major resolveu encaminhar sua esposa para o convento de Macaúbas, para ficar lá recolhida. Ocorre que, com o passar do tempo, já de cabeça fria, com saudade de sua esposa, o major, "cujos filhos a cada passo por ela procuravam" e, principalmente, acreditando que a esposa, após a temporada em Macaúbas, ouvindo as prédicas das "virtuosas freiras regentes", tivesse emendado de seus deslizes e disposta a "ter outro procedimento," resolveu trazê-la para casa.

Para os períodos colonial e imperial, a noção de honra pessoal exige definição mais precisa, uma vez que se tratava de um constructo mental que era expresso por meio de um complexo conjunto de signos e códigos de comportamentos reguladores da conduta pessoal e da vida social. As ações de determinado indivíduo, de um lado deveriam corresponder a códigos mentais de seus pares a fim de que pudesse obter aprovação no meio em que vivia e para ser efetivamente considerado como alguém que possuía honra, que era sujeito hon-

[399] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, 1876
[400] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio,1876

rado. Por outro lado, ser visto como possuidor de honra era ponto fulcral para a auto-afirmação de uma pessoa e, principalmente, para robustecer valores sociais e familiares. Tanto no caso feminino, como no masculino, as pressões para se ter e manter a condição de "honradez" eram inúmeras. A honra naquela sociedade estratificada e distinguida por fatores culturais, econômicos, étnicos e de gênero[401] era o que distinguia uma pessoa da outra, e tais distinções serviam para hierarquizar e assegurar as distâncias entre grupos, entre honrados e desonrados. Desse modo, a honra pode ser entendida como elemento de controle social e se traduzia, segundo Carlos Dória, num "esforço de reconhecimento que passava pela confirmação da comunidade a qual o sujeito se insere, imbricada no mapeamento dos papéis sociais".[402]

Essa distinção entre os papéis[403]a serem desempenhados por homens e mulheres fazia com que a honra não tivesse o mesmo significado para os dois sexos. Segundo Leila Algranti, "a virtude masculina foi geralmente considerada um atributo cívico e a honra um valor moral. O cidadão virtuoso jamais teria sido um homem casto ..."[404]

Os dissabores de D. Rosália com seu marido não terminaram com o atentado do major. Ao contrário, com a volta de D. Florisbela, eles retomaram a relação, do que resultou na sua gravidez e "[foram] redobrando os ressentimentos do esposo pelos indícios de novas infidelidades da sua consorte, que por estes e outros motivos major Belizário sofreu uma congestão e dela faleceu em 23 de junho de 1867". O filho de D. Florisbela, nascido a 16 de fevereiro de 1868, Arthur, foi batizado como filho natural e, posteriormente, D.Florisbela ainda teve os seguintes filhos: Florisbela, nascida a 31 de outubro de 1869, Joaquim, a

---

401 TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989. p.118-155. LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989.

402 DORIA, Carlos Alberto. A tradição honrada. Cadernos Pagu, n.2, Unicamp, Campinas, 1994, p.48-49.

403 "Papel social" é uma categoria analítica que pressupõe que os sujeitos ocupem posições na sociedade e o desempenho desses papéis "é determinado por normas, regras e convenções sociais".

404 ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. São Paulo: Ed. José Olympio, 1993.p.111.

4 de abril de 1872, e Henrique, nascido a 27 de outubro de 1873. Segundo D.Rosália, todos os filhos referidos eram considerados de seu marido, como era público e notório, "pois não consta, nem por mais remotos, indícios que ela [D. Florisbela] tenha tido relações com outro qualquer homem depois da morte de seu marido, senão o réu, e assim se acha exuberantemente demonstrado que o réu vive em constante adultério".[405]

Os processos de divórcio analisados evidenciam que o adultério esporádico, como resultado de relações com diversas mulheres, tinha peso menor diante do tribunal eclesial que o concubinato estável.[406] O adultério masculino esporádico era visto com complacência e apenas como resultado da incontinência própria do gênero. Mas o concubinato público e notório, devidamente comprovado, era motivo para a Igreja aceitar o divórcio.[407] Entretanto, mais do que as causas oficiais para se conceder o divórcio, descritas nos compêndios, manuais e na legislação eclesiástica, interessa-me, ainda que de modo parcial, desvendar as causas pessoais, no âmbito da vida pessoal, reveladoras de atitudes e sentimentos que moviam as requerentes, uma vez que a ruptura conjugal é um dos elementos que determina a formação de domicílios com chefia feminina. D. Rosália revela a real motivação da separação que culminou com o divórcio em setembro de 1876,

> em maio de 1865 reconhecendo que todo amor de seu marido se achava empregado a D. Florisbela e sendo isso público e notório como já se disse [...] com grande pesar, não podendo mais suportar tanto desprezo, tanta ingratidão resolveu de autoridade própria, fundamentada nas Constituições do Arcebispado da Bahia, separar-se de seu marido ...[408]

---

405 AEAD – Diamantina, Processo de divórcio,1876

406 Sobre as tipologias de concubinato, ver NETTO, Rangel Cerceau. Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH / UFMG, 2006.

407 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Divorce in colonial Brasil: the case of São Paulo. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.330; SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões da vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado)

408 AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, 1876

E logo em seguida retirou-se para a Corte, vivendo honestamente em companhia de sua mãe, D.Maria Farnese. Entre 1865 e 1876, o réu foi chamado à reconciliação com D.Rosália, mas não se pronunciou a respeito. Todas as testemunhas do processo foram unânimes em confirmar o adultério prolongado em virtude do concubinato e o sofrimento de D.Florisbela.

Pela acusação de adultério, a evidência do concubinato, comprovado com base em evidências empíricas por testemunhos unânimes, foi concedida a separação perpétua, *quoad thorum et cohabitationem.* Certamente o divórcio foi uma ruptura do ponto de vista legal, mas é bastante provável que, para D. Rosália, como de resto para muitas outras mulheres que viveram situações similares, este tipo de experiência tenha permanecido na memória, constituindo parte da nova condição identitária. Os vínculos não se quebram por completo, embora tomem novas feições e qualidades, porque deixam marcas.

Em vários processos de divórcios pedindo a dissolução do casamento e partilha dos bens, as mulheres são autoras e os motivos aparecem associados: infidelidade, maus tratos, injúria grave, perigo de vida, abandono do lar, como foi o caso de Francisca da Encarnação, com aproximadamente 60 anos, casada com João Henrique Pereira há mais de trinta, moradora em Cafundós Grande, no distrito do Rio Vermelho, município do Serro.[409]

Em outubro de 1872, Francisca entrou com ação de divórcio, alegando que "em razão da vida pública e notoriamente adúltera que leva o seu dito marido, em razão de injúrias graves contra ela praticadas e por correr perigo de sua vida, a separar-se dele por própria autoridade...". Após trinta anos de vida em comum, ela se separa por sua conta, alegando que essa ação era facultada pelas Constituições do Arcebispado da Bahia, no título 72, números 312 e 316. Deixou o lar e por mandado foi depositada na casa de Francisco de Paula Bran-

[409] Todos os processos de divórcios, referente Diamantina foram analisados primeiramente por SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões da vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado

dão, com mais quatro escravos, assumindo o mesmo as obrigações de fiel depositário na forma da Lei.[410]

Pela análise do processo, fica evidente a vida desregrada de João Henrique, além dos espancamentos, maus tratos e desprezo pela mulher, desconsiderando todos os motivos alegados para o divórcio, numa linha argumentativa que busca inferiorizar a mulher. Justifica seus constantes adultérios desqualificando a esposa, afirmando que "com o devido estado e idade da autora [Francisca] maior de sessenta anos, tornando-a imprestável para o débito conjugal [...] sendo que a infidelidade por parte do réu [João Henrique] quando se desse, não poderia ser capitulada de adultério". Diz ainda que não seria necessário narrar no processo todos os dissabores que lhe tinha feito sofrer o dito marido em sua longa vida em comum, e

> que ela resignada sofreria até a morte, disposta a levar a sua cruz ao calvário, se não fosse o fato extraordinário e pode-se dizer espantoso, viesse repentinamente cortar toda a sua esperança na possibilidade de continuar a viver, ainda que mal, na companhia de seu marido [411]

O fato extraordinário a que Francisca se refere foi ter surpreendido o marido tentando intrometer, durante a noite, na cama de Maria, com intenção de molestá-la. Maria era filha de Maria Oradora, e "tida no conceito de todo o povo do Rio Vermelho, por filha adulterina de seu marido, até mesmo por ser educada no colégio da cidade à suas custas". É provável que Francisca já não compartilhasse o leito com o marido, pois o mesmo dormia em quarto separado na casa e, por isso, a mesma mantinha Maria dormindo em uma cama em seu próprio quarto, temendo pela honra da moça. Além dessa acusação de possível incesto, Francisca não parou por aí, havia uma lista infindável de delitos cometidos pelo incontinente marido, que ia deste a diversas concubinas teúdas e manteúdas, todas listadas e nominadas no processo, além de defloramentos,

---

[410] As mulheres eram depositadas a mando do juízo eclesiástico em casa de pessoas idôneas da comunidade nos casos em que as autoras dos processos corriam riscos de vida.

[411] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, Caixa 199, 1872

como, por exemplo, o caso em que "deflorara Maria Cordorninha, conviveu com ela algum tempo e a deixou desgraçada", como até obrigá-la a assinar papéis e escrituras de doação, entre outras coisas, de uma casa no lugar chamado paulista a uma de suas concubinas, chamada Jacinta de Paula, sendo ameaçada de ter as costelas quebradas, caso não fizesse o que ele queria.

Todas essas acusações, uma a uma, foram rebatidas pelo esposo, que se considerava vítima de inimigos políticos e intrigas da localidade, que estavam induzindo sua mulher a agir dessa maneira e, portanto, improcedente a ação de divórcio. Invocando a legislação eclesiástica, alegava que

> é corrente em direito que o adultério cometido por quaisquer dos cônjuges, quando é requerido de aquiescência e posterior co-habitação do ofendido, não lhe dá base para ação de adultério. Visto que se presume reconciliação entre ambos, reconciliação que segundo ensinam os canonistas, é aconselhada por direito e considerada legítima [...] e que na hipótese de serem exatos os fatos de adultério alegado nos artigos referidos, por eles não pode o réu [João Henrique] ser demandado, visto a longa e posterior co-habitação em que estiveram os cônjuges [412]

O argumento acima evidencia a existência dos adultérios, mas durante o processo, nas réplicas, continua a se atribuir aos "odiosos e reprovados inimigos" a causa da presente ação, uma vez que "não é possível que sua esposa, maior de sessenta anos, já fora dos períodos das paixões, deixasse o lar onde sempre viveu sem queixa, para vir da noite para o dia entregar-se espontaneamente aos inimigos de seu marido." Assegurou ainda que Francisca sempre viveu em sua companhia

> dispondo de sua vida, liberdade de espírito e de ação, pois embora não seja atendida em finezas e galanteios feminis, nunca seus modos rústicos e naturais coagirão sua mulher, transmudando-a em vítima resignada perante a crime e desrespeito [413]

[412] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, Caixa 199, 1872
[413] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, Caixa 199, 1872.

E dizia mais, que, apesar de todo o ocorrido, "estava pronto a recebê-la e perdoá-la."

As testemunhas confirmaram os adultérios e os maus tratos infligidos a Francisca. O processo de divórcio perpétuo estendeu-se de 25 de outubro de 1872 a 14 de março de 1874, tendo o réu ao final desistido dos pedidos de embargos, tendo sido condenado também a pagar os custos do processo.

Outra Francisca, essa chamada Francisca de Souza Pereira, moradora no lugar denominado Ribeirão do Ouro Fino, também distrito do Serro, teve um histórico conjugal muito similar. Infidelidade do marido Leocárdio Gonçalves Chaves, maus tratos, tratamento ofensivo, doação de patrimônio do casal, acrescido do fato de não ser um bom pai e do de abandono do lar para viver com a concubina, em terreno vizinho a seu sítio.[414]

Após a separação e partilha dos bens do casal, Francisca continuou na região, chefiando seu domicilio e proprietária de uma roça. Provavelmente uma entre as duas que fazia parte dos bens, e em que já morava antes do desenlace. Restou ainda um reduzidíssimo plantel constituído por dois escravos, para ajudá-la a continuar a tocar seu negócio, plantando milho e produzindo aguardente em seu engenho movido a água, com uma filha solteira.

O concubinato de seu marido foi, entre uma série de motivos, o que a fez solicitar o divórcio. Segundo ela, tempos depois de casada o marido começou a ter "relações ilícitas cometendo adultério com Rosa Correa de Morais, casada que foi então com Agostinho Alves de Brito, escravos de D Luisa Alves de Brito". Dizia ainda que "desde o começo dessa relação ilícita o réu [Leocárdio] passou a maltratar a autora [Francisca], abandonando sua companhia e faltando incessantemente com seus deveres maritais". Desaprovando a atitude do marido, solicitou-lhe

> que deixasse a má vida em que se encontrava e voltasse seus cuidados para ela e os filhos. O réu, em vez de assim praticar, fez com que Rosa abandonasse a companhia do marido e com ele fosse morar e se achava morando até hoje, escandalosamente e desbaratando os bens do casal no intuito de deixar [lhe]

[414] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, Caixa 199, 1872.

> sem ter com o que manter-se e a uma filha solteira que vive honestamente em sua companhia. [...] E toda vez que pedia para manter a sua família algum socorro, este a maltratava com palavras ofensivas e ameaçadoras [415]

Francisca alegou ainda que "sempre conservou e conserva-se no seu posto de honra, procedendo honestamente, vivendo do seu trabalho na roça, e sendo hoje ela, sua filha, acompanhadas de seu filho Apolinário". E reconhecendo a intenção do marido de desbaratar todos os bens do casal — uma vez que recentemente "havia feito a doação de uma escravinha à sua concubina Rosa Correa Alves, a título de remuneração de serviços a ele prestados" — foi forçada a entrar com o pedido de divórcio.

Na realidade, o adultério do marido já durava mais de vinte anos, tendo ele morado em seu moinho a pouca distancia de sua casa de vivenda, e depois que se mudou para a beira de Guanhães, continuava com Rosa. Parece que para Francisca a situação foi suportável até o momento em que o marido começou a utilizar o patrimônio do casal para beneficiar a concubina, em prejuízo dela e de seus filhos.

Outra questão relevante é que, ao contar o episódio da doação da escravinha para a concubina, Francisca confirma aquilo que muitos historiadores da família já suspeitávamos, muitas dessas doações "a titulo de remuneração por serviços prestados" escamoteavam a real natureza das doações e das relações estabelecidas entre determinados homens e mulheres.

Todos esses fatos, adultério acompanhado de concubinato estável, maus tratos, dilapidação do patrimônio, abandono do lar, negação de prover os filhos, longevidade da relação concubinária durante mais de vinte anos, foram confirmados pelas testemunhas do processo, inclusive as doações a "pretexto de remuneração de serviços". Algumas acrescentaram que Francisca vivia em companhia dos filhos, ocupada com o "serviço de sua lavoura para se sustentar". Diante dessas evidências, pode-se dizer que o real motivo do pedido de divórcio tenha sido conseguir a divisão das propriedades e dos bens, evitando o

[415] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, Caixa 199, 1872.

risco de que boa parte deles — para cuja aquisição, certamente, contribuiu com seu trabalho — mudasse de dona.

O processo de divórcio foi encerrado em julho de 1872, declarando a separação perpétua do casal, procedendo-se o inventário e partilha amigável de seus bens. Com a divisão dos bens, Francisca continuou com o sítio do Ribeirão do Ouro Fino, onde já vivia tocando sua lavoura com os filhos para sobreviver e com o qual pôde tocar sua vida com autonomia e sem perdas materiais.[416]

Eventos como esses não foram prerrogativas da sociedade mineira e brasileira. No Chile a maioria das mulheres que recorreram ao tribunal eclesiástico a fim de obterem o divórcio, o fizeram em virtude do adultério de seus maridos, sevícias e maus tratos. Muito embora essas mulheres tenham construído todo um discurso em cima da infidelidade de seus maridos, que era mais bem aceita, o pano de fundo eram as sevícias e os maus tratos. Para a Igreja Católica chilena, as sevícias não constituíam problema para a norma eclesiástica, pois o direito do homem corrigir a mulher era aceito socialmente a ponto de ser considerado justo o marido maltratar a mulher se o homem o fizesse com moderação e com o único intuito de corrigi-la. Este comportamento perpassou todas as camadas sociais durante séculos.[417]

4.1.2. Separações por mútuo consentimento

Segundo Maria Beatriz Nizza, no final do século XVIII foi criado um novo tipo de divórcio no Brasil e que não fazia parte do repertório previsto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – divórcio por mútuo consentimento. Provavelmente deve ter surgido a partir da prática costumeira visando não só a simplificar o processo de divórcio, agilizando o inventário e a partilha dos bens,[418] bem como a atender outras realidades que se apresentavam na vida

---

[416] AEAD – Diamantina, Processo de divórcio, Caixa 199, 1872.

[417] CARMAÑO, Priscilla Rocha; ESPINOZA, Carlos Vivallos; GRAZIA, Leonardo Mazzei. De mujer golpeada a mujer engañada. Quatro juicios de divórcio eclesiástico en el bispado de Concepción (1844-1880), Historia, n. 38, v. II, jul/dez, 2005, p.465-481.

[418] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Divorce in colonial Brasil: the case of São Paulo. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.333.

conjugal. No caso de Minas Gerais, os casos encontrados foram realizados por meio de escritura pública na justiça civil e aparentemente tinham como objetivo fazer a separação de bens, porque a de corpos parecia já existir entre os casais que se divorciaram por mútuo consentimento. Como, por exemplo, o caso do divórcio por mútuo consentimento realizado entre D.Mariana Vicência da Silva e Oliveira Rolim e o capitão Floriano Martins Pereira, realizado por escritura pública, em 3 de outubro de 1845, na cidade de Sabará, na residência do reverendo doutor José Mariano Gomes Batista. Estavam presentes

> o capitão Floriano Martins Pereira, morador em sua fazenda do Buraco, distrito de Lagoa Santa e a mulher deste, por sua procuração o dito doutor José Mariano moradora na dita fazenda [...]. Pelo capitão Floriano me foi dito em presença de testemunhas adiante nomeadas que propondo sua dita mulher em juízo uma ação de divórcio contra ele e querendo-se concordar com a vontade dela, com a separação *quoad thorum et cohabitationem* e ainda a separação dos bens do casal constantes presentemente, por isso de hoje para sempre se reconhece divorciado de sua mulher também pelas leis civis, uma vez que *não é do gosto de sua dita mulher continuar a viver em companhia sua* e nem a ele dito convém a continuação desta situação, pois que a outorgada sua dita mulher *não pode e nem quer* nela continuar pelo que amigavelmente avaliarão e separarão todos os bens existentes no seu casal até o dia de hoje"[419] (grifos meus)

Pela afirmação do capitão de que sua esposa *não pode e não quer continuar* naquela vida, é possível pensar que Mariana Vicência optou pela vida conventual, talvez como religiosa, uma vez que partiu dela o pedido de divórcio. Em setembro de 1845, quando passou a procuração com plenos poderes para o reverendo José Floriano Gomes Batista, e para João Evangelista Amado e José de Aquino a fim de poderem representá-la, Mariana estava morando no Recolhimento de Macaúbas, assim como, em 1832, quando da morte seu pai, o padre Rolim.[420] Junto com divórcio, foram efetuados o inventário e a divisão dos bens

[419] MO, ACBG, LT, Escritura Pública de Divórcio, 1845.
[420] BAT, Caixa 39, livro 2, Livro de Registro de Testamento, 1832, p.21v.

do casal. No formal de partilha, ficou acordado que não entrariam na partilha os bens trazidos pela autora quando se casou.

Outro processo de divórcio realizado por escritura pública foi de outra Mariana, esta casada com o sargento-mor Manoel Ribeiro Viana, e realizado em Sabará, trinta e cinco anos antes, a 10 de maio de 1810. Em maio de 1810 — estando em sua casa de morada junto com seu marido e doente de cama Dona Mariana Isabel de Souza — foi dito, em presença do escrivão e de testemunhas, que "como há vários anos se acham separados, sem comunicação de *thoro uom anima* e assim não desejam mais se tornarem a ajuntar [...] fazem a separação de bens do seu casal para cada um deles com a sua meação poder usufruir e dispor em vida".[421] Relata ainda D. Mariana que

> foi feita a separação do *thoro* por motivos que não tem precisão de fazer públicos, mas que ficam em suas consciências. São havidos legitimamente reputados como verdadeiros para a dita separação, a razão de sua enfermidade em que de presente se acha nela [422]

Tudo leva a crer que, por trás desse divórcio de mútuo consentimento, existia algo mais sério que afligia D. Mariana e a fez tomar a decisão de se separar. Algum acontecimento, ou sucessivos acontecimentos, no decorrer da vida em comum que ultrapassavam o objetivo de divorciar apenas pela divisão dos bens. Afinal, já estavam separados e, ainda assim, não quis tornar público os reais motivos do divórcio.

Com a divisão dos bens e partilha, coube a D. Mariana a quantia de 5:000$000 (cinco mil contos de réis) para dispor em vida. Parece que nenhum desses dois casais teve filhos. Nestes casos específicos o divórcio provoca a dissolução da família, pois são laços que se rompem efetivamente. De certo modo, conferem maior grau de liberdade a essas mulheres de gerirem suas próprias vidas.

---

[421] MO, ACBG, LT, Escritura Pública de Divórcio, 1810.
[422] MO, ACBG, LT, Escritura Pública de Divórcio, 1810, fl.166.

4.1.3. Mulheres como rés nos processos de divórcio

Afirmar que a maioria dos pedidos de divórcio foi impetrada por mulheres não quer dizer que os homens não tenham feito solicitações. Dos doze processos encontrados para o período em estudo nos diversos arquivos mineiros, apenas dois foram de homens.

Em 1876, Firmino Rodrigues Torres propõe uma ação de libelo civil de divórcio contra sua esposa, Francelina Maria de Jesus, sob a alegação de que

> foi casado com a ré [Francelina] muitos anos e que sempre viveu bem e a tratou pela maneira que todos os maridos deviam tratar suas esposas, mas que a dita sua mulher no ano de 1863 foi-lhe infiel cometendo criminoso adultério com Cremencio de Almeida Maranes e outros a tal ponto que o autor [Firmino] viu-se obrigado a desprezá-la de sua companhia, retirando-se para a casa de seus pais, e por se achar de fato separado o autor [Firmino] da ré sua mulher continua esta com tudo ter filhos adulterinos, quando [ele] estava residindo em companhia do seu pai ai tido vida honesta e regular e que tão logo teve consciência da infidelidade da [esposa] que da mesma se separou e absteve de toda e qualquer relação a vida conjugal [423]

No Direito Civil, quanto no Eclesiástico, a quebra dos votos de fidelidade no matrimônio era considerada como falta grave, tanto para o homem, quanto para a mulher, no entanto a mulher ficava em desvantagem do ponto de vista jurídico e mesmo sócio-moral.[424]

No caso de D.Francelina, sua vulnerabilidade estava no fato de que todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que sua infidelidade era pública e notória. A fama pública deixou-a em franca desvantagem, tornando aos olhos da Igreja uma mulher desonrada. Segundo Leila Algranti, as mulheres desonradas eram "todas aquelas que não se conservassem castas até o casamen-

[423] AEAD, Processo de divórcio, Caixa 199, 1876.
[424] BEVILÁQUA, C. Direito de Família. 7ed, Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976. p. 362-363.

to e as que traíssem seus maridos, fossem elas da elite ou das camadas mais baixas da sociedade".[425]

Em relação à honra, Ann Twinam vai um pouco além, buscando a matriz fundadora no Cristianismo, afirmando que este durante séculos foi muito bem-sucedido em impor um elaborado conjunto de regras de comportamento sexual para a mulher, especialmente para a mulher casada, visando assegurar a preservação dos interesses sociais, políticos e familiares. E, levando-se em conta que "essas restrições eram definidas por homens, estes designavam às mulheres o mais pesado dos fardos da manutenção da honra: proteger a própria honra bem como a de sua família".[426]

D. Francelina foi intimada a comparecer a audiência de conciliação, mas recusou-se a comparecer, retirando-se "para longe com o fim de não ser incomodada pelos oficiais deste juízo". Considerando a recusa de Francelina, confirmado o adultério pelos depoimentos das testemunhas, a separação perpétua foi concedida.

Singular foi o caso do divórcio de D.Francisca de Assis, cuja ação foi impetrada pelo marido José Querino de Aguiar sob alegação de abandono do lar em 1895 por mais de dois anos. D. Francisca viveu casada com José Querino de 24 de abril de 1865 a 1884, quando deixou o lar. Segundo José Querino

> viveu ao longo dos anos em harmonia, apesar de alterada por insignificantes divergências até o dia 10 de março de 1884, sem que tivessem filho algum. Nessa época, [...] retirando-se sua mulher para Ouro Preto, sem consentimento do suplicante, abandonou até hoje o domicílio conjugal, tendo residido parte do tempo em São Paulo, sem que os esforços empregados a principio pelo suplicante a fim de vê-la estabelecida em seu lar tivessem resultado. Não convindo ao suplicante continuar nesse estado de incerteza e de comunhão de bens, quis intentar a

---

[425] Algranti, Leila Mezan. Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. São Paulo: Ed. José Olympio, 1993, p.122.

[426] TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989.

> ação de divórcio facultada pelo artigo 82 parágrafo 3º do Decreto nº181, de 24 de janeiro de 1890 [427]

Segundo Eni de Mesquita Samara, com a República, o decreto 181 de 24 de janeiro de 1890 regulamentou o divórcio civil no Brasil, podendo ser movido por ações cíveis litigiosas ou amigáveis, sendo incorporado na Constituição de 1891, porém, por pressões da Igreja, o casamento indissolúvel ficou mantido.[428]

Para Dayse Lúcide mesmo com a secularização do casamento proposto por tal decreto não alterou significativamente o "divórcio" em sua acepção canônica, uma vez que continuou a designar a mera separação de corpos, permitindo segundas núpcias exclusivamente no caso de viuvez ou anulação de casamento.[429]

José Querino está amparado pela lei de 1890, mais especificamente na forma do artigo 11 do decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, o qual estabeleceu que o abandono do lar por mais de dois anos daria direito ao divórcio. Sob esta alegação, a de que D. Joana abandonou o lar por mais de dois anos continuados, ele pode requerer o divórcio e o requer litigioso. Intimada, D.Joana é representada por seu advogado. Defende-se fazendo a réplica, alegando que não deve ser condenada, concorda tão somente com o divórcio, a que não se opõe. E prossegue em sua defesa:

> que só abandonou o domicílio conjugal, depois de não mais poder suportar as sevícias morais que lhe infligia seu marido. Pois, que o autor faltava-lhe com a fidelidade conjugal; estando no lugar de sua residência, deixava-a, em sua casa a sós, dias e noites inteiras e consecutivas, as quais ele passava em agradáveis distrações, entre as quais a avultava a de jogos, onde consumia o produto do trabalho e economias dela. Que, devido a esses motivos, deixou então a companhia do autor e, em lugares diversos, tem-se conhecimento [que está] no exercício do magistério primário, de cuja profissão lhe há provando os meios de

---

[427] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

[428] SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 1989.

[429] SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Entre a norma e o desejo: estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. p. 97-103.

> subsistência. Que, com quanto ela tenha tido correto proceder, vivendo honesta e honradamente, nunca o autor, pessoalmente, procurou-a ou convidou-a a voltar ao domicilio conjugal. Não obstante, esforçando-se por olvidar o passado, quis voltar a esse domicílio e conviver com o autor – o qual injustamente repudiou-a, como confessa no libelo. Portanto, que não só nos anos anteriores, como de o 1894 a esta parte, tem estado fora do domicílio conjugal: anteriormente devido, como disse, a maus tratos (...) [430]

Por ser um divórcio litigioso, a cada réplica a defesa sempre tendia a contrapor a outra, e o argumento do marido José Querino se sustentava no fato de D.Joana ter abandonado o domicílio, pois ele

> fundando a sua ação simplesmente no abandono do domicílio, não procurou, nem de leve, macular que não são verdadeiros os fatos alegados pela ré relativamente ao proceder do autor, pois este, cumprindo sempre os deveres maritais, não lha infligia de vícios morais como alega, sendo seu viver conjugal sempre plácido, apenas alterado, de longe em longe, por pequenas discussões oriundas do gênio exigente da ré. [431]

Prosseguiu sua argumentação dizendo que, com a saída de D. Joana de casa

> Perdeu-se completamente o elo moral que as ligava em 1865, levados pela esperança fagueira e risonha de um futuro ditoso, se haviam recebido a face do altar, desapareceu também a atração mútua e o interesse que as deviam prender indissoluvelmente. Impossível é ainda a vida em comum desde que a ré, postergando a consideração e respeito que deve dispensar a seu marido, deste separou-se para, aspirando uma atmosfera livre, isenta das peias do poder marital, matar, de vez, no coração do autor, convertendo-as em amargas desilusões, as esperanças fagueiras com que o amor e a confiança haviam dourado a aurora risonha sagrada dos primeiros dias de seu viver conjugal. É, pois, necessário um remédio para o autor e ré que tiveram o infortúnio de ver, pelas dissensões contínuas, convertidas em torturas [432]

---

[430] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

[431] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

[432] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

Percebe-se toda uma produção discursiva e retórica rebuscada que, provavelmente, não refletia a realidade. O casal já estava separado de fato havia mais de dez anos. Esse discurso certamente visava a garantir o objetivo principal: a divisão de bens. E, especialmente, para José Querino, garantir o não-pagamento das custas processuais. É evidente que o divórcio apenas formalizou juridicamente uma *situação de fato.*

O processo de divórcio diz pouco sobre a vida do casal, especialmente a de D. Joana, que interessa a esse estudo. Entretanto, o processo continha algumas correspondências que são muito reveladoras do que se ocorria na vida cotidiana. A participação de outros atores sociais em todo o desenrolar do processo, da separação ao divórcio, pessoas muito próximas do grupo de convívio dos protagonistas, diz muito sobre as redes de amizade, mas muito mais sobre o quão estava arraigada na sociedade a crença na "indissolubilidade do casamento". Era preciso fazer de tudo para manter o matrimônio, a família.

Devido à precariedade dos meios de comunicação naquela sociedade, cartas, bilhetes e recados constituíam o instrumento mais adequado para tal, a melhor forma para se manter contato, para se sentir próximo das pessoas, ter notícias, contar a vida, compartilhar sentimentos, saber das novidades. Era um modo de suprir a ausência e encurtar a distância entre as pessoas. Para Maria Lúcia Camargo, tanto o emissor quanto o destinatário na escrita epistolar compartilham espaços comuns de privacidade, segredo e trocas de informações, estabelecendo uma relação de confidência e cumplicidade. Ainda segundo a autora, o conteúdo das cartas "pessoais, escritas por um sujeito concreto e dirigidas a um destinatário específico [...] ancora-se no real e nas circunstâncias e quase sempre trata da intimidade, tendo, por isso mesmo, um cunho íntimo e, até confessional".[433] Quando sai desse universo privado, a escrita epistolar[434]

---

[433] CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. Atrás dos olhos pardos: uma leitura da poesia de Ana Cristina César. Chapecó: Argos, 2003, p. 223.

[434] Mariana Muaze lembra que este tipo de escrita requer uma reflexão: sobre quem as escreve e quem as lê, em que condições foram escritas, quais suas características enquanto objeto material (tipo de papel, tinta, envelope), como foram enviadas ou entregues (correio ou portador). Sobre o assunto, ver: MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Niterói, RJ: UFF, 2006. (Tese, Doutorado) p. 40-41.

passa a ter um caráter documental, merecendo uma reflexão sobre sua condição de *produção e apropriação*.[435]

Nesse aspecto, as cartas trocadas entre esses diversos atores sociais dão uma idéia do movimento que foi feito na tentativa de reaproximar o casal. As primeiras tentativas, como não podiam deixar de ser, foram efetuadas pelo padre Antonio Maximiano. O vigário de São Gonçalo do Tejuco tentou cumprir seu dever de ministro de Deus, exercendo o papel de mediador com o objetivo de conseguir a reconciliação do casal. Há indícios de que escreveu várias cartas a D.Joana, mas ainda assim ela continuou resistente, talvez por querer que o próprio marido a procurasse e não se utilizar de terceiros para a tarefa. Não foram encontradas as cartas do padre Antonio Maximiano, porém o teor pode ser deduzido a partir da resposta de D. Ana em 27 de julho de 1884, em que acusa o recebimento das várias cartas que o vigário lhe tinha escrito, no sentido de

> ajuntar-me a meu marido e de certo modo exprobrando o meu procedimento, não sabendo V.Revmo. das cartas, que tem me dirigido o mesmo senhor meu marido. Cartas Revmo. senhor pelas quais vejo que é impossível a nossa união, e que se ele promete como diz V.Revmo. em suas atenciosas cartas, certamente essas promessas não merecem fé.
>
> V.Rvmo. sábio como é, salva um imperioso e sagrado dever, compreendo, mas com certeza ignora o que tem se passado de portas a dentro, o modo insólito pelo que fui tratada. Porém, quanto a isso ponho tudo de parte, porem Revmo Senhor. E as cartas escritas ao meu cunhado Jose Egydio de feliz memória, e as cartas insultuosas, escritas a mim e que as conservo? Em casos tais resolvi para de um modo honesto, lícito e de parca subsistência, a tirar uma cadeira do sexo feminino do arraial do Tijuco, a qual hoje estou regendo competente e legalmente titulada [...]. a humilde serva, Joanna Francisca de Assis [436]

[435] CHARTIER, Roger. Entre práticas e representações. CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

[436] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

Ao estudar a condição das mulheres sós na Europa, Cécile Dauphin chegou a conclusão de que

> a despeito das legislações variáveis e das taxas muito desiguais de país para país, o recurso do divórcio ou a separação das pessoas torna-se um instrumento de libertação para as mulheres [...], solidão suportada ou liberdade reivindicada, o divórcio encontra terreno favorável quando o ensino secundário destinado às raparigas se tornam menos raro e o bem estar mais difundido [437]

Não há dúvida de que, no caso de D. Joana, o fato de ter tido educação escolar, ter-se tornado regente de classe "legalmente titulada" — cargo que lhe possibilitou adquirir autonomia, ainda que de "parca subsistência", como ela dizia — deve ter influenciado em sua decisão de não voltar a viver com o marido e aceitar a separação legal.

Outra carta, datada também de 1884, agora do afilhado Ulisses para o padrinho marido de D. Joana, sugere que houve mais uma tentativa de trazê-la de voltar ao lar. Escreve o senhor Ulisses Pena, morador na Conquista, hoje Itaguara.

> Passando aqui ontem por Mariana não me foi possível ver D. Joaninha que aqui se acha, e então conversei com D. Emilia a respeito o que ai combinamos, com o que esta se mostrou muito contente e pediu-me com instância para hoje procurá-la de novo, e que encontrava com D. Joaninha.[438]

Retornando, depois, o senhor Ulisses Pena expôs-lhe o motivo da

> minha visita e propus para ir a Congonhas para dali seguir com minha família até conquista o que foi debalde, não só pela causa referida, como para alegar D. Joaninha certos pretextos que a meu ver nada valem. Entretanto, insistindo eu com esta tive por

[437] DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente 3. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999. p.490.

[438] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

> resposta final dela escrever-me o acordo que tomasse. Disse-me D. Joaninha que sua pessoa é quem deve procurá-la, e que está aqui tratando da saúde para depois continuar com a escola, enfim Deus lhe dê paciência para suportar estes reversos. Desejo muito vê-lo para melhor conversarmos, para isso é bom aparecer na Conquista do dia 17 em diante. [...] O seu afilhado Ullysses Penna.[439]

Parece que esta tentativa não surtiu efeito. Mas esclarece bem as estratégias de aproximação do cônjuge, tendo amigos, parentes, como mediadores, na tentativa de se conseguir a reconciliação. Em 1892, quando D. Joana morava em São Paulo, escreve a seu compadre, Custódio Ferreira Dornas, morador no arraial de Santa Ana, Minas Gerais. O teor da carta revela que, mesmo distante, tinha notícias do marido. A despeito dos problemas que ela tenha vivido durante seu casamento, tudo indica que em alguns momentos chegou a pensar na possibilidade de reconciliar-se com o marido, caso ele a procurasse. O marido já havia feito uma tentativa em 1884 por meio do afilhado, quando morava em Ouro Preto. Diz na carta a seu compadre que se o marido "quiser vir ou mandar me buscar que venha e se não quiser é a mesma coisa". Após perguntar por todos, falar de seu trabalho como professora, contar que é estimada por todos onde trabalha e que está "vivendo sem marido há anos", honestamente, termina a carta com um desabafo

> Se no dia 29 de Abril de 65 [data do casamento] eu soubesse e tivesse a experiência que tenho na época atual, o seu compadre Jose não se casava comigo, mas fui tola e covarde, hoje estou de *caráter republicano, abuso de marido e de tudo o que pode me incomodar*, quero viver sossegada. Eu desejaria encontrar com seu compadre Jose sozinha para ver o que ele faria comigo. Estou certa que ele não tem coragem de vir aqui em São Paulo, a coragem dele é só de fanfarronices, quanto aos bens que tenho eu saberei deixar para quem eu quiser. Quando eu morrer não ficará a gosto de seu compadre, digo com franqueza que abuso e não faço caso dele. Adeus compadre e a minha benção a

[439] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

> Narciza, lembranças à comadre e a todos de sua casa, escreva-me breve. Sua comadre Joanna Francisca.[440] (grifo meu)

A fala de D. Joana reflete de alguma maneira a influência da mudança de regime político, na sua visão republicana sobre a liberdade feminina. O discurso de obediência ao marido vai se tornando opaco. A autonomia de D. Joana é explicitada na sua condição de escolha e de mulher trabalhadora funcionária do Estado, o que lhe permite ser chefe do seu domicílio e de sua vida. O juiz julgou procedente a ação, declarando o casal legalmente divorciado, separados os corpos e extinto o regime dos bens que partilharam em inventário na forma da lei. D. Joana foi condenada a pagar as custas do processo, encerrado em 26 de outubro de 1896.

Entre os processos analisados, não foi identificado nenhum que fizesse referência à mulher negra, parda ou mulata, o que me faz inferir que todas elas eram brancas ou reputadas como tal. O que não quer dizer que só as mulheres brancas divorciavam. Daí a singularidade do caso de Tereza Barbosa, na primeira metade do século XVIII. Tereza, negra liberta, foi casada com José Fernandes Franco, um mulato, cujo divórcio foi solicitado em função de adultério e maus tratos. Conta Tereza Barbosa que era maltratada pelo marido, embora ele tenha sido um escravo em Minas Gerais, onde ela lhe comprou a alforria, além de casar-se com ele. Tereza diz ainda que, ele, esquecido disso, tornou-se "ingrato", maltratando-a, arrumando amantes e destruindo suas propriedades. Diante disso, Tereza solicitou o divórcio sem partilha de bens e que o marido continuasse sustentando-a.[441]

Se comparados com o número de mulheres habitantes da região em estudo, pode-se considerar que são poucos os divórcios. Mas é o caso de se perguntar se estes não seriam apenas o que restou com o decorrer do tempo? Do ponto de vista espacial, os processos encontrados são representativos, pois pro-

---

[440] CEPEHR – Centro de Pesquisa e Estudo de História Regional, Processo de Divórcio, Projeto Mesopotâmia Mineira – Pará de Minas, MG.

[441] AC, Processos, 15, 1, 8, 1746. Citado por SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Divorce in colonial Brasil: the case of São Paulo. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.332.

cedem de região variada e diversa no que se refere a, inclusive, desenvolvimento, assim como a mulheres de diversas camadas sociais. Outra questão a ser considerada é que, muito provavelmente, existiram muitos casos de separação que não chegaram a ser formalizados, tanto no tribunal eclesiástico como na justiça civil. É preciso indagar ainda quantas mulheres não devem ter preferido resignadamente *levar a cruz até o calvário*, como sugeriu Francisca da Encarnação a entrar com algum processo, uma vez que os diversos estudos têm demonstrado que somente a infidelidade conjugal não resultou em processos de divórcio. Pode-se afirmar, entretanto, que boa parte dos divórcios transformou a formação doméstico-familiar, contribuindo para o aumento de lares com chefia feminina.

O divórcio apresenta-se então como um ciclo que se fecha na vida da mulher, ao mesmo tempo em que mantém, desfaz, constrói e reconstrói identidades. A experiência vivida muito provavelmente se constitui como parte da sua nova condição. O mesmo pode-se dizer das mulheres que sofrem ruptura conjugal involuntária, que é o caso das viúvas.

4.2. Separação informal – mulheres casadas com maridos ausentes e chefia feminina

A constatação de mulheres vivendo sós em seus domicílios foi um fenômeno recorrente tanto no Brasil, quanto na América Hispânica. Diversos estudos buscaram identificar as razões desse abandono conjugal tão freqüente, inclusive em Minas Gerais. A tese mais recorrente é a mobilidade geográfica, migração em busca de trabalho ou de melhores condições de vida, em alguns casos retardando para sempre o retorno.[442] Esses homens, em grande maioria,

[442] DIAS, Maria Odila L.S. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 1989; PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; FIGUEIREDO, Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII, 1997; FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF), entre outros.

iam embora, se estabeleciam em outras paragens com uma concubina e nunca mais davam notícias, principalmente quando não deixavam para trás prole nenhuma.

Se, de um lado, esse movimento migratório dos homens em muitos casos favorecia maior autonomia, significando as mulheres controlarem as rédeas e tomarem decisões, de outro essas vidas se configuravam como porta entreaberta, a mulher poderia viver na espera de um retorno que não ocorria, na maioria dos casos. Ou poderia ocorrer já no final da vida, quando o marido aparece requerendo direitos.

Em seu estudo sobre a mulher na América Colonial, Mary Del Priore considera que esta "mobilidade geográfica masculina era sinônimo de desvantagem para a mulher, que não apenas fica presa ao lugar onde morava, mas que via ainda as responsabilidades do companheiro se desvanecerem".[443] Em muitos casos, ocorria queda no rendimento familiar. E, no caso de existência de filhos, estas mulheres se viam obrigadas a redobrar a carga de trabalho para sustentarem a si e aos filhos, tendo na maioria das vezes que contar com a ajuda de uma ampla rede de solidariedade entre a vizinhança.

Em vários casos de domicílio de mulher casada com marido ausente, a ausência do marido é motivada por trabalho. Homens que deixam a família em busca de melhores oportunidades de sobrevivência em outras regiões da capitania. Especialmente no século XVIII, a migração interna foi um fenômeno corriqueiro. Entretanto, casos aqui considerados são de homens que foram e não voltaram, se partiram por motivo de trabalho, nunca mais retornaram, o que configurou abandono efetivo do lar. Casos como o de Henriqueta não foram incomuns no cotidiano e na trajetória de muitas mulheres que se tornaram chefes de domicílio. Henriqueta Adelaide de Paula Vieira, que, estando enferma em 1880, resolveu ditar seu testamento a Carlos Alves Ferreira, embora soubesse ler e escrever, "não estava podendo fazer seu testamento", provavelmente em virtude da enfermidade. D.Henriqueta declarou que foi "casada em face da

[443] PRIORE, Mary Del. A mulher na América colonial. São Paulo: CEDHAL / USP, 1996. (Série Cursos e Eventos, texto n.10).

Igreja com Francisco de Paula Correia, que retirou-se desta cidade há mais de trinta anos e [desde então] não soube se este é vivo ou morto e que não tive filhos legítimos e nem os tenho naturais, nem tenho pais e avós vivos".[444]

Viveu em seu domicílio na rua das Mercês, dirigindo sua vida. Aparentemente a pessoa mais próxima de seu convívio cotidiano era seu afilhado Augusto da Costa Reis. Do marido jamais teve notícias, ficou ausente de sua vida e de sua história.

Casos como esses não estiveram ausentes do cotidiano colonial, especialmente no início da corrida de ouro, mas, em certos casos, a ausência do marido não necessariamente significava viver sozinha, como foi com Henriqueta, mas podia representar o começo ou continuidade de outra história. Como é o caso de Maria de Jesus. Ela fora casada com Guilherme de Oliveira. Não sabia se este estava vivo ou morto, mas tinha um litígio de separação com o mesmo no auditório eclesiástico da Bahia. Deixou claro que não tinha dote algum, nem antes do casamento, nem adquirido pelo marido. Todos os bens que possuía eram oriundos de seu próprio negócio e, portanto, o marido não tinha direito sobre os frutos, mas, curiosamente, ela registra que "todos os seus bens foram adquiridos por meio ilícito", sem esclarecer a fonte de renda. Mãe de nove filhos, afirma que todos eles foram tidos com o brigadeiro João Lobo de Macedo. Acrescenta que, quando solteira, tivera dois filhos, "Tereza e outro exposto de nome Francisco, que parece ter sido ordenado" e quanto a Tereza, caso quisesse "entrar na partilha, entra com duas mil oitavas relativas ao dote que lhe deu com a alcunha de sobrinha".[445]

Na maioria dos casos de mulheres abandonadas pelos maridos, as histórias de vida revelaram que o casamento foi uma opção danosa sem nenhum status, seja do ponto de vista social — especialmente para as mulheres forras e mestiças — como do ponto de vista patrimonial, além de, quase sempre, dilapidar, sem nada acrescentar, o patrimônio familiar. No caso de Catarina Fernan-

---

[444] BAT, CPO, maço 94, Testamento, Henriqueta Adelaide de Paulo Vieira, 1880.

[445] MO, ACBG, CPO 1(1), fs. 107-115, Testamento, Maria de Jesus, 1720. Este caso já foi analisado por Maira de Oliveira Freitas. Cf. FREITAS, Maira de Oliveira. Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade - Estratégia patrimonial, propriedade senhorial e posses de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2006.

des, crioula forra, esta preferiu, após o pagamento das dívidas, inclusive as deixadas pelo consorte ausente, deixar os bens remanescentes para Domingos Fernandes Caldas, seu ex-senhor, do que para Manoel de Ávila Ferreira, o marido. Catarina, natural da freguesia de Santa Bárbara, filha natural de Ana Maria — que foi, também, alforriada por Domingos Fernandes — diz que:

> sou casada com Manoel Ávila Ferreira, de cujo matrimônio não tivemos filhos, nem o dito meu marido vive em minha companhia, por me deixar e ir embora. Por cuja causa faço menção de todos os bens do casal para pagamento dos declarados credores e a quem este mesmo casal deve. Advirto mais que o dito meu marido dos bens de casal não tem cousa alguma, que o dito meu marido para este casal não trouxe coisa alguma e quero que se paguem as dívidas de todo o monte, sem haver meação e caso o meu marido queira algo de cuja meação antes de se pagar as dívidas, será com o consentimento dos credores e querendo acertar suas dívidas. [446]

Embora o marido pela legislação tivesse direito à meação, Catarina instituiu como seu herdeiro seu ex-senhor, impondo condições caso o marido quisesse herdar alguma coisa.

Maridos ausentes e perdulários estiverem rotineiramente presentes na história das mulheres. Nas diversas regiões brasileiras encontram-se experiências similares entre essas mulheres chefes de domicílio. O caso de Maria do Bonsucesso, da freguesia da Sé no Rio de Janeiro, relatado por Sheila Faria, é esclarecedor neste aspecto. Maria é natural da Costa da Mina, casada e sem filhos, mas no estado de solteira teve uma filha. Em seu testamento em 1811 ficou relatado que não tinha bem algum, a não ser

> a roupa de meu uso e os que havia no meu casal, escravos e mais móveis tudo se tomou em execução pelas dívidas de meu marido e destruído tudo, desapartou-se [sic] de minha companhia e não sei dele até o presente e estou vivendo por esmola na companhia de minha filha e a dita minha filha se compadece de

[446] MO, ACBG, CPO, Testamento, Catarina Fernandes, 1780.

> minha alma a fazer por mim o que se tivesse poderia fazer por ela...[447]

No arraial do Tejuco, Marta Martins Castanheira e Bernardina da Conceição, casadas, sem filhos — ambas foram abandonadas por seus respectivos companheiros — quiseram dispor do patrimônio acumulado a fim de garantir a salvação de suas almas, uma vez que não tinham como excluir por lei os maridos ausentes da herança. Maria, mulher negra, de Benguela, dizia ter sido casada com Francisco Pereira, mas que o dito gastou os bens do casal, além de sempre estar ausente.[448] E Bernardina, cabra, era casada com Gonçalo, homem pardo que foi embora de casa, depois de "eu cair na sua indignação" [449] — provavelmente alguma discussão doméstica de grande proporção.[450]

Também Bárbara Costa, moradora no Onça de Pitangui, viu seu marido ir embora há mais de trinta anos. Para ela, a ausência dele na sua vida foi extremamente benéfica, pois pôde gerenciar sua vida e acumular pecúlio. Bárbara era filha natural de Luzia Lopes de Oliveira, preta forra, da Costa da Mina, e em seu testamento declarara que foi casada com

> Francisco Rodrigues Passos, pardo forro, que se apartou de mim há trinta e cinco anos e nunca mais dele tive noticias e nem tivemos filho ou filha e nem tenho herdeiro forçado. Declaro que *todos os bens que possuo os adquiri pelo meu trabalho e suor do meu rosto sem a ajuda de pessoa mais alguma*.[451] (grifos meus)

---

[447] Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de Óbito da Freguesia da Sé do Rio de Janeiro, Testamento, Maria do Bonsucesso, 1811. Citado por FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF). p. 162.

[448] AEAD, Cx. 521, Livro de Registro de Óbitos do Tejuco.

[449] AEAD, Cx.350, Livro de Registro de Óbitos do Tejuco

[450] Estes dois casos já foram analisados por FURTADO, Junia F. Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 81-121; FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.) O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: AnnaBlume, 2002. p.497-511.

[451] Arquivo Municipal de Pitangui, doravante - AMP – Pitangui, LT, V15, fls. 135-210, G 20 v, 176, Testamento, Bárbara da Costa, 1789.

O patrimônio de Bárbara, adquirido com o "trabalho e suor do seu rosto", não foi desprezível. Além da herança deixada pela mãe, tinha escravos, morada de casas no arraial do Onça, além de jóias em ouro e diamantes, e outros utensílios de casa e trabalho. Fica evidente pelas relações pessoais e de bens de Bárbara que esta vivia de negócios de mineração, fiação e comércio que extrapolavam a região, pois tinha procuradores em Caeté, onde mantinha uma escrava. Sem dúvida, a ascensão de Bárbara numa região onde a maioria da população era composta de brancos — cujas mulheres chefes de domicílio eram brancas, viúvas e poderosas — é um feito notável. A ausência do marido parece ter sido providencial em sua vida, pois lhe proporcionou liberdade, autonomia para dirigir seu domicílio e gerenciamento de seus bens, sem interferências e da forma mais conveniente. Bárbara não foi a única crioula forra bem-sucedida em Onça do Pitangui, outras contemporâneas suas tiveram trajetória semelhante, como Quitéria Martins e Bonifácia, e não é improvável que faziam parte do mesmo círculo e rede de relações naquele arraial.

Para estas mulheres, a ruptura conjugal voluntária parece ter servido de mola propulsora para a ascensão, o que não quer dizer que todas as experiências de abandono tenham ocorrido desse modo. Em muitos casos, especialmente de mulheres com filhos, a ausência do marido e conseqüentemente a não-participação econômica no sustento do lar, deve ter colocado muitas mulheres em dificuldades, obrigando mesmo algumas a deixarem os filhos como agregados em casas de outrem ou aos cuidados de vizinhos solidários, ou mesmo a mercê de ajuda ou esmola de outros para cobrir eventuais despesas do domicílio.

Diferentemente do encontrado por Carlos Bacellar para as regiões de Itu e Sorocaba, na capitania de São Paulo, em que o homem "tendia a deixar sua família só quando partia em busca de riquezas minerais e do índio",[452] em Minas Gerais, na região estudada, ele partia em busca não só de melhores condições de vida, mas também de novas aventuras. A documentação compulsada

[452] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo colonial. Espacio, Tiempo y Forma, serie IV, Hª Moderna, I.3, 1990, p.367-386.

evidencia que partiam e, muitos, prolongavam para sempre a ausência, constituindo novas famílias nesses lugares e deixando para trás a outra família, que ficava a mercê das mulheres conseguirem o sustento próprio e dos filhos com seu trabalho.

A julgar pela experiência de muitas mulheres abandonadas, cujos maridos não contribuíram em nada para melhoria financeiro-patrimonial, além de verem seu patrimônio dilapidado por maridos perdulários, aparentemente as mulheres solteiras e as viúvas em muitos casos teriam sido as mais bem-sucedidas.

CAPÍTULO V

RUPTURAS CONJUGAIS INVOLUNTÁRIAS E A CHEFIA FEMININA DE DOMICÍLIO

> *O passado que contemplo foi vivido e, a partir do instante em que desejo penetrar em sua gênese, não posso ignorar que foi um presente [...] A condição do historiador não é tão diferente daquela do homem de ação. Ele se transporta para aqueles cuja ação foi decisiva, reconstitui o horizonte de suas decisões, refaz o que fizeram [com a vantagem de que conhecemos o desfecho e suas conseqüências] não seriam os espectadores se não estivessem comprometidos com o passado, e a ação seria grave, se não concluísse a empresa do passado e não desse ao drama seu último ato.*
>
> Merleau-Ponty

Mulheres viúvas sempre fizeram parte do cenário mineiro colonial e imperial. Em 1832, elas respondiam por 41,4% dos domicílios chefiados por mulheres na província de Minas Gerais. Desse universo de mulheres que sofreu ruptura conjugal involuntária, o maior índice estava localizado na faixa etária de 60 anos ou mais, correspondendo a aproximadamente 36%; logo a seguir estavam as mulheres situadas na faixa etária entre 45 a 59 anos, perfazendo um total de 34,1%. Na faixa etária entre 35 a 44 anos, respondiam por 19,1%, caindo para 9,1% aquelas situadas na faixa etária de 25 a 34 anos. Na faixa etária entre 15 e 24 anos esse percentual é irrisório: apenas 1,5%.

No conjunto de mulheres viúvas, a grande concentração se situava nas faixas etárias entre 45 a 59 anos e entre 60 anos ou mais, que, juntas, respondem por 70% do total de viúvas recenseadas na província. Muitas dessas viúvas viviam sozinhas em seus domicílios ou acompanhadas de escravos, como, por exemplo, Maurícia Maria da Costa, viúva, parda de 75 anos, que vivia em seu domicílio em Santa Luzia no ano de 1831, acompanhada de um casal de escravos, crioulos, solteiros. Exercia o ofício de fiadeira, contando com a ajuda de Romana, sua escrava.[453] Outras vivam acompanhadas da mãe, de filhos e escra-

[453] APM, MP, Cx.35, doc.19, Mapa dos Habitantes de Minas Gerais, Santa Luzia, 1831.

vos. Como, por exemplo, Ana Maria do Rosário, viúva de 27 anos, branca, e em seu domicílio na região de Minas Novas viviam a filha de 9 anos, a mãe de Ana Maria, Vitória Maria do Rosário, de 60 anos de idade, e mais um escravo. Ana Maria era criadora de animais e sua mãe plantava.[454] Ou mesmo Mariana Perpétua, 48 anos de idade, cabra, viúva, moradora em Congonhas do Sabará. Viviam em seu domicílio uma filha chamada Silvéria, de 22 anos de idade, solteira, parda, e uma criança de 2 anos, provavelmente filha de Silvéria, e mais quatro escravos, sendo três mulheres, fiadeiras, e um homem, faiscador. Mariana e Silvéria também trabalhavam como fiadeiras.[455]

Estudos apontam pelo menos três fatores para o significativo número de mulheres viúvas em relação a homens viúvos naquela sociedade. A primeira delas, de ordem demográfica, reside em um fato recorrente que era a diferença de idade entre os casais. De um modo geral, as mulheres se casavam com homens, em média, sete anos mais velhos, fato que — associado ao fator da manutenção de taxas de sobremortalidade entre homens nas faixas etárias acima dos 50 anos — provocava um maior número de rupturas conjugais pelo falecimento do marido. Um terceiro fator seria o de ordem sociocultural: os homens viúvos tinham maiores oportunidades, condições de conseguirem um segundo casamento do que as viúvas.[456]

Além do mais, um novo casamento para um homem viúvo era mais vantajoso do que para a mulher. Para os homens, significava ter alguém para cuidar dos filhos do primeiro casamento, especialmente quando havia crianças pequenas, o que era comum devido ao índice de mortalidade de mulheres no parto. Para a mulher, especialmente aquela que tinha alguma posse, significaria a perda da tutela e administração dos bens dos filhos menores, bem como deixar de ter autonomia na condução da família e dos negócios.

---

[454] APM, MP, Cx.35, Mapa dos Habitantes de Minas Gerais, Minas Novas, 1831.

[455] APM, MP, Caixa 6, Mapa dos Habitantes de Minas Gerais, Congonhas do Sabará, 1831.

[456] Sobre o assunto, Cf. LEWKOWICZ, Ida; GUTIERREZ, Horácio. Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, Gilvan Ventura; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). História, mulher e poder. Vitória, ES: EDUFES, 2006; CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado).

Desse modo, as viúvas tinham muito tempo para prantear o falecido e manter as vestes pretas como era o costume, pois as leis portuguesas retiravam-lhes a condição de tutoras e administradoras dos bens de seus filhos, ou netos em caso de segundas núpcias.[457] Nesse caso, mesmo que ficasse viúva pela segunda vez, não teria direito a retomar a tutoria ou curadoria,[458] o que para a esmagadora maioria de viúvas com posses, certamente não constituiria vantagem nenhuma.

É evidente que a vida dessas mulheres em muitos casos transformava-se drasticamente em virtude desse tipo de ruptura conjugal. Movidas por contingências ou mesmo por temperamento, algumas mulheres tiveram que assumir outros papéis a partir dessas situações novas, involuntárias, que se apresentavam no cotidiano — como no caso de viuvez — ditadas pela necessidade de sobrevivência ou de conservação de bens, e para aquelas mais abastadas de certo modo havia ainda a manutenção do *status* ou da posição que ocupavam no meio social.

Arno Wehling observa que, por necessidade, [a mulher] se sobressaía e comandava a casa. Foram muitos os casos em que, enviuvando-se a mulher com filhos menores, coube-lhe a direção da propriedade rural. [...] comportando-se de acordo com seu novo papel.[459] Segundo Beatriz Nizza da Silva, quando o vínculo conjugal era rompido pelo falecimento do marido, a viúva se via em situações econômicas bastante distintas. Por exemplo, se não tinha filhos, ficava com a metade dos bens que lhe cabia na meação e a do marido ia para os cha-

---

[457] Ver Ordenações Filipinas, Livro Quarto, Tit. 102, 4 §

[458] Nas Ordenações Filipinas, Livro Quarto, Tit. 105 a 107 reservavam uma série de restrições para as mulheres viúvas, como, por exemplo, no caso de mulher viúva com 50 anos ou mais que se casasse. O Tit. 105 restringia o direito da viúva que contraía segundas núpcias de dispor de quaisquer bens adquiridos no tempo de casada, nem mesmo os recebidos de ascendentes ou descendentes. Em caso de falecimento, sem filhos, os herdeiros seriam os parentes mais próximos e não o atual marido. Podia dispor somente da terça. O Tit. 106 previa que as viúvas que contraíssem segundas núpcias antes do prazo estabelecido na legislação de um ano e dias do falecimento do marido não seriam punidas e nem o novo consorte; Tit.107 – Estabeleciam providências no caso de mau uso e desbaratamento de herança pelas viúvas consideradas gastadeiras. Sobre o assunto, ver: Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro Quarto. (Edição Fac-similar da 14ª edição de 1870, com introdução e comentários de Cândido Mendes de Almeida). Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2004.

[459] WEHLING, Arno. WEHLIN, Maria José C.. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 280.

mados “herdeiros forçados”. Em primeiro lugar, os pais, e, no caso de falecimento destes, a quem o falecido determinasse.

Em Minas Gerais, de modo recorrente, a esposa era escolhida e nomeada pelo falecido como herdeira, quando este não tinha filhos do casamento ou fora dele. Em havendo filhos e estes sendo maiores, após o inventário fazia-se a partilha dos bens e se entregava aos herdeiros a chamada “legítimas paternas”, caso não houvesse nenhuma demanda entre os beneficiários. Havia casos em que os herdeiros, no caso os filhos, optavam por deixar a mãe com a posse de todos os bens enquanto esta fosse viva. No caso de existência de filhos menores, obrigatoriamente o inventário era feito pelo juiz dos órfãos, e caso não houvesse disposição testamentária a respeito, era nomeado um tutor pelo juiz. A mulher / mãe podia assumir o papel de tutora e administradora dos bens dos filhos menores, mas para tal necessitava de solicitar uma provisão régia que era emitida pelo Desembargo do Paço,[460] como fizeram várias mulheres mineiras.[461]

5.1. Viúvas, chefes de domicílio – de regentes de pessoas a administradoras de bens

Segundo Raquel Chequer, no período entre 1750 e 1799 em torno de 113 viúvas entraram com pedido de provisão de tutela no Desembargo do Paço.[462] Se na primeira década de 1750 os pedidos foram tímidos, estes cresceram no decorrer das décadas seguintes de tal forma que chegaram a oito vezes mais ao final do século XVIII.[463] Para Beatriz Nizza da Silva, esse aumento ocorreu não apenas no Brasil, mas ainda em outras regiões da América Portuguesa. Para a

---

[460] Ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. Acervo, Rio de Janeiro, v. 9, n.1-2, p. 85-99, jan / dez, 1996

[461] Para o período em estudo, foram localizados doze pedidos de provisão de tutela por mulheres na documentação avulsa de Minas Gerais, do Arquivo Histórico Ultramarino, cópias digitalizadas em poder do Arquivo Público Mineiro, por meio do Projeto Rio Branco, mais conhecido como “projeto Resgate”, coordenado pelo professor Caio Boschi.

[462] Alguns dos pedidos localizados no AHU já foram analisados por Raquel Chequer em seu trabalho. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado).

[463]CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado). p.69

autora, este aumento pode ser entendido como desejo de autonomia por parte das viúvas, especialmente por aquelas que tinham em mãos patrimônios significativos para administrar.[464]

Entretanto, havia uma série de exigências que as viúvas deveriam cumprir para ver aceito seu pedido de provisão de tutela, entre eles: justificar que se encontrava no estado de viúva, que não pretendia contrair novas núpcias; que vivia honestamente; que tinha "boa capacidade para educar, reger e administrar os bens de suas legítimas e de seus filhos", como fez D. Prudenciana do Espírito Santo, viúva de João Mendes da Cunha. D. Prudenciana ficou viúva em 1763, em agosto de 1769 fez ao Desembargo do Paço o pedido formal de confirmação de provisão para continuar a tutelar os filhos e reger seus bens. Ao fazer o pedido, D. Prudenciana afirmou que:

> ficou viúva pelo falecimento de João Mendes da Cunha, moradora e assistente junto ao Arraial de Santa Rita, Comarca da Vila de Sabará, que no testamento com que este faleceu, a nomeou tutora e curadora de seus filhos [...] e porque a suplicante tem boa capacidade para reger e governar as pessoas e bens dos ditos filhos como reconheceu o dito seu defunto marido e que com efeito tem executado até o presente tempo e que ainda se conserva no estado de viúva, a que tudo se comprova do documento de justificação enxerto para continuar neste exercício[465]

D. Prudenciana foi daquelas mulheres cujo marido reconheceu em vida sua capacidade de administrar os bens do casal, governar os filhos e reger a casa. Por isso, deixou explícito em testamento sua última vontade, nomeando-a tutora e curadora dos filhos menores e administradora dos bens.[466] Quando seu marido faleceu, em 1763, todos os filhos eram menores de idade, exceto o mais

---

[464] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI. Lisboa: Editora Estampa, 1996. p.33.

[465] AHU, Cx.95, doc. 82, Provisão de Tutela, D. Prudenciana do Espírito Santo, 1769.

[466] MO, CPO, 18(29), fls. 114-119, Testamento, João Mendes da Cunha, 1763.

velho, João Alves Pereira, recém-chegado da Universidade de Coimbra, onde havia se formado em Cânones.[467]

A herança administrada por D.Prudenciana não era desprezível, uma vez que, após a morte do marido, conseguiu mandar e manter na Universidade de Coimbra — apesar do alto custo desse tipo de educação — o segundo filho, Quintiliano Alves Jardim, que tinha 13 anos na época da morte do pai. Em 1776 formou-se em Cânones, além de advogado tornou-se sacerdote. Ao retornar ao Brasil, padre Quintiliano Jardim passou a fazer parte do seleto grupo de bacharéis que compunha a elite letrada de Sabará, além de exercer diversos cargos na jerarquia eclesiástica. Em 1788 ocupava o cargo de vigário geral da vara em Congonhas do Campo.[468]

D.Prudenciana foi tutora dos filhos até Quintiliano entrar em demanda contra sua mãe e o irmão José Alves em virtude de disputa pela herança. Este obteve procuração dos demais irmãos e tornou-se tutor, por algum tempo, dos mais novos. Logo a seguir, após maioridade, os mais novos passaram, eles próprios, a administrar suas heranças.[469]

Assim como D.Prudenciana, D.Antonia Vitorina dos Passos, viúva do alferes Jerônimo Gomes Pereira, moradora em Raposos, também solicitou provisão de tutela com intenção de continuar a ser tutora e administradora dos bens de seus filhos. O alferes faleceu em Raposos em junho de 1766. Em seu testamento nomeou sua mulher D.Antonia como testamenteira, tutora dos filhos e administradora dos bens do casal.[470] Também, mediante testemunhas, teve que justificar que se conservava no estado de viúva e tinha plena capacidade para reger os bens, a casa e os filhos, como seu marido atestara em vida.[471] O patri-

---

[467] Ver: VALADARES, Virginia Maria. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado). p.552.

[468] Revista do APM, ano VI, fascículo II, abr/jun, 1901, p.355. Cf. VALADARES, Virginia Maria. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado). p.552-558.

[469] MO, CPO, 18(29), fls.114-119, Testamento, João Mendes da Cunha, 1763.

[470] MO, CPO, 21(34), fls.157-162v, Testamento, Jerônimo Gomes Pereira, 1767.

[471] AHU, Cx. 95, doc.50, Provisão de Tutela, Antonia Vitorina dos Passos, 1769.

mônio acumulado deu à família condição de enviar o filho mais velho Jerônimo Pereira Jardim para estudar Cânones na Universidade de Coimbra em 1756.[472]

À semelhança das demais, Ana Maria de Jesus ficou viúva em 1764, ano em que faleceu seu marido, o português Antonio da Silva Salgado, nascido em São Miguel de Creizomil, termo da vila de Guimarães.[473]Ao assumir a direção da casa e dos negócios, tinha um casal de filhos: o doutor Antonio da Silva Salgado e Ana Maria da Silva. Ao que parece, trilhando o mesmo caminho de D.Prudenciana e D.Ana Vitorina, em 1770 enviou seu filho para Portugal a fim de completar os estudos na Universidade de Coimbra. Antonio Salgado, o filho, formou-se em Cânones em 1773.[474] Optou por seguir a carreira jurídica e, para tanto, em 26 de agosto de 1777 foi examinado e aprovado pela mesa do Desembargo do Paço, tornando-se habilitado para a magistratura. Como funcionário do régio, ocupou o cargo de juiz de fora, do cível e do crime, na vila de Santa Marta de Penaguião durante cinco anos, de 1779 até agosto de 1784. Ao que tudo indica, não retornou mais ao Brasil.[475] D.Ana Maria de Jesus registrou em seu testamento que as legítimas de seu marido não cobriram as despesas de seu filho Antonio Salgado em Portugal, ainda que "depois de formado tenho por ele pago várias letras [...] a quantia de 1:400:000, um conto e quatrocentos réis". Em relação à filha, diz que "nada mais dei para lhe casar, além da sua legítima paterna, do que uma negrinha a qual não entrará para sucessão, por ser minha vontade que ela saia da minha meação".[476]

A trajetória dos filhos de D.Ana Maria ilustra bem os papéis reservados para homens e mulheres naquela sociedade. Ao rapaz, os estudos superiores e uma carreira respeitável na magistratura, o espaço público; para a moça, o casamento e o espaço doméstico. Tudo indica que D.Ana Maria de Jesus, vivia sozinha em seu domicílio, pois, ao formar e seguir a carreira da magistratura, o

---

[472]Cf. VALADARES, Virginia Maria. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado).

[473] MO, CSO, (03) 09 – (24) 11, Inventário, Antonio da Silva Salgado, 1764.

[474] Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, maço 42, doc.206, Letra A, índice de Leitura dos Bacharéis, 1773.

[475] ANTT, Desembargo do Paço, RJDM, maço 1914, Cx. 1893. Cf. VALADARES, Virginia Maria. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado). p. 468.

[476] MO, ACBG, CSO, (43)12 – (59)02, Testamento, Ana Maria de Jesus, 1783.

filho não retornou ao Brasil, e sua filha Ana casou-se. D.Ana fez a partilha dos bens de seu marido entre os filhos, contabilizando os gastos com eles, como fica evidente em seu testamento de 1783.[477]

Apesar da relativa autonomia na administração dos bens, no caso de existência de filhos menores, as viúvas tinham, como tutoras, entre outras atribuições, a de administrar a parcela dos bens que competia a seus filhos, de tal modo que estes pudessem receber a totalidade de sua herança sem nenhum prejuízo ao se emanciparem, exceto aqueles bens estritamente necessários para a criação dos órfãos. Daí a existência de uma série de restrições e requisitos para a venda de bens. Nesse aspecto, a viúva estava sujeita a justificações para se obter autorização para dispor de bens, medidas previstas nas Ordenações Filipinas a fim de evitar, segundo os legisladores, malversação e má administração dos bens dos órfãos. Nesse sentido, eram constantes os embates entre viúvas/tutoras e os funcionários do Juizado, como o ocorrido com a viúva Albina Rosa Pereira, moradora em Santa Luzia, em 1788.

Albina pretendia vender um escravo carpinteiro, uma vez que estava tendo dificuldade de lidar com sua desobediência. À vista disso, entendeu que seria melhor vendê-lo por 200$000 réis e "mandar vir dois moleques no Rio de Janeiro para melhor servir aos órfãos". À primeira vista, parece que a venda foi negada, pois o escrivão havia informado ao juiz que D.Albina havia comprado a meação do marido em prestações e que a venda do referido escravo poderia inviabilizar o pagamento das mesmas e prejudicar as legítimas dos órfãos. Não satisfeita com a decisão do juiz, Albina faz o seguinte arrazoado:

> que este meio é extraordinário, que sendo da suplicante os mesmos escravos pode deles dispor como bem lhe parecer, não tendo o juízo outra ação mais que pedir-lhe o pagamento ao tempo de seu vencimento, para cuja satisfação não só estão sujeitos os bens comprados, mas também os da meação da suplicante. E, ainda, no caso de que a suplicante consumisse todos, havia o meio da ação hipotecária para os haver onde quer que estivessem, e tudo o que se obra de outra sorte é violência e vexame. Quanto mais que a dita informação ou promoção é me-

[477] MO, ACBG, CSO, (43)12 – (59)02, Testamento, Ana Maria de Jesus, 1783

> nos verdadeira, porque a suplicante só pretende dispor de um escravo oficial de carapina por lhe ser desobediente e não a querer servir, chegando ao tal excesso que já quis levantar com ela e não faz o que a suplicante lhe manda, antes a desobedece e como nestes termos é evidente o perigo de se perder, e por isso mais útil a sua disposição.[478]

Albina reitera na petição que era melhor dispor do escravo, oficial de carapina, uma vez que dispunha da quantia para a compra de dois escravinhos no Rio de Janeiro. Observa-se que o comportamento e atuação da viúva tutora e administradora dos bens são tutelados pelo Juizado dos Órfãos, o olhar do escrivão e pela sociedade de modo geral. Prevalece a visão da mulher como *imbicillitas sexus*. É bem possível que essa relação subalterna com a justiça e com a sociedade mediada por homens fragilize a mulher, especialmente nos casos de contendas entre herdeiros ou em situação de confronto com aqueles encarregados de fazer cumprir a lei.

Algumas viúvas foram citadas judicialmente por comportamento lesivo aos herdeiros. Nestes casos, quando comprovados, havia o risco de perderem não só a tutoria e a condição de administradora dos bens, como a autonomia na condução do domicilio.

A viúva de Manoel Francisco Moreira foi citada judicialmente a prestar contas do inventário, a partir do momento em que o escrivão Francisco Marinho constatou irregularidades e informou ao juiz dos órfãos. Foram ocultados no inventario créditos, as execuções, o livro de contas e a posse de uma casa existente na vila do Ouro Preto, e posteriormente foi constatada, também, a ocultação de escravos. Mediante essa constatação, a viúva foi instada a apresentar declarações no Juizado dos Órfãos em oito dias sobre a sonegação, mas não compareceu.[479]

Em seu comunicado ao juiz, o escrivão afirmou que a viúva, talvez por ignorância ou induzida por outros, estivesse tendo comportamento lesivo aos herdeiros, e por isso devia tomar providências no sentido de impor as penas da

---

[478] MO, ACBG, CPO, (63) 03 – (07) 17, Inventário, José Gomes, 1788. p.18-19.
[479] MO, ACBG, CPO, (32) 03 – (54) 09, Inventário, Manoel Francisco Moreira, 1783.

lei. Quase um ano após a notificação é que esta apresentou os bens sonegados, alterando substancialmente os valores do monte-mor, que de 3:568$689 saltou para 10:099$610, uma diferença superior a seis mil contos de réis.[480]

Não obstante isso, determinadas viúvas conseguiam comprovar com atos e também testemunhas a boa capacidade de chefiar seu domicílio, além de reger e administrar os bens do espólio. D.Teresa de Jesus, por exemplo, moradora em Ouro Preto, justificou sua petição para ser tutora e administradora de seus filhos, sob alegação de que possuía total capacidade para, da melhor maneira possível, "reger não só as pessoas, mas também os bens de seus filhos menores", uma vez que sua aptidão para administração foi adquirida desde quando seu marido era vivo, pois sempre foi ela quem "fazia a escrita dos negócios do mesmo e os de maior importância". Tal habilidade foi comprovada por meio de testemunhas que disseram que, ao fazer negócio com o defunto marido, presenciaram D.Teresa exercendo tais tarefas. Outra testemunha no processo confirmara a habilidade administrativo-contábil da viúva dizendo que esta fazia a escrita dos negócios do casal, na "presença e obediência do marido".

É evidente que D.Teresa aprendeu na ação, recebendo aqui e ali instruções do esposo, de como fazer a escrita. Aprendeu também participando dos negócios, certamente opinando, e na lida diária executando os serviços. Indica ainda que a viúva era pessoa instruída. Mas o que chama atenção no depoimento da testemunha foi a afirmação de que a viúva fazia tudo em "presença e obediência do marido". Para que a habilidade da viúva não fosse entendida como inversão de papéis, para tanto necessitava hierarquizar e colocar a mulher na condição de subalterna.[481]

Quanto às testemunhas desse processo encaminhado ao Conselho Ultramarino pelos advogados de D.Teresa, Raquel Chequer adverte para a necessidade de se desconfiar dos discursos construídos na instrução dos processos, pois são discursos que visam a alcançar determinados objetivos. No caso especi-

---

[480] MO, ACBG, CPO, (32) 03 – (54) 09, Inventário, Manoel Francisco Moreira, 1783. p.51- 104

[481] AHU, Cx. 122, doc.33, Pedido, Provisão de Tutela, 1784. Caso citado por CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. p.100.

fico do processo de D.Teresa, o valor da herança deixada pelo finado tenente Francisco de Moura perfazia a quantia de 9:130$637 (nove contos, cento e trinta mil e seiscentos e trinta e sete réis). Segundo as próprias testemunhas, parte desse montante foi adquirida através da "agência e trabalho" do defunto e complementada com as heranças e dote de sua esposa. A viúva, em 1784, com 38 anos de idade, mãe de cinco filhos, estava na iminência de gerenciar esse patrimônio. Somente após o parecer do Conselho Ultramarino, os bens — que se encontravam sob depósito na Real Fazenda — poderiam ser liberados para que fossem efetuados os pagamentos das eventuais dívidas. É provável, portanto, que muitas testemunhas tivessem interesse que D.Teresa fosse a administradora dos bens.

De modo geral, observa-se que algumas viúvas na prática já conduziam a administração dos negócios de família com competência e zelo, mesmo antes do falecimento do marido, como no caso de D.Teresa, ou mesmo antes de formalizarem as petições para tutoria e administração de bens no Conselho Ultramarino. Em Caeté, a viúva D.Mariana dos Santos Ferreira, moradora na paragem do Onça, em pedido de provisão de tutela e administradora, declarou que possuía plena capacidade para ser tutora, uma vez que "até o presente rege e governa os seus bens sem dependência de outrem", o que foi confirmado por testemunhas que moravam em roça próxima a sua propriedade.[482]

Experiência semelhante foi a de Mariana Gomes Pereira, de Sabará, que encaminhou o pedido de provisão de tutela para o Conselho Ultramarino. Uma das testemunhas, o oficial de justiça José Ferreira da Cunha, afirmou que a viúva prosseguia administrando seus bens "sem dependência de pessoa alguma e [vivia com] abundância dos bens" herdados.

Deve-se destacar ainda que as viúvas recorriam ao Conselho Ultramarino não apenas para solicitar provisão de tutela. Rozália Teixeira de Magalhães, por exemplo, encaminhou ao Conselho pedido de licença para produzir

---

[482] AHU, Cx. 130, doc. 35, Pedido, Provisão de Tutela, 1784. Caso citado por CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. p.107.

aguardente em terreno nas proximidades de Guanhães. Ao fazer o pedido, alega que

> ela e seu marido sempre viveram nas ditas paragens [subúrbios da vila do Príncipe] beneficiando de suas fazendas nas quais plantavam seus mantimentos de toda qualidade e desfaziam de seus canaviais em aguardentes, açúcar e rapaduras.[483]

Entretanto, após o falecimento do marido, ela se

> transferiu com suas filhas para as paragens de Guanhães, com uma fábrica de escravos quase todos velhos, carregadas de dívidas que lhe ficaram do dito marido, onde havia construído uma engenhoca de moer cana, empurrada por bois e passara a produzir rapadura e açúcar.[484]

D. Rozália estava com sérias intenções de refazer seus negócios, pois o mais provável é que tenha desfeito dos bens que existiam na vila do Príncipe para pagar parte das dívidas do espólio. Para Raquel Chequer, o pedido de licença para produzir, inclusive aguardente, tinha a finalidade de gerar renda para fazer face aos diversos encargos e dívidas deixadas pelo falecido, e certamente prover o sustento de sua família.[485] Parece que o principal objetivo era mesmo conseguir autorização para fabricação de aguardente, que deveria ser mais rentável do que só açúcar e rapaduras.

Viúvas chefes de domicílio recorriam ao Conselho Ultramarino para garantir a tutoria e administração dos bens dos filhos, mas também para garantir benefícios para os filhos. D.Catarina Sanches de Campos, viúva do chefe de esquadra Diogo José de Paiva Silva, recorre ao Conselho Ultramarino a fim de

---

[483] AHU, Cx. 118, doc.11, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Requerimentos, Rozália Teixeira de Magalhães, 1782.

[484] AHU, Cx.118, doc.11, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Requerimentos, Rozália Teixeira de Magalhães, 1782.

[485] AHU, Cx.118, doc.11, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Requerimentos, Rozália Teixeira de Magalhães, 1782. Sobre a trajetória desta viúva e outras, ver: CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. p. 115.

garantir para seu filho José de Paiva Silva a "propriedade do ofício de escrivão do Contencioso, vago no arraial do Tejuco". Além de conseguir a propriedade do cargo para seu filho José Paiva, conseguiu ainda autorização para nomear um serventuário para o ofício de escrivão, em virtude de seu filho ser menor de 14 anos.[486]

Outras viúvas tiveram que arcar com as despesas da criação dos filhos órfãos, pois nem sempre o montante que cabia às crianças era suficiente para suprir as necessidades dos herdeiros, como vestuário, alimentação, medicamentos, educação. A viúva D.Lionarda teve que solicitar fosse abolida a prestação de contas da tutoria bianual, uma vez que ela mesma era quem arcava com as despesas dos órfãos. O advogado representante da viúva Dr.Patrício Gomes declarou que era perfeitamente dispensável a prestação de contas a cada dois anos, uma vez que

> no presente inventário aonde claramente se vê que o rendimento das legítimas não chegam para as despesas do órfãos [...] por isso não há de que tomar contas principalmente porque a tutora sua mãe se obrigou a sustentá-los, vesti-los e educá-los pelos seus próprios bens na falta do rendimento da legítima.[487]

Casos como o de D.Lionarda não foram raros. Muitas sequer chegaram a fazer alguma petição ao Conselho Ultramarino, pois não havia bens para isso. Para essas mulheres, pouco ou nada importavam as restrições impostas pela legislação para serem tutoras de seus filhos, pois coube a elas trabalharam com afinco para liquidar as dívidas deixadas pelos maridos, e ainda prover o sustento e educação da prole. Embora existissem restrições legais impostas pela legislação, observa-se, ainda assim, que a viuvez possibilitou à maioria das mulheres tornarem-se mais independentes e assumirem a condução do seu domicílio, preferindo manterem-se nesse estado.

---

[486] AHU, Cx. 175, doc. 13. Pedido de mercê, propriedade de Ofício, 1805.
[487] MO, ACBG, CSO (54) 02, Inventário, Manoel Pacheco de Souza, 1781.

O número expressivo de viúvas constantes nas listas nominativas, tanto quanto nos testamentos, evidencia que a maioria optou por não realizar segundas núpcias, seja porque assumiram a viuvez como estado de vida e forma de continuar a dirigir seus negócios e sua vida, seja porque assumiram relacionamentos que não incluíam um segundo casamento com projeto. Exemplar é o caso de D.Jacinta Bernarda de Oliveira, viúva de José Marreiros Figueiredo, moradora no arraial do Tejuco. Sua história veio à tona ao se cruzar dois requerimentos dirigidos ao Conselho Ultramarino. O primeiro foi seu pedido de provisão em 1783 para ser tutora e administradora dos bens de seus filhos com José Marreiros[488] e outro requerimento o efetuado pelo tenente coronel Antonio Coelho Peres de França em 1805,[489] quando então ele entra com pedido de legitimação de dois filhos ao Conselho Ultramarino, alegando que

> teve no estado de solteiro da viúva D.Jacinta Bernarda de Oliveira, dois filhos, um por nome Antonio Gabriel Peres de França e outra D.Ana Querubina de França, os quais sempre tratou como tais, sendo por todos assim havidos e reconhecendo-os por isso na escritura inclusa e se necessário ainda, novamente os reconheço. E por que não tendo o suplicante herdeiros necessários, deseja legitimá-los para que sucedam em seus bens por testamento ou sem ele, assim como no direito pedirem... [490]

Ainda segundo o tenente Antonio Coelho, os dois filhos que teve com D.Jacinta Bernarda foram por ele

> criados e educados em sua própria casa como pai, sem a menor contradição os estimava e reconhecia e eram seus e porque deseja beneficiá-los ao presente e ao futuro [...] e desejando cumprir com as obrigações do amor paterno que lhes tinha, por isso pela presente escritura de perfilhação, doação e instituição de herdeiros [...] pois que é de sua livre vontade, sem o menor constrangimento, o fazia pelos motivos declarados e dever em sua consciência legitimá-los[491]

---

[488] AHU, Cx. 120, doc.1, Provisão, Tutela, Jacinta Bernarda de Oliveira, 1783.
[489] AHU, Cx. 177, doc. 19, Pedido, Legitimação de filhos, Antonio Coelho Peres de França, 1805.
[490] AHU, Cx. 177, doc. 19, Pedido, Legitimação de filhos, Antonio Coelho Peres de França, 1805
[491] AHU, Cx. 177, doc. 19, Pedido, Legitimação de filhos, Antonio Coelho Peres de França, 1805

Em 1803, quando ocorreu a legitimação, Antonio e Ana já eram adultos, o que me faz crer que D.Jacinta os teve quando ainda era casada com José Marreiros. Entretanto, não tendo casado com o pai de seus filhos e nem os tendo criado em sua casa, D.Jacinta pode continuar a reger sua casa e administrar os bens herdados de seu marido. Para muitas mulheres, a viuvez foi provavelmente a única oportunidade de estar à frente dos empreendimentos financeiros da família, o que não quer dizer que todas as viúvas estiveram à frente dos negócios familiares. Certamente boa parcela delas tenha preferido ter os filhos ou parentes mais próximos à testa dos negócios.

Outras viúvas optaram por um segundo casamento, provavelmente buscando segurança financeira, apesar de isso não ser regra geral. Entretanto, algumas experiências de mulheres já viúvas que optaram por segundas núpcias foram francamente desencorajadoras para as demais. O que também não quer dizer que todos os casamentos de viúvas tenham sido um desastre. Mas os casos encontrados deixaram a desejar. Veja, por exemplo, o caso de D.Maria Antunes Ferreira do Vale, moradora em Roça Grande, Sabará. Ela ficou viúva de Manuel da Silva Carneiro com quatro filhos. Casou-se novamente com Antonio Bulhões e desse enlace teve mais um filho. Enviuvou-se novamente e ficou agora com cinco filhos para criar. Essa dupla viuvez só lhe trouxe infortúnios, uma vez que ambos os maridos deixaram-na atolada em dívidas, que foram quitadas com as respectivas heranças, ficando a mesma em situação de vulnerabilidade financeira. Ao contrário do que se poderia esperar, nenhum dos casamentos lhe trouxe melhoria financeira. Diante desse quadro lastimável, só restou a alternativa de solicitar ao Conselho Ultramarino licença para mudar para Portugal com seus cinco filhos, de modo a viver o resto de seus dias da herança de sua família no Reino.[492]

Essas idas e vindas de mulheres de um continente ao outro não eram tão raras como se pode imaginar à primeira vista. Pelo que me consta, o que

[492] AHU, Cx.90, doc.23, Licença para viagem, 1767. Sobre o assunto, ver: CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado). p.85.

falta são estudos sobre a mobilidade física realizada por mulheres no sentido de Minas Gerais para as possessões ultramarinas. O trânsito, a mobilidade física, fazia parte de horizonte de muitas mulheres, de modo especial das viúvas, mulheres que chegavam e partiam, especialmente de Portugal, após o falecimento dos maridos. Não foi incomum mulheres em situação de viuvez solicitar ao Conselho Ultramarino licença para retornarem a sua terra natal, como fez D.Maria Antunes. Seja indo embora para o Reino, seja voltando do Reino para Minas Gerais, como fez Antonia Inácia, moradora do arraial do Tejuco, em 1778. Diz Antonia Inácia, "natural das Ilhas adjacentes a este Reino que ela carece de se transportar com seus filhos para este Reino ou para as mesmas ilhas e como não pode fazê-lo sem licença de V. Majestade [...] solicita que seja servido conceder-lhe a licença".[493]

Caminho inverso fez Inácia de Souza, viúva, natural de Minas Gerais, que, estando vivendo no Porto desde 1781, requer o passaporte para retornar a Minas Gerais. Segundo ela relata, ficou

> viúva de Antonio de Araujo, natural de Minas Gerais, Estado do Brasil, que o dito seu marido a fez transportar daqueles estados a este Reino e de próximo faleceu na cidade do Porto como consta dos documentos juntos e, porque a suplicante se vê desamparada, entre estranhos, se pretende tornar a transportar para aquele Estado em qualquer navio que faça viagem para o Rio de Janeiro, levando em sua companhia hum criado por nome José de Araujo, concedendo-lhe Vossa Real Alteza para esse fim a licença e o competente passaporte para tornar a voltar com o dito criado para aquele Estado [Minas Gerais].[494]

Inácia acompanhou o marido para ir viver no Reino. O casal saiu de Minas em maio de 1781, acompanhados apenas de dois escravos chamados José, um pardo e outro crioulo. Lá viveram vinte e quatro anos, e pelo jeito não tiveram filhos. Após a morte do marido, considera que lá não é sua terra, está

[493] AHU, Cx.101, doc. 10, Licença para viagem, Antonia Inácia, 1771.
[494] AHU, Cx.177, doc. 34, Pedido de Licença para viagem, Inácia de Souza, 1805.

em meio a estranhos e por isso precisa voltar. Volta trazendo em sua companhia apenas José, o pardo.

Destino semelhante teve Maria Angélica da Silva, viúva de Patrício Antonio Gomes Lobato. Seu marido faleceu em 1805 na cidade do Porto, em Portugal, onde estava vivendo desde 1802. Do mesmo modo que Inácia, Maria Angélica faz o requerimento solicitando seu retorno ao Brasil em companhia de uma preta chamada Ana da Silva.[495]

Ao contrário do que se possa pensar, essas idas e vindas do Reino para o Brasil e do Brasil para o Reino fizeram parte do cotidiano de várias mulheres livres, viúvas, de posses, escravas e escravos como Ana e José que as acompanhavam, embora não seja possível avaliar a extensão desse fluxo durante o século XVIII apenas pelos pedidos de passaporte e licenças para viajar apresentados ao Conselho Ultramarino. Em relação ao século XIX, é muito provável que tenha ocorrido em menor escala, não só em virtude da vinda da família real para o Brasil, como em virtude da conjuntura européia.

No que se refere à capitania e província mineira, houve no século XVIII significativa migração interna, especialmente de uma região a outra, ou de uma comarca a outra. Não só os homens migravam em busca de melhores condições naquela sociedade, assim o faziam algumas mulheres, como, por exemplo, Quitéria de Lança, que, antes de fixar residência no arraial das Minas do Paracatu, veio da Ilha do Príncipe da Guiné para o Serro Frio. Lá Quitéria teve sua filha Feliciana Lança. Foi para Paracatu quando sua filha tinha 5 anos, onde passou a viver.[496] Movimento que, certamente, declina à medida que vai adentrando o século XIX, especialmente no que tange às mulheres.

No conjunto de mulheres chefes de domicilio, especialmente viúvas, que fizeram algum tipo de petição ao Conselho Ultramarino, a maioria não sabia ler nem escrever, a exceção são poucas, daí serem representadas por procuradores. Uma minoria usufruiu de fato da educação formal. O aprendizado era de modo informal, no cotidiano, na rotina dos dias. Cenário que começa a se

---

[495] AHU, Cx.177, doc. 35, Pedido de Licença para viagem, Maria Angélica da Silva, 1805.
[496] AMOMG – Paracatu, Cx. 12, maço 06, Justificativa de Menoridade, 1767.

modificar a partir do século XIX, quando vai se afirmando na província mineira a institucionalização da educação elementar feminina, a ponto de se estabelecer em 1835 a lei de obrigatoriedade escolar para as meninas entre 6 e 11 anos. Nesta faixa etária, as meninas deveriam freqüentar as escolas elementares, de dois anos de duração, onde deveriam receber instrução, sob pena de multa dos pais caso isso não ocorresse.

Com a lei, inaugura-se nova realidade educacional na província: a escolarização da infância e a conseqüente responsabilidade dos pais na sua efetivação. Certamente houve resistências, pois começavam a se confrontar dois modelos de educação: a educação escolar formal e a educação doméstica.[497] A baixa freqüência de meninas à escola foi comentada por um ministro do Império em seu relatório da seguinte forma: "não é de se espantar, porque desde há muito os pais não querem que suas filhas aprendam a ler, sob o pretexto de que a instrução de uma mulher deve-se limitar aos serviços domésticos e à costura".[498]

Dentre as poucas mulheres que sabiam ler, encontrava-se D.Clara Roza da Fonseca. Natural da freguesia de Nossa Senhora de Bom Sucesso, foi casada com o tenente Francisco Ferreira da Fraga. Ao se casar com o tenente, já era mãe de uma menina de nome Ana, que, segundo ela, "por fragilidade humana" expôs na casa do tenente João Magalhães, seu cunhado.[499] Do seu casamento teve mais quatro filhos, aos quais instituiu herdeiros, junto com Anna. Declarou, ainda, que seu filho e testamenteiro Francisco "administrou a minha casa e fazenda [...] sempre debaixo das minhas disposições e ordem, entregando e dispondo dos rendimentos como eu lhe ordenava".[500]

Embora pudesse contar com a ajuda do filho mais velho para administrar os bens e tocar a fazenda, fica evidente que era ela quem assumia o controle

---

[497] Sobre o assunto, ver: GOUVEA, Maria Cristina Soares. Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX. Trabalho apresentado no GT: História da Educação n.2. ANPED.

[498] Citado por ALMEIDA, José Ricardo Pires. Instrução pública no Brasil (1500-1889). História e legislação. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2000. p.61.

[499] APM, CMS, Códice 111, f.192, Testamento, Clara Roza da Fonseca, 1823.

[500] APM, CMS, Códice 111, f.192, Testamento, Clara Roza da Fonseca, 1823.

das contas, a regência da casa.[501] D.Clara Roza assumia, também, a direção dos negócios e da família, talvez por ter temperamento ativo, ou, quem sabe, por saber ler e escrever. Ao final de seu testamento, ela dizia que achando tudo de acordo com suas disposições "assinei com meu nome como costumo...",

No período colonial, foram poucos os estabelecimentos responsáveis pela educação e instrução no Brasil, ao contrário da América Hispânica, em que, no século XVIII, já abundavam instituições de ensino, especialmente superior. Dos colégios confessionais, destacam-se o Seminário da Boa Morte, para os homens, e o Recolhimento de Macaúbas, para as mulheres. O Recolhimento de Macaúbas funcionava como misto de educandário, asilo e convento, encarregando-se de receber mulheres de toda a região que desejassem seguir vida religiosa, instruir-se ou recolher-se por algum tempo. Segundo Beatriz Nizza da Silva, esses recolhimentos eram

> simples instituições que se destinavam ou à educação e resguardo das donzelas, ou a servir de depósito seguro para as mulheres casadas durante as ausências de seus maridos, ou de retiro espiritual para viúvas ou, finalmente, de local de correção para aquelas donas cuja conduta deixava a desejar, de acordo com a opinião dos pais ou maridos[502]

A maioria das mulheres que se apresenta nas diversas documentações dificilmente assina o depoimento ou o documento, sendo recorrente registrar a frase "não assina por ser mulher" ou "não assina por ser mulher e não saber escrever", associando uma condição à outra. Segundo Cristina Gouvêa, o projeto educacional feminino tinha em vista "a produção de um feminino capaz de ordenar a família de acordo com o modelo europeu de uma sociedade civilizada e ordeira". Prossegue a autora dizendo que "é o papel da mulher na forma-

---

[501] Ao analisar diversos inventários, percebi que era uma prática costumeira utilizar-se de uma espécie de caderneta de conta corrente ou um memorial, onde se registravam dívidas, contas a receber, enfim a rotina administrativa dos negócios ou mesmo da família. No caso de D.Clara Roza, era utilizada para fazer apontamentos de contas a pagar e a receber.

[502] Sobre o assunto, também ALGRANTI, Leila M. Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822, 1993, p.23 e 24.

ção das novas gerações de acordo com os princípios civilizatórios que fundamenta os discursos educacionais".[503]

5.2. As viúvas forras - chefes de domicílio

Embora o contingente de mulheres forras viúvas não fosse numericamente tão expressivo quanto o de solteiras, representa um segmento importante entre as chefes de domicílio mineiras. O grande número de alforrias femininas sem dúvida contribuiu para este quadro. Mergulhadas em atividades variadas, souberam como ninguém, com seu "trabalho e indústria", acumular pecúlio e ascenderem socialmente,[504] e em alguns casos serem reconhecidamente tratadas como "donas".[505] Se a vida de muitas mulheres viúvas era marcada pelo trabalho, havia também parcela significativa de mulheres forras, entre elas as viúvas, que viviam do trabalho de seus escravos, tendo essa mulheres "conseguido o que tanto almejavam os libertos: afastar-se do mundo do trabalho", conforme afirma Júnia Furtado.[506]

Instaladas majoritariamente no meio urbano, estavam também atuantes no meio rural, responsáveis por suas roças, plantando algodão e produzindo alimentos para o próprio consumo, e no mais das vezes para o abastecimento da região circunvizinha. Como, por exemplo, Ana da Glória dos Santos, forra,

---

[503] Sobre o assunto, ver: GOUVEA, Maria Cristina Soares. Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX. Trabalho apresentado no GT: História da Educação n.2. ANPED.

[504] MOL, Cláudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG; PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; FURTADO, Júnia Ferreira. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX.. São Paulo: Anna Blume, 2002, v.1, p.502; FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes. São Paulo: Cia das Letras, 2003 PAIVA, Eduardo F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.HIGINS, Kathleen J. Licentius liberty in a Brazilian gold – mining region: slavery gender, and social control in eighteenth century Sabará – Minas Gerais. Pensylvania State University, 1999.

[505] Um dos exemplos mais conhecidos foi o de Chica da Silva. Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

[506] FURTADO, Júnia Ferreira. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX.. São Paulo: Anna Blume, 2002, v.1, p.502.

viúva de João das Chagas, negra mina, que possuía um rancho coberto de telhas denominado sítio das Bicas, próximo ao arraial de Milho Verde. Natural da Costa da Mina, Ana Glória foi batizada na Bahia, comprou sua alforria em Paracatu e depois se fixou na região do arraial do Tejuco. Teve seis filhos e sobreviveu a todos. Entre os bens constantes de seu inventário destaca-se uma roda de fiar, um descaroçador e dois centos de algodão. O que indicava no seu sítio a existência de plantação de algodão, que fiava e tecia confeccionando tecidos, além de viver da renda de um seu escravo alugado para Florência da Cunha.[507]

Fiar e tecer constituiu uma das atividades que mais criou condições de sobrevivência para centenas de mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais, especialmente na região estudada. Produzido de forma e em escala diferenciada ao longo do século XIX, conforme as regiões, a cultura do algodão tinha na região do entorno de Minas Novas um destacado centro produtor, considerado o melhor tipo de algodão, exportado para outras regiões da província mineira e fora dela. Essa atividade têxtil sempre esteve profundamente relacionada às sociedades rurais, dado que era da agricultura que se extraía a matéria-prima para se produzir o fio. À medida que ultrapassou a etapa de produção para o consumo doméstico familiar e se criou mercado, funcionou para as mulheres como trabalho complementar ao serviço doméstico, que as permitiu, além de outros tipos de ganho, permanecer no domicílio ou próximo dele, promovendo a subsistência do núcleo doméstico. A ocupação se tornou irremediavelmente extensão daquelas que compunham o cotidiano feminino,[508] ocorrendo indiferenciação entre serviços domésticos e atividades econômicas remuneradas vistas como femininas.

A despeito de uma parcela dessas mulheres terem se casado, observa-se que a ascensão social e econômica não ocorreu em virtude dos casamentos. A maioria insistiu em deixar registrado que o patrimônio amealhado ao longo da existência foi fruto do seu próprio trabalho, sendo praticamente incipiente a

---

[507] BAT, CPO, maço 4, doc.043, Inventário e Testamento, Anna Glória do Santos, 1811.

[508] Fiar e tecer foram uma arte que embora tenha perdido seu caráter de fábrica doméstica com a instalação das indústrias têxteis, prevaleceu em muitas regiões o costume de tecer colchas nos teares domésticos.

participação do cônjuge na formação do mesmo. Como no caso de Maria Vaz da Conceição, mulher forra, oriunda da Costa da Mina, viúva de Antonio da Costa. Em 1774, Maria Vaz vivia em uma casa de sua propriedade na rua do Macau, no arraial do Tejuco.[509] Deixou registrado em testamento que fora a responsável pela compra de sua alforria e que todos os bens que possuía foram adquiridos por sua "agência" antes de se casar. Como não teve filhos nem antes e nem após o casamento, nomeou como herdeiro o filho de seu antigo proprietário.[510]

Este também parece ter sido o caso da viúva Rita Vieira de Matos, negra, vinda da Costa da Mina, casada com Antonio Alves Guimarães oriundo da mesma região. Tudo indica que seu patrimônio foi adquirido sem a ajuda do marido. Júnia Furtado já havia chegado a essa conclusão ao fazer análise comparativa dos patrimônios de Rita e o de seu marido.[511]

Ao alcançarem boa condição econômica, outras mulheres viúvas forras dedicavam-se a tentar encontrar os filhos, visando a recompor a família desfeita no período de cativeiro. Muitos foram os casos de mulheres chefes de domicílio que em vida se empenharam em diligências no sentido de localizar seus filhos. Se chegaram a conseguir ou não o intento, jamais se saberá, entretanto deixaram o registro do desejo de beneficiarem os filhos de alguma forma. Sabe-se que esse desejo revelava-se empreitada difícil, senão impossível, uma vez que nem todas as mães conseguiam se lembrar quem teriam sido os eventuais compradores de seus filhos.

Assim, não foram incomuns casos como o de Luiza de Souza, mulher forra, nascida em Pernambuco, moradora atrás da igreja matriz de Santa Luzia. Ao ditar seu testamento, Luiza revela que veio para Minas Gerais trazida por Adrião da Costa. Antes de se casar teve sete filhos, sendo dois já falecidos. As meninas Maria e Simoa, ela as teve na época em que era escrava de Francisco

---

509 AHU, Cx. 108, doc. 9, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, 1774.

510 AEAD, Caixa 521, f. 49-50, Livro de Óbito, Arraial do Tejuco. Sobre a trajetória de Maria Vaz da Conceição e outras mulheres forras do Tejuco, ver: FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX.. São Paulo: Anna Blume, 2002, v.1, p.497-511.

511 FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001. p.57-58.

Gomes Ribeiro. Estas foram vendidas e Luiza não sabia mais para quem. Mas, ainda assim, instruiu os testamenteiros a efetuarem diligências para localizá-las pelo tempo de três anos e, caso não fossem encontradas, a parte da herança que lhes pertencia por direito deveria ser transformada em missas. Luiza foi uma entre várias mulheres ex-escravas a conseguir acumular pecúlio suficiente, inclusive, para libertar os filhos do cativeiro, sem, no entanto, poder fazê-lo por ter perdido de vista os filhos, em muitos casos para sempre.[512]

Diferente de mulheres nascidas livres — que por uma circunstância ou outra expunham o filho na casa de alguém — as viúvas podiam, mesmo que à distância, acompanhar a vida e trajetória de seus filhos, como o fizeram várias mulheres viúvas, como, por exemplo, D.Clara Rosa da Fonseca[513] ou Micaela Coelho dos Santos,[514] entre tantas.

Na região de Pitangui — que se destaca das demais regiões estudadas em virtude de seu grande contingente de mulheres chefes de domicílios brancas — notadamente algumas mulheres pretas forras tiveram condições de acumular pecúlio através do comercio, como, por exemplo, Quitéria Martins, preta forra, moradora em Onça do Pitangui. Em seu inventário aberto em 1788, entre outros bens destacam-se uma morada de casas coberta de telhas no arraial do Onça, e três escravos: Joaquim e José, de nação nagô e Ana, de nação mina. Observa-se em seu inventário, fato recorrente em outros inventários de mulheres, a presença de mulheres forras na lista de credores.[515] As quantias devidas em dinheiro ou em oitavas de ouro são indício de que naquela sociedade determinadas mulheres sobreviviam com rendas provenientes desse tipo de empréstimo, como de resto muitos homens.

Na região de Paracatu, número significativo de viúvas forras vivia de suas roças, com seus alambiques, ou com um pequeno comércio, ou mesmo da renda de seus escravos. Muitas delas mulheres devotas, curiosamente, de Nossa Senhora do Amparo. Mônica Dias de Rezende, preta forra, filha natural de Te-

---

[512] MO, ACBG. CSO, (29)11 – (60)05, Testamento, Luiza de Souza.
[513] APM, CMS, Códice 111, f. 192, D. Clara Rosa da Fonseca, 1823.
[514] APM, CMS, Códice 111, f. 136, Michaella Coelho dos Santos, 1814.
[515] AMP – Pitangui, doc. XXII, 156, 1788.

reza Dias de Rezende, nasceu e foi batizada na freguesia comarca de Vila Boa de Goiás, na capela de São José. Talvez devido à proximidade, observei que um número significativo de habitantes de Paracatu e entorno eram originários da capitania/província de Goiás. Mônica Dias foi sepultada na capela de Nossa Senhora do Amparo, como foi seu desejo. Entre seus bens, encontravam-se uma morada de casas pequenas cobertas de telhas e três escravos. Vivia de sua roça, certamente com a ajuda desses escravos. Não deve ter falecido muito nova, pois sua filha mais velha estava com mais de 50 anos.[516]

Ana Maria Dotória, preta forra, também teve realizado seu desejo de ser sepultada na capela de Nossa Senhora do Amparo. Casou-se duas vezes e não teve filhos de nenhum dos maridos. Teve parte de seus bens — inclusive uma morada de casas que constava do inventário do marido — vendida, provavelmente para pagamento de dívidas do espólio. Às suas escravas Luiza e Antonia foi prometida a liberdade depois de servirem durante oito anos à herdeira, Claudiana Mascarenhas, sobrinha de Ana Maria.[517]

Também foi em Paracatu, que outra Anna, essa Pereira dos Santos, preta forra, filha de Feliciana mina, conseguiu acumular pecúlio suficiente para obter sua liberdade. Não teve filho, por isso deixou seus bens para seu sobrinho José Meireles, entre os quais uma casa na rua do Calvário, uma escrava, além de algumas jóias. Devota de Nossa Senhora do Rosário, foi sepultada em sua capela.[518]

A ascensão sócio-econômica das mulheres forras é fato inconteste entre os que se debruçaram sobre diversos aspectos da história das mulheres. Especialmente em Minas Gerais diversos estudos tendem a convergir cada vez mais nesse aspecto.[519]

---

[516] APMOMG – Paracatu, Caixa 1819-1820, Inventários, Monica Dias Rezende, 1819.
[517] APMOMG – Paracatu, doc. 1-01, Inventários, Ana Maria Dotória, 1836.
[518] APMOMG – Paracatu, doc. 1-01, Inventários, Anna Pereira dos Santos, 1833.
[519] MOL, Cláudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG; PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; FURTADO, Júnia Ferreira. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX.. São Paulo: Anna Blume, 2002, v.1, p.502; FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes. São Paulo: Cia das Letras, 2003;

Em todas as regiões mineiras, observam-se mulheres forras viúvas que gerenciavam suas vidas como proprietárias — com escravaria variando em média de três a seis escravos — vivendo de suas fazendas, suas roças, aluguéis de escravos, de seus negócios, como as muitas Anas, Franciscas, Joanas. Em contraposição a essa condição de forra proprietária, tem-se as viúvas forras trabalhadoras exercendo múltiplos ofícios, tais como: cozinheiras, costureiras, rendeiras, tecelãs, oleiras, tropeiras, vendeiras, quitandeiras ou vivendo de suas plantações, como Josefa da Purificação e outras tantas Josefas, ou como Quitéria e tantas outras. O que revela que ao longo do período colonial e imperial essas mulheres ocuparam espaços sociais amplos e variados que não estavam restritos só ao mundo da casa.

Observa-se que uma grande parcela, senão a maioria das mulheres chefes de domicílios, estava integrada à vida social e econômica nas regiões que escolheram viver. A diversidade étnico-social dessa população instaurou múltiplas possibilidades de construção de identidades e de trajetórias. Paralelo a isso, nunca é demais lembrar que estas experiências foram atravessadas por categorias sociais como raça/etnia, grupo social e geração. É desse modo que estas diversas mulheres estavam posicionadas naquela sociedade. Apesar da experiência comum da viuvez, internamente esse grupo era marcado por essas diferenças, além, claro, da visível hierarquia de riquezas, evidenciada inclusive pela posse de escravos. Nesse sentido, o grupo de mulheres viúvas chefes de domicílio não pode ser visto como massa homogênea. Havia diferenças e distinções mesmo entre os grupos, diferenças constatadas, também, entre as viúvas não-brancas.

Observa-se que entre o grupo de mulheres viúvas, sejam brancas, negras e pardas forras, ricas proprietárias e viúvas pobres, existiu uma camada intermediária que ascendeu economicamente por meio do trabalho no pequeno comércio ou agricultura, ou atividades consorciadas, como, por exemplo, o co-

---

PAIVA, Eduardo F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.HIGINS, Kathleen J. Licentius liberty in a Brazilian gold – mining region: slavery gender, and social control in eighteenth century Sabará – Minas Gerais. Pensylvania State University, 1999.

mércio e lavoura, lavoura e fazenda, ou fazenda de gado. Como Maria Antonia, que possuía roça próxima a Paracatu com sessenta cabeças de gado de toda a sorte, cinco bois carreiros, leitões, entre outros bens. Ela não foi porém a única.[520] Analisando parte dos inventários e listas nominativas de habitantes da região, especialmente viúvas, foi encontrado número significativo delas plantando roça e criando gados, leitões, entre outros.

Se, de um lado, temos um grupo majoritário de viúvas pobres chefes de domicílio, sem escravos, com participação ativa no mercado de trabalho — principalmente na prestação de serviços para dar conta do sustento da prole, e outra categoria intermediária, compondo a camada média, vivendo e cuidando dos seus com relativa folga — por outro, tem-se, na outra ponta, um grupo bem mais restrito de mulheres que provavelmente não enfrentava nenhuma dificuldade para manter seu grupo doméstico, a exemplo do que ocorreu na região de Itu e Sorocaba,[521] e como de resto na sociedade brasileira de modo geral. Uma categoria de mulheres viúvas proprietárias que, pelo volume de seus bens, negócios e influência no meio social e político, passaram de donas a mandonas.

5.3. De donas a mandonas – trajetórias de mulheres chefes de domicílio nas duas margens do Atlântico

Intensas atividades comerciais, trocas materiais e humanas entrelaçaram histórias nas duas margens do Atlântico, estabelecendo uma série sem precedentes de trocas regulares e trânsitos entre África, Ásia e Europa, encurtando as distâncias. Universos culturais distintos foram se reinventando, absorvendo, resistindo, metamorfoseando a partir desse encontro de culturas, vivências e visões de mundo tão díspares, mas, ainda assim, histórias foram conectadas. Indícios dessas histórias aparecem de forma inequívoca em diversos testamentos de comerciantes, traficantes de escravos, onde foram relacionados seus agentes e o rol de seus bens, além dos diversos testamentos de mulheres forras,

---

[520] APMOMG – Paracatu, Cx.1880, Inventários, Maria Antonia de Carvalho, 1879.

[521] Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida em São Paulo colonial. Espacio, Tiempo y forma, série IV, Hª Moderna, t.3, 1990. p.367-386.

que revelam a circularidade das migrações intercontinentais, como das diversas crenças, idéias, conhecimentos, saberes e práticas que possibilitaram conexões entre mundos e cenários diversos e aparentemente sem compatibilidades. Não há como negar os impactos das interações entre diferentes culturas nas relações de gênero, abrindo o leque de possibilidades para a construção sócio-histórica das diferenças e desigualdades que permeiam as relações entre os sexos.

Ao acompanhar a trajetória de algumas mulheres, observei que nas duas margens do Atlântico mulheres viúvas chefes de domicílios, brancas, mulatas ou mestiças, regeram seus negócios com desenvoltura, ampliando-os, aumentando a escravaria, protegendo os parentes e interesses familiares, vivendo um estilo e um padrão acima da média, gozando do status de donas, no caso brasileiro e *Ña* = senhora (no criolo de Cabo Verde e da Guiné). Na maioria dos casos, essas mulheres ampliaram as fortunas herdadas de seus maridos, dotaram filhas e deixaram aos filhos legados que os permitiam viver confortavelmente. Essas mulheres —cujos lares eram marcados por díades maternas, matrifocais e, nos casos das africanas, matrilineares — foram entendidas como anomia ou desvio da norma, posto que alteraram o padrão de poder e autoridade centrado no masculino.

No caso de Angola, mulheres viúvas de Luanda fizeram sua fortuna como donas de grandes propriedades agrícolas denominadas "arimos" [522] e as mulheres de Cabo Verde e da Guiné como comerciantes.

De acordo com Selma Pantoja, muitos desses "arimos" em Luanda foram recebidos por escravas e forras como herança de comerciantes, militares, religiosos — utilizando-se da parte referente à terça — ou foram recebidos por mulheres brancas e negras, que recebiam herança de seus maridos falecidos.

---

[522] Propriedades agrícolas existentes nos arredores de Luanda e no leito dos grandes rios que produziam gêneros de primeira necessidade. No entorno de Luanda, e mais para o interior, terras às margens dos rios Kuanza, Bengo e Dande, produziam-se verduras e legumes. Em outros lugares como Dongo, Gonlongo e outros os arimos dedicavam-se à produção de milho, feijão, mandioca, além de criação de gado. Por sua extensão e volume de produção, passou a ser chamado de "celeiro da cidade". Em meados do século XIX, esses "arimos" foram transformados em fazendas produtoras de gêneros agrícolas para exportação. Cf. PANTOJA, Selma. (Org.). Entre Áfricas e Brasis. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001: Donas de "arimos": um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). p.35-49.

Entre essas donas de "arimos", encontravam-se viúvas pertencentes às mais ricas famílias de Luanda.[523]

Tal como na realidade do lado de cá do Atlântico, esse grupo não-homogêneo de donas de "arimos" era composto por mulheres brancas, pardas, negras ou também escravas. O nível sócio-econômico sofria variações, assim como os níveis de riqueza. Do mesmo modo que havia mulheres como D.Joaquina dos Santos e Silva, senhora traficante de escravos, proprietária de mansão em Luanda, produtora de aproximadamente 24 sacos de farinha para venda no terreiro público, havia também a preta Luzia Antonia, que produzia em média 15 sacos de farinha, conforme registro em 1827 na lista dos que negociavam a venda de farinha proveniente da região do Bengo.[524]

Essas notáveis viúvas estavam envolvidas no comércio de farinha, feijão e de outros gêneros alimentícios. Estavam ainda presentes entre as principais arrematadoras, compradoras de "arimos", aluguéis de imóveis nas ruas centrais de Luanda e ainda no serviço de abastecimento de água potável, que exigia um investimento de grande monta.[525]

A importância dessas mulheres na dinâmica do abastecimento alimentar e no funcionamento da economia de Luanda só muito recentemente tem sido alvo de pesquisas, contudo ainda permanece como um campo a ser explorado. Segundo Selma Pantoja, além do fornecimento de água que abastecia a cidade, em torno dessas mulheres se formava "uma rede de fornecimento de alimentos chegados dos "arimos" e distribuídos em cadeia pelas quitandeiras [que] abastecia a cidade" e que estavam praticamente nas mãos das africanas.

---

[523] PANTOJA, Selma. (Org.). Entre Áfricas e Brasis. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001: Donas de "arimos": um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). p. 35-49

[524] Biblioteca Municipal de Luanda – BML, Códice 55, Registro de Entradas e Saídas de Milho, 1850 a 1857, v.II. Estas mulheres foram originalmente analisadas por PANTOJA, Selma. (Org.). Entre Áfricas e Brasis. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001: Donas de "arimos": um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). p.40-41.

[525] Cf. PANTOJA, Selma. (Org.). Entre Áfricas e Brasis. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001: Donas de "arimos": um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). p.46.

Os negócios juntavam "mulheres pobres e ricas, negras e brancas, e viabilizava o espaço urbano luandense" nos séculos XVIII e XIX.[526]

Como no caso brasileiro, existia uma hierarquia que distanciava as viúvas grandes proprietárias das pequenas. Enquanto as primeiras estavam em situação de mando, à testa da administração dos negócios — certamente não exercendo atividades manuais, estas ficando por conta de escravos e agregados — é muito provável que as pequenas proprietárias participassem de todas as etapas do trabalho, mesmo contando com algum auxílio de filhos ou agregados.

Dentre outras viúvas ricas chefes de domicílio no arraial do Tejuco, destaca-se D.Ana Clara Freire, fazendeira, proprietária de imóveis e escravos, cuja história é bastante singular. Ela fora casada com o capitão José Barbosa de Mendonça. Durante seu casamento teve nove filhos: Ricardo Soares Pereira da Silva; Rita Modesta, Ricarda Valéria; Lívia Henriqueta, Emilia Augusta; Herculana Augusta; Ana Cândida; Antonia Augusta e um falecido.[527] Todos eles filhos do bacharel José Soares Pereira da Silva. O bacharel fez reconhecimento dos filhos no Rio de Janeiro em 1814 perante um tabelião sem revelar o nome da mãe. Nesse meio tempo, D.Ana Clara ainda se encontrava casada.[528]

Em 1818, na presença do ouvidor da vila do Príncipe, agora já viúva, ela manifestou a intenção de legitimar seus filhos, pois não tivera nenhum do capitão Mendonça. Argumentou ainda que era "público e notório que ela era a mãe dos filhos do bacharel", pois durante longo tempo fora sua "teúda e manteúda".[529] D.Ana Clara teve todos os nove filhos enquanto estava casada com o capitão José Mendonça, todos os filhos adulterinos.

Contudo, não foi a única viúva a viver este tipo de relação no arraial do Tejuco. Tem-se, como outro exemplo conhecido no arraial, o caso de Thomazia Onofre Lírio de Melo, parda, casada, segundo o médico doutor Luiz de Figueiredo, marido de D.Ana Perpétua Marcelina, com o músico José Joaquim Améri-

---

[526] PANTOJA, Selma. (Org.). Entre Áfricas e Brasis. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001: Donas de "arimos": um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). p.46-47.

[527] BAT, CSO, maço 165, n.1091, Inventário, D.Ana Clara Freire, 1850.

[528] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ, Desembargo do Paço, Legitimações, Cx. 127, pacote 2, doc. 19.

[529] ANRJ, Desembargo do Paço, Legitimações, Cx. 127, pacote 2, doc.19.

co, mas concubina do doutor José Vieira Couto.[530] Em muitos casos, este tipo de relação foi utilizado como argumento para divórcios e dissolução do grupo doméstico.

D.Clara vivia com certo luxo e requinte no largo da Intendência em uma morada de casas assobradadas, com quintal, água de mina, cujos fundos dava para o morro da Grupiara, de um lado fazia divisa com a casa dos herdeiros de Francisco Seixas e de outro com o chafariz público, e o quintal dividia com o do capitão Manoel Alves Ferreira Prado. Além dessa casa, tinha mais outras duas, uma na rua Direita e outra perto da Grupiara. Possuía uma fazenda no lugar denominado Povoação, chamada Capão Grosso, cuja sede possuía uma casa de sobrado, senzalas, uma casa de engenho, roda de ralar mandioca, tear, roda de encher canela, criação de gados, porcos, cavalos, seis alqueires de plantas, duzentos alqueires de milho, trinta e dois de feijão e rancho de passageiros. Possuía ainda trinta e oito escravos, uns campos e matas denominados Córrego do Caixão, umas terras em Pindaíbas, diversos móveis e utensílios de casa, entre outros, cujo monte-mor foi estimado em 32:415$421 (trinta e dois contos, quatrocentos e quinze mil e quatrocentos e vinte um réis). Certamente vivia dos ganhos obtidos de sua fazenda, do aluguel de imóveis e do trabalho de seus escravos.

Faleceu em 1850, provavelmente com quase 90 anos, se se levar em conta que, na lista nominativa de 1832 do arraial do Tejuco, estava com aproximadamente 70 anos.[531] Ao longo de sua vida duplamente viúva, do capitão e do bacharel, apesar da singularidade de sua vida amorosa não há duvida de que tenha sido senhora respeitada na sociedade diamantinense. O fato de ser casada com um e ter tido nove filhos do outro não afetou tanto sua honra. Em virtude de sua condição social elevada, é muito provável que era sempre tratada com deferência e distinção por todos como “dona”. Neste contexto, pode-se pensar que a posição social de D.Ana Clara, fazia com que sua honra fosse desatrelada

[530] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 15878, MF 2556, Rio de Janeiro, maio de 1804. A Professora Virginia Valadares fez um alentado estudo sobre esse episódio. Cf.VALADARES, Virginia Maria Trindade. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. p.401.

[531] APM, MP, Lista dos Habitantes de Minas Gerais, Paróquia de Santo Antonio do Tejuco, 1832.

da conduta sexual e referenciada em elementos socioculturais, tais como "prestígio", "estima", "respeito", um conjunto de práticas e condutas reconhecido socialmente, e que compunham o repertório do comportamento tido como honroso para a elite. A honra poderia se tornar então um conceito flexível capaz de se dobrar sob pressão e, ainda assim, forte o suficiente para permanecer como "ditame moral".[532]

No caso de D.Maria Rosa de Almeida, viúva, fazendeira e negociante, moradora na vila de Pará de Minas, quando fez seu testamento em 1878 revelou que, no estado de viúva, teve dois filhos que foram expostos. Não disse, mas certamente o fez por pudor, para não vir à tona o fato de que se mantinha sexualmente ativa, mesmo no estado de viuvez, como outras também o fizeram. Assim, declara D. Maria Rosa:

> Claudino e Lino, o primeiro exposto em casa de Germano Rodrigues Preto e hoje residente na Freguesia de Sant'Anna do Onça [atual Onça do Pitangui]; o segundo exposto em casa de Manoel Antonio d'Assumpção e hoje residente na Freguesia de Buriti da Estrada [atual Abaeté], cujos dois filhos Lino e Claudino por este meu testamento em desencargo de minha alma os habilito e os hei por habilitados para que herdem igualmente com sua irmã Maria viúva de Antonio Justino d'Almeida como se fossem de legítimo matrimônio.[533]

Do seu casamento com José Gabriel de Oliveira teve uma única filha de nome Maria, que também se encontrava viúva como a mãe. Maria e seus irmãos herdaram um montante líquido no valor de 23:935$796 (vinte e três contos, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e seis réis. D.Maria Rosa deixou patrimônio considerável para os herdeiros: além das fazendas Catumba e Cachoeira do Romão, onde tinha criação de gado e porcos, tinha outras chácaras, sendo que em uma delas plantava café. Também plantava milho, feijão,

---

[532] Cf. TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (Ed.). Sexuality & marriage in colonial Latin América. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989. p.143-144.

[533] MUSPAM , doc. FCAM – Inv. 333-12 (14), Inventários, D. Maria Rosa de Almeida, 1878. (anexo testamento).

mandioca e algodão, em larga escala, e ainda mamona. Possuía casa na rua Direita, entregue a uma das netas como herança, com a condição do marido não poder tirá-la.

Tudo indica que na propriedade rural estava instalada uma fabriqueta de tecidos, além do "tear com seus pertences e três rodas de fiar". Havia, ainda, 205 quilos de algodão, 27 quilos de linha, 3.080 metros de pano grosso e 620 metros de pano fino de algodão. Contava com dez escravos. Provavelmente, parte do lucros provinha da atividade agrícola, de plantar e criar. Contudo, por seu inventário há fortes indícios de que uma parcela de seus rendimentos provinha de empréstimos a juros, cujo montante a receber quando do seu falecimento perfazia um total de 6:545$405, (seis contos, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinco réis). Deixou à filha o seguinte pedido:

> Peço a minha filha Maria que proceda com escrupulosa consciência na prestação de bens [dado a] inventário a fim de que não fiquem lesados os mais herdeiros. Peço queira ser testamenteiro em primeiro lugar o senhor Francisco Esteves Rodrigues, em segundo meu neto afim Antônio José de Mello, em terceiro meu irmão João, com a gratificação de cem mil réis ao servir-me neste pedido e um ano de prazo para prestação de contas. Por esta forma tenho concluído este meu Testamento de última vontade, ficando por ele revogado quaisquer disposições de anterior data, o qual vai a meu rogo escrito pelo Vigário Paulino Alves da Fé, e por mim somente assina.[534]

Ao que parece, D.Maria Rosa viveu em seu domicílio apenas com sua filha e os filhos expostos foram criados por outros. A documentação analisada não me permite inferir em que momento passou a assumir seus filhos publicamente. Alguns casos parecidos revelaram comportamentos diversificados, e é impossível generalizar sobre essas experiências vividas. Como a maioria das viúvas que tem filhos, D.Maria Rosa demonstrou maior preocupação com as filhas e netas, e às vezes com as afilhadas. Foram comuns atitudes como a dessa

[534] MUSPAM , doc. FCAM – Inv. 333-12 (14), Inventários, D. Maria Rosa de Almeida, 1878. (anexo testamento).

avó em garantir o futuro dos netos. D.Maria deixou herança para todos os netos e bisnetas, disposto da seguinte forma:

> Deixo para minha bisneta Lourença a quantia de cem mil réis, para que em seu beneficio livre de despesas e a custa de meus bens seja por meu testamenteiro empregado a todo risco na Associação Protetora das Famílias criada no Rio de Janeiro, e que será liquidado depois de sua maioridade, sendo o seguro feito na mesma pessoa da beneficiada. Deixo para meu neto e afilhado Flauzino, filho de meu filho Claudino, a quantia de cem mil réis para do mesmo modo e com as mesmas condições supra ditas ser em seu beneficio e por meu testamenteiro empregado naquela Associação Protetora das famílias que será liquidada depois de sua maioridade. [535]

D.Maria Rosa adota nova modalidade de investimentos para as heranças deixadas aos netos. Investe num tipo de fundo de proteção com sede no Rio de Janeiro, o que remete a existência de uma importante rede de comunicação com a capital do Império, bem como das novas formas de pecúlio e desenvolvimento. Fórmula utilizada também pelo vigário Paulino que redigiu seu testamento. Mas, apesar das novas formulas de investimentos, a antiga prática da usura permanece.

Também a trajetória da viúva D.Anna Perpétua Marcelino da Fonseca, moradora do Tejuco, comarca do Serro Frio, ilustra bem como a ausência repentina do marido obriga muitas mulheres a assumirem a direção da casa e a administração dos negócios familiares.[536] Com a morte do marido, o doutor Luiz de Figueiredo, teve de terminar de criar seus seis filhos, menores de 15 anos, sozinha.

A trajetória de D.Ana Perpétua começa a se modificar em 1769 com o falecimento de sua mãe D.Catarina Perpétua da Fonseca, quando dirige uma

---

[535] MUSPAM , doc. FCAM – Inv. 333-12 (14), Inventários, D. Maria Rosa de Almeida, 1878. (anexo testamento). fl. 15.

[536] Sobre o caso de D.Ana Marcelina da Fonseca, ver MENESES, José Newton Coelho de. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000. Sobre viúvas na condução dos negócios, ver: CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado).

petição ao Conselho Ultramarino solicitando autorização para se transportar para o Reino com duas criadas, alegando que, com a morte da mãe, ela ficou:

> no estado de donzela, sem que se achassem os bens necessários para sustentar-se com a decência com que foi criada e que sem parentes que lhe façam respeito para poder conservar-se com honra no estado da América, pelo que tem tomado a resolução de se recorrer a um convento ou por freira ou por recolhida, mas pelo excesso de dotes que costumam dar-se para o dito estado e do mais que é necessário para a entrada e subsistência da vida nos conventos do mesmo estado não tem a suplicante o que lhe baste para se recolher a um convento desse, razão pela qual quer transportar-se para Portugal, de onde com menos despesa se pode recolher a um convento e a onde tem parentes que por caridade a poderão socorrer em alguma coisa.[537]

Não foi possível saber se ela chegou a viver em Portugal. O certo é que em 1775 D.Ana Marcelina já está casada, vivendo na rua do Macau, área central do arraial do Tejuco em companhia de dois filhos e uma filha. Contudo, seu marido Luiz José de Figueiredo, médico formado na universidade de Coimbra, estava ausente.[538] Segundo Júnia Furtado, nesta época ele estava expulso da Demarcação Diamantina por ter sido acusado de extravio de diamantes.[539] Nesse momento, D.Ana já aparece como chefe do seu domicílio.

O doutor Luiz Figueiredo estudou Medicina em Coimbra entre 1751 e 1754. Depois de formado, voltou ao Brasil e passou a exercer o ofício no arraial do Tejuco, onde se casou com D.Ana Marcelina. Era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e membro da elite local, da qual faziam parte outros ex-estudantes de Coimbra. Em 1789 denuncia ao Santo Ofício como herege seu colega conterrâneo José Vieira Couto, alegando que o fez por dever e precisão, a fim de não correr o risco de excomunhão. E mais afirmou que não o denunciou

---

[537] AHU, Cx.95, doc.21, Manuscritos avulsos de Minas Gerais, Requerimento viagem, D. Ana Marcelina da Fonseca, 1769.

[538] AHU, Cx.108, doc.9, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, 1775.

[539] Cf. FURTADO, Júnia F. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.) O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2002. p.497-511.

antes para que não pensassem que o havia feito por "inimizade". Em maio do mesmo ano, morando no Rio de Janeiro, faz uma segunda denúncia, confirmando a primeira, e voltou a insistir no fato de ter demorado a denunciar porque não queria que o doutor Vieira Couto dissesse que este fez a denúncia porque não gostava dele.[540] Este episódio evidencia os problemas de relacionamento entre os doutores Luiz Figueiredo e Vieira Couto, bem como os jogos e tramas do poder e disputa de espaço profissional e interesses pessoais, pois, segundo o doutor Figueiredo, Vieira Couto também exercia a medicina no arraial do Tejuco.[541]

Apesar do doutor Luiz Figueiredo ter falecido somente em 1793, parece que D.Ana Marcelina Pérpetua já vinha chefiando seu domicílio em virtude das constantes ausências do marido. Pelo inventário do doutor Luiz, pode-se cogitar de que deixou sete filhos com D.Ana Marcelina, mas somente seis foram beneficiados. D.Ana alega que não vai contemplar a filha Luiza, por estar casada com a idade de 14 para 18 anos. Não é possível saber o real motivo de a filha ter sido deserdada. Em geral, o mais provável era o casamento sem o consentimento dos pais, mas poderia haver outros motivos. Como D.Ana invoca as leis de Sua Majestade, é de se supor que seja a lei de 1775, a qual reforçou o decreto de 1603, que autorizava os pais a deserdar a filha que se casasse sem consentimento, ampliando a exigência de consentimento paterno no caso de filhos também.[542]

D.Ana Marcelina era tutora, testamenteira e inventariante do espólio de seu marido, vivia em uma casa de sobrado com janelas de vidraça na rua do Macau do Meio que fazia divisa com mais duas casas, também de sua propriedade. Além das jóias, diversos utensílios de casa — entre outros, talheres de prata, ferramentas — aproximadamente treze casas de aluguel, fazenda com

---

[540] Em caso de denúncias no Eclesiástico, por precaução o denunciante deveria provar que não tinha interesse pessoal, nem problemas de relacionamento, e não tinha interesse de prejudicar o denunciado. Senão esta não teria validade.

[541] Maiores detalhes sobre esse episódio, ver VALADARES, Virginia Maria. Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado). p.400-403.

[542] Sobre o assunto, ver: STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, l4(1), jan/abr. 2006.

produção de alimentos que abastecia o domicílio, terras de minerar, diversos escravos alugados para a Real Extração, além de ser dona de tropas.[543] Tudo indica que administrou sua fortuna com muita competência e zelo.

Em 1832, com aproximadamente 90 anos, provavelmente continuava a residir na rua do Macau. Vivia sozinha em seu domicílio acompanhada de vinte e oito escravos, sendo vinte homens e oito mulheres. Seu filho mais velho, como o pai também Luiz Figueiredo, com 52 anos de idade estava casado com D.Luiza e com seis filhos, residia em quarteirão próximo da mãe, e encontravam-se registrados em seu domicílio quarenta e cinco escravos.[544]

Algumas viúvas chefes de domicílio, além dos bens herdados do marido, administraram de tal forma o patrimônio que conseguiram duplicar a fortuna, como foi o caso de D.Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, moradora na região de Pitangui, falecida em 1824,[545] mais conhecida como Joaquina de Pompeu.[546]

As viúvas donas que se tornaram mandonas, gerenciando grandes empreendimentos, estiveram presentes em várias regiões do império ultramarino, entre os séculos XVII e XIX, compondo a paisagem social. Como foi o caso de Dona Rosa de Carvalho Alvarenga, conhecida também como Dona Rosa de Cacheu ou Ña Rosa de Cacheu, na região de Guiné-Bissau. Esta notável viúva de cor, rica fazendeira, comerciante, proprietária e traficante de escravos, arroz, entre outros, ficou viúva em 1829 de João Pereira Barreto, militar e rico proprie-

---

543 BAT, CPO, maço 52, doc. 014, Inventários, Dr. Luis José de Figueiredo, 1793.

544 APM, PP, Lista dos Habitantes de Minas Gerais, 1832, Paróquia de Santo Antonio do Tejuco.

545 AHP – Pitangui, Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, Testamento, 3 volumes; Ação Cível, Requerimento, 1826; Libelo Cível e Crime de Injúria, 1826; Inventário, 1826; APM, Arquivo Privado de Joaquina de Pompeu, Caixa 1, doc.17-36. Sobre o assunto, ver ainda: NORONHA, Gilberto Cezar. Joaquina de Pompeu: tramas de memórias e histórias do sertão de São Francisco. Uberlândia, MG: EdUfu, 2007.

546 Reconheço a importância de se analisar a trajetória desta viúva, inclusive no contexto mais amplo, por uma série de razões históricas: desmistificar o mito em torno de sua trajetória, porque há fortes indícios de que, muito antes do marido falecer, já era chefe do domicílio e administradora da fortuna amealhada ao longo dos anos, e por fim, apesar de branca, sua trajetória guarda muita semelhança com algumas senhoras do continente africano. Entretanto, não foi possível fazê-lo nos limites desta tese, apesar de estar com toda a documentação coletada.

tário da maior casa comercial de Cacheu[547], filho de um padre de Cabo Verde e uma escrava de origem felupe, da Guiné. Assim como as viúvas de Minas Gerais, com a morte do marido D.Rosa formalizou o pedido de provisão de tutela e administração dos bens, afirmando ter capacidade para tutelar os dois filhos e reger os bens. Fato que foi prontamente confirmado pelas testemunhas que atestaram sua capacidade para educar os filhos e responsabilidade na condução dos negócios, dizendo que por

> a conhecer há muitos anos, ser ela muito capaz e suficiente boa e fiel na administração dos bens de seus filhos, porquanto é assaz público e notório a atividade, zelo e inteligência com que tem portado nos negócios do seu casal e na boa educação dos filhos [548]

Esta atitude evidenciou que, para manter seu controle sobre os negócios de família, sobre os dois filhos, em virtude do montante da fortuna em jogo, necessitava do aval formal da legislação e das autoridades portuguesas, o que de fato conseguiu. Segundo Philip Havik, com a morte do marido, Dona Rosa mandou buscar o filho Honório que estava em Portugal estudando e, juntos, mudaram o destino da companhia criada por João Pereira e exerceram o domínio nos assuntos administrativos em toda a região. A fama e importância de D.Rosa estavam sedimentadas numa associação de parentesco, empreendimento comercial e sua influência sobre governantes africanos e comunidades *kriston.*[549]

---

[547] Cacheu era inicialmente uma aldeia (tabanka) no território controlado pelos Pepel de tradição matrilinear, fortificado em 1580 por comerciantes privados. Esta região situada estrategicamente na foz do rio Cacheu —Guiné de Cabo Verde, hoje conhecido como Guiné-Bissau — tornou-se importante porto de tráfico de escravos. Sobre o assunto, ver: HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX, Afro-Ásia, 27 (2002), 79-120.

[548] AHU, 1ª Secção, Guiné, Cx.23, 18 de dezembro, 1828.

[549] Comunidades de africanos batizados, conhecidos como "cristão por cerimônia", de perfil heterogêneo, incluía desde escravos domésticos até comerciantes que se estabeleceram nas áreas em torno das cidades fortificadas.

As diversas operações comerciais de D.Rosa incluíam desde a principal companhia comercial de Cacheu a fazendas de produção agrícola para exportação na Guiné e Cabo Verde. A plantação conhecida como *ponta*, comprada dos Bañus, localizava-se num riacho que unia os rios Cacheu e Casamance, numa área de importância estratégica, fora do controle da administração portuguesa, vista como rota de contrabando. Localizada no território controlado pelos Bañus, que controlavam o acesso a mesma, dá uma idéia da importância das relações de parentesco e amizade com as comunidades locais para o sucesso dos negócios. De acordo com Philip Havik, estes laços eram vantajosos para todos os lados, pois assegurava o "fluxo contínuo de mercadorias baseado no acesso privilegiado às provisões, e reforçando a confiança e obrigações mútuas que determinavam o sucesso comercial" naquela região.[550] Devido a sua proporção, era a única existente no limite da Guiné portuguesa e toda a região dependia da importação desse produto.[551] Sua influência deslizou do econômico para o político, muito em razão dos postos administrativos ocupados por seu marido e do trabalho de seu filho, mas muito mais em decorrência de sua liderança e dos laços que mantinha com comunidades estrategicamente posicionadas no litoral, além de atuar como mediadora nos conflitos locais e com as autoridades portuguesas.[552]

Descrita como mulheres de "cor" ou "mestiças", D.Rosa soube como ninguém utilizar-se das relações de parentesco e das linhagens matrilineares para controlar parte significativa do comércio afro-atlântico. O fato de mulheres viúvas, como *Ña* Rosa, *Ña* Bibiana, mulheres negras ou mestiças, terem controlado parte significativa do comércio afro-atlântico — tendo alcançado uma mobilidade espacial e social inimaginável para a maioria de seus conterrâneos —

---

[550] HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX, Afro-Ásia, 27 (2002), p.102.

[551] Cf. CHELMICKI, José Conrad Carlos de & VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Corografia Cabo Verdiana ou Descripção Geográfica Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné. 2 v. Lisboa e Cunha, 1841. p.184.

[552] Maiores detalhes sobre a trajetória de D.Rosa e D.Bibiana, ver: HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX, Afro-Ásia, 27 (2002).

evidencia o protagonismo, a força da presença feminina até então desconsiderada no universo africano e no comércio afro-atlântico.

As fontes evidenciaram que essas mulheres atuaram em seus espaços como notáveis mediadoras culturais, evidenciando outra faceta da mediação cultural intimamente relacionada à capacidade de mobilidade, não somente física, mas outra mobilidade que se pode traduzir como habilidade de articular conhecimentos de dois ou mais lugares, resultado de um processo de trânsito entre várias realidades, saberes e experiências vividas, sem perder os elementos de sua cultura de origem, melhor dizendo "primária". Curiosamente, habilidades desenvolvidas por mulheres comerciantes.

Nesse sentido, Thales de Azevedo em 1964 já chamava a atenção para o que ele chamava de fenômeno da "matrifocalidade na socialização das relações raciais" fato de que "é através da linha materna que mais fortemente se transmite a herança cultural".[553] Se assim for, é possível mesmo pensar que os filhos da grande maioria dessas mulheres foram socializados a partir dos valores, nas regras de conduta e comportamento dentro de uma estrutura de relações próximas e de convívio da mãe.

Pela análise de diversos documentos relativos a essas mulheres chefes de domicílio ficou evidente que sua autoridade fundamentava-se na transmissão de valores, normas, códigos, saberes compartilhados, e muitas vezes na responsabilidade pela sobrevivência econômica da prole, ocorrendo modificações significativas nas atribuições e papéis familiares e no padrão tradicional de autoridade vigente na sociedade colonial, e mesmo imperial.

---

[553] AZEVEDO, Thales O. G. Mestiçagem e status no Brasil. Publicado originalmente no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 5, Coimbra, 1964. Separata da Actas Coimbra, 1964, v. 30; Sociologia, São Paulo, v. 26, n.4, 1964. p.103.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a chefia feminina de domicílios não se esgota aqui. Ela é uma questão em aberto, pois sua atualidade continua a exigir profunda reflexão no sentido de apreender as teias e as tramas dos discursos e das relações atravessadas por hierarquias que continuam a produzir e reproduzir, entre outras desigualdades, a de gênero.

A diversidade é a chave de compreensão desses complexos e vastos "territórios" em que essas mulheres, chefes de domicílio, construíram suas histórias. Procurei demonstrar que não existiu uma "vivência homogênea", as vivências são marcadas por clivagens de gênero, de gerações, de etnia, de crenças e de origem, que demarcavam e posicionavam as mulheres naquele meio social.

Constatei a existência de dois grupos distintos de mulheres chefes de domicílio —um grupo majoritário que estava concentrado nas áreas urbanas — e outro grupo de mulheres radicadas nas áreas rurais próximas aos antigos centros mineradores e nos sertões, voltadas às atividades agrícolas para subsistência e/ou para o abastecimento alimentar.

Observei ainda que essas mulheres, cujos lares eram marcados pela matrifocalidade, se distinguiram por suas trajetórias de vida, por seus ofícios, devoções, experiências, pela situação familiar, pela cor e, obviamente, por suas feições, sua cultura, e pela condição social. Paralelo a um pequeno grupo de mulheres ricas proprietárias, e outro grupo intermediário de mulheres que se dedicavam ao comércio e a outros negócios, encontra-se um grupo majoritário que necessitava conciliar as lidas diárias no domicílio com outras atividades de prestação de serviços a fim de prover o sustento da família.

As trajetórias das diversas mulheres aqui apresentadas desmistificam a tese de que a matrifocalidade estava limitada apenas às camadas populares, mais especificamente às livres pobres, forras e escravas. Ela atravessava a vida de mulheres de todas as condições sociais, abrangendo também as mulheres brancas, abastadas, que gozavam de grande prestígio social. E mais: joga por terra certo dualismo extremamente perverso tão presente em nosso imaginário

social brasileiro, que associa pobreza e chefia feminina, como se um fosse condição do outro. Sem negar as dificuldades enfrentadas por um grande contingente de mulheres chefes de domicílio, fiz um esforço de romper com visões que reforçam estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, sempre relacionado ao feminino.

Procurei observar as diferenças de papéis sexuais enquanto construções sócio-culturais e históricas que incluem relações de poder não-localizadas num único ponto: o masculino. As mulheres chefes de domicílio viveram e integraram também as redes de poder e de dominação e souberam utilizar dos discursos ambíguos, especialmente sobre a fragilidade feminina, quando se fez necessário.

Os laços e redes de solidariedade estabelecidas entre diversas mulheres foram fundamentais para a improvisação de papéis e educação da prole. Seja por necessidade, seja por opção, essas mulheres chefes de domicílio inverteram, reformularam e inventaram papéis que, em muitos casos, provocaram alterações substantivas em suas trajetórias. Viveram o dilema entre os papéis socialmente prescritos para as mulheres, transmitidos de geração a geração, e o aprendido face à realidade vivida e as experiências no convívio com outras mulheres e homens na Capitania/Província de Minas Gerais. Eram mulheres de "carne e osso" que se revelavam na vida cotidiana, nas relações sociais e no confronto entre os valores prescritos e aqueles construídos por elas na sua relação em sociedade e na relação com os homens.

A chefia feminina pode ser vista como resultado de um conjunto de transformações sociais, econômicas, culturais e comportamentais que estão ocorrendo ao longo do tempo, mas ficou evidente neste estudo que ela está intimamente relacionada ao tipo de relação que essas mulheres estabeleceram com os homens.

Creio que a experiência vivida por essas mulheres não se encerra naquele passado distante, nem se obscurece face das transformações dos valores, dos direitos e das lutas identitárias engendradas pelas mulheres na sociedade contemporânea.

Olhando desse tempo presente essas experiências pretéritas, deparo-me com histórias que despertam um turbilhão de sentimentos ambivalentes: um misto de dor e riso, alívio e receio, porque são histórias abertas e talvez por isso conservem sua força, porque são portadoras de vários significados e significantes que fecundam um "tempo que se chama hoje", porque estão "saturadas de agoras".

Creio mesmo que talvez Walter Benjamim tenha razão: "(...) existe um encontro secreto, marcado entre [estas] gerações precedentes e a nossa". Tentei demonstrar que as diferenças entre homens e mulheres foram, e são, mediadas pela cultura e não como algo dado e natural.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Público Mineiro – APM

- CMS, códice 73, Registro de Inventários e Testamentos; CMS, códice 111, Registro de Testamentos; Mapas de População, Caixa 11, doc. 1, doc. 2, doc. 3; Cartas de Legitimação - Microfilmes do Arquivo Histórico Ultramarino.

Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – CEDIC-BH.

Livro de Registro de Batismos,
Sabará, 1776-1800, livro 6, v. 1 e 2; Sabará, 1823-1867; Raposos, 1762- 1806; Caeté, 1759-1807; Caeté, 1808-1837; Santa Luzia, 1818-1833

Livro de Óbitos / Testamentos,
Caeté, 1773-1871; Caeté, 1779-1806; Curral del Rey – Paróquia Boa Viagem, 1814 -1852

Arquivo Eclesiástico de Mariana - MG

Processos de Banho; Devassas; Processos De Genere;

Arquivo Eclesiástico da Cúria de Diamantina - MG

Registro de Batismos Tijuco; Vila do Príncipe - Serro; Registro de Casamentos; Registro de Óbitos, Livros de Irmandades; Processos de Divórcio.

Museu do Ouro – Arquivo Casa Borba Gato – Sabará/MG – MO-ACBG

CSO (21)1, 1760, Inventários; CSO (62)14, Inventários; CSO (14)11, Inventários, Testamentos; CPO (36)02, Testamentos; CPO 25(40), Testamentos; CPO (50)03, Inventários, Testamentos; Livro de Notas do Cartório 1º Oficio – CPON, séc. XIX, 1800-1821, livro 1, Justificações, Cartas de Alforria.

IPHAN - Arquivo da Biblioteca Antonio Torres - Diamantina - MG

Inventários CPO - 1789 / 1799; Inventários - 1800-1873, Testamentos -CPO - 1831 / 1873; Alforrias; Processo;

Forum Edmundo Lins- Serro - MG

- Testamentos e Inventários;

Arquivo Público Municipal Olympio Michael Gonzaga (APMOMG) - Paracatu - MG

Inventários, testamentos, processos de banhos, promessas de casamentos, divórcios.

Arquivo Histórico de Pitangui - MG

Inventários e Testamentos.

Centro de Pesquisa e Estudos sobre História Regional (CEPHR) do Museu Histórico – Pará de Minas - MG

Inventários, Testamentos e Divórcios.

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro

Cartas de Legitimação do Desembargo do Paço;

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT

ANTT, Desembargo do Paço, Índice de bacharéis

Impressas

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos da história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Edunb, 1982.

FILHO, Aires da Mata Machado. *Arraial do Tejuco*, cidade Diamantina. 3 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos: creações, suppressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de Comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915).* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1920.

CHELMICKI, José Conrad Carlos de & VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Corografia Cabo Verdiana ou *Descripção Geográfica Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*. 2 v. Lisboa e Cunha, 1841.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais.* 2 ed. Revista e atualizada por Joaquim Ribeiro Filho. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

FARIA, Eduardo. Dicionário da Língua Portugueza. 2 ed. Lisboa: Typographia Lisboense de José Carlos d'Aguiar Vianna, 1850/1853, v. 3.

GONZAGA, Olympio. Memória Histórica de Paracatu. Uberaba, MG: Typ. Jardim e & Comp., 1910. 2 ed. Prefeitura Municipal de Paracatu,1988.

MATIAS AIRES, *Reflexões sobre a vaidade dos homens e carta sobre a fortuna*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1980 (original publicado em Lisboa no ano de 1752).

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). 2 v. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

ROCHA, Joaquim José da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, história de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de.*Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* v.1. Belo Horizonte: Ed.Itaitaia, 1975.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da Língua Portugueza*, 6 ed. Lisboa: Typographia de Antonio Jose da Rocha, 1858, v. 2

WALSH, Robert (Rev.). *Notices of Brazil in 1828 and 1829.* Boston: Richardson Lord & Holbrock, William Hyde, Croken & Browster and Carter, Hindel & Balcocok, 1832. 2 v.

REFERENCI AS BIBLIOGRAFICAS

AIZPURU, Pilar Gonzalbo, QUEIJA, Berta Ares. *Las mujeres en la construcción de lãs sociedades iberoamericanas.* Sevilla, México: El Colégio de México/ Centro de Estúdios Históricos, 2004.

ALBERT, Jean-Pierre. "Approches anthropologiques de l´ecriture ordinaire", in: Martine Poulain (direc). *Lire en France aujourd'hui*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1993.

ALMEIDA, Ângela Mendes. *O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais dos confessores dos séculos XVI a XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ALMEIDA, Angela Mendes. *Família e história* – questões metodológicas. Conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa redonda "Uma visão multidisciplinar da família brasileira", organizada pela ABED/CFED/UFV, 12/09/2001.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça*: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2008. (Dissertação, Mestrado).

ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Instrução pública no Brasil (1500-1889*). História e legislação. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822.* São Paulo: Ed. José Olympio,1993.

ARAÚJO, Regina Mendes. Proprietárias de escravas e de terras da Vila do Carmo e Vila de São João Del Rei (1718-1761). *Anais* do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambu, MG, setembro, 2006.

AZEVEDO, Thales O. G. *Mestiçagem e status no Brasil*. Publicado originalmente no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 5, Coimbra, 1964. Separata da Actas Coimbra, 1964, v. 30; Sociologia, São Paulo, v. 26, n.4, 1964.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *A mulher em São Paulo colonial*. Espacio, Tiempo y Forma, serie IV, Hª Moderna, I.3, 1990, p.367-386.

_____. SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande. Quarenta anos de demografia histórica. In: *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 22, n. 2, São Paulo, jul / dez. 2005.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. v. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BEOZZO, José Oscar Pe. A mulher indígena e a Igreja na situação escravista do Brasil colonial. In: MARCÍLIO, Maria Luisa.(org.). *A mulher pobre na História da Igreja latino-americana*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984. p. 70-93.

BERQUÓ, Elza. *Os corpos silenciados*. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n.3, 1982.

BLANCO, Esmeralda L. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920).* Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BLAY, Eva A. *Trabalho domesticado*. São Paulo: Ática, 1978.

BOSCHI, *Os leigos e o poder*: irmandade e política em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et.alii. (orgs.). *História Quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Belo Horizonte: ANPUH, 2001.: A escravidão em Minas Gerais.

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de Sociologia*. Trad. Maria Letícia Guedes Alcofarado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 1993.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Ed. Nacional; Edusp, 1973.

BRÜGER, Silvia M. Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850). In*: Anais do* IX Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2000.

_____. *Minas patriarcal*: família e sociedade – São João Del Rey – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

----------. Legitimidade e comportamentos conjugais – São João Del Rey (século XVIII e 1ª. metade do século XIX). *Anais* de Resumos e CDRoom, XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte: ABEP, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. In*: Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 6, n. 1.

CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata*: a violência que se adivinha. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2004 (Tese, Doutoado).

CAMPOS, Alzira L. de Arruda. *O casamento e a família em São Paulo colonial: conflitos e descaminhos.* São Paulo: USP, 1986. (Tese, Doutorado).

CARMAÑO, Priscilla Rocha; ESPINOZA, Carlos Vivallos; GRAZIA, Leonardo Mazzei. De mujer golpeada a mujer engañada. Quatro juicios de divórcio eclesiástico en el bispado de Concepción (1844-1880), *Historia*, n. 38, v. II, jul/dez, 2005, p.465-481.

CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. *Atrás dos olhos pardos*: uma leitura da poesia de Ana Cristina César. Chapecó: Argos, 2003, p. 223.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais* (1674-1807). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese, Doutorado em Historia).

_____.. *Antes das Minas Gerais*: conquista e ocupação dos sertões mineiros. Varia Historia, v.23, n.38, Belo Horizonte, jul/dez, 2007, p.576.

_____. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*; séculos XVIII e XIX. Mariana: EDufop, 1999.

_____. *Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX.* Ciência e Trópico, Recife, v.29, p.61-124;

CARVALHO, Luisa M. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e de chefia familiar. In: *Revista de Estudos Feministas,* RJ, IFCS, UFRJ, v. 6, n. 1, 1998.

CHARTIER, Roger. Entre práticas e representações. CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. Diferenças entre sexos e dominação simbólica. In: *Cadernos Pagu* - Fazendo história das Mulheres, Campinas, UNICAMP, 1995.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas*. Senhoras administradoras de bens e de pessoas(Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado História).

CORAGGIO, José I. *Territórios en transición*. Critica a la planificación regional en América Latina. Quito: Ciudad, 1987.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Por que eu sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa:* proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Belo Horizonte, FAFICH / UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado).

COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais. Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1-2, jan-dez, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1982

COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais*: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

COSTA, Raquel Rumblesperger Lopes D. da. *Divórcio e anulação de matrimônio em São Paulo colonial.* São Paulo: FFLCH / USP, 1986, (Dissertação, Mestrado).

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais*: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Anais* do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003.

http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf (acesso em 13/11/2007)

CUNHA, Maria Clementina P. *De historiadoras brasileiras e escandinavas*: loucuras, folias e relação de gênero no Brasil (séc. XIX e Séc. XX), *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 5, 1988.

DANTAS, Mariana L. R. *Práticas sucessórias e estratégias de manutenção de patrimônio na Comarca do Rio das Velhas, século XVIII:* o caso do Mestre de campo Jacinto Vieira da Costa. Anais da XIX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, 1999.

DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente* 3. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França Moderna. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. *Nas margens*: três mulheres do século XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e envelhecimento. *Revista de Estudos Feministas*, RJ, v. 2,n.3, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____.Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

DORIA, Carlos Alberto. A tradição honrada. *Cadernos Pagu*, n.2, Unicamp, Campinas, 1994,

DUBY. Georges, PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

DURHAN, Eunice Ribeiro. Família e casamento. In: *Anais do III encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, 1982.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: alforrias em Campinas no século XIX, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): 175-216, maio/ago, 1987, p.266.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. *Anais do Encontro* da ANPPAS, Brasília, DF, 2006;

ESTEVES, Martha de Abreu. .*Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, A., PERROT, Michele, SCHMITT-PANTEL, P. et. Al. Culture et pouvoir des femmes: essai d' historiographie. In: *Annales ESC*, L' Histoire des femmes, mars-avril, 1986, n. 2.

FARGE, Arlete. Famílias: honra e sigilo. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.) *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, C. *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *A colônia em movimento:* fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. "*A mulher africana: alforria e formas de sobrevivência – séculos XVII e XIX*. Projeto de Pesquisa do Centro de Estudos Afro-asiáticos, Niterói: 1999.

_____. *Sinhás pretas, damas mercadoras*: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF).

FERNANDES, Antonio Carlos. *O turíbulo e a chaminé*: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. (1864-1917). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado).

FIGUEIREDO, Luciano R. de. *Barrocas famílias*: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Quitandas e quitutes. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 54, 1985.

_____.*O avesso da memória:* cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: J. Olympio, EdUnb, 1993.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras*. São Paulo: FE / USP, 2007. (Tese, Doutorado)

FREITAS, Maira de O. *Inventário post-mortem:* o retrato de uma sociedade - estratégia patrimonial, propriedade senhorial e posses de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806). Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, 2006. (Dissertação, Mestrado

FREYRE, Gilberto. *Sobrado e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 14 ed. Revista. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *Chica da Silva e o contratador de diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - século XVI e XIX*. São Paulo:Anablume, 2002.

_____.Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantina. In: *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. Introdução. In: *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GIL, Isabel Castanha. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 7, n.4, p.5-19, jan/jul, 2004.

GOLDSCHIMIDT, Eliana Maria Rea. *Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial.* São Paulo: USP, 1990. (Dissertação, Mestrado).

_____. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

_____. *Redes de solidariedade e questões matrimoniais na São Paulo colonial*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1996. Texto n.2, (Série Seminários Internos).

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *As margens da liberdade*. Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado);

GONÇALVES, Jener Cristiano. *Justiça e Direitos Costumeiros*: Apelos Judiciais de Escravos, Forros e Livres em Minas Gerais (1716-1815). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006. (Dissertação, Mestrado).

GOODWIN JUNIOR, James William. *Cidades de papel*: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). São Paulo: FFLCH / USP, 2007.

GOUVEA, Maria Cristina Soares. *Os fios de Penélope*: a mulher e a educação feminina no século XIX. Trabalho apresentado no GT: História da Educação n.2. ANPED.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2005

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, n.3, 1986.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and Freedom – 1750-1925.* New York: Vintage Book, 1976.

HAREVEN, Tâmara K. Tempo de família e tempo histórico. *Questões & Debates*, Curitiba, v.5, n.8,p.326, jun.1984.

HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX, *Afro-Ásia*, 27 (2002).

HESPANHA, Antonio Manuel. *O estatuto jurídico da mulher na época da expansão*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, s.d, mimeo.

HIGGINS, Kathleen J. *"Lecentious liberty" in a Brazilian gold – mining region:* slavery gender, and social control in eighteenth century Sabará – Minas Gerais. Pennsylvania State University, 1999.

HIRONAKA, Giselda. M.F.Novaes. Família e casamento em evolução. *Revista Brasileira de Direito de Família*, n.1, abr / ma / jun, 1999. p.7.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jose Olympio, 1988.

KLINGER, Nair. *Família, mulher e gênero*: considerações introdutórias à vista da historiografia. Cadernos CEDHAL, Série Pós-Graduação, SP, 1986.

KUSNESOF, Elisabeth. *Household and economy and urban development - São Paulo, 1765 to 1836*. Bouder: Westiew Press, 1986.

_____. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In: *Revista Brasileira de História* – família e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, 1988, n.17.

KURZWEIL, Allen. *Uma caixa de curiosidades*. Trad. Celso Nogueira São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAVRIN, Assunción (ed.). *Sexuality & marriage in colonial Latin américa*. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989.

LEITE, R. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Semente, 1982.

LEITE, Miriam M.(org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro - século XiX*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

LEMOS, Celina Borges. *Diamantina e sua arquitetura nos contextos da formação do arraial e consolidação da vila:* registros e manifestos de modernidade na paisagem cultural entre os séculos XVIII E XIX. *Anais* do XIII Seminário de Economia Mineira, Diamantina 2008

LEWKOWICZ, Ida; GUTIERREZ, Horácio. Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, Gilvan Ventura; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória, ES: EDUFES, 2006.

LEVY-STRAUSS, Claude. *Lès Structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1967.

_____. *A família*: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Marta, 1980

LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São João Del Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n, 1-2, jan / dez, 2000 (17-46)

LIBBY, Douglas Cole. Introdução. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XL, 1995.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais, *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.27, n.1, p.97-125, jan / abr, 1997.

LIMA, Lana Lage da Gama. *A confissão pelo avesso*: o crime de solicitação no Brasil colonial. São Paulo: FFLCH / USP, 1991. (Tese, Doutorado).

_____. (org.). *Mulheres, adúlteros e padres*: história e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. O padre e a moça: o crime de solicitação no Brasil no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1986 / 1987. Tomo XXXV.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

_____. *A visita Pastoral a São Luiz da Vila Maria do Paraguay em 1785*. Cuiabá: 1986. (mimeo).

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado*: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume / FAPESP,1998.

LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus conjuxit homo non separet**: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de justiça de Campinas (1890-1938). São Paulo: FFLCH / USP, 2002. (Dissertação, Mestrado).

LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano*: casamento e família – Vila Rica (1804-1839). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH / UFMG, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In. PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial*: economia e sociedade. São Paulo: Pioneira, 1982.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona*: conjugabilidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Brasília, DF: UnB, 2007. (Tese, Doutorado) p. 53.

MARCÍLIO, Maria Luisa. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo:* povoamento e população (1750-1850) São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1973.

_____.*Caiçara: terra e população: um estudo de demografia histórica e história social de Ubatuba.* São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. *População e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.,

MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no "grande empório do norte": o surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. *Anais* do IX Seminário sobre economia mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2001,

MARTINS, Maria do Carmo Salazar, SILVA, Helenice Carvalho Cruz, LIMA, Maurício Antonio de Castro. Branco mais que preto é igual a cinzento? Sexo e cor em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, ABEP, set. 2004.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho da Cruz. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas tendências*. Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 1997.

_____.. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros. In: SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUSC, 1997.

MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. Párocos e vigários em Salvador no século XIX: as múltiplas riquezas do clero secular da capital baiana. *Tempo e Sociedade*, v. I, n. 1, 1982.

Meireles, Cecília. Poesias.
http://br.geocities.com/edterranova/ceciliapoe.htm acesso em 12/11/2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1989, entre outros.

MELLO, Suzy. *Barroco mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENDES, Antonio de Almeida. Esclavages et traites modernes : le temps des empires Ibériques entre moyen age et modernité, entre Méditerranée et Atlantique (XV^{e}-XVII^{e} siècles). Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2007. (Tese, Doutorado)

MENDONÇA, Pollyana Gouveia. *Sacrílegas famílias*: conjugabilidade clericais no Bispado do Maranhão no século XVIII. Niterói, RJ: UFF, 2007. (Dissertação, Mestrado em História)

MENEZES, José Newton Coelho. *O continente rústico:* abastecimento alimentar em Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000.

MICHEL, Andrèe. *O feminismo:* uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará*: a prática musical religiosa a serviço da Câmara, 2002.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. *Gênese e estrutura da cidade mineradora.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 2001 (Texto para discussão n.164).

MOL, Cláudia C. *Mulheres forras*: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado).

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Fronteiras do desejo*: amor e laço conjugal nas décadas iniciais do século XX. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

MOSSUZ-LAVAU, Janine, et al. *Quand les femmes senmêlent genre e pouvoir.* Paris: Ed. De la Martinière, 2004.

MOTTA, Alda Britto da. *Geração, a "diferença" do feminismo*. www.desafio.ufba.br/g17.001.html.Acesso em julho. 2007.

MOTTA, Tatiana Carvalho. *Entre o Atlântico e o sertão*: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás, Brasília: UnB, 2006.

MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). *Cadernos CERU*, SP, n. 18, maio/1993.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O império do retrato*: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Niterói, RJ: UFF, 2006.

NAZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformação (1600-1870). In: *Revista Brasileira de História* – família e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, 1988, n.17'

_____. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil (1600-1900). São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NETTO, Rangel Cerceau. *Um em casa de outro*: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGHis/UFMG, 2008. (Coleção Olhares);

NORONHA, Gilberto Cezar. *Joaquina de Pompeu*: tramas de memórias e histórias do sertão de São Francisco. Uberlândia, MG: EdUfu, 2007.

NOVINSKY, Ilan. Heresia, mulher e sexualidade. In: *Vivências* – História, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980.

OLIVEIRA, Lívia Gabriele. *A crise de 1870 no processo de alforrias:* o impacto da mineração sobre as alforrias sobre as alforrias em Diamantina (1870-1888) Monografia de Final de Curso. Diamantina, FAFIDIA/FEVALE, 2007. (Graduação em História)

PAIVA, Clotilde Andrade. *Engenhos de cana e população no século XIX mineiro:* notas sobre a expansão da produção aguardenteira. Belo Horizonte: CEDEPLAR. s/d,. mimeo.

_____; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenhos e casas de negócios nas Minas oitocentistas. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 6, 1992. Diamantina: Anais .... Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1992.

_____. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese, Doutorado).

_____; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *Anais* do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

PAIVA, Eduardo F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

_____. Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII. *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, UFRJ, Rio de Janeiro, n.2, p.47-53, 1995;

PANTOJA, Selma. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001

_____,Donas de "arimos": um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX. In: PANTOJA, Selma. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

_____.As mulheres na formação do mundo atlântico e a história de Angola dos séculos XVII ao XIX. *Humanidades*, 1999.

_____. Gênero e comércio: as traficantes de escravos no mundo atlântico. *Travessia*, Lisboa, v. 4/5, p. 79-97, 2004.

_____. A diáspora no feminino: degredadas para Angola no século XIX. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXIV, n 151/152, p. 555-572, 2000.

_____. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 45-68.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, *História*, Franca, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres trabalhadoras:* presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERARO, Maria Adenir. *Farda, saias e batina*: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890). Curitiba: UFPr, 1997.(Tese, Doutorado).

_____. Mulheres de Jesus no universo dos ilegítimos. *Revista Diálogos*, Depto. de História, Universidade Estadual de Maringá, v. 4, n.4, p. 5175, 2000.

PERKIN, Joan. *Women and marriage in nineteenth century England*. Chicago: Lyceum, 1989

PERROT, Michelle. O gênero na cidade. *Histórias & perspectivas*, Uberlândia, (24): 9-26, jan.jun, 2001.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____.Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n.18, São Paulo, ago-set.1989;

_____. *Os excluídos da História - Operários, Mulheres, Prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. (org.). *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia da Letras, 1991.: A vida em família.

PHILLIPS, Roderick. Putting asunder: a history of divorce in westerm society. New York: Cambridge University Press, 1988.

PIERSON, Donald. The family in Brazil, marriage, and family living. v. XVI, n. 4, 1954, GOODE, William. Revolução mundial e padrões de família. São Paulo: Edusp, 1969.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. *A construção das diferenças*: casamento e sexualidade em Paracatu – MG, no século XVIII. Brasília: UnB, 2006. (Dissertação, Mestrado em História)

POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A teia e a trama da "fragilidade humana":* os filhos ilegítimos em Minas Gerais (1770-1840). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado).

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____.Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n. 91, p.69-75, nov. 1994.

_____ (org.).*História das mulheres no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001

_____. *A mulher na América colonial*. São Paulo: CEDHAL / USP, 1996. (Série Cursos e Eventos, texto n.10).

_____. Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.91, p.69-75, nov.1994.

_____.. Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PROST, Antoine. *História da vida privada, 5*: da Primeira Guerra aos nossos dias. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia da Letras, 1992.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher:* o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeiros do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Os prazeres da noite – prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Donald. Marriage ant the family colonial Vila Rica. *Hispanic America Historical Review*, 55 (2), 1975.

_____. From Minho to Minas: the Portuguese roots of the mineiro family. *Hispanic American Historical Review*, v. 73, n. 4 (639-662), 1993.

_____.A estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da Inconfidência. In: *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, MG, 1978.

REIS, José. *Uma epistemologia do território*. In: http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf. Consulta realizada em 21/8/2007.

REIS, Liana. A mulher na inconfidência mineira (Minas Gerais – 1789), *Revista do Departamento de Historia*, n. 9, 1989, 86-95.

_____.Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História*, n. 8, 1989.

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas*: a experiência da mcro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998: "A história ao rés-do-chão". p.17.

Revista de Estudos Feministas, v. 12, n. 2, Florianópolis, mai-ago, 2004. Ponto de Vista: A propósito da história das mulheres e do gênero: entrevista com Gabrielle Houbre.

REZENDE, Rodrigo Castro. *As nossas Áfricas*: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2006. (Dissertação, Mestrado)

RILEY, Denise. *"Am I that name?:* feminism and the category of "women" in history. Minneapolis: University of Mennesota Press, 1988.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *Arranjos domiciliares, urbanização e desenvolvimento econômico:* Um ensaio de tipologia domiciliar com as Listas Nominativas de Minas Gerais, na década de 1830. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

RODRIGUES, Neidson. Prefácio. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Colonizador – colonizado*: uma relação educativa no movimento da História. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1985.

RUSSEL-WOOD, A. J.R. Women and society in colonial Brazil. In: *Journal of Latin American Studies*, n. 91.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1979.

_____. *Do artesanal ao industrial:* a exploração da mulher - um estudo das operárias têxteis de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo:Hucitec, 1981.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro, 1984.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A mulheres, o poder e a família*. São Paulo – século XIX. São Paulo: Marco Zero, SECSP, 1989.

_____. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa do Brasil no século XIX. *História*, São Paulo, v. 12,1993.

_____. SOIHET, Raquel, MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate:* trajetórias e perspectivas na História Contemporânea. São Paulo: EDUSC, 1997.

_____. O discurso e a construção de identidade de gênero na América Latina. *Cadernos CEDHAL*, Série Cursos e Eventos, USP, São Paulo, 1996.

_____. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. Estudos CEDHAL, n. 10, *Humanitas*, São Paulo, 1999.

_____. A história da família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História* – famílias e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, n. 17, 1988, p.7-35.

_____. Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo do século XIX. *Estudos Econômicos*, n.13, 1893, p.787-797.

_____. Família, mulheres e povoamento – São Paulo, século XVIII. Bauru, SP: Edusc, 2003.

_____. *O discurso e a construção de identidade de gênero na América* Latina. Cadernos CEDHAL, Série Cursos e Eventos, USP, São Paulo, 1996.

SANTOS, Dayse L. S. *Entre a norma e o desejo*: estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863 a 1933). Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado).

_____. *Jequitinhonha em Histórias,* os caminhos do Vale. Relatório de Pesquisa. Projeto: Testemunhos do Vale do Jequitinhonha, Diamantina, 2007. CDroom

SANTOS, Raphael Freitas. *Devo que pagarei*: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas - 1713-1773. Belo Horizonte, FAFICH / UFMG, 2005. (Dissertação, Mestrado).

SAQUET, Marcos. O território: algumas interpretações. *Texto debate Seminário Pós-Graduação*. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

SARTI, Cyntia A. *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 209-210.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 65.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez.1995.

_____. História das mulheres. IN: BURKE, Peter. *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. *Feminism & History*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1996.

SENNA, Adriana Kivanski de. *As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa rio-grandina (1889-1916*). Porto Alegre: PUC-RS, 2006. (Tese, Doutorado)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A.Queiroz; EDUSP, 1984.

_____. A imagem da concubina no Brasil colonial. In: COSTA & BRUSCHINI. (Orgs.). *Rebeldia e submissão,1989*.

_____. O trabalho feminino no Brasil colonial (1765-1822) In: *Anais* da VIII Reunião da SBPH, São Paulo, 1989;

_____. Divorce in colonial Brasil: the case of São Paulo. In: LAVRIN, Asunción (Ed.). *Sexuality & marriage in colonial Latin América*. Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 1989. p.313-340;

_____. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1-2, p. 85-99, jan / dez, 1996.

_____.*Vida privada e quotidiano no Brasil*: na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. O trabalho feminino no Brasil colônia (1765-1822). In: *Anais da VIII Reunião Anual da SBPH.* São Paulo, SBPH, 1989.

SILVEIRA, Alessandra da Silva. *O Amor Possível*: um estudo sobre o concubinato no Bispado do Rio de Janeiro, fins do século XVIII e início do XIX. XIII *Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência – mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920.* Rio de Janeiro: Forense, 1989.

_____. História, Mulheres, Gênero: contribuições ao debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas:* desafio às Ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

_____. *História das mulheres e relações de gênero*: algumas reflexões. Niterói: *Núcleo de Estudos Contemporâneos*, [s.d].

SILVA TELLES, A ocupação do território e a trama urbana. *Revista Barroco*, n.10, Belo Horizonte, 1978.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Morfologia da escassez*: crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial – Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790. Niterói: UFF, 1990.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, I4(1), jan / abr. 2006.

STONE, Lawrence. *Road to divorce*: England 1535-1987. Oxford: Oxford University Press, 1990.

STROFORINI, Rafael. Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territorial brasileiro. Scripta Nova – *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Universidad de Barcelona, v.X, n. 218 (33), ago, 2006. p.10.

SOUSA, Laura de Melo e. *Desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Coartação – problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil:* colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, João Valdir de. *Igreja, educação e práticas culturais*: mediação religiosa no processo de produção e reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro. São Paulo: PUC-SP, 2000. (Tese, Doutorado):

SOUZA, Maria Cecília Cortez de. *Crise familiar e contexto social*: São Paulo, 1890-1923. São Paulo: FFLCH / USP, 1989.

TEIXEIRA, Ines Assunção de Castro. *Tempos enredados*: teias da condição professor. Belo Horizonte: FAE / UFMG, 1998. (Tese, Doutorado);

_____; PRAXEDES, Vanda Lucia. *Temporalidades da família*: traçados da arquitetura do tempo na vida dos professores. Belo Horizonte: s.e, 2007. mimeo.

TEIXEIRA, Vilmara Lúcia Rodrigues. *Negras senhoras*: as mulheres africanas e sua inserção sócio-econômica na Comarca do Rio das Mortes (1750-1810). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Dissertação, Mestrado).

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

TELES, Maria Amélia. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TERUYA, Marisa Taira. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. XII *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG, 2000.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TWINAM, Ann. Honor, sexuality and illegitimacy in colonial Spanish América. In: LAVRIN, Assunción (ed.). *Sexuality & marriage in colonial Latin américa*. Nebraska, EUA: university of Nebraska Press, 1989. p. 118-155.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Trópico dos pecados:* moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VALADARES, Virginia Maria. *Elites mineiras setecentistas*: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. (Tese, Doutorado).

VELLOSO, Andre; MATOS, Ralfo. A rede de cidades no Vale do Jequitinhonha. In: *VII Seminário sobre a Economia Mineira*, v 1, Diamantina, 1998.

VENÂNCIO, Renato P. Nos limites da sagrada família: ilegitimidade e casamento no Brasil colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973, v. 1: Formação social.

VILLALTA. Luiz Carlos. *A "torpeza diversificada dos vícios"*: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados em Minas Gerais (1748-1801). São Paulo: FFLCH / USP, 1993. (Dissertação, Mestrado).

WEHLING, Arno. WEHLIN, Maria José C.. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILLEMS, Emílio. A estrutura da família brasileira. *Sociologia*, v. XVI, n.4, 1954.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. *Monoparentalidade e chefia feminina*: conceitos, contextos e circunstâncias. Brasília: UnB, 2004. (Série Antropologia). Mimeo.

_____. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

ZARRAGA MORENO, José Luís de. Generaciones y grupos de edad. Consideraciones teoricas. In: *Atas del Congreso Español de Sociología*, 4 sept., 1992, Madrid